
GEOPOLÍTICA & RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Agendas Empíricas
ELOI MARTINS SENHORAS
VINICIUS MODOLO TEIXEIRA
(organizadores)
IOLE
EDITORA

GEOPOLÍTICA & RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Agendas Empíricas

GEOPOLÍTICA & RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Agendas Empíricas

ELÓI MARTINS SENHORAS
VINICIUS MODOLO TEIXEIRA
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2024

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se68 SENHORAS, Elói Martins; TEIXEIRA, Vinicius Modolo (organizadores).

Geopolítica & Relações Internacionais: Agendas Empíricas. Boa Vista: Editora IOLE, 2024, 445 p.

Série: Geografia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-93-9
https://doi.org/10.5281/zenodo.11872587

1 - Empiria. 2 - Estudos de Caso. 3 - Geografia. 4 - Geopolítica. 5 - Relações Internacionais.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia.. IV - Série

CDD–320.12

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é
de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 9

CAPÍTULO 1 |
Sobre o conceito de "Argentina peninsular":
Notas sobre a influência do pensamento geopolítico brasileiro 13

CAPÍTULO 2 |
A Estrutura Espacial Militar de Fronteira na Amazônia Brasileira 49

CAPÍTULO 3 |
A Escala(da) e a Internacionalização do Conflito Armado Colombiano:
O Plano Colômbia como Reposicionamento Político-Militar 77

CAPÍTULO 4 |
As Relações entre Espaço Urbano e Guerra Civil: O Caso Sírio 109

CAPÍTULO 5 |
Poder Mundial, Conflito Regional e a Questão Israelo-Palestina:
A História do Território 137

CAPÍTULO 6 |
O Conflito entre Israel e Hamas em 2023:
Análise à Luz da Teoria do Poder Aeroespacial 163

CAPÍTULO 7 |
Análise das Relações Geoeconômicas China – Mercosul (2003-2022) 201

SUMÁRIO

CAPÍTULO 8 |
As Bases da Expansão da Fronteira Agrícola:
Geopolítica e Acumulação Capitalista 241

CAPÍTULO 9 |
A Extrema Direita Brasileira sob o Prisma da Rede Política do Agronegócio 265

CAPÍTULO 10 |
Geopolítica, Relações Internacionais, ODS'S e a Indústria da Construção Civil 299

CAPÍTULO 11 |
A Geopolítica do Esporte no Século XXI:
Uma Perspectiva sobre a Eurásia Central 331

CAPÍTULO 12 |
Legislação Migratória Contextualizada
Pelo Fluxo Venezuelano no Território Brasileiro 359

CAPÍTULO 13 |
Paradiplomacia e Cidades-Irmãs: Delineando Possibilidades de
Atuação para o Município de Campos dos Goytacazes (RJ) 383

CAPÍTULO 14 |
A Experiência da Autonomia Guarani Charagua Iyambae na Bolívia 401

SOBRE OS AUTORES | 433

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A difusão dos estudos da Geopolítica no século XIX tem sido complementada desde o século XX por uma ampla propagação da área das Relações Internacionais, o que repercute em um convergente diálogo epistêmico no século XXI, no âmbito das pesquisas científicas e das atuações profissionais, para descrever e prescrever linhas de ação sobre as agendas empíricas contemporâneas no mundo.

Destarte, o objetivo do presente livro é discutir agendas que têm adquirido crescente relevância empírica, partindo de estudos de casos multitemáticos em distintos territórios no globo os quais tomam como referência uma leitura pautada por plurais recortes teórico-metodológicos que valorizam a multidisciplinaridade a partir de uma leitura conduzida pelos campos epistêmicos da Geopolítica e das Relações Internacionais.

Os estudos apresentados nesta obra estão alicerçados em um panorâmico mapeamento de temas que são discutidos e teoricamente fundamentados no estado da arte nos campos da Geopolítica e das Relações Internacionais por meio de variadas abordagens, técnicas e procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, caracterizados por uma natureza qualitativa quanto aos meios e por uma abordagem exploratória e descritiva quanto aos fins.

Neste sentido, as discussões e resultados apresentados ao longo deste livro somente foram possíveis de estruturação em razão de um trabalho coletivo focalizado em agendas temáticas das áreas Geopolítica e Relações Internacionais por vinte e quatro pesquisadoras e pesquisadores com distintas formações acadêmicas e expertises profissionais, oriundos de distintas macrorregiões estados brasileiros.

A organização deste livro, "Geopolítica & Relações Internacionais: Agendas Empíricas", em quatorze capítulos, traz consigo relevantes estudos de casos relacionados a uma pluralidade de temas em diferentes espacializações e periodizações, os quais refletem o paradigma da complexidade contemporâneo no mundo em que se manifestam distintos campos de poder materializados por múltiplos atores.

Alicerçado em estudos que combinam uma natureza empírica com um rigor teórico-metodológico, o livro trata-se de uma obra indicada para estimular o leitor a reflexões e ao debate, possuindo reverberação, descritiva e prescritiva sobre as agendas abordadas a partir do olhar epistêmico geopolítico e internacionalista, atendendo assim aos interesses de leitura para, tanto um público geral, quanto um público de especialistas e profissionais detas áreas.

Com base nas discussões apresentadas nesta obra, por meio de uma didática abordagem e uma fluida linguagem, este livro é indicado a um potencial amplo público leitor, corroborando assim para a produção de novas informações e conhecimentos sobre temas empíricos dos campos da Geopolítica e Relações Internacionais, a partir de instigantes estudos representativos na realidade empírica contemporânea.

Ótima leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Prof. Dr. Vinicius Modolo Teixeira

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Sobre o Conceito de "Argentina peninsular": Notas sobre a Influência do Pensamento Geopolítico Brasileiro

SOBRE O CONCEITO DE "ARGENTINA PENINSULAR": NOTAS SOBRE A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO

Marcos Antônio Fávaro Martins

O presente capítulo objetiva analisar a influência do pensamento geopolítico brasileiro na obra do general argentino Juan Enrique Guglialmelli (1917-1983). Para tanto o artigo traz em suas linhas uma análise crítica das duas principais obras da Geopolítica do Brasil, que são o livro "Projeção continental do Brasil" (1931) de Mário Travassos (1891-1973) e o livro "Geopolítica do Brasil" (1961) de Golbery do Couto e Sila (1911-1987), em uma análise de perspectiva comparada com o principal livro de Guglialmelli, "Geopolítica del cono Sur" (1978). A conclusão que o artigo chega é que existe uma situação de antagonismo entre as ideias de Guglialmelli e a dos pensadores brasileiros, dada a sobreposição de áreas de interesse entre Brasil e a Argentina, como é o caso da Antártida e da Bacia do Rio da Prata. Neste contesto, o autor argentino foi formulador de um pensamento defensivo, construído em torno não só da tradição geopolítica argentina como também em torno de um esforço de desconstrução das ideias e conceitos da Geopolítica do Brasil.

O objetivo deste trabalho é o de analisar a crítica que o general argentino Juan Enrique Guglialmelli (1917-1983) fez às concepções geopolíticas dos geopolíticos brasileiros Mário Travassos (1891-1973) e Golbery do Couto e Silva (1911-1987) durante o período da Guerra Fria (1947-1989). A partir de tal exercício, conseguiremos avaliar em que medida a Geopolítica

brasileira conseguiu influenciar o pensamento geopolítico argentino para a Guerra Fria.

Guglialmelli teve suas principais ideias publicadas entre 1969 e 1983, época em que dirigiu o "Instituto Argentino de Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales" (INSAR) e editou a "Revista estrategia", que foi uma das principais revistas de Estudos Estratégicos da Argentina do pós-guerra (DI RENZO, 2020, p. 55-56). O principal livro de Guglialmelli é o que tem o título "Geopolítica del cono Sur" (1978) que é uma coletânea de artigos que o autor desenvolve sua ideia de "Argentina Peninsular" – que foi, sem dúvidas, a principal concepção geopolítica argentina do segundo pós-guerra.

A "Argentina Peninsular", foi uma concepção geopolítica de natureza anfíbia que defendia que a Argentina deveria se tornar, via ação governamental, uma potência média tanto no Atlântico Sul como no seu entorno estratégico continental, o que incluía tanto os Andes, onde o país se avizinhava do Chile, quanto na Bacia do Rio da Prata, onde os principais os principais atritos aconteciam com o Brasil. Assim sendo, Guglialmelli foi um grande compilador dos interesses estratégicos argentinos sintetizando grandes temas da vida política nacional, como a ocupação da Patagônia, a industrialização nacional, o aproveitamento energético da Bacia do Rio da Prata, a presença argentina na Antártida e a questão da ocupação britânica das Ilhas Malvinas.

Para cumprir com este objetivo nosso artigo será dividido em três seções: a primeira delas descreve o contexto histórico que envolvem as ideias de Guglialmelli; a segunda põe em discussão a concepção geopolítica da "Argentina peninsular', procurando identificar os seus fundamentos e postulados, na terceira parte são discutidas as influências dos geopolíticos brasileiros supracitados sobre a concepção de Guglialmelli.

METODOLOGIA

O trabalho que se lê constitui uma pesquisa bibliográfica que enquadra como fonte principal o livro "Geopolítica del cono Sur", de 1978, escrito por Juan Enrique Guglialmelli. Este, por sua vez é uma compilação de artigos escritos originalmente entre a década de 1960 e 1980 na "Revista Estratégia", fato que foi considerado na elaboração do presente trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para enquadrar o pensamento geopolítico de Juan Enrique Guglialmelli como objeto de discussão o presente trabalho recorre à "Teoria da Hegemônia" de Antônio Gramsci (1891-1937) como ferramental teórico de exploração e organização das informações.

Influenciado pelas ideias de Maquiavel e Marx, Gramsci defendeu que a sociedade se organiza em torno de estruturas culturais, estruturas estas que são manipuladas e até produzidas pela classe dominante para a manutenção do *status quo*. Sendo assim, o grupo que busca dirigir uma sociedade precisa formular um conjunto de ideias que formem uma "Concepção de mundo" (termo também utilizado em alemão, "Weltanschauung"). Tais concepções são formuladas por indivíduos especiais, com alta capacidade de abstração e de comunicação social que Gramsci chamou de "Intelectuais" (GRAMSCI, 1984).

Um bom exemplo da teoria de Gramsci é o próprio Estado. O Estado, para garantir lealdade e o mínimo de coesão social dos seus súditos, sem as quais não é possível a integridade territorial, formula a sua própria "Weltanschauung". Da mesma forma, o Estado forma os seus intelectuais e construindo um patrimônio

cultural, que vai dos hinos e das flâmulas chegando até concepções particulares do idioma, da história e da geografia nacional.

Por isso, os geopolíticos, tais como Guglialmelli, Travassos e Golbery do Couto e Silva, são *intelectuais* no sentido gramisciano do termo, uma vez que eles estão envolvidos na construção de grandes concepções de caráter territorial, que apontam no sentido do desenvolvimento dos Estados, os fundos territoriais a serem ocupados, os territórios eleitos para anexação no estrangeiro. Como veremos a concepção da "Argentina Peninsular" parte de uma visão partidária que priorizava pelo anti-imperialismo e pela auto-suficiência industrial como também parte da percepção de Guglialmelli da crise nacional da Argentina de final dos anos de 1960, crise esta que ele acreditava ter a formula para superar, resgatando com isso a grandeza nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Juan Enrique Guglialmelli é considerado um dos dois maiores geopolíticos argentinos, ao lado do vice-almirante Segundo Rosa Storni. Para responder nossa pergunta de pesquisa: "Qual é a influência de Mario Travassos e Golbery do Couto e Silva sobre o pensamento de Guglialmelli?" é necessário esclarecer os três pontos:

Primeiro ponto: o contexto político da obra de Guglialmelli

Durante a maior parte do século XX, a Argentina e o Brasil disputaram a condição de país lider da América do Sul. Tal disputa foi vencida pelo Brasil, Estado que teve mais êxito em integrar o seu território e construir um parque industrial, garantindo com isso

crescimento econômico. O crescimento econômico do Brasil da década de 1950 contrastava com os sinais de desgaste da economia Argentina, de maneira que o PIB brasileiro se tornou maior que o argentino no começo da década de 1970 (MELLO, 1996, p. 168).

Segundo Felix Luna (1974, p. 02-03), a Argentina não conseguiu administrar os impactos da crise econômica de 1929: após perder o seu lugar na divisão internacional do trabalho como fornecedor de víveres para o Império Britânico, o país teve uma conduta ambígua em relação ao necessário processo de substituição de importações, o que levou à decadência econômica e a perda no seu papel regional para o Brasil. Nesse sentido, a obra de Guglialmelli é marcada pelo orgulho nacional, expressando o autor a consciência da decadência do poder nacional e da necessidade de sua restauração em nome da dignidade nacional.

Atrelado à decadência econômica, e seus impactos sobre o poder nacional, está o ciclo da política interna, que também teve impactos sobre a tragetória intelectual de Guglialmelli. Para Luna (1995, p. 07-08), a decadência econômica promoveu inquietação política que levou a classe militar criar um senso de tutela do sistema político a partir de 1930, reverberando em uma sequência de golpes de Estado que desorganizaram a vida política nacional e criaram uma espiral negativa de evolução: cada golpe de Estado levava ao poder governos mais fracos que deterioravam a capacidade do Estado de promover política pública.

Essa realidade se acentuou no pós guerra, principalmente após a queda de Perón em 1956, que deixou claro a profunda rivalidade que existia entre os diferentes grupos das forças armadas. Da mesma forma, o contexto de Guerra Fria e a influência das grandes potências sobre a política doméstica de todos os Estados da época fez acirrar a dicotomia “direita x esquerda”, contribuino expressivamente para a radicalização do cenário político nacional.

Segundo ponto: a concepção geopolítica da "Argentina peninsular"

Guglialmelli pensou na sua concepção da "Argentina peninsular" como uma complementação necessária, ao mesmo tempo que uma crítica, à concepção da "Argentina insular" de Segundo Rosa Storni (1876-1954), um oficial da marinha argentina do começo do século XX que, inspirado na teoria do Poder Marítimo de Alfred Mahan (1840-1914), pensou no desenvolvimento do poder marítimo argentino a partir do desenvolvimento da marinha mercante de bandeira própria, da colonização da Patagônia e da criação de uma indústria marítima (STORNI, 1967, p. 50), notadamente a da pesca e a de construção naval.

Storni foi um representante daquilo que os historiadores chamam de "generacion de los ochenta" (GUGLIALMELLI, 1978, p. 18), a geração de empresários argentinos que enriqueceu com as exportações do setor agropastoril e que foi ferrenha defensora do liberalismo. Tal geração, que teve seu primeiro momento de prosperidade com a exportação de víveres para as tropas brasileiras que lutavam nos campos de batalha do Paraguai na Guerra da Tríblice Aliança (1864-1970), e conseguiu seu lugar no mercado internacional como fornecedores de cereal e carne para o Império Britânico, condição muito próspera, que perdurou, como vimos até a crise de 1929.

O país passou a receber um volume muito grande de imigrantes europeus, sendo o segundo país das Américas, depois dos EUA, a receber imigrantes e passou a receber maciços investimentos de capital ferroviário inglês. O país passou a ter um dos principais sistemas ferroviários da época, que não só articulavam a "Pampa úmeda" (região produtora de carne) ao Porto de Buenos Aires, mas também integravam ao Porto de Bueno Aires as principais cidades

do Paraguai que, depois da guerra de 1864, passou a ser um satélite econômico da Argentina (BANDEIRA, 1998a, p. 163-164).

Em 1879 a Argentina anexou o território da Patagônia em uma ação que ficou conhecida como "A Campanha do Deserto". A Patagônia era até então território dos índios Mapuches, e um objeto de cobiça do Estado chileno, desejoso de possuir amplas costas para o Oceano Atlântico.

No começo do século XX a Argentina contava então com dois grandes rivais no continente: o Chile, cujos planos para ocupar militarmente a Patagônia duraram até aproximadamente 1930 (BANDEIRA, 2003, p. 139-140) e o Brasil, com quem possuia uma rivalidade ancestral herdada ainda das rivalidades entre Portugal e Espanha (MELLO, 1996, p. 25).

Como resultante deste conjunto de rivalidades a Argentina era obrigada a desenvolver o seu poder militar. É preciso observar que, esses dois exos de tensão (o eixo "Argentina-Chile" e "Argentina-Brasil") poderiam desestabilizar praticamente toda América do Sul, na medida que Brasil e Chile se dispusecem a organizar uma aliança contra a Argentina e que Estados Inimigos do Chile (como a Bolívia e o Peru) pudessem ser aliados da Argentina contra o Estado Andino.

Esse potencial de malignidade que as relações internacionais do Cone Sul possuia, no começo do século XX, foi analizado e descrito por Moniz Bandeira da seguinte forma:

> A América do Sul era como um tabuleiro de xadrez, em que não podia se movimentar qualquer peça contra outra, sem o risco de sofrer um ataque pela retaguarda, dada a cobertura com que todos os países contavam. A argentina sempre temera que o Brasil a atacasse por causa das Missões, caso ela se envolvesse em guerra com o Chile. O Chile também

> evitava o confronto com a Argentina, porquanto o Peru e a Bolívia poderiam intervir, a fim de tentarem a retomada de Tacna e Arica. E o Peru, por sua vez, receava que o Brasil o acometesse, através da Amazônia, aproveitando-se de qualquer outro conflito que se desencadeasse com o Chile. Em tais circunstâncias, portanto, os entendimentos entre Brasil e Argentina acarretariam, naturalmente, profundas mudanças no equilíbrio geopolítico do Cone Sul, com imensa desvantagem para o Chile (BANDEIRA, 2003, p. 56).

Neste contexto de instabilidade, muito valor se deu pelos três principais Estados envolvidos (ou seja, pela Argentina, Brasil e Chile) para o desenvolvimento de suas respectivas Marinhas de Guerra. É um tema de nossa história de atuação internacional bastante recorrente a corrida armamentista do Cone Sul durante as duas primeiras décadas do século XX, que implicavam no endividamento dos três Estados para a obtenção de armamento moderno, bem como a atuação desestabilizadora das grandes potências que vendiam não apenas os armamentos, mas também emprestavam dinheiro para que as nações da América do Sul pudessem se armar uma contra as outras (BANDEIRA, 2003, p. 97-98; BÓVEDA, 2011, p. 221).

As Marinhas de Guerra passaram a ser instituições de grande influência na política doméstica nos países do Cone Sul, e as compras governamentais para o seu reequipamento eram as principais despesas do orçamento público, sendo que as marinhas da Argentina, do Brasil e do Chile compravam o que existia de mais moderno em termos de projetos navais. Nesse contexto a Argentina passou a ter a uma das dez maiores marinhas de guerra do mundo (LACOSTE, 2002).

Neste contexto de grande importância e prestígio político, a "Armada de la Republica Argentina" (ARA) passou a ter um projeto nacional próprio e a atuar politicamente no contexto nacional. Segundo Alberto Círia a ARA, passou a ter iufluência política, aatuando como um grupo de perssão no país em defesa dos interesses ingleses (CIRIA, 1975, p. 284). O intelectual que vai teorizar e organizar o projeto nacional argentino vai ser o capitão (posteriormente vice-almirante) Segundo Rosa Storni (1876-1954).

Em duas palestras, proferidas no salão de atos públicos do jornal "La Prensa" Storni expôs a sua concepção da "Argentina insular". As duas palestras, realizadas respectivamente nos dias 08 e 12 de junho de 1916 tiveram como título "Razón de ser de los Intereses Marítimos Argentinos. Factores que facilitan u obstaculizan el desarrollo del poder naval de la nación" e "Política Naval Argentina – Problemas de la Defensa Nacional por el lado del Mar" e foram posteirormente organizadas e publicadas em forma de livro com o título "Intereses argentinos en el mar". O livro é considerado um simbolo do pensamento geopolítico nacional e teve novas edições em 1952, 1967 e 2009.

Seguindo os postulados de Alfred Mahan (2007, p. 98), segundo o qual um Estado só se torna uma potência por meio do domínio do mar e que existem condicionantes naturais e sociais para uma nação desenvolver seu "Sea Power" (Poder marítimo), "Intereses argentinos en el mar" é uma análise das condições argentinas para se tornar uma potência no Atlântico-Sul ao mesmo tempo que uma defesa de um projeto marítimo de longo prazo para o país.

Herdeiro do liberalismo do século XIX, Storni via no fato do país depender das comunicações marítimas para manter suas exportações o embrião de seu projeto marítimo. Seu projeto condenava o expansionismo territorial e apresentava a Argentina como uma nação territorialmente satisfeita, sendo que a única

projeção cabível para o país seria a projeção marítima. Contudo, o autor não via com benevolência os vizinhos sul-americanos e entendia que os verdadeiros parceiros comerciais do país seriam os europeus, notadamente o império inglês. Nesse sentido chegou a afirmar "¿Qué tenemos a nuestro alrededor? El mar, o países con los cuales nos conviene hermanar esfuerzos, pero de los cuales poco podremos recibir. Así, señores, puede afirmarse que la Argentina lo espera todo por la vía marítima" (STORNI, 1967, p. 29).

Os estreitos laços comerciais que o país possuia na época com Império Britânico, a inflência que a Royal Navy possuia sobre a ARA e as vinculações que o próprio Storni admitia ter com o liberalismo de século XIX, faria este acreditar na benevolência do Império Britânico em relação á sua ocupação histórica do arquipelago de Falklands/Malvinas, chegando o próprio Storni a afirmar que as ilhas seriam devolvidas pacificamente (STORNI, 1967, p. 43-44).

O pensamento storniano se centra na colonização da Patagônia, que deveria ser feia fazendo uso dos rios navegáveis da região e da navegação de cabotagem, sendo o autor completamente avesso à construção de ferrovias, por entender que estes recursos, além de caros, obstruía o desenvolvimento do poder marítimo nacional. Escreveu o autor que:

> A los que claman por un camino, un ferrocarril o un puente – allá tierra adentro – es necesario mostrarles que ese camino, ese ferrocarril, ese puente no son otra cosa que una corta etapa de la inmensa red de vías que viene uniéndose sucesivamente, hasta converger a la gran vía común, que es el mar. El conjunto semeja al sistema circulatorio de los seres organizados superiores; producid una herida parcial, se rompen las arteriolas y aun los vasos secundarios: la herida pronto se cierra y los tejidos se reponen y, si es

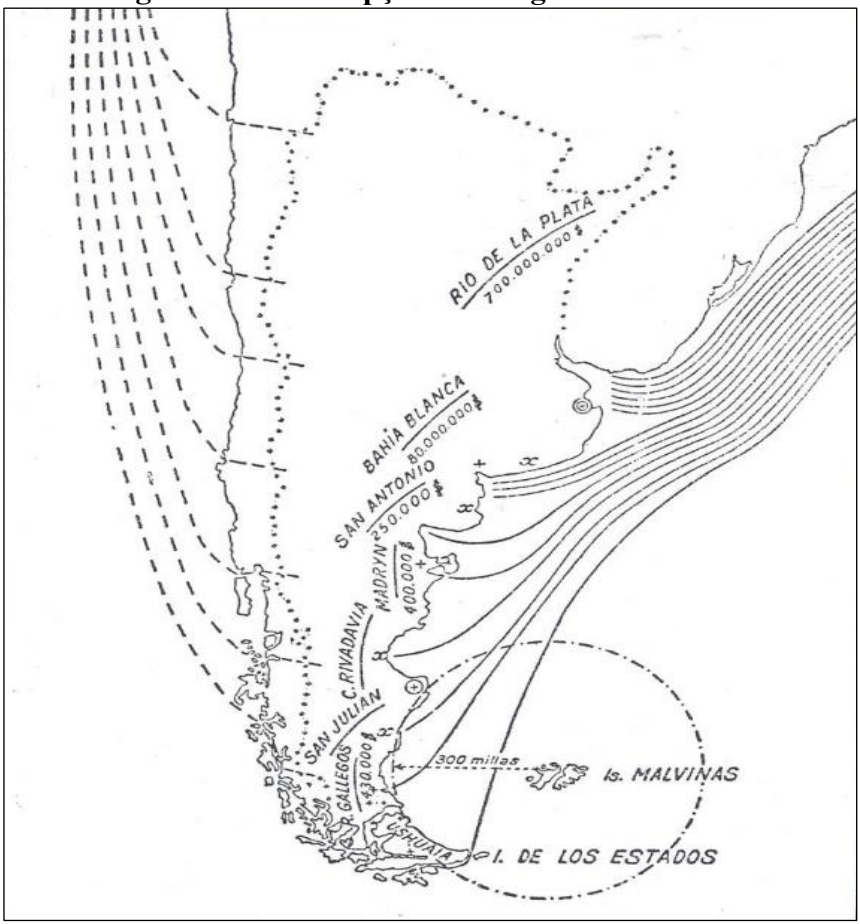
> necesario, la marcha de la sangre tiende a restablecerse por caminos cercanos, pero cortad la gran aorta y toda la vida del ser se interrumpe de un golpe (STORNI, 1967, p. 69-70).

Os planos de ocupação do interior previam a instalação de capitais portuárias na foz de cada rio patagônico, que fosse navegável, e a a missão da ARA seria defender cada uma dessas capitais que teriam a sua importância estratégica aumentada no sentido setentrional, pelo fato das bacias hidrográficas aumentarem de tamanho conforme se ruma da Terra do Fogo até a Bacia do Rio da Prata, a mais importante de todas as bacias hidrográficas do território nacional, não só por ser a maior delas, mas também é a bacia onde está assentada a capital federal (Figura 1).

Entendendo a ameaça que representava uma potencial aliança entre o Chile e o Brasil, aliança esta que poderia obstruir o acesso argentino tanto às Linhas de Comunicação Marítimas (LCMs) da passagem do Atlântico-Sul para o Pacifico-Sul por meio da ação naval chilena; ou obstruir a principal LCM, aquela que vinculava Buenos Aires à Europa, e que passava pelas costas brasileiras e estaria a mercê das ações da frota de guerra do Brasil (Figura 1). Diante deste quadro, Storni propôs a adoção do conceito britânico do "Two Powers Standard" que estabelecia que o número de navios de guerra argentinos deveria superar a soma do número de navios chilenos e brasileiros[1].

[1] O conceito original do *Two Powers Standard* foi desenvolvido pelo almirantado britânico na transição do século XIX para o século XX e defendia que a *Royal Navy* deveria ter o número de navios de guerra equivalente à soma do número de navios de guerra da marinha francesa e da marinha alemã juntos. Obviamente que essa era uma meta difícil de ser atingida. A *Royal Navy* nunca conseguiu atingir este objetivo, que só serviu para acirrar a corrida armamentista na Europa do pré-primeira guerra mundial.

Figura 1 – A concepção da "Argentina Insular"



Fonte: Storni (1967, p. 35).

Nota: A primeira concepção geopolítica da Argentina foi a concepção da "Argentina Insular" do vice-almirante Segundo Rosa Storni, em 1916. Storni abriu mão das pretenções continentais nacionais, em muito ligadas aos interesses do país na Bacia do Rio da Prata paara pensar em uma potência marítima "pura". Para o autor, as bacias hidrográficas do território nacional (discriminadas no mapa) seria a base para o planejamento de sua ocupação, dentro de uma realidade que dispensava as ferrovias em prol da navegação de cabotagens. Notar também que que o autor deu destaque para a posição das LCMs em relação à posição do Brasil e do Chile.

Em muito movido pelo contexto de rivalidades e pela corrida Armamentista o pensamento storninano afasta a Argentina de seu contexto sul-americano e raramente fala de cooperação com os países vizinhos. Contribui para essa mentalidade também o liberalismo, visto na Arge,ntina das primeiras decadas de formação nacional quase como um símbolo pátrio e pelo europeísmo, muito comum à elite argentina do período.

É importante e até inevitável falar do pensamento marítimo de Storni antes de tratarmos propriamente das ideias de Guglialmelli. Isso acontece por que Guglialmelli se põe como um contraponto ao pensamento Storniano.

A mudança de contexto político e econômico é fundamental para a formação da mentalidade de Guglialmelli, uma vez que o liberalismo perdeu muito de sua força com a crise de 1929, e o fato das exportações de carne para o império britânico terem definhado com essa crise fez aumentar o nacionalismo econômico nas fileiras da política argentina. Em idos da década de 1960, quando o autor escreve os seus principais artigos, o nacionalismo econômico correspondia à base doutrinária do *Partido Justicialista* (o partido de Peron) e da *União Cívica Radical Intransigente* (UCRI) que foi á força política que Guglialmelli se filiou, sendo que as suas ideias tem muita adêrencia com as próprias ideias da UCRI, baseadas na substituição de importações e na oposição ferrenha ao imperialismo (LUNA, 1974, p. 108-109).

A Argentina Peninsular de Guglialmelli segue esse ideal de substituição de importações, que deveria ser a mola mestra para a ocupação de fundos territoriais da Patagônia e da recuperação da influência política e econômica que o país perdeu para o Brasil em países menores como a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai.

Na capa do livro “Geopolítica del cono Sur”, estão destacados como zona de interesse da Argentina esses Estados

platinos menores, que no final do período colonial teriam feito parte, junto com a Argentina, do "Vice-reinado do Rio da Prata", que foi fundado pelos espanhóis em 1776 para conter o expansionismo português sobre territórios espanhóis e que teve uma existência efêmera, se balcanizando no ano de 1810 com a Revolução de Buenos Aires, que levaria ao fim o domínio espanhol na região austral do continente.

Apesar de ter existido apenas por um período de 34 anos, O Vice-reinado do Rio da Prata se tornou um símbolo do nacionalismo territorial argentino (ESCUDÉ, 2008, p. 03) cultuado por várias alas da elite política argentina, o que ia das fileiras da União Cívica Radical, até os diversos grupos fascistas da década de 1930. O nacionalismo territorial era uma tendência tão difundida que nas primeiras décadas do século XX inspirou o geopolítico espanhol Carlos Badia Malagrida (1890-1937), a escrever o seu "El factor geográfico en la política sudamericana", de 1919, livro em que o Espanhol defende a restauração da estrutura territorial do Vice Reinado do Rio da Prata, dentro de um arranjo federativo e tendo como liderança a Elite Política de Buenos Aires (MALAGRIDA, 1946, p. 91)[2].

Seja pela criação de novos arranjos federativos, seja pela influência direta ou pela pressão militar direta, os teóricos do nacionalismo territorial argentino, que tiveram como pioneiro Vicente Quesada (1830-1913), tiveram grande influência na primeira metade do século XX, de maneira que Guglialmelli pode

[2] O livro em questão é um estudo panorâmico da América Latina que propõe a incorporação dos pequenos Estados latino-americanos dentro de acordos federativos regionais, cujo mais próspero seria a "Federación del Prata", que coincidia com o projeto territorial dos nacionalistas argentinos. Malagrida considerava imperativa a organização política do mundo hispânico, junto com a própria Espanha, dentro daquilo que ele chamou de "supernacion hispano-americana" ou "España Grande" (MALAGRIDA, 1946, p. 22).

ser considerado um teórico desta tendência, mas em um segundo momento – momento este marcado por pessimismo e pela consciência que o Brasil passara a ser o Estado dominante na Bacia do rio Da Prata a partir do começo da década de 1960.

O nacionalismo territorial, segundo Carlos Escudé (2008, p. 03-04), foi a força intelectual que fomentou a rivalidade entre Brasil e Argentina, na Bacia do Rio da Prata e a Rivalidade entre Argentina e Chile no extremo sul do continente, rivalidade está que quase floresceu em forma de conflito armado em 1978, na crise do Canal de Beagle. Não obstante, foi esta mesma doutrina territorial que orientou as ações armadas do Estado Argentino, seja em 1869, para a anexação da Patagônia, seja na ocupação das Malvinas, em abril de 1982 o que resultou no conflito armado com Grã-bretanha. A Figura 2 ilustra o montante de reinvindicações territoriais argentinas, nele podemos observar como o nacionalismo territorial, entendido como o impulso para a reconstituição da estrutura territorial do vice-reinado do Rio da Prata é um conceito organizador, em torno do qual foram promovidos os conflitos territoriais argentinos.

A expressão "Argentina peninsular" cunhada por Guglialmelli é uma das herdeiras do nacionalismo territorial. Ela carrega a crítica implícita à Storni por ter ignorado as questões referentes ao interior do continente, notadamente às questões referentes a Bacia do Rio da Prata, Cenário onde o Estado Argentino precisava recuperar a sua esfera de influência. Por ser "peninsular" a Argentina pensada por Guglialmelli teria raízes profundas cravadas no continente, raízes estas que o país não poderia esquecer.

A ideia de "Argentina peninsular" está também diretamente ligada às convicções industrialistas de Guglialmelli. Isso, por que a Argentina sofria com a carência de minerais estratégicos, notadamente o ferro, mineral este que existia em grande quantidade no altiplano boliviano. Para que o projeto industrialista florescesse era necessário estender os domínios nacionais até o altiplano

boliviano, em territórios que outrora pertenciam ao Vice-reinado do Rio da Prata.

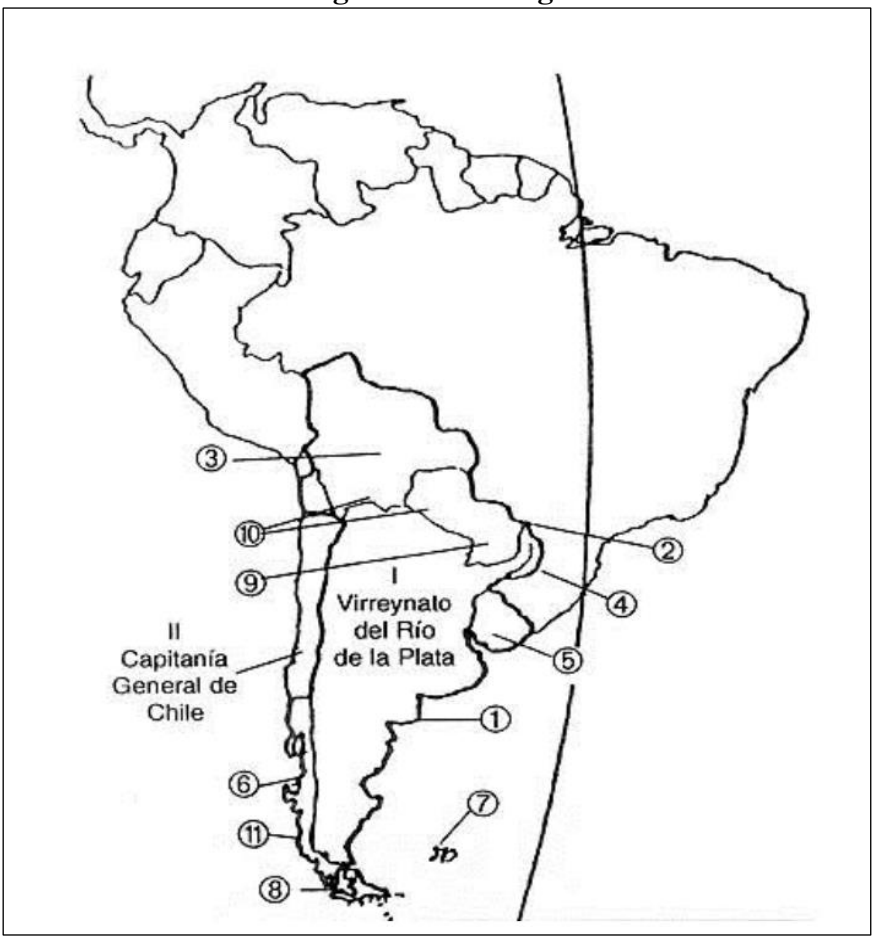
"Geopolítica del cono Sur", é um trabalho pleno de denúncias sobre a infiltração em território patagônico de exploradores chilenos e britânicos, que passam para o leitor uma consciência de usurpação do território nacional.

Uma segunda diferença que Guglialmelli possui em relação à Storni em assuntos marítimos é que a concepção peninsular do general radical enquadra um setor triangular do continente antártico como território argentino – para o leitor leigo, isso sugere uma omissão de Storni em relação à Antártida. Contudo, isso não é uma falha de Storni que Guglialmelli tenta consertar. Quando Storni escreveu o seu livro, em 1916, a presença argentina na Antártida era relativamente recente – datava do ano de 1904 – sendo que, nos anos que se seguiram, a aquisição de território antártico se tornou quase uma obsessão argentina, sendo famosa a expedição de 1940, que resultou em um mapa da Antártida Argentina (COLACRAI, 2005, p. 38), mapa este que Guglialmelli teve condições incorporar em sua concepção (Figura 3).

Por ser "Peninsular", a Argentina pensada por Guglialmelli precisava também ser marítima. E neste ponto o autor concorda com o seu predecessor, Segundo Rosa Storni: a posse da Marinha de Guerra, da Marinha Mercante e a autonomia em assuntos marítimos seria uma das bases do poder nacional. Porém, diferente de Storni, Guglialmelli não é benevolente à presença

Britânica no arquipélago das Malvinas, e denuncia esta como uma usurpação imperialista. Isso demonstra que o nacionalismo territorial argentino – que Storni negou – é a força motriz das ideias de Guglialmelli.

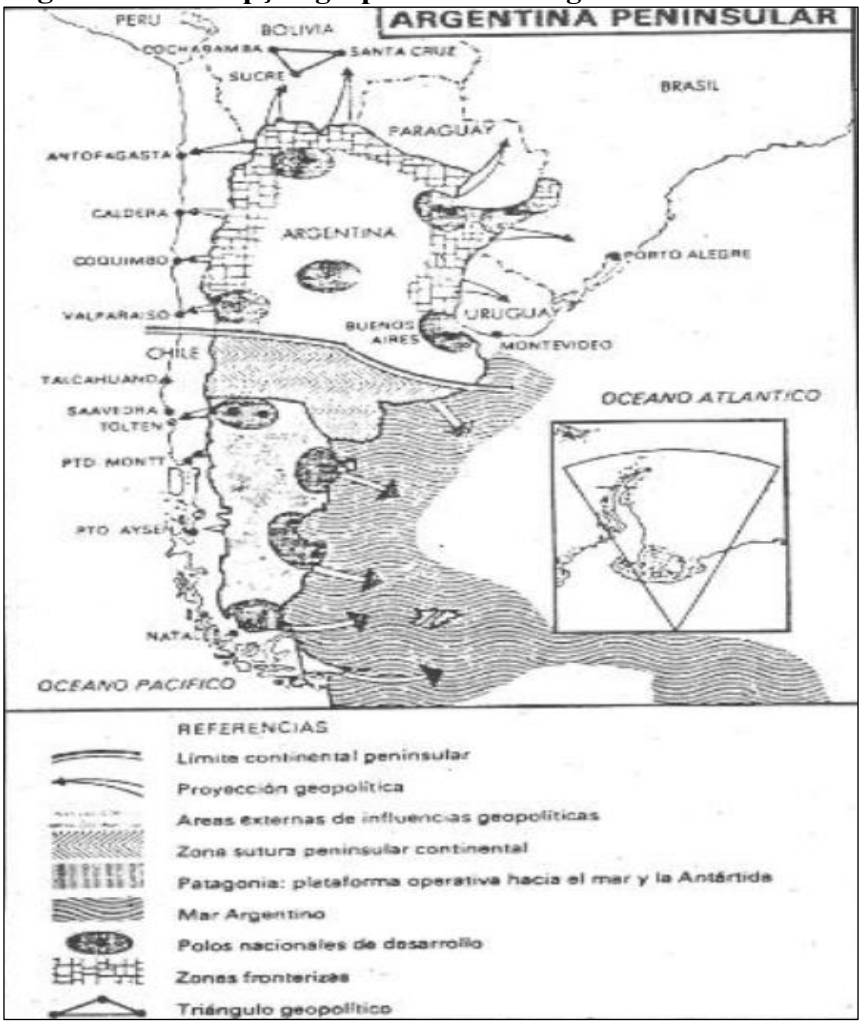
Figura 2 – Reinvindicações territoriais argentinas ao longo da história



Fonte: Escudé (2000). Disponível em: <http://www.argentina-rree.com>.

Nota: Com a Balcanização do Vice-reinado do Rio da Prata, os grupos nacionalistas argentinos passaram a considerar o país herdeiro do patrimônio territorial dessa última organização administrativa espanhola. Notar que o grande número de reinvindicações inclui a região de Missões (Número 4) e o arquipélago das Malvinas (Número 7). Uma das poucas campanhas bem sucedidas de recuperação de perdas territoriais foi a conquista da Patagônia, em 1869, indicada no mapa com o número 1.

Figura 3 – Concepção geopolítica da "Argentina Peeninsular"



Fonte: Guglialmelli (1978, p. 269).

Nota: Entre as décadas de 1960 e 1970, Juan Enrique Guglialmelli formulou a concepção da "Argentina Peninsular", basicamente uma "fusão" da ideia storniana de uma "Argentina insular" com o conceito continental herdado do nacionalismo territorial argentino que concebe a ideia de uma "Grande Argentina" herdeira dos territórios do Vice-reinado do Rio da Prata.

As ideias de Storni são críticadas por Guglialmelli, pelo seu conteúdo liberal e pelo fato do autor praticamente esquecer os objetivos continentais da política externa Argentina. Nesse intuito, o autor não nega as pretenções stornianas, de transformar o Atlântico Sul em uma área de interesse imediato argentina; mas, além disso, ele retoma como objetivo prioritário as aspirações territoriais de caratér continentais que miravam para a Bacia do Rio da Prata.

Interpretadas em seu extremo, tais ideias apontavam para o expansionismo territorial como horizonte histórico, significava que por meios pacíficos ou beligerantes a Argentina deveria anexar Estados inteiros, como o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia. Significava também que a Argentina deveria reincorporar as Ilhas Malvinas, o território de missiones do Brasil e setores inteiros do Chile.

Como já foi dito, Guglialmelli não pretende refutar as ideias de Storni, antes disso, defende a preponderância argentina no Atlântico-Sul, mas amplia as pretenções de Storni: a Argentina deveria ser hegêmônica sobre os árquipelágos do Atlântico-Sul e sobre territórios antárticos reinvindicados pelo país desde a década de 1940.

Terceiro ponto: a influência do pensamento geopolítico brasileiro

Além da obra de Storni, Guglialmelli foi leitor dos principais nomes da Geopolítica brasileira, e deles foi crítico. Estamos falando, como já anunciamos no início do presente trabalho, das obras de Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva.

O livro “Geopolítica del cono Sur” visita a obra de Travassos no capitulo “Argentina frente al Operativo Misiones”, onde ele trata da “Politica espacial del Brasil” (GUGLIALMELLI, 1978, p. 137),

atribuindo a Mário Travassos a matriz intelectual desta política. No começo da década de 1970, Guglialmelli estava muito preocupado com as grandes obras do Estado Brasileiro que teriam insidência direta sobre o território argentino. Tais obras eram a construção da usina binacional de Itaipu, a construção do Porto de Rio Grande e o envio de uma espedição científica para a Antartida (GUGLIALMELLI, 1978, p. 137). O autor não tinha dúvidas que aquelas obras faziam parte da política de poder do Brasil, e que tal política objetivava a obstrução da política platina portenha. Sobre as ações do Brasil na Bacia do Rio da Prata, Guglialmelli assim escreveu:

> Resulta un lugar común reiterar que las élites gobernantes del Brasil, tanto en la época colonial como durante el Imperio y la República, concedieron al espacio geográfico un lugar prioritario entre los factores de poder, al punto que el impulso de avanzar desde el litoral hacia sus fronteras y proyetarse a tráves de ellas en las naciones limítrofes constituyo una de lasconstantes más destacadas de su política. A los fines perseguidos por este artículo resulta sumamente ilustrativo recordar la tesis del teniente coronel brasileño Mario Travassos. Ya que ella orientó la estrategia espacial brasileña, particularmente en vías de comunicaciones, com Paraguai y Bolívia a partir de 1930 (GUGLIALMELLI, 1978, p. 137).

Mas, quais eram as ideias de Mário Travassos? Quando Travassos escreveu "Projeção continental do Brasil" a "Balança de poder na bacia do Rio da Prata" (MELLO, 1996, p. 29-30) pendia favoravelmente para o lado Argentino. O país havia recebido imensa quantidade de investimentos britânicos, principalmente em capital ferroviário, o que havia permitido ao país reforçar suas capacidades

logísticas e usar ela como instrumento de poder nacional. O plano ferroviário argentino era disposto em forma de leque e se estendia para além das fronteiras nacionais, chegando até as cidades do Uruguai e, principalmente do Paraguai, o que dava acesso militar facilitado para Argentina a esses países. Não obstante, o Uruguai e o Parguai se tornavam satélites geopolíticos da Argentina, pois recebiam investimentos dos empresários do setor agropecuário.

No caso do Paraguai, a situação era ainda mais crítica. Com o final da Guerra da Tríplice Aliança, o país estava devastado, sua população masculina havia sido exterminada e o Estado estava endividado. Para honrar com a dívida de guerra, as autoridades de Assunção organizaram um amplo programa de privatizações em que as terras públicas foram vendidas. Os compradores foram os estancieiros argentinos que fizeram das terras paraguaias uma extensão de seu patrimônio agropastoril da Argentina (BANDEIRA, 1998a, p. 163-164).

Nesse sentido, a ifluência argentina acompanhava as linhas de seu sistema ferroviário e tendia a transbordar para a Bolívia, dado o acordo que ficou conhecido como "Convenção Carrillo-Gutierrez", um documento que estabelecia a ampliaação do sistema ferroviário argentino para o território boliviano, articulando a cidade fronteiriça de Yacuiba com a cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra, o que daria acesso aos bolivianos ao porto de Buenos Aires e consumaria a satelitização da Bolívia pela Argentina.

Tal acordo, firmado em 1922, foi visto como um *casus belli*, pelo auto comando do Exército Brasileiro, que via na política argentina uma iniciativa para a reconstituição da estrutura territorial do Vice-reinado do Rio da Prata (BANDEIRA, 1998a, p. 188).

O diplomata argentino Horácio Carrillo (1887-1955) que organizou o acordo com a Bolívia não foi um simples operador do Estado argentino, mas um verdadeiro entusiasta e defensor do

sistema ferroviário argentino, como também foi um defensor da unificação dos Estados platinos e, portanto, um porta voz do nacionalismo territorial.

Carrillo, era filiado a UCR e foi deputado pela sua provincia natal, a provincia de Jujuy, uma das mais pobres e setentrionais da Argentina. Suas ideias geopolíticas estão expressas nos livros "El ferrocarril al oriente boliviano. Algunos antecedentes. Laconvención. Notas personales" (1922) e "Los limites con Bolivia" (1925). Carrillo voltou a negociar com os bolivianos em consequência do fim da Guerra do Chaco (1932-1935), e a ferrovia prevista na convenção de 1922 ficou pronta no ano de 1941.

Em muito, o livro de Travassos é uma resposta à convensão Carrillo-Gutierrez, documento que inclusive é citado no capítulo quinto de "A projeçao continental do Brasil" (TRAVASSOS, 1947, p. 102). Sobre a sequência de acontecimentos que levaram a assinatura da convenção, Travassos escreveu no prefácio da edição de 1947 de seu livro que:

> Contemporaneamente, a magnífica expansão do Estado Argentino, que cada vez mais consolida a irradiação incomparável de sua influência, à sombra de uma mesma língua, de uma mesma religião e da continuidade territorial que inspiraram os antigos vice-reinados – é mais que um exemplo, porque é verdadeira lição. O Estado Argentino, com o acionamento das comunicações platinas, exprime a mais perfeita compreensão do seu destino geopolítico – em face dos antagonismos em redor e no quadro da massa continental – principalmente porque, entre as formas de expansão, se decidiu pelo fomento das comunicações terrestres. A expansão política por meio das comunicações marítimas levaria o Estado Argentino à luta imediata com o Estado Brasileiro, por isso que o litoral sul do Brasil é que definiria os

> pontos das forças expansionistas. A expansão terrestre afastou essa possibilidade, ao mesmo tempo em que, por linhas interiores, se manifesta sob a forma altamente simpática de solidariedade continental (TRAVASSOS, 1947, p. 19-20).

O livro de Travassos é um manifesto contra essa realidade. Para o autor, o território brasileiro é muito melhor situado que o argentino frente as forças geográficas essesnciais da América do Sul, que o autor chamou de "Antagonismos Geográficos" (TRAVASSOS, 1947, p. 41) que seria, basicamente, de duas naturezas:

- O antagonismo entre as costas do Oceano Pacífico e do Oceano Atlântico: para Travassos (1947), os países que possuiam costas para o Oceano Atlântico teriam mais vantagens comerciais do que aqueles com costas para o Oceano Pacífico. Isso acontece por que o Oceano Atlântico tinha rotas comerciais muito mais frequentadas, e era uma caminho mais curto para a Europa. Além disso as Costas do Oceano Pacífico eram tomadas por montanhas cristalinas, o que dificultava as instalações de portos e cidades. Neste caso os Estados com costas para o Oceano Pacífico se interessariam em ter um acesso ao Oceano Atlântico;
- O antagonismo entre a Bacia do Amazonas e a Bacia do Rio da Prata: Este antagonismo colocaria em rota de colisão os interesses entre o Brasil e a Argentina. Ambas as bacias hidrográficas teriam um grande potencial de exploração como hidrovias e, ambas tem os seus cursos d'água que nascem no planalto boliviano e vascularizam o continente a partir do seu interior até o oceano Atlântico. Contudo, a Bacia do Rio da Prata era melhor ocupada por atividade econômica; a vantagem da Bacia do Amazonas seria ter a sua foz mais bem cituada frente aos grandes

> feixes de comunicação marítima que flaqueavam as costas ocidentais da América do Sul rumo à Europa (TRAVASSOS, 1947, p. 41).

Com base nesta avaliação sobre as caracteríticas continentais da América do Sul e da posição que os territórios do Brasil e da Argentina neste contexto de fluxos, Travassos concebeu o plano de ação para neutralizar os efeitos estratégicos do sistema ferroviário argentino: este possuia a vulnerabilidade de ter um único ponto de escoamento que é o porto de Buenos Aires. Na medida que o Brasil usasse o seu amplo litoral para implantar vários portos e construisse estradas até as principais cidades do *hinterland* continental a influência da Argentina iria ser anulada no Paraguai, na Bolivia e quiçá no Uruguai.

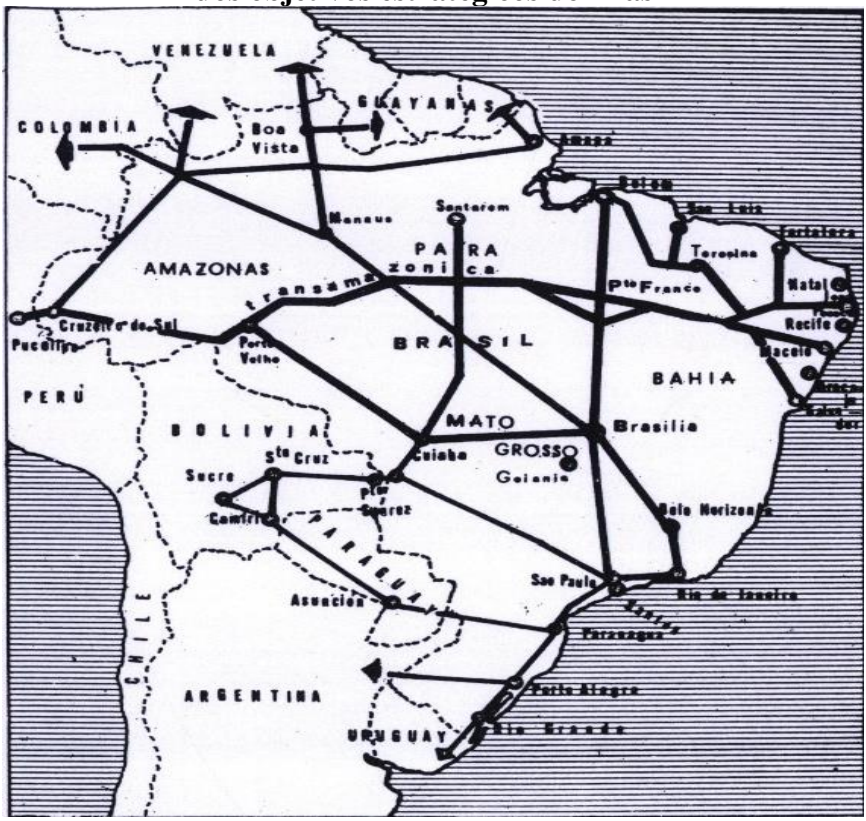
Esse foi o conceito de "Brasil Longitudinal"que repercutiria em um vasto programa de implantação de infraestrutura pelo Estado brasilleiro, que não foi de todo concluido e possui problemas latentes, como a escasses de ferrovias, mas que fez o Estado brasileiro tirar melhor proveito econômico de seu território e trouxe para a esfera de influência brasileira os Estados que anteriormente eram satelitizados pela Argentina.

Guglialmelli viu nas grandes obras de infraestrutura brasileira, principalmente na contrução da usina de Itaipu a materialização das ideias de Travassos. De fato, a partir da segunda metade da década de 1960, as cidades do Paraguai e da Bolívia preferiam escoar sua produção pelo complexo portuário brasileiro, o que era também estimulado pela política de cais franco do Brasil (Figura 4).

Guglialmelli chamou de "Operativo misiones" o fato da provincias do norte da Argentina estarem sendo atraídas para o porto brasileiro de Rio Grande, e entendeu como imperativas um conjunto

de ações argentinas para desenvolver a região de Misiones, na fronteira com o Brasil, notadamente os departamentos de Santo Tomé e Ituzaingó (GUGLIALMELLI, 1978, p. 140).

Figura 4 – Percepção de Guglialmelli dos objetivos estratégicos do Brasil



Fonte: Guglialmelli (1978, p. 143).

Nota: Guglialmelli percebeu na política de poder brasileira para o continente a influência de Mário Travassos. Com efeito, o mapa exposto por Guglialmelli em seu "Geopolítica del Cono Sur" resume as grandes linhas da concepção do plano viatorial de Travasso e a sua projeção para a América do Sul.

Ainda cabe dizer que a Região de Missões foi uma região de intensa disputa territorial entre Brasil e Argentina. A Argentina, por entender que a região se estendia pelo sul do Estado brasileiro de Santa Catarina, e que ela era território espanhol do Vice-reinado do Rio da Prata, reinvindicava tal território, o que aconteceu em vários momentos da história, chegando quase ao conflito armado no ano de 1908 (BANDEIRA, 2003, p. 83-84).

Um segundo intelectual que o geopolítico argentino se tornou leitor foi Golbery do Couto e Silva. Golbery é um autor de segundo pós guerra e seus textos foram escritos na década de 1950, enquanto realizava seus estudos na Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira, para serem públicados nas décadas subsequentes. Disso duas considerações devem ser feitas. A primeira delas diz respeito ao contexto que Golbery escreveu: a transição da década de 1940 para 1950 representam os anos mais instáveis da Guerra Fria (1947-1989), e o autor foi também muito influênciado pela sua experiência como combatente na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Também deve ser dito que, diferente de Travassos, que escreveu sua obra entre a década de 1920 e 1930, Golbery é um autor mais recente, e por isso contemporâneo de Guglialmelli. É importante considerar isso por que Guglialmelli vai ser uma testemunha da materialização das ideias de Travassos, ao mesmo tempo que vai ser um crítico intelectual das ideias de Golbery, ideias estas que a Guerra Fria não durou o suficiente para conhecermos o desfecho.

A primeira coisa que devemos considerar sobre Golbery do Couto e Silva, enquanto autor (e também como político) é que ele se posiciona sem nenhuma ambiguidade como defensor da causa ocidentaal na Guerra Fria. Sua postura pró-EUA é o ponto de partida de suas ideias de maneira que podemos situar ele como um dos formuladores da *Doutrina de Segurança Nacional* no Brasil. Essa postura, por si só, já torna Golbery um antagonista de Guglielmelli,

que se indentifica muito mais com o não alinhamento e anti-imperialismo.

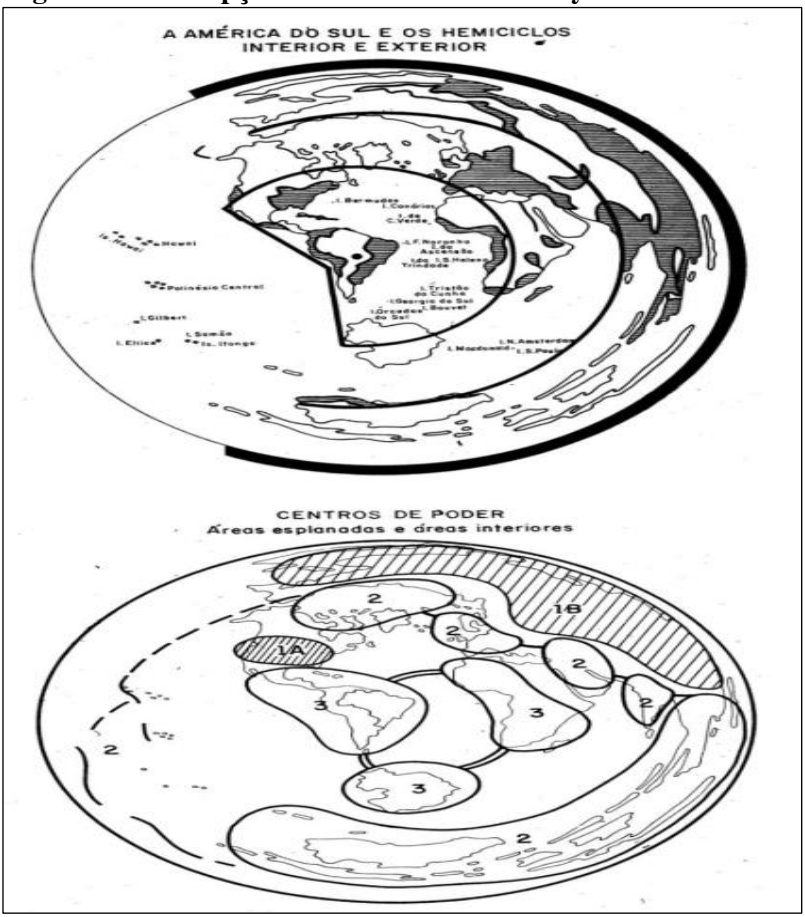
O pensamento Geopolítico de Golbery parte de uma cartografia específica, uma projeção azimutal desenhada por João Soukup (SILVA, 1981, p. 76) com o centro entre as cidades de São Paulo. Nesta projeção, as Américas formam uma espécie de eixo, junto com a Antártida e a Autrália, eixo este que separa a Oceania – ou seja, um hemisfério insular – do Atlântico, África e Eurásia . Ou seja, um planisfério nacionalista, onde o Brasil é representado no centro do mundo, e onde Golbery traçou o que ele chamou de "Hemiciclos", ou seja, uma regionalização do mundo feita com base nas distâncias que os centros de poder do mundo tinham do Brasil (Figura 5).

Seriam dois, os hemiciclos: o primeiro, com um raio de dez mil quilômetos, enquadravam toda América do Sul, boa parte da América do Norte e as costas atlânticas da África e da Antártida. O segundo hemiciclo, com um raio de quinze mil quilômetros, enquadraria a Eurásia e suas estremidades, que seria a "linha de frente" da confrontação bipolar.

Tal mapa colocaria em evidência a importância do território brasileiro, principalmente o nordeste brasileiro, para o domínio militar do Atlântico Sul. Em seguida, ainda usando a mesma projeção de Soukup, Golbery identifica que os três continentes, a América do Sul, a África e a Antártida, formam um Triângulo estratégico (ver mapa) que serviria como uma retaguarda para os EUA, caso a URSS conseguisse se estabelecer no continente africano ou na Antartida. Dessa maneira Golbery propõe uma aliança miliatar similiar a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), ou a OTASE (Organização do tratado do Sudeste Asiático) no Atlântico Sul, organização esta que o Brasil deveria ser o líder regional, não apenas por ter o melhor território, mas também por ter o regime político mais estável frente outros concorretes, como a

Argentina, dominada pelo peronismo, ou a Africa do Sul, dominada pelo Apartheid (PENNA FILHO, 2008, p. 299).

Figura 5 – Concepção hemisférica de Golbery do Couto e Silva



Fonte: Silva (1981).

Nota: Planisfério azimutal usado por Golbery para a sua concepçao geopolítica. Na representação superior, temos os "Hemiciclos", na inferior, temos em destaque a importancia do "Triângulo estratégico" América do Sul – África – Antartica para estratégia occidental de contençãao da URSS (assinalada com "1B").

Ainda que a Guerra Fria tenha se encerrado de maneira inusitada com a queda do Muro de Berlim, em 1989 e a extinção pacífica da URSS em 1991, podemos dizer que as ideias de Golbery tiveram alcance parcial uma vez que a URSS chegou a se projetar no Atlantico Sul com a independência da África Portuguesa na década de 1970 e sua adesão ao socialismo. Nessa época a África do Sul chegou a propor a criação da OTAS (Organização do tratado do Atlântico Sul), ideia que não foi bem aceita pelo ocidente dado o radicalismo do regime do Apartheid, e em palestra no Brasil no final da década de 1970, o então vice-precisente da CIA, o geopolítico Ray Cline (1918-1996) chegou uma aliança militar no Atlântico Sul que service como "Uma nova liga ateniense" (CLINE, 1980, p. 70-71).

Também deve ser citado, em favor da teorização de Golbery, a sua influência sobre a professora Therezinha de Castro, que propôs a "Teoria da Defrontação" (CASTRO, 1976), que serviu de subsídio para a diplomacia brasileira na conquista do setor brasileiro do continente antártico.

Guglialmelli, foi um crítico fervoroso das ideias de Golbery e, "Geopolítica del Cono Sur" tem um capitulo inteiro dedicado à desconstrução das ideias do brasileiro. Tal capítulo, foi intitulado "Golbery do Couto e Silva, el "destino manifiesto" brasileño y el Atlántico Sur" (GUGLIALMELLI, 1978, p. 201).

Para Guglielmelli, Golbery é primeiramente tendencioso, por que super estima a importância do Atlântico Sul e do Brasil para a Guerra Fria. Quando faz isso, Golbery quer por o Brasil em uma guerra que não é dele. Da mesma forma que Golbery quando menospresa a Argentina, acaba por conspirar contra a possibilidade de uma parceria contra a dominação que os países subdesenvolvidos sofrem. Guglielmelli, ainda defende que a ánalise de Golbery é, do ponto de vista militar, uma ánalise defasada. Defende que o autor brasileiro foi muito influenciado pela doutrina militar da Segunda

Guerra Mundial, sendo que a introdução de novas tecnologías mudaria toda a lógica espaço-temporal da guerra, de maneira que uma aliança militar no Atlântico Sul pouca inportância teria em caso de uma terceira confragração mundial.

Guglialmelli também critica a visão de Golbery por perceber a política mundial como um fenômeno predominantemente atlântico, dando pouca atenção para os Estados da bacia do Pacífico. Guglialmelli tem seu trabalho voltado para a questão das rivalidades entre o seu país e os Estado vizinhos, porém acredita na parceria dos países subdesenvolvidos e na possibilidade de cooperação com o Brasil. Mais tarde, já final de sua vida, ele vai escrever sobre a potencialidade do desenvolvimento de uma parceria entre Brasil e Argentina para a energía nuclear, parceria esta que serviría de vetor para uma aliança mais profunda entre os dois países. Mas isso é o tema para outro trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os geopolíticos brasileiros influenciaram Guglialmelli no sentido de estimularem nele um senso de imperativo estratégico. Apesar de enquadrar o Chile a o Reino Unido como rivais que a Argentina tem ao sul, ele dedica maior espaço do seu trabalho às relações entre Argentina e Brasil. Isso acontece, ao nosso ver, por dois motivos: o primeiro motivo, que foi o tema do nosso trabalho, se refere ao fato do Brasil possuir, já na década de 1960, um pensamento geopolítico amadurecido para as suas grandes questões estratégicas, em especial para sua política platina, onde a Argentina figurava como a principal opositora do Brasil.

Em segundo lugar, apesar de conceber o Brasil como um rival da Argentina, Guglialmelli percebe o aspecto dual desse setor

das relações eteriores de seu país, entendendo que o Brasil tem o potencial de se converter em um parceiro estratégico argentino, o que o autor discute no capítulo "Argentina - Brasil, enfrentamiento o alianza para la liberación" (GUGLIALMELLI, 1978, p. 171), e volta a escrever sobre essa possibilidade nos últimos momentos de sua vida. Esse aspecto do pensamento de Guglialmelli, nós pretendemos explorar em um próximo trabalho.

Assim, como leitor dos interesses nacionais argentinos, Guglialmelli é um expoente das rivalidades internacionais que afloravam no Cone Sul em sua época. Sua crítica à grande estratégia do Brasil é tão voraz como a sua crítica a presença britânica nas ilhas Malvinas. E, nesse sentido, a literatura geopolítica brasileira contribuiu como fonte de inspiração para que o geopolítico argentino diagnosticasse a situação de cerco ao território nacional e construisse a sua concepção geopolítica.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M. "A Guerra do Chaco". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 41, n. 1, 1998a.

BANDEIRA, M. **Brasil**, **Argentina e Estados Unidos**: Conflito e integração na América Do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870 - 2003). Rio de Janeiro: Editora Renavan, 2003

BANDEIRA, M. **O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998b.

BÓVEDA, J. "Diplomacia de acorazados: 1904-1915 – La política naval argentina, rehén de los E.E.U.U". **Boletin del Centro Naval**, n.831, 2011.

CARRILLO, H. **El ferrocarril al oriente boliviano**: Algunos antecedentes, la convención, notas personales. Buenos Aires: Imprensa y Casa Editora Coni, 1922.

CARRILLO, H. **Los limites con Bolivia**. Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos de L. J. Rosso y Cia, 1925.

CASTRO, T. **Rumo à Antártica**. Rio de Janeiro: Editora Freitas e Bastos, 1976.

CIRIA, A. **Partidos y poder em la Argentina Moderna (1930-1946)**. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1975.

CLINE, R. "Avaliação do poder mundial". **A Defesa Nacional – Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros**, vol. 67, n. 688, 1980.

COLACRAI, M. **El Ártico y la Antártida em las relaciones internacionales**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

DI RENZO, C. A. "Geopolítica, desarrollo económico y política exterior: Juan Enrique Guglialmelli y su proyecto de nación en la Revista Estrategia, 1969-1983".**Folia Histórica del Nordeste**, n. 38, 2020.

ESCUDÉ, C. **Apuntes sobre los orígenes del nacionalismo territorial argentino**. Buenos Aires: UCEMA, 2008.

ESCUDÉ, C.; CISNEROS, A. "Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas". **Portal de História, Relaciones Internacionales y**

Estudios Judaicos [2000]. Disponível em: <www.argentina-rree.com> Acesso:30/01/2024.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

GUGLIALMELLI, J. E. **Geopolítica del Cone Sul**. Buenos Aires: Editora El Cid, 1978.

LACOSTE, P. "Argentina, Chile y los Pactos de Mayo (1902)". **Revista Diplomacia**, n. 89, 2002.

LUNA, F. **Argentina**: de Perón a Lanusse, 1943-1973. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974.

LUNA, F. **Golpes militares y salidas electorales**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.

MAHAN, A. T. **Influencia del poder naval en la historia**. Madri: Ministerio de Defensa, 2007.

MELLO. L. I. **Argentina e Brasil**: A balança de poder no Cone Sul. São Paulo: Editora Annablume, 1996.

PENNA FILHO, P. **O Brasil e a África do Sul**: o arco atlântico da política externa brasileira (1918-2000). Porto Alegre: FUNAG, 2008.

SILVA, G. C. **Conjuntura política nacional o poder Executivo e Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Olympio, 1981.

STORNI, S. R. **Intereses argentinos en el mar**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1967.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

CAPÍTULO 2

A Estrutura Espacial Militar de Fronteira na Amazônia Brasileira

A ESTRUTURA ESPACIAL MILITAR DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Ana Beatriz Castro de Jesus

Fredson Bernardino Araújo da Silva

Thiago Oliveira Neto

Este capítulo versa sobre uma análise geopolítica referente às estruturas militares na fronteira da Amazônia brasileira, mencionando os significados, tipos de estruturas como as bases fixadas e as bases móveis flutuantes, assim como pontua-se a importância das estruturas no âmbito de uma geopolítica de securitização das fronteiras para as ameaças centradas de grupos que possuem vínculos com atividades ilegais.

As estruturas militares apresentam diferentes espacialidades e significados que remetem a um conjunto de ações oriundas de interesses do Estado e das forças armadas, correspondendo por objetivos geopolíticos que foram imaginados a partir de uma perspectiva clássica da geopolítica.

Nesse contexto, este texto traz um conjunto de reflexões e de análises sobre as estruturas militares nas fronteiras, chamando atenção, de início, que este estudo assume uma posição crítica e de não alinhamento às correntes conservadoras e/ou liberais. E, a partir do tema abordado, é possível notar uma aproximação entre o pensamento conservador e as práticas espaciais do sistema militar brasileiro, especialmente no que se refere à sensibilidade geopolítica do espaço fronteiriço. Desse modo, o presente trabalho faz uso do método dialético, que comporta a crítica aliada à descrição do objeto.

A partir desse pressuposto metodológico que permite compreender as diferentes nuances e as formas-conteúdo que se fazem presente no âmbito das estruturas militares na fronteira, busca-se, ao longo deste texto, analisar a estrutura espacial militar de fronteira na Amazônia brasileira. A tese que fundamenta este trabalho é construída a partir da interpretação crítica sobre o pensamento geopolítico de controle e de defesa do território, que tem origem e presença forte de um conservadorismo, expresso pelas diferentes políticas territoriais de defesa e de integração da Amazônia, principalmente quando coloca esta porção territorial como "espaço vazio" ou "espaço problema" e afins. Para isso, a noção de estrutura espacial compreende outras que serão privilegiadas na análise, destaca-se: sistema de objetos e sistema de ação, "grandes objetos", gestão do território e prática espacial.

Esta pesquisa foi realizada por meio de três tipos de levantamentos: i) de discussões teóricas sobre geopolítica e fronteira; ii) de informações e dados em jornais e sites oficiais; iii) trabalhos de campo realizados na fronteira entre os anos de 2013 e 2024. Os levantamentos de informações e de discussões possibilitam identificar que existe um movimento de inserção de novos objetos técnicos voltados à segurança das fronteiras, principalmente pelos rios.

Para melhor abordar a temática, o capítulo está dividido em três partes. A primeira parte pretende realizar um breve resgate histórico sobre a importância de certos fixos para o controle territorial na Amazônia. A segunda parte versa sobre a gestão do território do Exército na administração de seu espaço de atuação. A terceira parte considera os principais elementos técnicos do sistema que são mobilizados pela ação da instituição militar.

A DIACRONIA DO ESPAÇO AMAZÔNICO A PARTIR DOS FIXOS PARA O CONTROLE TERRITORIAL

Na perspectiva da geopolítica clássica, as fronteiras foram entendidas como partes vitais do Estado, onde poderia ocorrer expansão, com apropriação de terras, ou retração, via perda de terras. No âmbito do debate liberal, houve a difusão de ideias como "fim das fronteiras" e de paz após 1991, porém, o que se observou foi o contrário, vide o aparecimento de problemas nas fronteiras não mais ligados à expansão territorial dos Estados nacionais, mas de grupos sociais que atuam no espaço fronteiriço e que geram o aprofundamento de diversos problemas sociais, por exemplo, a expressão de circuitos espaciais ilegais (MACHADO, 2011a).

Desse modo, a fronteira historicamente foi vista como uma área sensível do território, essa tradição de pensamento tem como precursor o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1980), que compreendia a fronteira como invólucro do Estado-nacional dentro do qual o mesmo se desenvolveria, ela retrataria também apenas um momento do desenvolvimento do Estado, podendo ser alterado no decurso do tempo, sendo, portanto, móvel. Isso se diferencia da discussão de outros autores, por exemplo, o francês Michel Foucher e o brasileiro André Martin que entendem a fronteira como um limite político (MARTIN, 1994).

As fronteiras, como mencionam Michel Foucher e Ricardo Nogueira, apresentam três compreensões principais do espaço: controlado; percebido; vivido (FOUCHER, 1992; NOGUEIRA, 2004; 2007). Na primeira, identificamos elementos clássicos e até conservadores no que refere-se à fronteira enquanto faixa territorial que reúne os mais diversos problemas de segurança referentes aos ilícitos, necessidade de vigilância da sociedade e dos diferentes grupos sociais, sejam envolvidos em atividades ilícitas ou não. A

segunda se destaca pela ideia e/ou a imagética que se cria sobre o espaço da fronteira, isto é, a visão exterior ao lugar. Já na terceira, privilegia-se o olhar e as relações que se criam na experiência *in loco*. Entende-se que a estrutura militar organizada pelo Estado brasileiro se aproxima mais do primeiro entendimento (espaço controlado), atualmente, como elemento de contenção dos circuitos ilegais, numa perspectiva conservadora, deixando de lado outros elementos importantes da zona fronteiriça que é também um espaço vivido e que demanda ações do Estado em serviços ou na dinamização da economia de serviços e de pequenas indústrias (NOGUEIRA *et al*, 2018).

Machado (2011b) destaca que o sucesso do circuito ilegal nas fronteiras deve-se a dependência das conexões locais, pois estas são alicerçadas em "complexas e instáveis redes de informação e comunicação". Vale ressaltar que as atividades ilegais nas fronteiras existem há séculos, o que, como supracitado, culminou em um pensamento que visava o controle via "fechamento" das fronteiras. A autora refere-se às ações voltadas para a resolução ou exposição das redes ilegais nas fronteiras como uma "nova" geopolítica da segurança, ainda que, em alguns momentos, haja uma discordância no que se refere ao "fechamento" de fronteira, como forma de solucionar conflitos que emergem dessas atividades ilegais (MACHADO, 2011b).

Complementa-se que essas redes ilegais podem ser entendidas a partir da diferenciação dos seus circuitos de inserção no tráfico de drogas e atividades relacionadas, a exemplo do contrabando de armamentos. Esses circuitos são denominados: i) superiores, sendo estes caracterizados pelas estratégias de decisões referentes ao âmbito organizacional de operação e administração das atividades ilegais referentes exclusivamente ao mercado internacional. Por isso, as fronteiras consistem em áreas imprescindíveis, pois possibilitam acessar a escala regional, o que

faz com que esse circuito maior intermedie a regulamentação das operações nesta escala. Essa regulamentação está voltada principalmente para fins financeiros e logísticos do país, além de firmar sociedades; ii) inferiores, relacionado a demanda de produção e a manutenção da rede de circulação de substâncias derivadas da folha de coca (*Erythroxylaceae nativa*), para isso, faz-se necessária a mão de obra. É válido ressaltar, segundo Machado (2011b, p. 84), que a mobilização dessas massas, podendo ser dos setores rurais ou urbanos marginais, "não pertencem à categoria dos produtores diretos da coca". Essa análise feita por Lia Machado baseia-se nos dois circuitos da economia urbana apresentados em Santos (1979), embora, neste caso, a escala e a distribuição das ações sejam distintas.

Conforme Machado (2011a), na primeira década do século XXI, o Exército, em particular, expandiu sua atuação na fronteira internacional do Brasil, especialmente na porção amazônica do território, fato que ocorreu, conforme afirma a autora, apesar de restrições orçamentárias. Para além das ações da última década do século XX[3], o Exército ampliou quantitativamente os batalhões no arco norte fronteiriço. Do ponto de vista das funções desses elementos no sistema técnico, a autora descreve que os batalhões "realizam serviços de inteligência, tem papel simbólico e efetivo de força de segurança passível de ser mobilizada em situações de tensão ou conflito, tanto locais quanto regionais; e, principalmente, tem prestado serviços sociais à população no terreno" (MACHADO, 2011a, p. 99). Nesse sentido, os batalhões de fronteira são alguns dos principais fixos da estrutura espacial estatal que, associados a outros

[3] Sobre o século passado, a autora menciona especificamente o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) vinculado à Aeronáutica, política territorial de controle do espaço aéreo, e o Programa Calha Norte (Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas: Projeto Calha Norte) desenvolvido no âmbito do Ministério da Defesa, que instalou bases e infraestruturas com a finalidade de garantir a "soberania nacional".

objetos, ilustram um quadro complexo de como o sistema militar pensa seu espaço de atuação.

A ideia de controle territorial se apresenta ainda no período de colonização da Amazônia aliada às estratégias de ocupação, com destaque para os fortes, que estavam inseridos nas diretrizes militares e tinham como objetivo assegurar o território (SILVA; OLIVEIRA NETO, 2022). Nesse sentido, destaca-se que as ações e estratégias de caráter militar acompanham as dinâmicas geopolíticas de maneira contínua até o período atual, sobretudo no que diz respeito à integração e controle do território.

Embora as fortificações não tenham atendido a sua função principal de forma plena, se voltaram à defesa e à conquista territorial, além disso, serviram como vetores de polarização tanto de trabalho quanto de cultura, favorecendo as dinâmicas de ocupação por parte dos europeus na Amazônia. Dado esse contexto, e levando em consideração que as estratégias militares ainda acompanham as ações geopolíticas, deve-se salientar que é importante destacar o papel desempenhado pelas rugosidades durante o processo de se analisar o interesse em contemplar esses lugares estratégicos.

Acerca disso, como já destacado por Silva e Oliveira Neto (2022), essas ações desempenharam um papel fundamental no que diz respeito ao deslocamento de militares, sobretudo do Sul do Brasil em direção à área fronteiriça amazônica. As dinâmicas estruturais de caráter militar, especialmente aquelas situadas nas faixas de fronteira, representam uma forma espacial complexa que remete ao processo de formação territorial que foi alicerçado em um circuito espacial que envolve uma dinâmica que vai desde a produção até o consumo.

No período atual, as estruturas militares existentes foram sendo postas e ampliadas desde a década de 1980, com objetivo de conter a expansão de atores que possuem vínculos aos circuitos

ilegais como tráfico de drogas, armas, grupos de guerrilheiros, minérios e de pessoas, mas deve-se mencionar que no processo de formação socioespacial da Amazônia, houve diferentes formas espaciais que foram sendo criadas para estabelecer o controle territorial, com enfoque em "vigiar" os fluxos pelo território. Entre os séculos XVI e XIX, os fortes foram elementos fundamentais construídos pela coroa portuguesa e, posteriormente, administrados pelo império brasileiro para demonstrar a presença de um ator político nas fronteiras e também representou o primeiro sistema de engenharia voltado para o controle territorial dos fluxos na Amazônia brasileira (não-indígena). Na contemporaneidade, os fortes representam apenas símbolos histórico-territoriais, por exemplo, para aqueles que ainda resistem às intempéries do tempo, representam rugosidades que nos ajudam a compreender a ocupação política da Amazônia até o final do século XIX.

O controle territorial no momento atual é exercido pelo Estado por meio de diversos sistemas de engenharias fixos e móveis voltados à securitização do território, principalmente contra as ameaças de atores não estatais. Um desses sistemas são os Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs), estes correspondem a modernos sistemas de objetos que desempenham função de bases militares que visam o exercício de uma idealização do monopólio da violência pelo corpo militar do Estado-nacional brasileiro.

Essas estruturas que podem ser fixadas, como os PEFs, ou móveis, como o caso das bases flutuantes ou demais meios técnicos utilizados para a vigilância, correspondem por elementos que fazem parte de uma gestão do território[4] pelo Estado, mas uma gestão

[4] As estruturas militares na fronteira amazônica apresenta uma espacialidade que remete à uma gestão militar com objetivo de securitização das fronteiras, apresentando objetivos geopolíticos clássicos, conservadores e atuais, remetendo o que Marques (2018, p. 18) pontua que "o Estado Nacional apresenta uma visão positivista no tocante a organização espacial do seu território" no que tange às noções de ordem enquanto imperativo, progresso e nas relações de causa e efeito.

militar e com objetivos centrados na defesa, segurança e proteção territorial das fronteiras. Contudo, elementos clássicos e até conservadores se manifestam nessa tríade, principalmente quando se observa como a Amazônia é compreendida desde o século XIX, enquanto região "despovoada" e que tal fração territorial deveria ter suas fronteiras defendidas para se desenvolver plenamente no âmbito econômico e social, logo, identifica-se os geografismos, como menciona Lacoste (1988), e a reprodução de uma noção colonial de região "vazia".

A GESTÃO DO TERRITÓRIO MILITAR DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

No que se refere a estrutura espacial, empiricamente, administração e técnica cada vez mais, não se separaram, porém, esse tópico pretende privilegiar a administração — e o seguinte tópico os sistemas técnicos —, como forma de melhor explicitar a discussão.

A estrutura militar de fronteira atualmente, em particular os batalhões, é abordada pela atuação do Estado, que pode ser analisada a partir de três aspectos:

a) as bases (batalhões, pelotões, etc.) representam a securitização do Estado nas fronteiras, principalmente para coibir ilícitos;

b) as bases também representam uma política de Estado que representa ainda um princípio clássico da geopolítica de controle territorial;

c) presença das forças armadas com infraestruturas que são utilizadas pelos militares e com serviços para

> atender a população como o caso do hospital de Tabatinga (AM) (NOGUEIRA *et al*., 2018).

A gestão do território militar na Amazônia faz uso de diversas práticas espaciais. A mais evidente entre elas é a regionalização em função da organização espacial pelo Exército brasileiro, que se realiza por meio de fragmentação espacial (CORRÊA, 1992). Neste caso, até o ano de 2013, o território da Amazônia brasileira clássica[5] era gerido integralmente pelo Comando Militar da Amazônia (CMA), a porção oriental se desmembrou, sendo criado o Comando Militar do Norte (CMN). Portanto, o CMA passou a ser responsável apenas pela Amazônia Ocidental, o que corresponde aos estados de "Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas. Para fazer frente à Amazônia Oriental, criou-se o CMN, cuja área de atuação integra os Estados do Amapá, do Pará, do Maranhão e o norte do Tocantins" (CMN, 2022). Assim, identifica-se as duas principais centralidades da estrutura militar de fronteira na Amazônia: as sedes do CMA (Manaus-AM) e do CMN (Belém-PA).

Explica-se que a fragmentação é uma prática espacial que se constitui no "processo de divisão do espaço em razão da intensificação da atuação da corporação, que leva à implantação de novas unidades [...]. A cada unidade é atribuída, de modo formal ou não, um dado território" (CORRÊA, 1992, p. 37). O sentido dessa mudança pode ser encontrado no discurso oficial, quando o Exército brasileiro explicita que a criação do CMN teve como "objetivo de aumentar a capacidade operacional, o gerenciamento administrativo e proporcionar melhores condições de emprego da Força Terrestre, em face do espaço estratégico da foz do Rio Amazonas e das diversas

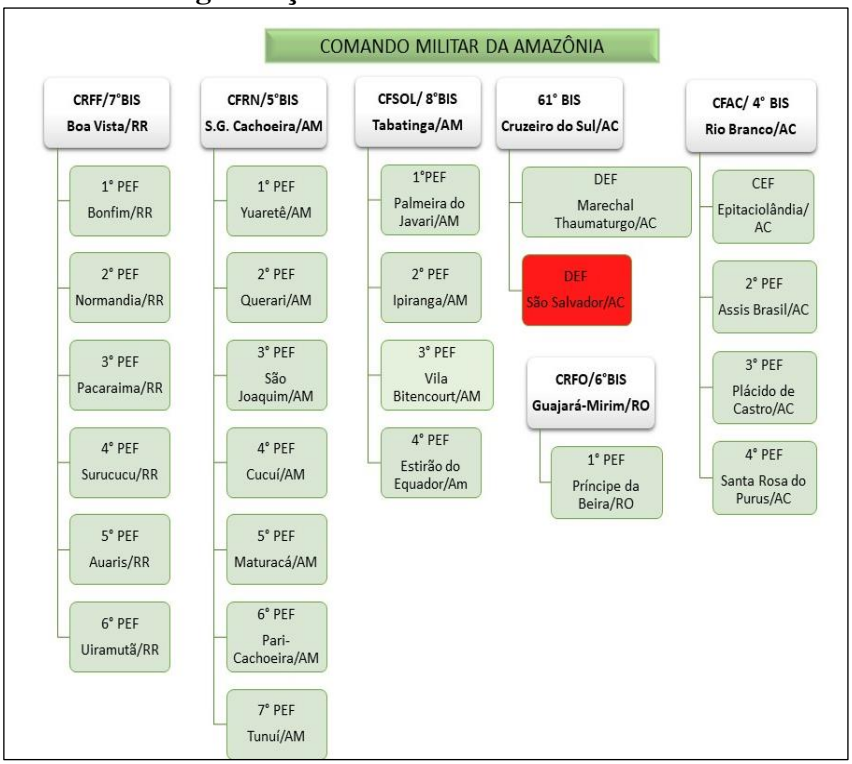
[5] A formação socioespacial da Amazônia brasileira clássica contempla: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará e Amapá.

Infraestruturas Estratégicas da Região" (CMN, 2022)[6]. Neste sentido, os Comandos Militares (CMs) aparecem como centro regionalizados do poder militar, que guardam certa autonomia macrorregional, apresentando características de sede máxima de comando em seus respectivos territórios de atuação.

Seguidamente, o Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) aparece como fixo intermediário na gestão do território militar de fronteira na Amazônia. Com conexão direta na linha de comando de fronteira, contam-se sete BIS sob o CMA e dois BIS que se reportam ao CMN (Figura 1 e 2). O BIS guarda configuração comum aos demais batalhões de infantaria distribuídos pelo território brasileiro, porém, conforme o militar brasileiro Andrade (2020, p. 50), "apresentando como diferença mais notável a vocação para operar em área de selva sob quaisquer condições climáticas ou meteorológicas". Na verdade, o que se nota é a presença do pensamento conservador nesse discurso, associando-se, de maneira mais ou menos consciente, com aspectos de determinismo ambiental/geográfico, como se a organização da sociedade (civil ou militar) dependesse primordialmente das condições do ambiente natural. Vale ressaltar também que nessa visão está contida uma noção de Amazônia que parte da natureza primeira, esta que demandaria ser "explorada", desse modo, olvidando a complexidade do conjunto da sociedade existente do lugar.

[6] Nas palavras do então Comandante do Exército: "'As mudanças que marcaram a história recente do país provocaram o estabelecimento de diferenças marcantes entre as realidades econômicas, sociais, ambientais, políticas e estratégicas das Amazônias Ocidental e Oriental. Em consequência, como reconhecimento da importância de Belém e de sua área de influência, ativa-se, nesta data, o Comando Militar do Norte. Rompem-se, portanto, os vínculos que por séculos identificaram e uniram toda a estrutura militar terrestre na Amazônia.' – Comandante do Exército, General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, em 26 de junho de 2013" (CMN, 2022).

Figura 1 - Alterações recentes na organização militar de fronteira do CMA

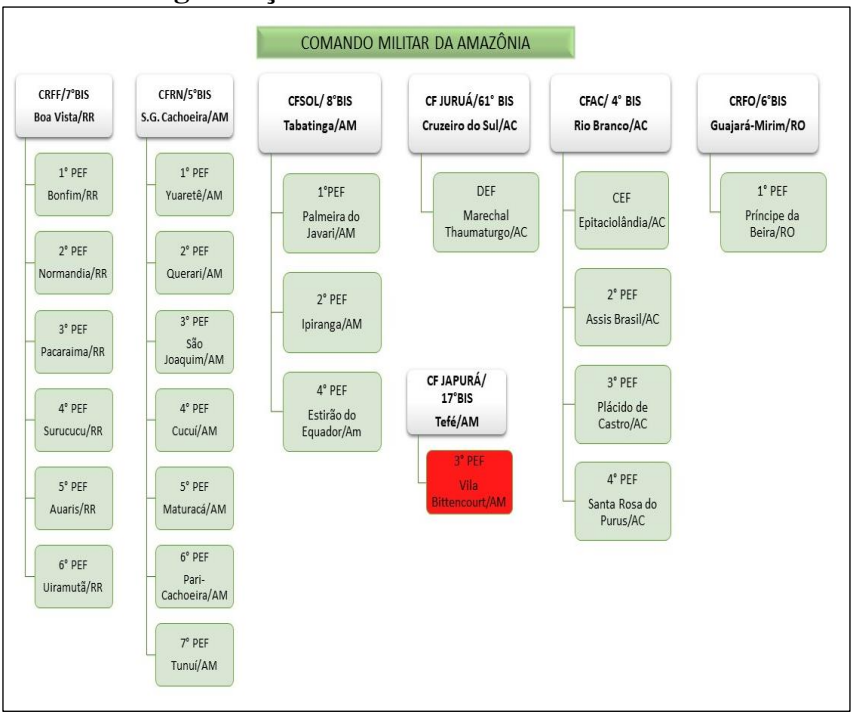


Fonte: Elaboração própria. Baseada em: CMA (2024).

Entre os dias 2 e 8 de março de 2024, foi possível verificar uma mudança na estrutura do CMA e seus BISs. Nesse intervalo, foi adicionado o 17º BIS (Tefé-AM) ao organograma oficial de fronteira (CMA, 2024) que, desde então, passou a comandar o 3º Pelotão Especial de Fronteira (Vila Bittencourt-AM), anteriormente comandado pelo 8º BIS (Tabatinga-AM). Ou seja, houve uma nova fragmentação espacial de escala intermediária, que ocorreu durante o desenvolvimento desta pesquisa. Em termos logísticos, isso

significou uma alteração substancial, uma vez que o BIS original de comando (Tabatinga-AM) está a cerca de 325 km em linha reta, estando o atual BIS de comando (Tefé-AM) por volta de 570 km em linha reta do referido PEF (Vila Bittencourt-AM) (Figura 1).

Figura 2 - Alterações recentes na organização militar de fronteira do CMA



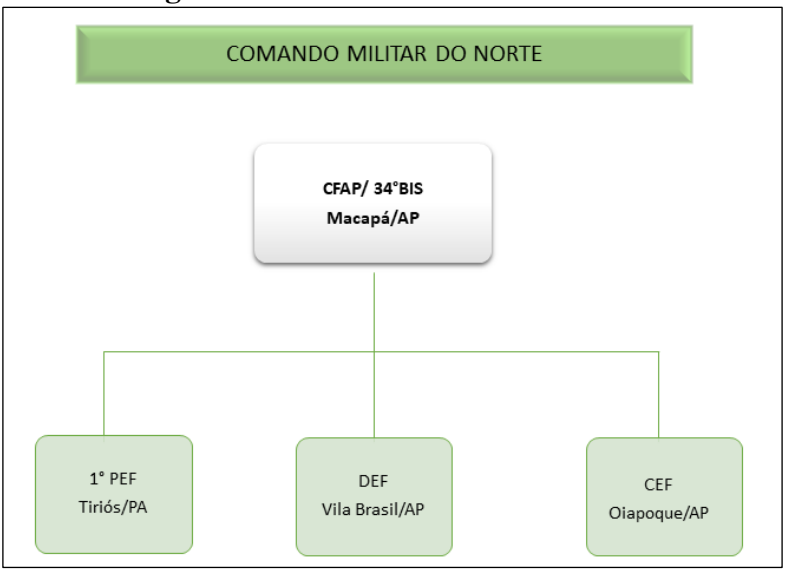
Fonte: Elaboração própria. Baseada em: CMN (2024).

Em vista da extensa zona de fronteira na Amazônia Ocidental, o CMA dispõe de 21 PEFs. Os PEFs representam, no período atual, mecanismos de efetivar a presença brasileira na faixa

de fronteira com infraestruturas, militares e serviços. Além disso, os PEFs correspondem ainda pela ação Estatal de integração psicossocial que foi iniciada décadas anteriores e que se mantém em vigor com os estabelecimentos militares nas fronteiras (AGÊNCIA SENADO, 2006).

No caso do CMN, que é responsável por uma faixa de fronteira muito menor que o CMA, apresentam-se apenas quatro fixos principais à gestão do território. São compostos por um PEF, um DEF, um BIS e a própria sede do CM.

Figura 3 - Comando Militar do Norte



Fonte: Elaboração própria. Baseada em:CMN (2024).

Fato que mais chama atenção nessa configuração é que a estrutura militar de fronteira do CMN não segue integralmente os limites político-administrativos estaduais, porque o 1º PEF (Tiriós-

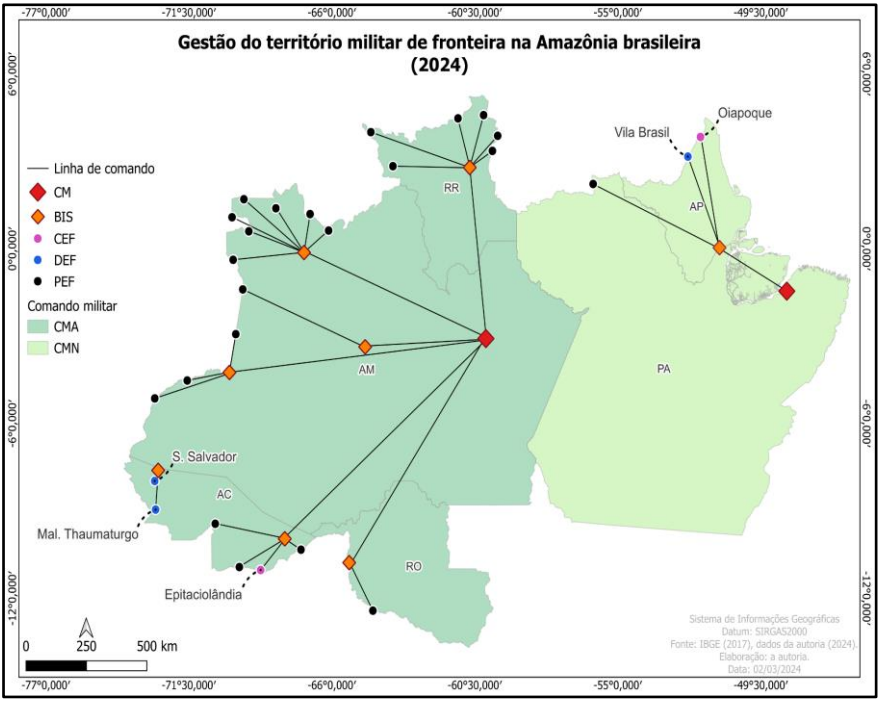
PA), juntamente da Companhia Especial de Fronteira-CEF (Oiapoque-AP) e do DEF (Vila Brasil-AP), respondem ao 34º BIS (Macapá-AP), isto é, há uma PEF no território paraense que responde a um BIS amapaense que, por sua vez, está submetido às diretrizes da sede do CMN (Figura 3), localizada na capital do Pará. Nesse ínterim, menciona-se que o CMN apresenta uma defasagem considerável para o acesso de informação nos seus meios de comunicação oficiais, se comparado com o CMA, em particular, no que se refere à estrutura organizacional.

Portanto, a relação espacial nessa estrutura é essencialmente hierarquia, no sentido de haver centros de comando que organizam as atividades do sistema. O acontecer hierárquico no contexto do espaço se dá em função de forças centrífugas; da informação privilegiada que incide sobre o território, por exemplo. Nas palavras de Santos (2006, p. 167) "um centripetismo do outro", aqui o *outro* é a linha de comando e, sem exagero, a própria gestão do território no sentido da fronteira ser compreendida como um espaço a ser objetivamente controlado. No domínio das relações espaciais hierárquicas, há a primazia da norma e da política (instância jurídico-política) em detrimento da técnica, esse entendimento se acentua ao entender que a gestão do território, bem como sua construção institucional, tem como um dos princípios a concepção conservadora de "hierarquia" aplicada ao contexto militar. Como não poderia ser diferente, essas relações ocorrem no espaço e a ele se relacionam (Figura 4).

Por fim, o *comando* militar de fronteira se realiza em redes hierarquicamente organizadas por meio de "verticalidades" (SANTOS, 2006), isto é, a gestão do território ocorre através da teleação das centralidades sobre as marginalidades da fronteira. Essa configuração atual somente é possível pelos sistemas técnicos da atualidade, que oferecem uma capacidade sem precedentes para realizar projetos. O quadro atual pode ser interpretado, de forma

materialista, como uma manifestação do “poder” e de um exercício da geopolítica.

Figura 4 - Mapa da gestão do território militar de fronteira na Amazônia brasileira - 2024



Fonte: Elaboração própria (2024). Baseada em: IBGE (2017).

GEOPOLÍTICA E SISTEMAS TÉCNICOS NO ESPAÇO MILITAR DE FRONTEIRA

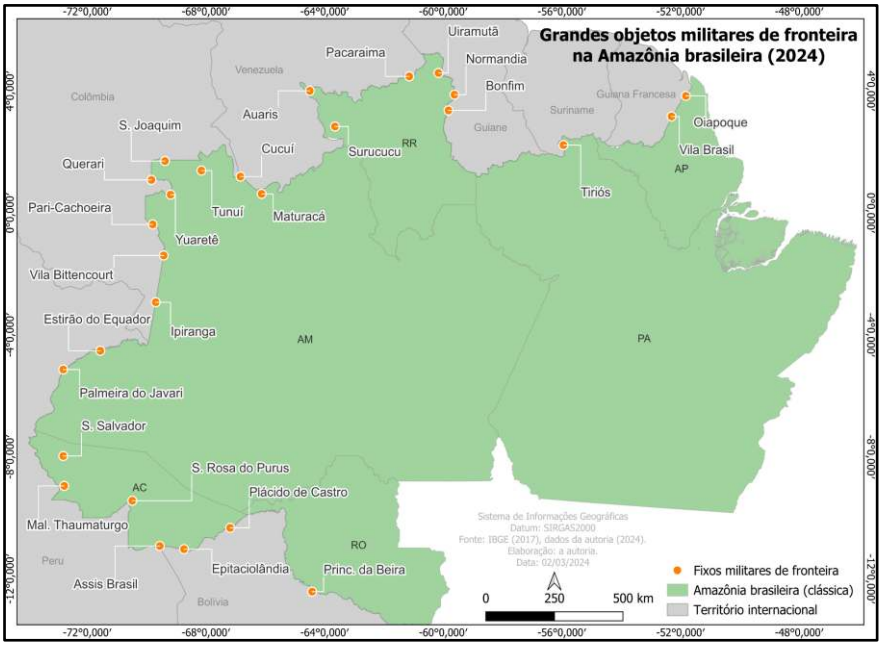
A zona da fronteira brasileira na Amazônia apresenta uma espacialidade que guarda nas redes uma culminância de

particularidades. Nogueira (2008) elenca três aspectos gerais que auxiliam o entendimento dessa complexa relação sociedade\espaço na região da Amazônia brasileira fronteiriça: i) as cidade gêmeas, um tipo de cidade amazônica, um par de objetos citadinos, onde cada cidade corresponde a um certo país, sendo próximas ou conurbadas, havendo, na escala local, intenso fluxo de pessoas, mercadorias, finanças e informações, não obstante, sob o contexto nacional, especialmente por conta da instância jurídico-política, o âmbito da vida urbana apresenta uma unidade de contradições, haja visto a diferenciação normativa de cada território nacional; ii) a importância da exploração de recursos naturais, onde historicamente a busca pela borracha, caça, pesca e madeira, bem como seus respectivos circuitos da produção, são elementos substantivos para a compreensão do aspecto produtivo no modo de vida urbano amazônico; iii) relativo ao enfoque locacional, o espaço fronteiriço tende a reunir uma malha institucional, como o aparato militar, voltado à defesa dos limites territoriais, bem como uma base técnica voltada à comunicação e trânsito com os principais centro de comando.

A terceira característica é a mais relevante para este estudo. O sistema militar, com destaque para a espacialidade fronteiriça, mobiliza um conjunto de objetos, tendo como finalidade primeira a defesa.

Os PEFs e seus correlatos (DEFs e CEFs) são "grandes objetos" que, sobretudo, na zona de fronteira, funcionam como expressões do meio técnico-científico informacional, mas que não necessariamente é difundido integral ou parcialmente para a sociedade civil dos lugares aos quais esses objetos estão situados. A vinculação da ideia de "grandes objetos" com o meio técnico-científico informacional na Amazônia é proposta por Trindade Jr. (2010), que no caso da faixa de fronteira apresenta uma diversidade de PEFs com base na Figura 5.

Figura 5 - Mapa dos "grandes objetos" militares de fronteira na Amazônia brasileira - 2024



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: IBGE (2017).

A noção de "grandes objetos", empregada neste contexto, refere-se à carga de densidade técnica presente na fronteira - como pistas de pouso, abrigos, portos e outros objetos construídos -, remetendo-se a uma noção geopolítica de gestão e controle territorial. Isso difere da noção original associada ao termo "grandes projetos", a qual está vinculada a projetos de extração de recursos naturais, transportes e geração de eletricidade na Amazônia para atender às demandas econômicas.

Na Figura 5, fica claro que parte das bases militares está situada em cidades ou em áreas que enfrentaram tensões devido à presença de grupos paramilitares na Colômbia. Isso exigiu uma

ampliação das bases entre as décadas de 1980 e 1990 no município de São Gabriel da Cachoeira. Por outro lado, no estado do Acre, a expansão da influência do grupo marxista Sendero Luminoso na Amazônia peruana (IOKOI, 1990) resultou na necessidade de reforçar a segurança na faixa de fronteira. Isso foi feito tanto para conter os avanços do grupo na fronteira quanto para coibir possíveis crimes e circuitos ilícitos.

Apesar da disposição espacial das bases militares na Amazônia, é importante notar que existem concentrações e áreas com poucas dessas estruturas. As concentrações ocorrem devido a tensões recentes, como a presença de vilas e cidades fronteiriças e a conectividade fluvial ou rodoviária com os países vizinhos. No entanto, há áreas onde não existem cidades gêmeas e as bases militares estão localizadas dentro de Terras Indígenas, sem fluxos transfronteiriços como observado em cidades fronteiriças como Tabatinga e Leticia.

Nessas áreas, há uma escassez de estruturas militares, o que corresponde também à dispersão da sociedade no espaço regional amazônico. Existem áreas sem a presença de aglomerados urbanos ou infraestrutura técnica, destacando-se a existência de poucas bases em uma região fronteiriça entre os estados do Amapá, Pará e Sul de Roraima, que fazem fronteira com a Guiana Francesa (enfrentando problemas com garimpos ilegais), Suriname (com problemas relacionados a garimpos e tráfico de drogas) e Guiana (que enfrenta tensões fronteiriças com a Venezuela).

Essa questão de poucas bases nas áreas mencionadas está também relacionada à hipótese lançada por Dhenin de que “carece ainda muito de recursos humanos e financeiros para sustentar de forma eficiente as demandas das populações locais, sejam elas demandas sociais ou demandas de segurança” (2012, p. 01).

Nesse contexto de áreas sem PEFs, existe uma proposta de novas instalações militares na fronteira como menciona Dhenin (2012, p. 07-08) com um total de 28 com menção a instalações existentes e outras que não foram construídas:

- Estado do Amapá: (4) Vila Brasil, Queriniutu , Jari e Amapari;
- Estado do Pará: (4) Tiriós, Curiaú, Cafuni e Trombetas;
- Estado de Roraima: (6) Entre Rios, Jacamim, Vila Contão, Serra do Sol, Ericó e Uaiacás;
- Estado do Amazonas: (7) Demini, Jurupari, Marauiá, Tunuí, Traíra, Puruê e Bom Jesus;
- Estado do Acre: (4) São Salvador, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Iaco;
- Estado de Rondônia: (3) Surpresa, Rolim de Moura e Pimenteiras do Oeste.

O aparato técnico voltado para a vigilância na Amazônia brasileira não se restringe apenas aos objetos fixos, como os PEFs. Estes foram estabelecidos para servir como base para as operações de vigilância, adaptando-se às características do espaço regional amazônico, com suas fronteiras porosas e a fluidez territorial predominante ao longo dos rios na faixa de fronteira. Como resultado, uma variedade de mecanismos técnicos foi instituída no território para ampliar a vigilância e combater ilícitos, principalmente por meio da instalação de bases fluviais de fiscalização nos rios Solimões e Negro.

Figura 6 - Base Arpão no rio Solimões



Fonte: Trabalho de campo (2024).

No rio Solimões, existem duas bases fixas (Anzol e Arpão) localizadas nas margens do rio (conforme mostrado na figura 6), além de bases móveis que patrulham a calha principal e os afluentes e rios secundários[7].

Essas Bases Flutuantes de Segurança Pública (BFSP), embora administradas estadualmente pela Polícia Militar, desempenham um papel crucial na vigilância do território. Elas funcionam como um complemento às atividades de segurança e vigilância, especialmente

[7] A ria fluvial corresponde pelos rios de foz afogada e que formam enorme lagos como o caso das áreas onde estão as cidades de Coari e Tefé.

quando se considera que o problema que afeta as fronteiras na Amazônia brasileira não é mais predominantemente uma disputa territorial entre países com litígios, mas sim envolve grupos armados ligados a atividades ilícitas.

Figura 7 - Base fluvial móvel no rio Uarini com a presença de embarcações menores e de viatura da polícia em terra



Fonte: Trabalho de campo (2024).

As bases móveis são divididas em dois tipos de estruturas: i) bases que são fixadas temporariamente em uma parte dos rios; ii) bases que circulam pelos rios com o apoio de embarcações de menor porte para fazer a fiscalização em rios ou no *front* antes do atracamento da base fluvial (Figura 7).

Essas bases, juntamente com outras unidades fluviais existentes no Amazonas e Pará, representam a possibilidade de interiorização da vigilância ao longo das calhas dos rios, diferenciando-se das estruturas fixas como os PEFs e outras bases na

fronteira. Além disso, as bases fluviais garantem a continuidade das operações de controle territorial, mesmo sendo administradas pelas secretarias estaduais de segurança.

Nesse contexto, é relevante mencionar o trabalho de mestrado de Marques (2018, p. 07), que abordou o programa Estratégia Estadual de Segurança Pública nas Fronteiras (ESFRON) do Governo do Amazonas. Este programa se inseriu nos acordos estabelecidos no âmbito do programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), "criado pelo governo federal para unificar esforços no combate aos delitos que ocorrem nas bordas do território brasileiro, os quais afetam a sociedade como um todo". O processo de ampliação da vigilância no Amazonas teve início em 2011 (AMAZONAS, 2024), com a instalação inicial de bases nas cidades como São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga, marcando uma década de esforços nesse sentido. Nos últimos anos, houve avanços significativos com o deslocamento dos aparatos militares, principalmente da Polícia Militar, para as vias fluviais, o que resultou em uma ampliação da vigilância do território. Esse esforço é coordenado por operações conjuntas envolvendo diversas instituições, como a Polícia Federal e as Forças Armadas, principalmente ao longo das fronteiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fronteiras apresentam diferentes objetos geográficos que representam a presença do Estado, os quais auxiliam na gestão territorial tanto em termos militares quanto de securitização do território. Esses objetos refletem elementos de uma geopolítica clássica de vigilância, em resposta a uma potencial ameaça percebida/imaginada (como o avanço territorial de um país) ou real

(a presença de grupos envolvidos em atividades ilícitas) nas zonas de contato internacionais.

A preocupação do Estado com a fronteira inclui a necessidade contínua de monitorar a circulação e o transporte que ocorrem na região fronteiriça, bem como de conter e monitorar as possíveis forças centrífugas. Estas podem ser formadas principalmente pela eclosão de problemas como comércio ilícito, migrações internacionais e questões sociais entre grupos que habitam a zona fronteiriça.

Além do papel de vigilância do território, é importante destacar que as estruturas militares desempenham um papel crucial como bases de comunicação e na prestação de serviços básicos para os diversos grupos sociais que habitam as regiões fronteiriças. Essas estruturas militares muitas vezes representam a única presença do Estado nas áreas periféricas, sendo capazes de oferecer serviços essenciais à população, como é o caso de Tabatinga e outras cidades, principalmente distritos e vilas localizadas nas fronteiras.

Em resumo, as bases militares (PEFs ou fluviais) representam estruturas do Estado que demonstram uma capilaridade e atuação em áreas territoriais específicas. Entretanto, certas regiões territoriais tendem a ter uma concentração de bases, como é o caso do Noroeste do estado do Amazonas e do estado do Acre, enquanto outras áreas, como o Amapá, Pará e sul de Roraima, têm uma presença mais escassa de bases. Isso indica que o Estado direciona seus recursos para os recortes territoriais que apresentam tensões significativas (isóbaras políticas), enquanto áreas com poucas tensões, ou com tensões que não representam ameaças diretas, recebem menos atenção. Apesar disso, é importante observar que existem problemas, como os garimpos ilegais na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, que demandam uma resposta por parte das autoridades.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. "Pelotões de fronteira são os braços mais distantes do Exército na Amazônia". **Agência Senado** [2006]. Disponível: <www.senado.leg.br>. Acesso em: 08/03/2024.

AMAZONAS. "Segurança na Fronteira". **Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas** [2024]. Disponível em: < www.ssp.am.gov.br> Acesso em: 10/03/2024.

ANDRADE, M. T. E. **A atuação do Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) na defesa e desenvolvimento da Amazônia Brasileira no século XXI** (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ciência Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

CMA - Comando Militar da Amazônia. "Organização atual - Organizações militares de fronteira". **CMA** [2024]. Disponível: <www.cma.eb.mil.br>. Acesso em: 08/03/2024.

CMN - Comando Militar do Norte. "Sobre o CMN". **CMN** [2022]. Disponível: <www.cmn.eb.mil.br>. Acesso em: 08/03/2024.

CORRÊA, R. L. "Corporação, práticas espaciais e gestão do território". **Anuário IGEO**, vol. 15, 1992.

DHENIN, M. P. P. "Presença ou ocupação na faixa de fronteira? o dilema dos pelotões especiais de fronteira no combate contra as "novas ameaças". **Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. Niterói: ENABED, 2012.

IOKOI, Z. M. G. **Igreja e Camponeses**: teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil/Perú - 1964-1986 (Tese de Doutorado em História). São Paulo: USP, 1990.

LACOSTE, Y. **A geografia**: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. São Paulo: Editora Papirus, 1988.

MACHADO, L. O. "A estratégia nacional de defesa, a geografia do tráfico de drogas ilícitas e a bacia amazônica sul-americana". **Anais do Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Rio de Janeiro: ECEME, 2011a.

MACHADO, L. O. "Região, fronteiras e redes ilegais: Estratégias territoriais na Amazônia sul-americana". **A Defesa Nacional**, vol. 96, n. 816, 2011b.

MARQUES, L. C. **Esfron e as estratégias de segurança pública na Tríplice Fronteira**: Brasil, Colômbia e Peru (Dissertação de Mestrado em Geografia). Manaus: UFAM, 2018.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

NOGUEIRA, R. J. B. "Território de fronteira: Brasil/Colômbia". **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra: CES, 2004.

NOGUEIRA, R. J. B. **Amazonas**: a divisão da "monstruosidade geográfica". Manaus: Editora da UEA, 2007.

NOGUEIRA, R. J. B.; OLIVEIRA NETO, T.; BARBOSA, F. C. "Cidades na linha de fronteira: estrutura Militares em Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)". **Revista Intellector**, n. 29, 2018.

RATZEL, F. **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SENHORAS, E. M. “Dinâmica fronteiriça das cidades-gêmeas entre Brasil e Guiana”. **Revista Geonorte**, vol. 4, n. 2, 2013.

SILVA, F. B. A.; OLIVEIRA NETO, T. “Fortes na Amazônia brasileira: controle territorial e rede urbana”. **Revista Geopolítica**, vol. 13, n. 4, 2022.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

TRINDADE JR., S. C. T. “Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 50, 2010.

CAPÍTULO 3

A Escala(da) e a Internacionalização do Conflito Armado Colombiano: O Plano Colômbia como Reposicionamento Político-Militar

A ESCALA(DA) E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO: O PLANO COLÔMBIA COMO REPOSICIONAMENTO POLÍTICO-MILITAR

Diogo Chaves Leiras dos Santos

Desde o século XVIII, os Estados Unidos da América (EUA) vem promovendo uma política de domínio de territórios na América Latina e no Caribe. Essa prioridade estratégica reconhece vários fatores, dentre os quais intervenções militares, ocasionando em zonas crônicas de instabilidades e turbulências políticas, bem como gerando uma área de segurança militar, seja para controlar os depósitos de imensos recursos naturais, seja como uma retaguarda militar.

Nessas circunstâncias, em especial, a República da Colômbia, país à noroeste da América do Sul, tem se destacado como uma das principais alianças da política externa estadunidense, tornando-se central no jogo das relações de poder e hegemonia no século XXI. As interações entre os ex-presidentes dos EUA e da Colômbia, como Bill Clinton (1993-2001), George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2017) do lado estadunidense, e Andrés Pastrana (1998-2002), Álvaro Uribe (2002-2010) e Juan Manuel Santos (2010-2018) do lado colombiano, foram fundamentais para a implementação de ações militares na América Latina e no Caribe através do Plano Colômbia.

Esse plano, que acabou por internacionalizar o conflito armado colombiano ao final do século XX, cujo também tem relação com as guerrilhas políticas (GALEANO, 2010) que insurgiram na Colômbia na década de 1960, segue uma linha de conduta de outras

duas internacionalizações da política externa de segurança dos EUA para a América Latina e o Caribe.

São elas: a Aliança para o Progresso do ex-presidente John Kennedy (1961-1963) e Iniciativa Regional Andina (IRA) do ex-presidente Ronald Reagan (1981-1989). Ambas tinham como primeiras intenções internacionalizar uma política de "guerra às drogas" e, simultaneamente, implantar uma política contrainsurgente. Esta última reformolou as atuações das Forças Armadas nos países latino-americanos e caribenhos.

Portanto, o objetivo do artigo é analisar como foi desenvolvida a escalada para a internacionalização do conflito armado colombiano, desde a década de 1960 até a execução do Plano Colômbia no início do século XXI, desvendando as articulações e estratégias militares entre os atores já mencionados (e outros mais) que através de um reordenamento territorial originaram um Reposicionamento Político-Militar no Ocidente.

Dessa maneira, o artigo apresenta-se em uma única seção. Assim, como procedimento teórico-metodológico, o conceito de escala geográfica nos guiará para compreender a percepção do real por meios de uma "construção social da(s) escala(s)" (SOUZA, 2013) que se baseiam em estruturas histórico-geográficas para a análise espacial, apresentando assim níveis de escalas que se diversificam e entrecruzam.

E como método operacional serão apresentados, e discutidos, dados de 1996 a 2016 que revelam a tamanha expressividade e evolução dos investimentos militares injetados pelos EUA na Colômbia em nome de uma "guerra preventiva permanente", garantindo assim o fortalecimento militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na América Latina.

INÍCIO

A América Latina, prematuramente, tornou-se para os EUA uma das regiões do mundo mais importantes, seja minimamente para controlar o acesso aos recursos naturais e humanos que tem a região para continuar despertando a voracidade do império e do capital; seja para promover uma política de manutenção de domínio sobre os territórios latino-americanos e caribenhos através de uma espécie de retarguarda militar no Hemisfério Ocidental.

A América Latina é a *heartland* dos EUA e a sua prioridade estratégica pode ser reconhecida diante de alguns fatores como a sua área de segurança militar (BORON, 2012). Essa área transforma a América Latina e o Caribe em periferias submetidas ao apetite do império, que saqueia e domina os recursos naturais e os povos existentes, gerando com isso uma vasta zona crônica de instabilidades e turbulências políticas.

E essa é uma das razões da formação precoce da Doutrina Monroe; das causas estruturais das centenas intervenções militares estadunidenses; de inúmeros "golpes de mercado" e golpes de Estados; de tantos assassinatos políticos, subornos, campanhas de desestabilização e de ruptura dos processos democráticos e reformistas perpetrados contra a região da América Latina.

Em função do desenvolvimento tecnológico da indústria de petróleo, a América Latina tem chamado a atenção, desde a muito tempo, por ser um ponto estratégico onde se encontram as maiores reservas dessa riqueza no mundo, vide Venezuela, um dos principais membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esse produto é fundamental para o padrão de consumo estadunidense.

Não por acaso, ao longo do século XX, os EUA impuseram práticas predatórias para a exploração da natureza e o desperdício de inúmeros recursos naturais para sustentar o seu padrão exarcebado de consumo no sistema capitalista, que é essencial para o império e para a própria sobrevivência do sistema. Para Boron (2012), "é a causa disso que se tem produzido nos últimos anos uma vigorosa militarização das relações hemisféricas".

Ao final do século XX e início do XXI, a militarização com o Plano Colômbia é fruto da afirmação de Boron (2012). É o caso do ex-presidente estadunidense Bill Clinton (1993-2001) que interviu na autonomia nacional colombiana e o "iniciador" do Plano Colômbia; do secretário de Estado de outro ex-presidente estadunidense George W. Bush (2001-2009), Colin Powell (2001-2005), que reforçou a importância da América Latina e do Caribe para os EUA na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)[8] sem o consentimento dos países latino-americanos; do próprio Bush com a acentuação da "guerra global ao terror"; e da ativa participação do ex-presidente estadunidense, Barack Obama (2009-2017) no monitoramento de bases militares em territórios da América Latina e do Caribe.

O Plano Colômbia surge diante de uma narrativa de combate ao narcotráfico internacional e de erradicação de cultivos ilícitos. Os três ex-presidentes estadunidenses citados foram imprescindíveis na articulação da implementação do Plano Colômbia transformando-o num instrumento de militarização e numa estratégia de Reposicionamento Político-Militar no Hemisfério Ocidental.

[8] A ALCA foi uma proposta feita pelo então presidente Bill Clinton durante a Cúpula das Américas, em Miami, no dia 9 de dezembro 1994. Seu objetivo era eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países que compõem todo o continente americano, com exceção de Cuba, formando assim uma área de livre comércio, cuja data limite para entrar em vigor seria o final de 2005. Devido às fortes pressões internacionais e a não aceitação da proposta pela maioria dos países da América Latina e do Caribe, o projeto foi adormecido.

O Plano Colômbia começou a ser posto em prática durante as administrações do ex-governo colombiano de Andrés Pastrana (1998-2002) e de Clinton (1993-2001) em 1999, vigorando até 2015, e concebido como um plano contrainsurgente sob o disfarce de um plano antinarcótico. Isso alterou os primeiros objetivos do plano para destacar o antiterrorismo como elemento central, principalmente por duas razões: a mudança no enfoque estratégico de Washington e a mudança interna na orientação político militar do regime colombiano (CAYCEDO, 2005).

A primeira mudança e orientação estão relacionadas com a base do domínio mundial que é capaz de fornecer instrumentos para seus auxiliares regionais; já a segunda seria de caráter interno, com a ideia de resolver com "mãos alheias" ou "amigas" e/ou ajuda exterior aos conflitos históricos sociopolíticos internos, principalmente ligados ao conflito armado colombiano e a incapacidade da Colômbia de gerar uma liderança regional correspondente a sua potencialidade geopolítica estratégica para a América Latina e o Caribe.

Essas mudanças e orientações impactaram negativamente essas regiões em seu conjunto quando condiz à "internacionalização ativa" do conflito armado colombiano, no mesmo momento em que se projeta montar uma integração hemisférica fundada em acordos bilaterais de livre comércio como expressão da hegemonia dos EUA (CAYCEDO, 2005).

A "internacionalização ativa" também significou à internacionalização do conflito armado colombiano. Nessa condição, acreditamos ser extremamente relevante analisar esse âmbito através do conceito de escala, denunciando como os EUA forçosamente queriam "resolver" os problemas internos da Colômbia - não respeitando de certa maneira a autonomia do país e os contextos histórico-sociais que desencadearam na luta social armada de grupos de guerrilhas políticas (GALEANO, 2010), como

as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) criados na década de 1960.

Nesse sentido, o conceito de escala, em seus mais variados níveis, não deve ser apenas compreendida como uma fração que indica uma relação entre as medidas do real e a representação gráfica do território. Mas também para expressar a representação dos diferentes modos de percepção e concepção do real (CASTRO, 1995), já que o conflito armado colombiano está relacionado às ações externas das políticas estadunidenses ao longo do século XX.

Portanto, nosso trabalho se guia numa perspectiva de uma escala geográfica que se atribui a uma concepção marxista de reprodução social, isto é, uma escala pensada a partir do ponto de vista de uma "escala de preocupações humanas" (RACINE, RAFFESTIN, RUFFY, 1983), nas quais transcendem as preocupações técnicas que se interessam pelas variâncias das escalas geográficas em si.

Para Racine, Raffestin e Ruffy (1983), a escala seria a mediadora entre uma dada intenção e dada uma ação, pois "nenhuma ação é possível sem sua prévia representação". Logo, a organização de uma representação seria "o espetáculo da tomada original do poder" (RAFFESTIN, 1993). Para tanto, nossa escala tem como preocupação codificar a representação o Plano Colômbia com suas ações e intenções militares, o provocou graves sequelas no conflito armado colombiano, e a sua transmutação em um Reposicionamento Político-Militar na virada do último milênio.

A autora Becker (2004), por exemplo, ao analisar a militarização sucedida na escala da Amazônia Sul-americana, afirma que ao redor da mesma se converteu em "um verdadeiro 'cordão sanitário' em nome da contenção da crise colombiana". Nesse cordão sanitário, o Plano Colômbia é uma representação dele.

No contexto colombiano que tem sido apresentado até aqui e a representação do Plano Colômbia como instrumento de poder dos EUA na América Latina e no Caribe, vamos nos apoiar também na expressão adotada por Souza (2013) que analisa o conceito de escala sob a ótica de uma "construção social da(s) escala(s)". O autor revela que as escalas de análise não são imutáveis e que elas seriam produtos de mudanças tecnológicas, dos modos de organização humana e da luta política. Então, a escala não seria uma categoria pré-existente à espera para ser aplicada, mas sim um modo de conxtetualizar as concepções da realidade.

Isso significa que diferentes escalas se (re)constituem e são (re)contituídas por meio de uma estrutura histórico-geográfica de interações sociais. O que Souza (2013) quer dizer é que esse tipo de análise não seria apenas ligada à interação entre as escalas, mas também o peso que cada uma delas compõe e que a sua abrangência física não está definida, seja em "escala local", "escala regional" ou "escala nacional", sendo parte de um processo de criação histórica. Esse processo pode ser compreendido como:

> um conjunto entre a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc) (SOUZA, 2013, p. 196).

Dessa forma, Souza (2013) apresenta níveis de escalas dentro dessa "política de escalas" sob o âmbito de uma estrutura histórico-

geográfica que serão postas ao longo trabalho. Diante disso, julgamos ser necessário fazer uma breve análise do contexto de internacionalização sobre alguns assuntos relacionados aos conflitos latino-americanos sob a visão imperialista dos EUA, articulando alguns agentes envolvidos no decorrer do processo de militarização por meio de políticas de "guerra às drogas".

Essa contextualização tem como objetivo desvendar como o Plano Colômbia foi parte de um processo de militarização na América Latina e no Caribe, no qual advém de internacionalizações anteriores, levando a uma escalada do conflito armado colombiano ao longo do século XX. Por isso, retrocederemos para a década de 1960.

Assim, pensando na "política de escalas" e na estrutura histórico-geográfica, décadas antes da execução do Plano Colômbia ao final da década de 1990, já estava em curso na Amérca Latina e no Caribe um plano de internacionalização para conter os movimentos contra-hegemônicos, precisamente após a Revolução Cubana (1953-1959), onde foram intensificadas políticas de repressões por parte dos EUA.

Dentre as principais delas foi a Aliança para o Progresso que durou na vigência de governo do ex-presidente estadunidense John Kennedy (1961-1963). Por sua vez, esta Aliança foi desenvolvida com a ajuda de um militar da reserva, o general Maxuel Taylor (1922-1964), que modificou a concepção do tratamento da "ordem pública" na América Latina e no Caribe.

Sobre o tema, o autor Silva (2008) atribuí à Aliança para o Progresso como um veículo de estratégia e um plano dos EUA para conter os avanços dos movimentos revolucionários, destacando que esta Aliança tratou-se de uma "propaganda anticomunista à instrumento de intervenção política e de um instrumento de intervenção das lutas sociais da América Latina".

Outra colaboração é do autor Pereira (2011) que analisou a Aliança para o Progresso por meio dos acordos para treinamentos militares firmados entre os EUA e os países latino-americanos. Durante a administração de Kennedy interviu-se nos processos políticos dos Estados latino-americanos com a prestação de apoios e suportes à líderes, movimentos e instituições de ideais anticomunistas, conduzida também por uma guerra ao ex-governo cubano de Fidel Castro[9].

A Aliança para o Progresso veio acompanhada diante de um discurso fantasioso de auxílio humanitário para satisfazer as necessidades básicas dos Estados latino-americanos com o lema "casa, trabalho e terra, saúde e escola". Mas, uma das primeiras estratégias adotadas pelos EUA, logo no início da década de 1960, foi querer combater colombianos que consideravam como traficantes e os responsáveis pela utilização crescente do uso de cocaína e maconha por jovens estadunidenses de classe média.

Segundo Oliveira e Rodrigues (2021), em 1961, numa tentativa de padronizar o combate às drogas e criar uma política internacional, foi estabelecida a Convenção Única sobre entorpecentes em que se presenciou a forte influência dos EUA sobre a Liga das Nações da Organização das Nações Unidas (ONU). Nessa convenção já se notava que o tema "drogas" não era necessariamente a eliminação do narcotráfico, mas criar uma política que pudesse ser seguida por todos os países do mundo, incluindo retaliações àqueles que se opusessem às ordens estadunidenses.

Portanto, a intenção de Kennedy era romper com a noção básica de que as Forças Armadas latino-americanas teriam somente como responsabilidade defender seus territórios de um ataque externo, que no caso era "ameaça" comunista. Com isso, o governo

[9] Fidel Castro, um dos principais líderes da Revolução Cubana, foi primeiro-ministro entre 1959 a 1976 e presidente entre 1976 a 2008. Castro faleceu aos 90 anos em 2016 de causas naturais.

estadunidense utilizou a ajuda militar para convencer e conduzir os oficiais militares a se concentrarem na segurança interna e no desenvolvimento nacional de seus Estados (PEREIRA, 2011).

À vista disso, na Colômbia, a Aliança para o Progresso de Kennedy e de Maxuel Taylor teve como intenção destruir ou dispersar os núcleos de organização vinculadas à luta armada do campesinato iniciada ainda no início do século XX, sobretudo por membros perseguidos do Partido Comunista Colombiano (PCC). E os fatores externos para conter o comunismo dentro dessa estratégia estadunidense provocaram uma ação político-militar para tentar aniquilá-los.

No ano de 1964, foram fundados no Estado colombiano os dois principais grupos de esquerda de guerrilhas políticas, as FARC e o ELN. Ambos buscavam justiça social e insurgiram contra o imperialismo estadunidense no país, além de almejar a implementação do socialismo como forma de governo através da luta armada. Como visto, o desenvolvimento desses grupos se dá muito antes de suas oficializações.

Portanto, a Aliança para o Progresso traz consigo a doutrina da contrainsurgência, na qual tratava-se de uma remodelação da instrução militar no continente americano, adaptando as Forças Armadas latino-americanas à luta antiguerrilha (SCHILLING, 1991). Nas décadas de 1960 e 1970, no contexto da bipolaridade da Guerra Fria, preocupada com a influência soviética, os conflitos relacionados aos grupos de guerrilhas políticas na Colômbia foram enquadrados pelos EUA na modalidade de Conflitos de Baixa Intensidade, tanto na forma como no conteúdo. Mas, agora, com um adendo:

> a doutrina da contrainsurgência fez com que não apenas a política externa dos Estados Unidos

> retomasse os princípios intervencionistas como implicasse ainda em uma reciclagem da função das Forças Armadas latino-americanas. Os militares não seriam apenas os guardiões das normas constitucionais, mas passariam a exercer eles próprios o poder. [...] A doutrina contrainsurgência e a Aliança para o Progresso eram as duas faces da mesma moeda [...] (SCHILLING, 1991, p. 52).

Paralelo a isso, Santos (2007) declara que a Colômbia convive com o problema de economias ilícitas em seu território, principalmente o narcotráfico, desde meados dos anos 1970. As ações repressivas do governo dos EUA no México e na Jamaica, no final da década de 1960 e início da década de 1970, levaram a uma migração das plantações de maconha para o Departamento colombiano de La Guajira, ao norte da Colômbia, fortalecendo as atividades da economia ilícita. Ao final dos anos 1970, a demanda dos EUA por cocaína superou a da maconha, e os colombianos envolvidos no narcotráfico substituíram os pioneiros cubanos de Miami no tráfico de cocaína para os EUA.

De início, os grupos colombianos ligados ao narcotráfico importavam, da Bolívia e do Peru, milhares produtores de folha de coca, a pasta-base da coca, que era refinada e transformada em cloridrato de cocaína para ser exportada aos EUA através de rotas pelo Brasil, Equador, Venezuela e Panamá.

Assim, os esforços militares dos EUA e da Colômbia queriam derrotar a luta social guerrilheira sem nenhum tipo de negociação, a não ser a rendição desses grupos. E a partir da década de 1980, com o ex-governo colombiano de Belisario Betancur (1982-1986), é que se tem o primeiro reconhecimento em ver os grupos armados de esquerda como uma possível fonte de interlocução para promover mudanças sociais e institucionais, que pudesse dar início a um eventual acordo de paz no país.

No entanto, é preciso salientar que o Plano Colômbia também foi pautado em cima de um outro projeto conhecido como Iniciativa Regional Andina (IRA). Durante o governo do ex-presidente estadunidense Ronald Reagan (1981-1989), foi adotada mais uma "nova" política de "guerra às drogas", que se seguiu com ênfase no governo posterior de George W. Bush (1989-1992) e deu origem à Iniciativa Andina em setembro de 1989. Anunciada no mandato de Bush (pai) para combater os produtores de coca, esse programa expandiu sua política para além da interdição das fronteiras, atuando em alguns países da América Latina e do Caribe.

Perante a isso, a Iniciativa Andina teve como principais objetivos: fortalecer a capacidade institucional dos governos da Colômbia, do Peru e da Bolívia para desmantelar os grupos de guerrilha de esquerda; aumentar a eficiência dos operativos de segurança contra o tráfico de cocaína, com assistência militar, para facilitar a entrada policial em zonas de difícil acesso; fortalecer e diversificar as economias dos países andinos para desestimular o cultivo de cocaína (BUONO, 2001).

Observado por esse ângulo e regressando ao contexto das escalas, a escala à nível nacional proposta por Souza (2013), com sua dada importância, não se enquadra na proposta que se quer apresentar neste trabalho. Pois, esta se caracteriza "por ser um território ocupado por um Estado formalmente soberano". Os EUA, com suas práticas imperialistas, invadem territórios e fronteiras de Estados nacionais desconsiderando autonomias e defesas desses países. Logo, a escala internacional pode ser a melhor que representa a conjuntura que estamos abordando. Esta escala, por sua vez, acaba se desdobrando em outras duas variáveis: a escala (ou nível) de grupos de países e a escala (ou nível) global.

A escala de grupo de países corresponde aquela que agrega dois ou mais países formando um grupo com critérios dos mais diversificados, dentre os quais, pode ser uma combinação de

aspectos políticos e econômicos, como um bloco econômico, ou relacionado a algum aspecto político-estratégico-militar.

A outra escala internacional, agora de nível global, compreende à fenômenos de ordem econômica no âmbito do sistema capitalista, quer dizer, está relacionada a globalização econômico-financeira ou a uma área de abrangência de uma entidade mundial.

Assim, com a interferência dos EUA com o Plano Colômbia, o caso colombiano tanto pode ser enquadrado em uma escala internacional de grupos de países, que modifica as dinâmicas nacionais em seu território e, consequentemente, influencia no conflito armado; quanto numa escala global de ordem econômico-financeira. A Figura 1 nos mostra em detalhes a escala internacional de grupos de países com conflitos de interesses.

Figura 1 - Plano Colômbia como intervenção estrangeira



Fonte: Autor desconhecido. Sem data. Arquivo do Jornal El Tiempo. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/el-plan-colombia>.

O Plano Colômbia, como uma representação política-estratégica-militar entre os EUA e a Colômbia, e a Coluna Móvel Teofilo Forero[10] das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), que representa um grupo político de guerrilha de esquerda, também de cunho político-estratégico-militar, são dois pontos no espaço que atuam diante da escala internacional através de aspectos políticos-militares que provocaram mais instabilidade em solo colombiano e nas relações com os países vizinhos.

Essa base móvel das FARC-EP foi criada em 1993 e é considerada uma das unidades militares mais temidas e ativas à sudoeste da Colômbia, abrangendo os blocos Sul e Oriental com a finalidade de proteger o secretariado do grupo. Um dado adicional, é que o raio de ação dessa coluna centrou-se na chamada "zona de distensão"[11], uma zona desmilitarizada entre o ex-governo colombiano de Pastrana e o secretariado das FARC para realizar os primeiros diálogos e estabelecer o acordo de paz. Sua base ficou localizada em Algeciras, no Departamento de Huila, onde incluía um corredor que passava pelos municípios de San Vicente del Caguan, El Doncello e Porto Rico, dentre outras cidades vizinhas.

[10] A criação dessa Coluna móvel foi uma resposta da secretaria das FARC às três brigadas móveis criadas pelo governo do ex-presidente César Gaviria (1990-1994) para combatê-las e foi batizada com esse nome em memória do secretário nacional da organização do Partido Comunista Colombiano, Teofilo Forero, assassinado em Bogotá em fevereiro de 1989.

[11] A "zona de distensão", foi uma zona desmilitarizada em San Vicente del Caguan, no Departamento de Caquetá, concedida pelo governo do ex-presidente Pastrana (1998-2002) através da Resolução 85 de 14 de outubro de 1998, para avançar nos diálogos e no processo de paz com as FARC-EP, cujo intuito era pôr fim ao conflito armado colombiano. Essa zona foi criada em novembro de 1998 e entrou em vigor em janeiro de 1999, meses antes da implantação do Plano Colômbia. Compreendia uma área de aproximadamente 42.000 km² e era composto pelos municípios de La Uribe, Mesetas, La Macarena e Vista Hermosa no departamento de Meta. A zona foi extinguida em fevereiro de 2002, pouco antes do fim do mandato de Pastrana.

Nesse sentido, é importante lembrar que, ainda dos anos 1970, para sustentar a guerra e manter-se fortes nos combates, os grupos do ELN e das FARC passaram a adotar como estratégia militar o controle dos fluxos e da circulação de rotas ligadas ao narcotráfico internacional em território colombiano, bem como das plantações de folha de coca e as produções de cocaína, que tinham como principais destinos os EUA e a Europa, o que se configura uma escala global de ordem econômico-financeira.

Ao longo da década de 1990, a política estadunidense de erradicação militarizada do cultivo de coca, cumprida rigorosamente pelos governos da Bolívia e do Peru, resultou numa migração das plantações para as regiões sul e central da Colômbia (Guaviare, Caquetá, Cauca, Chocó, Nariño e Putumayo), deixando o país na condição de principal produtor mundial de folha de coca (SANTOS, 2007).

A Colômbia, agora como principal país abastecedor do mercado consumidor de cocaína dos EUA, tem o seu conflito armado envolvido em uma série de elementos que passam a ser considerados como ameaças para as pretensões estadunidenses, e que são identificadas como: criminalidade transnacional, além o tráfico de drogas também o de armas; a perda de controle do Estado colombiano sobre seu o território; e a consequente ausência de implementação da lei, além da presença de grupos insurgentes de esquerda (HERZ, 2002). Um ambiente "perfeito" para as pretensões da execução do Plano Colômbia.

Também na década de 1990, como denunciado pelo EIR (2001), já eram existentes contatos entre os membros de bancos da Bolsa de Nova York, em Wall Street, com o narcotráfico internacional na Colômbia. Desde Londres tinha sido orquestrada uma campanha para proteger o regime do ex-presidente colombiano Ernerto Samper Pizano (1994-1998), do qual o ex-presidente Clinton

(1993-2001), nos EUA, havia apontado a sua aberta conivência com os cartéis do narcotráfico.

Para isto, os políticos em Londres organizaram uma comissão de defesa de Samper Pizano. A partir de então, ocorreu uma mudança drástica na política estadunidense para a Colômbia, que, durante todo o governo Pastrana, passou a promover preferencialmente o "diálogo" com os grupos de guerrilhas políticas.

Enquanto isso, em 1996, como um momento oportuno para a política externa de segurança dos EUA, foi realizada, em Lima na capital peruana, a Conferência Especializada Interamericana sobre Terrorismo e planos de ação para a Cooperação Hemisférica para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo. Os EUA se viram na necessidade de reinventar um novo inimigo com o "fim" da Guerra Fria, já que a perseguição a uma possível ameaça comunista "não" existia mais.

E é nessa mudança que a internacionalização do conflito armado colombiano passar a ser ainda mais impulsionada dentro dos bastidores de Washington. "Sem" a sombra da URSS, o inimigo agora é outro. Os EUA passam a se "prevenir" de uma futura guerra hipotética, ou seja, devem estar sempre preparados para um possível ataque inimigo, o que incluiu os grupos de guerrilhas de esquerda da Colômbia numa escala internacional de âmbito regional da América Latina e do Caribe.

Portanto, em 1997, em diversos processos contraditórios, há uma escalada sobre a internacionalização do conflito armado colombiano. Os grupos do ELN e das FARC foram declarados como organizações terroristas pelos EUA (UNITED STATE, 2022), designação que reforçou o apoio de Washington à luta do governo colombiano contra esses grupos. Ambos, de acordo com Caycedo (2005), passam a ser promovidos de Conflitos de Baixa Intensidade para grupos terroristas incluídos na "guerra ao terror", o que se

acentuou durante os ex-governos do estadunidense Bush (2001-2010) e do colombiano Álvaro Uribe (2002-2010).

Assim, ainda no ex-governo colombiano de Pastrana (1998-2002) foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – "Cambio para construir la paz 1998-2002" para negociar com os movimentos insurgentes de esquerda. O plano, como uma espécie de "Plano Marshall", presumia ampliar programas de desenvolvimento social e econômico entendendo que o combate direto com os grupos de guerrilhas políticas era uma questão "secundária".

Essa condição deixou em alerta os EUA que aprovaram uma resolução para cortar de imediato a assistência antinarcóticos para a Colômbia, caso as iniciativas de Pastrana fracassassem e os grupos armados interviessem no processo da erradicação militarizada nas plantações de coca. Com isso:

> a "diplomacia por la paz" do governo Pastrana formalizou a internacionalização do conflito colombiano ao passo que solicitou a cooperação de múltiplos atores externos, no entanto, com a falta de envolvimento da comunidade internacional, sobretudo no auxílio financeiro e as dificuldades estruturais para cumprir os objetivos declarados, inviabilizou-se a estratégia inicial do governo, resultando numa relativa ineficácia. Assim, altera-se a perspectiva a ponto de recorrer a uma aliança tática com os EUA, de modo que, na busca pela resolução de seus problemas internos, adotou-se uma linguagem que os norte-americanos estariam dispostos a cooperar: o governo colombiano apresentou a Colômbia como um país "problema" que era incapaz de garantir o monopólio estatal do uso da força e promover o controle do território frente o avanço do poder do narcotráfico e das guerrilhas (MERCADANTE, 2019, p. 09).

Assim, o Plano Colômbia, embrionário, assim digamos, desde a Aliança para o Progesso, se consolidando em meados da década de 1990, nesse rearranjo entre interação e ação, começa a sair do papel para se sobrepor no território colombiano, modificando as relações de poder na América Latina e no Caribe.

Conforme apontado por Caixeta (2018), outros fatores abriram espaço sobre a discussão e a necessidade da implantação do Plano Colômbia foi a dificuldade do Estado colombiano em conter os cartéis de drogas, principalmente o de Medellín e o de Cali, e também os micro cartéis dispersos em regiões distintas do país; a ampliação dos recursos econômicos provocados pela disseminação e pela intensificação do tráfico de drogas, que aumentou a violência, expandiu a corrupção e empoderou grupos de paramilitares e de guerrilhas na Colômbia; e a retirada do mecanismo de "Certificação", sob o qual os EUA aplicavam sanções e pressões aos países latino-americanos ao mesmo tempo em que monitoravam seus estímulos no combate ao narcotráfico.

Em junho de 1999 (ver Figura 2), antes da assinatura do Plano Colômbia em setembro do mesmo ano, ocorre uma reunião entre Richard Grasso (à esquerda), ex-presidente da Bolsa de Valores de Nova York na época, e o ex-comandante Rául Reyes (1948-2008) (à direita), um dos principais líderes e porta-voz internacional sobre os mais diversos acordos e assuntos internacionais envolvendo as FARC.

Grasso proclamou que o pacto com Reyes exemplificou a estratégia de Wall Street de ser "muito agressiva na tentativa de buscar mercados e oportunidades internacionais" (EIR, 2008). Aqui, portanto, também observa-se uma escala global de ordem econômico-financeira.

A reunião, em alguma parte da selva amazônica, foi batizada como "El abrazo de Grasso", que parece não haver conflitos de

interesses, e representou a proximidade entre os mercados financeiros de nível global e o narcotráfico internacional. Na ocasião, o ex vice-presidente de Relações Internacionais da Bolsa, Alan Yves Morvan (à esquerda ao fundo), e o chefe de Segurança e Proteção dos EUA, James Esposito (à direita ao fundo), o acompanharam.

Figura 2 - "El abrazo de Grasso"



Fonte: Ancol (Fernando Ruiz). Disponível em: <https://larouchepub.com>.

Nessa via de mão-dupla da escala internacional, o avanço da militarização dos EUA sobre os territórios da América Latina e do Caribe também fortaleceu os bancos e os mercados internacionais atrelados ao narcotráfico como um todo.

Dessa forma, em 1999, o Plano Colômbia é lançado sobre o discurso dispendioso de uma política de estratégias antinarcóticos e

de erradicação (militar) de cultivos de coca, com dois componentes essenciais: um militar e outro social. Além dos EUA, contou com o financiamento da União Europeia, de países europeus de fora do bloco, Japão e algumas agências multilaterais.

Os meios de comunicação conseguiram, com sucesso, distrair a opinião pública da escalada militar em curso e os seus possíveis efeitos econômicos, sociais e ambientais com as fumigações generalizadas com glifosato[12] (ÁLVAREZ, 2002). De início, os oficiais do governo colombiano insistiram em dizer que o conjunto do Plano Colômbia seria 25% militar e 75% econômico e social. Mas, a contribuição de Washington para o Plano seria ao contrário: 80% da ajuda, entre 2000 e 2001, beneficiava os setores militar e policial (VAICIUS, 2002).

Carvalho (2010) relata que as relações entre EUA e Colômbia, na América Latina, exemplificam como determinados objetivos da política externa estadunidense são alcançados com a combinação de diferentes ações. O Plano Colômbia se materializa nas políticas de combate ao narcotráfico aplicadas pelos EUA articulando, no plano interno, ações voltadas para a produção de um eficiente arsenal discursivo de combate às drogas.

Por consequência, justificam-se o dispêndio e investimentos de um volume maior de recursos, cuja aprovação depende da

[12] O glisofato é um herbicida não seletivo, seu uso deve considerar parâmetros técnicos através de aplicações direcionadas, seja com mangueiras ou pistolas e, se possível, por pulverização terrestre para evitar a contaminação de outras espécies vegetais, animais e bacias hidrográficas. A fumigação aérea significaria a existência apenas de grandes monoculturas ilícitas localizadas em locais de difícil acesso, uma suposição equivocada que tem levado a atacar todos os tipos de culturas indiscriminadamente, não cumprindo a única função para a qual o seu uso foi legitimado: erradicar colheitas ilícitas. Todo o ambiente é afetado desfavoravelmente: flora, fauna, equilíbrio ambiental, bacias hidrográficas, solo; o que se traduz em desmatamento, erosão, esgotamento das fontes de água, perda de biodiversidade, poluição e diminuição dos alimentos. No seu conjunto, significa a deterioração da saúde e da qualidade de vida. Disponível em: <http://www.mamacoca.org/ed-especial1/tcap05.htm#fn1>. Acesso em 05/03/2024.

capacidade do executivo em obter o apoio do legislativo (lembrando que influenciado pela opinião pública) para aprovação de leis visando, no âmbito do Congresso Nacional estadunidense, uma maior dotação orçamentária para a indústria bélica e para empréstimos aos Estados que seriam alvo da ação de "guerra preventiva global" dos EUA.

No plano externo, Carvalho (2010) denuncia que a política estadunidense de combate ao narcotráfico se insere nos processos mais gerais de recolonização militar da América Latina e o Estado colombiano representa uma espécie de "cabeça-de-ponte" desse projeto. Foi por meio do Plano Colômbia que os EUA injetaram uma quantidade considerável de recursos para a modernização do aparato bélico colombiano, cujas armas e equipamentos militares e policiais foram adquiridos junto às fábricas de armamentos estadunidenses.

Com o Plano Colômbia, os EUA também conseguiram a autorização do governo colombiano para o monitoramento e a instalação de novas bases militares no país, o que gerou insatisfação dos países vizinhos que acusaram a Colômbia e os EUA de iniciarem uma escalada militar na região.

Então, é a partir dos anos 2000, incidindo com o andamento do Plano Colômbia, os impactos relacionados aos eventos nas torres gêmeas no dia 11 de setembro de 2001 em Nova York, nos EUA, passa a ser aplicada a doutrina de "guerra ao terror" iniciada por Bush (2001-2010) e complementada por Álvaro Uribe (2002-2010) na Colômbia. Essa doutrina alterou as estruturas e os processos relativos ao conflito armado colombiano.

Para Caycedo (2005), a mudança de ênfase do Plano Colômbia em relação com à ação contrainsurgente passando para o rótulo antiterrorista. Para o autor, o Conflito de Baixa Intensidade é elevado à categoria "guerra ao terror" que representa a política exterior dos EUA naquele momento. Desse jeito, o Plano Colômbia

foi caracterizado como um programa de erradicação de cultivos de uso ilícito no contexto da luta antinarcóticos, "mas a nova ênfase desmantela a aparência exclusivamente antinarcóticos e desvenda a verdadeira orientação de fundo".

Essa mudança de ênfase e reorientação política significaram o convencimento e a decisão dos governantes envolvidos de pôr fim, em definitivo, ao combate com os grupos de guerrilhas políticas. Tal postura possibilitou o intervencionismo militar e a aliança estratégica implícitos no Plano Colômbia.

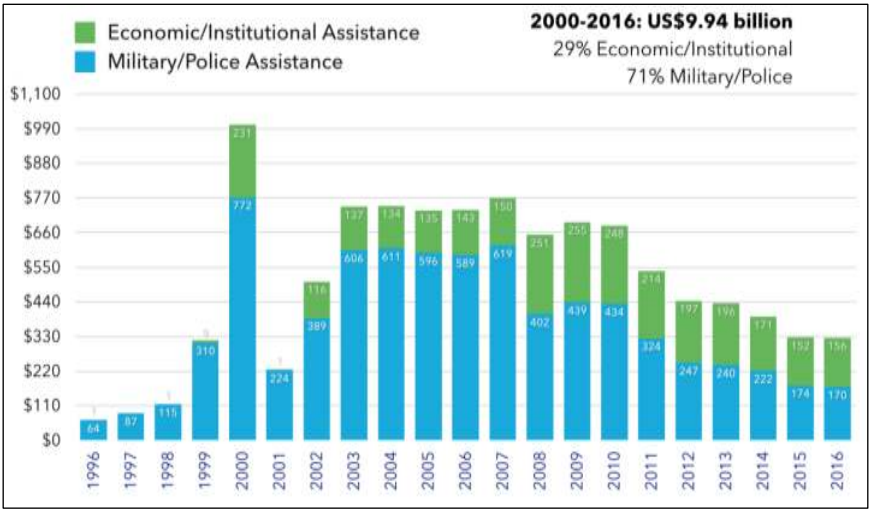
A "guerra ao terror" gerou mudanças introduzidas na ajuda militar, armamentista e tecnológica no quadro geral do enfrentamento (CAYCEDO, 2005), intensificando a internacionalização do conflito armado colombiano que vem, como mostrado, se arrastando ao longo do século XX e perpetrando no século XXI (ver Gráfico 1).

O Gráfico 1 expõe os dados referentes à ajuda militar estadunidense para a Colômbia entre os anos de 1996 e 2016. Num período relacionado à vinte anos, as Forças Armadas e a Polícia Nacional colombianas obtiveram ganhos superiores em consideração à ajuda humanitária em todos os anos subsequentes. Como podemos observar, foram investidos nesse período quase 10 bilhões de dólares, em que 71% foram destinados aos setores militares e policiais, enquanto apenas 29% ficou à mêrce da assistência humanitária.

Continuando na análise do Gráfico 1, o ano 2000, como ano de execução do Plano Colômbia, foi o ano de maior investimento militar. Nesse mesmo ano, o número de membros das FARC saltaram consideravelmente. Segundo informado pela Oficina del Alto Comisionado para la Paz da Colômbia, esse número teria ultrapassado cerca 20.000 integrantes (CASTILLA, 2015). Porém, nos dois anos seguintes ocorreram quedas acentuadas nos

investimentos bélicos e treinamentos militares devido ao ataques às torres gêmeas em 2001, em que as atenções ficaram voltadas para o Oriente Médio, em especial no Afeganistão.

Gráfico 1 - Valores investidos dos EUA para a Colômbia entre 1996-2016 (em milhões de dólares)



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Security Assistence.org. Disponível em: <https://www.wola.org>. Acesso em: 23/01/2024.

A partir de 2002, houve uma leve alta nos investimentos e que manteve estável até o ano 2010. Isso pode ser explicado pelo ex-governo colombiano de Álvaro Uribe (2002-2010). Com a chegada à presidência da República, Uribe foi enfático ao declarar abertamente guerra aos grupos armados de esquerda, o que garantiu o seu segundo mandato.

Uribe estava disposto a retormar o total controle do Estado sobre o território nacional adotando o denominado "Programa Estratégico de Seguridad Democrática", ou também conhecido por

"Política de Segurança Democrática"[13], se concentrando em fortalecer os aparatos oficiais de segurança, expressando um propósito e promessa de terminar com os grupos armados de esquerda no período de quatro anos.

O governo de Uribe manteve-se empenhado na "luta contra às drogas" e contra o "terrorismo", alinhando-se a doutrina de Bush e intensificando a sua aproximação com os EUA para ampliar e modernizar as forças de segurança colombianas. Com essa política, as Forças Armadas adotaram uma postura mais ofensiva, onde se reordenaram e se reposicionaram para o maior aprimoramento da eficiência de sua segurança e serviços de inteligência.

Uribe foi o ex-presidente colombiano mais sanguinário durante a implementação do Plano Colômbia. Em seu governo, além do aumento expressivo do paramilitarismo no país, os efetivos militares colombianos saltaram de 203.300 em 2002 para 267.600 em 2010, enquanto a Polícia Nacional passou seus efetivos de 110.100 para 158.400 no mesmo período (SANTOS FILHO; CEPIK, 2020).

No ano de 2011, iniciou-se uma mudança de reorientação do Plano Colômbia. Com a entrada do ex-presidente Juan Manuel Santos (2010-2018), mesmo sendo Ministro de Defesa durante o governo Uribe, foram retomados os diálogos com as guerrilhas de esquerda que haviam sido interrompidas no governo anterior.

Desta maneira, começa uma nova roda de negociações entre o governo colombiano de Santos com as lideranças das FARC que

[13] A "Política de Segurança Democrática" teve como falácia defender a ordem democrática e o Estado de direito; consolidar o controle estatal sobre o território nacional; fortalecer o controle estratégico do Estado em todo o território do país com o fim que as autoridades legítimas possam exercer suas obrigações sem a obstrução e pressões dos guerrilheiros, paramilitares, narcotraficantes ou deliquentes comuns; e forjar em todas as forças de segurança, especialmente nas Forças Armadas e na Polícia Nacional, a mais alta capacidade profissional e elevados valores morais, éticos e cívicos.

não ocorriam desde a era Pastrana. Em 2012, deu-se início o Acordo de Paz de Havana (Cuba), cujo foi assinado em 2016. Por isso, o Plano Colômbia foi dado como encerrado pelas elites presidenciáveis de EUA e Colômbia, o que não quer dizer que tenha amenizado o conflito armado colombiano, muito pelo contrário.

A dissidência das FARC ocorrida, em 2017, em retaliação ao não cumprimento do Acordo de Paz pelo governo colombiano[14], indica que a paz está muito distante de ser celada entre as partes. Então, devido aos fatos apresentados, entre 2013 e 2016, houve um redução de 38.130 militares na Colômbia (SANTOS FILHO; CEPIK, 2020).

A redução dos investimentos nesse período, como mostrado no Gráfico 1, também tem relação direta com ex-governo estadunidense de Barack Obama (2009-2017), que teve como foco principal combater os efeitos da crise econômica desencadeada a partir de 2008, reduzindo bastante o nível da assistência militar entre os dois países.

CONCLUSÃO

O Plano Colômbia foi uma das primeiras experiências militares dos EUA na América Latina e no Caribe no início do século XXI. Trata-se de um plano de Reposicionamento Político-Militar, isto é, um plano estratégico do ponto de vista da política externa de segurança estadunidense.

[14] As FARC alegaram que o Estado colombiano não cumpriu com suas obrigações mais importantes que seriam garantir a vida de seus cidadãos e, principalmente, evitar assassinatos por razões políticas que continuaram aumentando. Segundo o grupo armado, em um intervalo de dois anos (2017-2019), mais de 500 lideranças de movimentos sociais e 150 membros da organização haviam sido mortos em meio à indiferença e indolência do governo.

Assim, gerou uma intensificação do conflito armado colombiano com a escala(da) de sua internacionalização, advinda das sombras da Aliança para o Progresso e da IRA ao longo do século XX. O Plano Colômbia, com a mudança de reorientação, foi o responsável pelo aumento de ajuda destinada à inteligência militar e policial, pricipalmente através do desdobramento da "Política de Segurança Democrática", período de maior investimento.

Vimos que com a assinatura do Acordo de Paz em 2016, o Plano Colômbia foi considerado como encerrado. Entretanto, esse fim é bastante questionável. No ano de 2018, ao final do mandato de Santos, a Colômbia formalizou seu ingresso na OTAN e se converteu em "sócia global", sendo o primeiro país da América Latina a ganhar essa condição.

Ser membro da OTAN é um direito reservado apenas a alguns países europeus, aos EUA e Canadá, mas permite à Colômbia permanecer ancorada a uma série de importantes relações de cooperação militar alinhada não só à política externa estadunidense, como também à militarização global. Atualmente, recebem a mesma condição, Austrália, Coreia do Sul, Iraque, Japão, Mongólia e Nova Zelândia.

Essa articulação é um ato de "coroação" à Colômbia que privilegiou o setor militar com o Plano Colômbia e tendeu a reafirmar a hegemônia dos EUA no Hemisfério Ocidental, redefinindo assim as políticas de escalas, as relações internacionais e a conjuntura da geopolítica global para o decorrer do século XXI.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, J. **El Plan Colombia y la intensificación de guerra**: Aspectos globales y locales. Bogotá: UNAL, 2002.

BECKER, B. "A Amazônia e a Política Ambiental Brasileira". **Geographia**: Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFF, n. 11, 2004.

BORON, A. "América Latina en la geopolítica del imperialismo". Buenos Aires: Luxemburg, 2012.

BUONO, R. A. "El Plan Colombia - La Iniciativa Regional Andina: ¿Hacia la guerra o la concertación?". Ciudad de Panamá: Foro Nacional de Análisis de Relaciones Internacionales, 2001.

CAIXETA, T. **O narcotráfico na Colômbia e a implementação do Plano Colômbia no início dos anos 2000** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relações Internacionais). Uberlândia: UFU, 2018.

CARVALHO, M. **Metamorfoses de um Estado em um contexto liberal**: reconfiguração das relações de poder, recolonização e resistências na América Latina (Tese de Doutorado em Geografia). Niterói: UFF, 2010.

CASTILLA, C. E. "50 años de câmbios em el conflictoarmado colombiano". **Portal Universidad Externado** [2015]. Disponível em: <www.uexternado.edu.co>. Acesso em: 20/01/2024.

CASTRO, I. "O problema da escala". *In*: CASTRO, I. *et al*. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.

CAYCEDO, J. "Impacto regional do conflito colombiano na América Latina". *In*: CECEÑA, A. E. **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

EIR - Executive Intelligence Review. “Raúl Reyes and The ‘Grasso Abrazo’”. **EIR**, vol. 35, n. 11, 2008.

EIR - Executive Intelligence Review. **Terror contra o Estado Nacional**. Rio de Janeiro: Editora Capax Dei, 2001.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2010.

HERZ, M. “Política de segurança dos EUA para a América latina após o final da Guerra Fria”. **Estudos Avançados**, vol. 16, n. 46, 2002.

MERCADANTE, M. “Da Guerra às Drogas ao Plano Colômbia: uma agenda securitária dos Estados Unidos para a América do Sul”. **Revista Neiba - Cadernos Argentina-Brasil**, vol. 7, 2019.

OLIVEIRA, E.; RODRIGUES, P. “A política antidrogas dos EUA como estratégia de controle econômico e político da América Latina”. **Mundo Livre: Revista Multidisciplinar**, vol. 7, n. 2, 2021.

PEREIRA, H. “Contendo a revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar na América Latina”. **História: Debates e Tendências**, vol. 10, n. 2, 2011.

RACINE, J. B; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. “Escala e ação, contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia”. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 45, 1983.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS FILHO, J. E.; CEPIK, M. A. C. "Relações militares entre Estados Unidos e Colômbia: do Plano Colômbia ao Acordo de Paz (2000-2018)". **Meridiano 47**, vol. 22, 2020.

SANTOS. M. "A política dos Estados Unidos de combate ao narcotráfico e o Plano Colômbia (1998-2005)". **Estudos de Sociologia**, vol. 22, n. 22, 2007.

SCHILLING, V. **EUA X América Latina**: As etapas da dominação. Porto Alegre: Editora Mercado aberto, 1991.

SILVA, V. G. A **Aliança para o Progresso no Brasil**: de Propaganda Anticomunista à Instrumento de Intervenção Política (1961-1964) (Dissertação de Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SOUZA, M. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2013.

UNITED STATE. **Foreign Terrorist Organizations**. Washington: U. S. Department of State, 2022. Disponível em: <www.state.gov>. Acesso em: 23/01/2024.

VAICIUS, I. "Una perspectiva hacia el entendimiento del Plan Colombia". *In*: ÁLVAREZ, J. E. **El Plan Colombia y la intensificación de guerra**: Aspectos globales y locales. Bogotá: UNAL, 2002.

CAPÍTULO 4

As Relações entre Espaço Urbano e Guerra Civil: O Caso Sírio

AS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO URBANO E GUERRA CIVIL: O CASO SÍRIO

Gleydson Gonzaga de Lucena

Glória Maria Vargas Lopez de Mesa

A guerra civil na Síria é uma das mais graves crises geopolíticas no século XXI. A sua análise é fundamental para traçar o processo de difusão territorial das guerras civis. O conceito de domínio territorial e sua aplicação no estudo dos conflitos armados tem sido um tema recorrente nos estudos sobre guerras civis e a relação entre o espaço urbano e os conflitos armados. A guerra civil síria constitui uma oportunidade para analisarmos o referido assunto.

As cidades são locais de interação social, de intercâmbio e de concorrência econômica, assim como de mobilização política. É inegável a relevância do espaço urbano nos conflitos contemporâneos, na medida que as cidades se tornam o *lócus* de expansão de processos como a globalização, não apenas econômica, mas de ideias e propostas ideológicas e políticas (GRAHAM, 2009; NEDAL *et al*., 2015).

No cenário pós-guerra fria, uma nova doutrina emerge centrada na ideia de que um amplo espectro de insurgências e ameaças globais surgem e operam em redes sociais, técnicas, políticas, culturais e financeiras que se estendem por escalas transnacionais enquanto simultaneamente penetram nos espaços locais e circulações cotidianas da sociedade global (NASSER, 2012). Neste contexto, o espaço urbano aparece como a espacialidade chave para compreender as dinâmicas que se gestam, operam e difundem a partir das cidades. Esse espaço urbano inserido

especificamente na análise dos conflito armados é denominado de *Urban Battlespace* (GRAHAM, 2009).

Com efeito, optamos por analisar a rede urbana síria antes e durante a guerra civil e traçar as relações espaciais entre essa configuração e a difusão da guerra civil. A nossa hipótese é que a eclosão e o desenvolvimento da guerra seguem uma lógica de difusão relacionada com a rede mencionada. É, portanto, o nosso propósito investigar o "espaço urbano da guerra" sírio.

Em termos metodológicos, optamos por realizar uma revisão da literatura tendo como centro da análise o conceito de *urban battlespace* como palavra chave ou descritor, pesquisa que nos levou a autores como Golan (2005), Graham (2009) e Nasser (2012). Posteriormente, analisamos o *urban battlespace* no contexto da rede urbana síria antes e durante a guerra civil, utilizando recursos cartográficos (mapas e imagens) e dados estatísticos acerca da rede urbana síria. Como o conceito de domínio territorial é central em nossa pesquisa, utilizamos autores achados em revisão anterior, em especial Anders (2019) e Kalyvas (2006), que abordam a importância do controle territorial em guerras civis e relacionam a perda de território com o aumento da violência em conflitos armados, bem como Kurgan (2019) e Tyner (2014), que analisam o fenômeno no caso das cidades sírias, em especial em Aleppo.

Assim, o presente trabalho está organizado em três partes. Na primeira seção apresentamos o campo de investigação do *urban battlespace* e o contextualizamos no âmbito da primavera árabe e das chamadas "novas guerras". Na segunda seção, abordamos o espaço urbano da Síria, descrevendo a rede urbana do país antes e durante a guerra civil. E por fim, na terceira seção, efetuamos a análise das relações entre a rede urbana e o domínio territorial durante a guerra civil síria, ressaltando a utilização das políticas públicas urbanas como arma de guerra nas principais cidades sírias, mas sobretudo nas duas maiores: Damasco e Aleppo.

As nossas análises nos permitem afirmar que a guerra civil síria se detona nas grandes cidades, incluindo a capital Damasco e as cidades de Aleppo, Horms e Hamah. Nelas se iniciaram as manifestações anti-governo em 2011 e ocorreram os maiores confrontos da guerra civil, principalmente pelo domínio territorial entre os atores, algo fundamental num conflito.

O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO DO *URBAN BATTLESPACE*: O ESPAÇO URBANO NA ANÁLISE DOS CONFLITO ARMADOS

É inegável que o espaço urbano sempre desempenhou uma função de destaque em conflitos militares, especialmente em guerras civis. Contudo, esta relevância foi aumentando a medida que as cidades foram se tornando o *lócus* mais relevante do ponto de vista geopolítico devido ao intenso aprofundamento da urbanização e da globalização (GRAHAM, 2009). No conflito sírio podemos observar claramente que as principais cidades do país foram e são as grandes protagonistas desde o início da crise. Assim, faz-se necessário analisar o papel do espaço urbano no contexto da guerra civil na Síria.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a população urbana passou de 13% do total mundial em 1900 (220 milhões de pessoas) para cerca de 56% (4,4 bilhões de habitantes) (NAÇÕES UNIDAS, 2022). Paralelamente, ocorreu também o aprofundamento da globalização e seus efeitos sobre a economia e outras áreas da vida humana, que se expressa nas cidades.

Nesse sentido, no atual período técnico-científico informacional, a cidade, principalmente as grandes metrópoles, adquirem importância vital para a articulação entre o local e o global.

Segundo Milton Santos, os territórios nacionais não participam de maneira igualitária no processo de globalização: "o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas e os lugares" (SANTOS, 1994, p. 31). E esses lugares aos quais ele se refere são as grandes cidades: "Para o homem comum, o mundo concreto, imediato, é a Cidade, sobretudo a Metrópole. [...] A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais, e os homens também" (SANTOS, 1994, p. 82-83).

Em cenários de conflitos armados é inegável que o espaço urbano sempre desempenhou uma função de destaque. Contudo, esta relevância foi aumentando a medida que as cidades foram se tornando os atores mais relevantes do ponto de vista geopolítico devido ao intenso aprofundamento da urbanização e da globalização, principalmente após o fim da Guerra Fria (GRAHAM, 2009). Assim, sustentar uma campanha militar em meio à vida urbana no período contemporâneo é uma preocupação cada vez maior das autoridades. Dessa forma, o espectro do conflito militar estado-contra-estado tem sido revisto. A nova doutrina está centrada na ideia de que um amplo espectro de insurgências globais e ameaças ambientais agora opera em redes sociais, técnicas, políticas, culturais e financeiras que se estendem por escalas transnacionais, enquanto simultaneamente penetram nos espaços, locais e circulações cotidianas da sociedade global. Conflitos com estas características são chamados pelos pesquisadores de "novas guerras", para diferenciá-las daquelas clássicas existentes até meados do século XX (NASSER, 2012).

Ciente desta nova realidade, o geógrafo Gan Golan (2005) ressaltou a abordagem diferenciada sobre o papel do espaço urbano nos conflitos potenciais:

> as cidades são historicamente os lugares onde as ideias radicais fermentam, os dissidentes encontram aliados e os grupos descontentes encontram a atenção dos meios de comunicação social, tornando assim as cidades "uma provável fonte de conflito no futuro" (GAN GOLAN, 2005, p. 69).

A eclosão das diversas revoltas no mundo árabe chamada de "Primavera Árabe" nos apresentou um cenário instigante para se repensar os conflitos ou as guerras civis: grupos de manifestantes distribuídos nas grandes cidades de diversos países árabes, pedindo simultaneamente por mudanças políticas tais como mais democracia, mais liberdade e menos opressão. Especificamente, o conflito sírio pode ser classificado como um caso típico das "novas guerras" em que as principais cidades do país foram e são os grandes *lócus* da deflagração e extensão da guerra.

O ESPAÇO URBANO DA SÍRIA

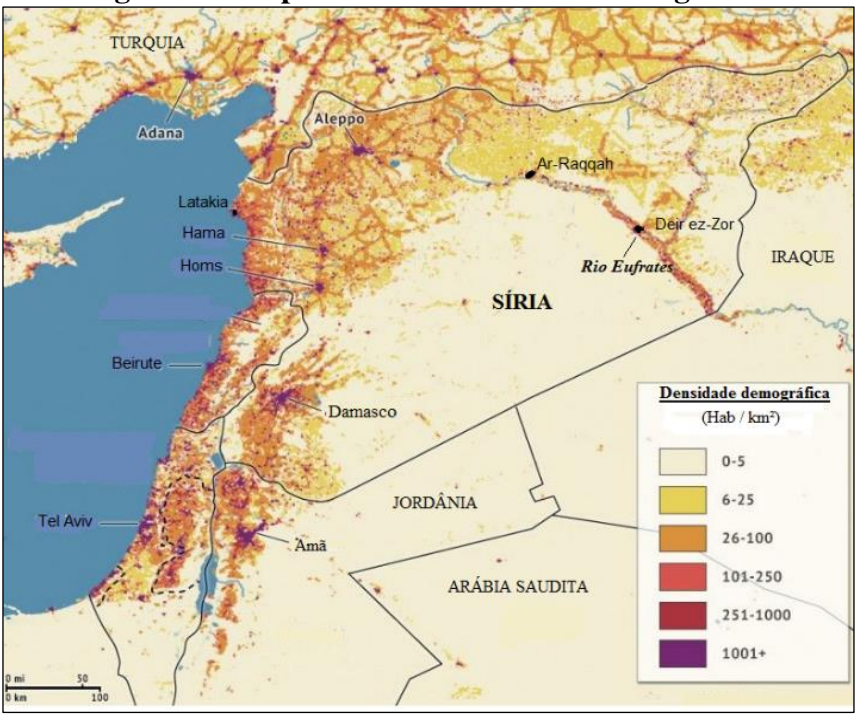
A rede urbana antes da guerra civil

Após mais de uma década de guerra civil, é difícil obter dados estatísticos precisos sobre a Síria, e os disponíveis são, por vezes, divergentes. Contudo, em termos do espaço urbano do país, podemos ter uma boa noção da realidade atual, para efeitos de investigação, se conhecermos o quadro urbano do país do período pré-guerra.

É fato que a população síria esteve concentrada sobretudo nas partes ocidental e setentrional do país, junto às fronteiras com o Líbano e a Turquia e ao longo do litoral do mar Mediterrâneo. Nessas

regiões se concentram os maiores centros urbanos como a capital Damasco e as cidades de Aleppo, Horms, Hamah e Latakia. Já na região oriental do país, merece destaque o vale do rio Eufrates, onde se localizam cidades importantes como Ar-Raqqah e Deir ez-Zor. Segundo Misachi (2017), mais da metade da população síria vivia na zona urbana em 2011, com uma taxa de urbanização de 54,58%. Justifica-se a maior concentração demográfica nestas regiões pelo fato de possuírem melhores condições de clima e vegetação, já que o restante do país está sujeito a um clima desértico (ver Figura 1 e Tabela 1).

Figura 1 – Mapa da Síria: Densidade demográfica



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Goujon (2015).

Tabela 1 - Síria: maiores cidades antes da guerra civil (2004)

ORDEM	CIDADE	POPULAÇÃO ABSOLUTA
	Eixo Urbano Ocidental - principal	
1º	Aleppo	2.132.100
2º	Damasco	1.414.913
3º	Homs	652.609
4º	Lakata	383.786
5º	Hama	312.994
10º	Tartus	115.769
ORDEM	**Eixo Urbano Oriental – mais disperso**	
6º	Ar-Raqqah	220.488
7º	Deir ez-Zor	211.857
8º	Hasakah	188.160
9º	Qamishli	184.231

Fonte: Elaboração própria. Baseado em: Misachi (2017).

As cidades sírias, especialmente as maiores como Damasco e Aleppo, apresentavam problemas urbanos típicos de países subdesenvolvidos, mesmo antes da guerra civil, que se agravaram ao longo do conflito. Entre eles, falta de saneamento básico, carência de infraestrutura e serviços básicos para parcelas consideráveis da população e grande parte dos habitantes dessas cidades viviam em bairros informais, ou irregulares. Alguns autores ressaltam que políticas denominadas por eles de neoliberais a partir do final do século XX trouxeram aumento dos níveis de desigualdade de rendimentos e riqueza e redução do bem-estar social, pois a liberalização da economia síria trouxe o aumento da especulação imobiliária com a entrada de investidores estrangeiros no mercado imobiliário do país (IBRAHIM *et al*., 2022; WIND, IBRAHIM, 2020).

Em Damasco cerca de 40% da população vivia nessas áreas irregulares (CLERC, 2014) e em Allepo aproximadamente 50% (KURGAN *et al*., 2017). Em geral, estes bairros eram habitados não apenas por sírios mais pobres, mas também por imigrantes refugiados de outras guerras no Oriente Médio (palestinos, iraquianos, libaneses, entre outros), áreas que eram monitoradas pelo governo Assad. Tais bairros serviram de terreno fértil para o recrutamento de insurgentes durante a guerra civil, e foram prioridade do governo na busca dos oposicionistas (CLERC, 2014; KURGAN *et al*., 2017).

A rede urbana durante a guerra civil

A partir de 2011, identificam-se dois grandes eixos na rede urbana síria, segundo o papel desempenhado no desenvolvimento da guerra:

i) o eixo urbano ocidental, que constitui o mais importante do pais, aloja as principais cidades e foi cenário dos primeiros enfrentamentos da guerra, tornando-se a região de maior influência do regime de Bashar al-Assad;

ii) o eixo urbano oriental, com centros urbanos menores e mais dispersos espacialmente e em termos de população, e que esteve mais tempo sob o domínio ou influência de grupos insurgentes anti-regime diversos (Figura 2).

Figura 2 - Síria: Rede urbana e seus principais eixos

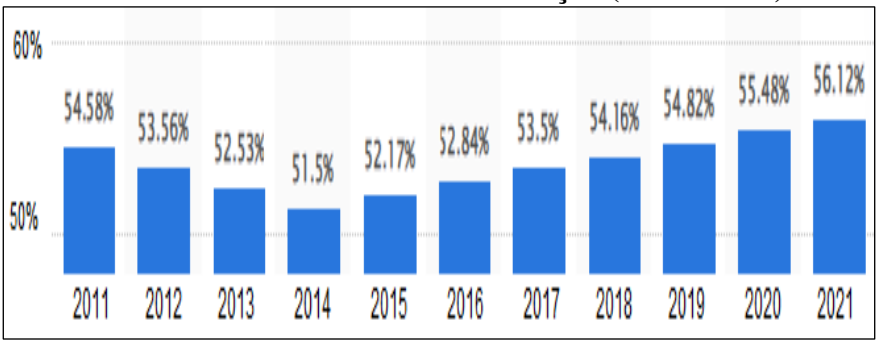


Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Goujon (2015).

Ao analisarmos a variação da população urbana síria ao longo da guerra civil, percebemos que ela vem sofrendo algumas mudanças de acordo com o desenvolvimento do conflito armado. No interregno de 2011 a 2015, os grupos insurgentes oposicionistas travaram pesados combates com as forças oficiais governistas nas principais cidades do eixo urbano ocidental, acarretando a destruição de grande parte da rede urbana e forçando o deslocamento de pelo menos metade da população síria. Tal realidade resultou em uma redução progressiva da taxa de urbanização do país no período supracitado.

A partir de 2016, o governo sírio, com apoio de fortes aliados como a Rússia e o Irã, pôde não só recuperar a maior parte do eixo urbano ocidental, mas dar maior atenção para as áreas periféricas do leste, ricas em recursos energéticos, especialmente aquelas dominadas pelo Estado Islâmico (EI). Com o declínio gradativo dos confrontos armados nas grandes cidades do oeste, muitos habitantes começaram a retornar às suas antigas cidades de moradia (MISACHI, 2017). Esta estabilização da guerra, mesmo que precária, principalmente nas grandes cidades ocidentais, fez com que a população urbana apresentasse um lento mas constante aumento, tendo alcançado um pico em 2021 com 56,12% (ver o gráfico 1)[15].

Gráfico 1 - Síria: taxa de urbanização (2011 - 2021)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Misachi (2017).

A REDE URBANA SÍRIA E AS SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS COM A GUERRA CIVIL

Ao analisarmos a rede urbana e as suas relações com a guerra civil síria temos que considerar o domínio territorial, que é a

[15] Dados estatísticos em períodos de conflito armado são de difícil confirmação.

capacidade dos atores (inclusive os não-estatais) de manter o controle efetivo ou relativo sobre determinado(s) território(s). De acordo com Therese Anders (2019), assegurar o controle do território é um objetivo fundamental, pois aqueles atores que conseguírem exercer o controle sobre uma determinada área têm: i) a oportunidade de extrair recursos; ii) buscar a colaboração da população; e iii) aumentar sua base de mobilização e conseguir aumentar a sua área de domínio; e, portanto, conseguem se manter com potencalidade de vitória no desenlace da guerra.

A rede urbana e o domínio territorial durante a guerra civil síria

Assim como em outros países árabes, no âmbito da primavera árabe em 2011, as manifestações começaram nas principais cidades. Isto em parte se deve ao fato de que nos grandes centros urbanos as pessoas têm mais acesso à informação, tanto àquela gerada internamente quanto externamente pelas grandes redes de notícias, graças aos avanços tecnológicos e ao aprofundamento das relações econômicas e culturais advindas da globalização. Contudo, ao contrário do Egito e da Tunísia, na Síria as manifestações não se concentraram em uma única cidade. A revolta síria se deflagrou simultaneamente em várias cidades, sendo que em algumas delas os grupos insurgentes chegaram a ter o domínio territorial total ou parcial em pouco tempo, o que demandou uma reação mais contundente por parte do regime de Assad.

Segundo Balanche (2017), nesta primeira fase da guerra civil, entre 2011 e 2015, o exército sírio estava focado em proteger as grandes cidades do eixo urbano ocidental do país - Damasco, Homs, Hama e Aleppo -, eixo que veio a se tornar a espinha dorsal do seu sistema de defesa e comunicação. As principais manifestações e ataques da oposição foram nestas cidades e seus

arredores, onde as atividades econômicas e políticas eram mais relevantes, pelo qual o domínio territorial delas era vital para o avanço da oposição. Simultaneamente, se fez visível que as forças armadas sírias não estavam preparadas para lidar com todas as frentes ao mesmo tempo e, consequentemente, no final dessa primeira fase da guerra, o regime chegou ao menor nível de domínio territorial.

No entanto, a intervenção russa, sobretudo com os bombardeios aéreos a partir de setembro de 2015, salvou e reforçou a posição do regime de Assad, que pôde não só recuperar parte considerável do eixo urbano ocidental no decorrer de 2016, incluindo Allepo, a última das grandes cidades do oeste ainda parcialmente no poder dos rebeldes, como também intervir nas áreas periféricas do leste, especialmente aquelas dominadas pelo Estado Islâmico (EI).

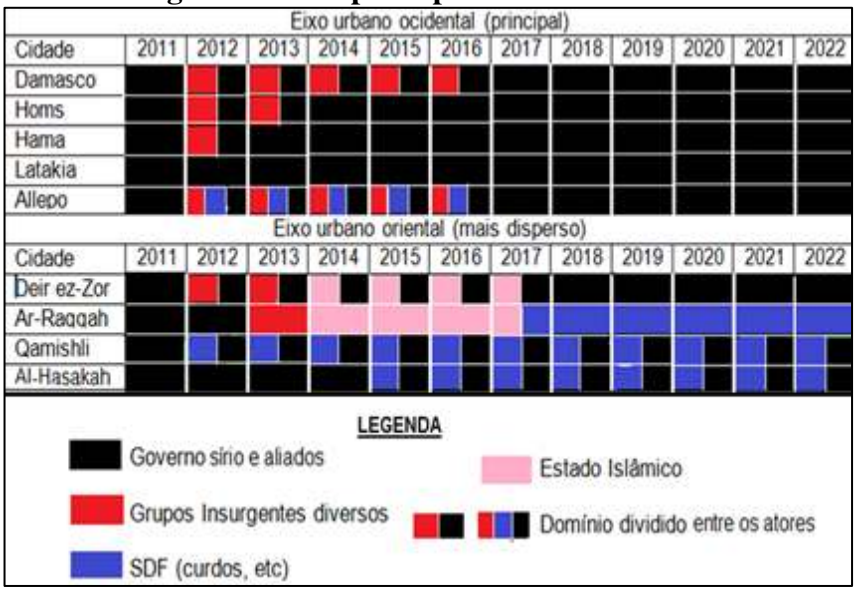
No lado oriental, o EI ainda dominava 25%[16] do território nacional, incluindo cidades importantes como a de Ar-Raqqah, que liga os dois grandes eixos urbanos do país. Destaca-se também na região nordeste a consolidação da região dominada em cerca de 23% pelas Forças Democráticas da Síria (SDF, na sigla em inglês), basicamente curda. A SDF, paulatinamente, com a ajuda militar dos norte-americanos, foi derrotando o EI na região leste e dominando grande parte do eixo urbano oriental, incluindo Ar-Raqqah e parcialmente Hasakah e Qamishli, dando-lhes uma boa base de sustentação econômica a leste do rio Eufrates, onde se localizam as maiores reservas de petróleo e gás do país.

Este cenário demonstrou que o regime estava mais preocupado com o eixo urbano ocidental, sendo incapaz de controlar todo o país simultaneamente. Apesar do EI ter perdido a sua base

[16] As porcentagens de porções do território sírio apresentadas neste parágrafo foram calculadas a partir da análise matemática dos mapas da guerra civil síria do portal Political Geography Now: < www.polgeonow.com>.

territorial e, por conseguinte, a sustentação econômica por volta de 2019, a fronteira sírio-iraquiana permaneceu vulnerável e as suas cidades permaneceram, em sua maioria, sob o domínio de milícias, tanto xiitas quanto sunitas (Quadro 1), ainda que parcialmente.

Quadro 1 - Domínio territorial durante a guerra civil - principais cidades da Síria



Fonte: Elaboração própria.

O apoio recebido de aliados como o Irã e a Rússia serviram para manter o regime de Assad no poder, principalmente no eixo urbano ocidental. Entretanto, isso significou não exercer o poder de fato sobre grande parte do país, deixando espaço para que atores não-estatais preenchessem este vazio de poder, especialmente na região nordeste, rica em recursos energéticos. No Quadro 1 é possível perceber também que entre as grandes cidades do leste do país, a

única grande cidade controlada inteiramente pelo regime de Assad é Deir ez-Zor.

Portanto, o governo sírio assegurou o controle do território ocidental - Eixo urbano ocidental -, com exceção da cidade de Idilib e seus arredores, local das principais cidades e centros econômicos do país, na primeira metade da guerra civil. Isto lhe permitiu garantir os recursos econômicos e o domínio de grande parte da população síria; também lhe deu a base de mobilização necessária para avançar sobre o eixo oriental, que recuperou apenas parcialmente, já que a SDF ainda controla grande parte das principais cidades e das reservas de petróleo e gás.

O planejamento urbano como arma de guerra: os casos de Damasco e Aleppo

As políticas públicas urbanas podem ter uma função estratégica em conflitos armados. No Líbano, Verdeil (2001) constatou que o planejamento urbano era usado, sobretudo, para deslocar as populações para longe dos territórios militarmente desejados. Além disso, ao ter como objetivo estratégico a obtenção do domínio de determinado território, os atores envolvidos numa guerra civil tendem a utilizar o máximo de força militar possível para obtê-lo e mantê-lo (ANDERS, 2019; TYNER, 2016, por exemplo). Em áreas urbanizadas, essa dinâmica do conflito torna-se mais complexa devido às suas especificidades, por serem áreas com alta densidade demográfica e grande concentração de objetos técnicos (prédios, casas, estradas, etc). A seguir analisamos este fenômeno nas duas maiores cidades do país durante o conflito civil sírio: Damasco e Aleppo.

O caso de Damasco

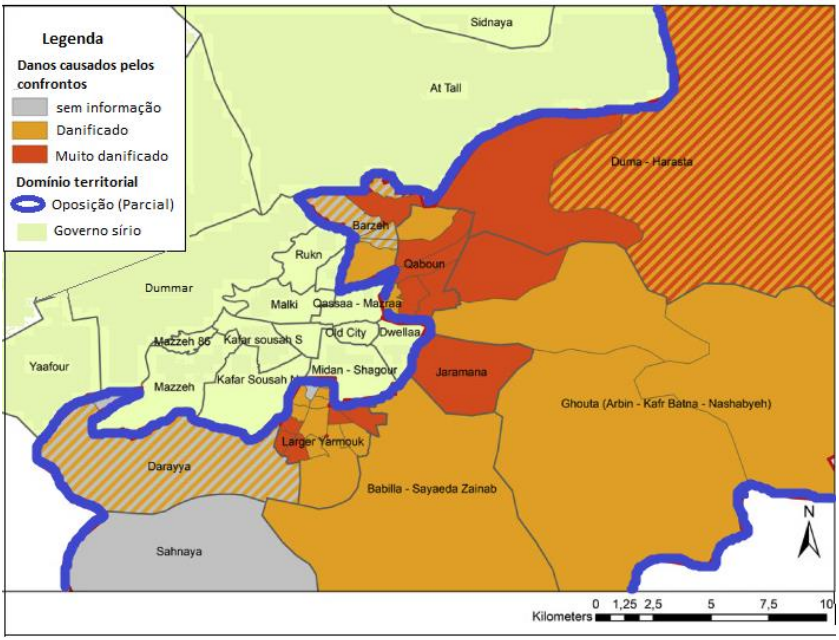
Desde o início da revolta síria, a capital Damasco sempre esteve visada pelos grupos oposicionistas, não só por ser a capital federal, mas por ser a segunda maior cidade do país. Ali, como em outras grandes cidades sírias, as revoltas se deram principalmente em bairros onde residia uma população mais pobre e, em grande parte, constituída de refugiados de países vizinhos, nos chamados bairros informais. Wind e Ibrahim (2020) explicam que os habitantes destes locais já eram vistos como possíveis oposicionistas por reivindicarem melhores condições de vida no lugar em que residiam, principalmente após as reformas neolibeirais implementadas pelo regime nas duas últimas décadas, que encareceram os custos de moradia.

A partir de 2011, com as crescentes manifestações anti-regime e os confrontos armados, o governo central decidiu utilizar instrumentos de políticas urbanas para combater os focos da oposição, que julgava estarem em grande parte nos bairros informais. Assim, o planejamento urbano começou a ser utilizado como arma de guerra, por meio da implementação de projetos de "renovação urbana" de bairros específicos em associação com os bombardeios dos bairros dominados pela oposição. Tais projetos incluíam a aplicação de normas legais para demolição de bairros tidos como irregulares; no entanto, as demolições de casas e edifícios se concentraram espacialmente nas áreas de localização dos insurgentes oposicionistas (CLERC, 2014).

Clerc (2014) complementa, afirmando que o entorno de Damasco, Ghouta Oriental e os aglomerados informais ao sul e sudeste da cidade foram os mais afetados pelos ataques por parte do regime de Assad (Figura 3). A maior parte da destruição de

habitações ocorreu nas zonas informais, o mesmo ocorrendo em outras grandes cidades como Homs, Hama, Allepo e Deir ez-Zor.

Figura 3 - Damasco: bairros mais afetados pelo conflito armado e domínio territorial (2011- 2018)



Fonte: Adaptada de Wind; Ibrahim (2020, p. 07).

A reação do governo central sírio pode ser explicada pela tomada por parte de grupos insurgentes de partes periféricas da cidade de Damasco. Já em 2012, quase todos os bairros do lado oriental da Cidade Velha (Qaboun, Jobar, Harasta, Irbin, Douma, Ghouta, etc.) passaram a ser controlados pelos rebeldes, assim como os subúrbios do sul, como Yarmouk - antigo campo de refugiados

palestinos -, Darayya, Kafar Sousah e Babilla (WIND; IBRAHIM, 2020).

A perda do domínio territorial provoca um aumento da violência do ator que está almejando recuperar o território perdido (ANDERS, 2019). De igual forma, Kalyvas (2006) traça a relação inversa entre controle territorial, uso e motivações da violência em guerras civis. A violência tende a aumentar quando o controle territorial está ameaçado. No caso sírio, esse fenômeno se traduziu em iniciativas cada vez mais violentas (bombardeiros com barris, demolição de residências de opositores ou supostos apoiadores, possível uso de armas químicas, etc) do regime na medida que perdia território, sobretudo nos bairros informais.

O caso de Aleppo

Cabe destacar a importância da cidade de Aleppo para a Síria. Ela era, e provavelmente continua sendo, a grande metrópole do país, seguida por Damasco. A cidade era a mais populosa e o principal centro econômico antes da guerra civil, funcionando como um centro comercial do norte e leste da Síria. Em 2010, perto de 40% da produção industrial da Síria estava instalada na cidade e nos seus arredores. A parte mais antiga de Aleppo é um dos maiores centros históricos do mundo islâmico, sendo bastante rica em edifícios e monumentos. Além disso, localizadas ao sul de Aleppo, perto da cidade de As-Safira, está a maior fábrica de armas do país (AYAD, 2011).

Em Aleppo, inicialmente, não houve uma grande adesão de população aos protestos de 2011, ficando fora dos confrontos armados iniciais entre o governo central e as forças de oposição. No entanto, no primeiro semestre de 2012, a cidade passou a fazer parte

do cenário da guerra, sobretudo entre 2012 e 2016, período em que seu território foi dividido em áreas de domínio territorial do regime e dos diversos grupos insurgentes. Como cidade estratégica pela sua localização, tanto para as forças do regime de Assad quanto para os rebeldes oposicionistas, Aleppo favorecia o acesso a armamentos e mantimentos. O seu controle era fundamental para se ter acesso as partes leste e noroeste do país, além de estar próxima a fronteira com a Turquia (KURGAN *et al*., 2019).

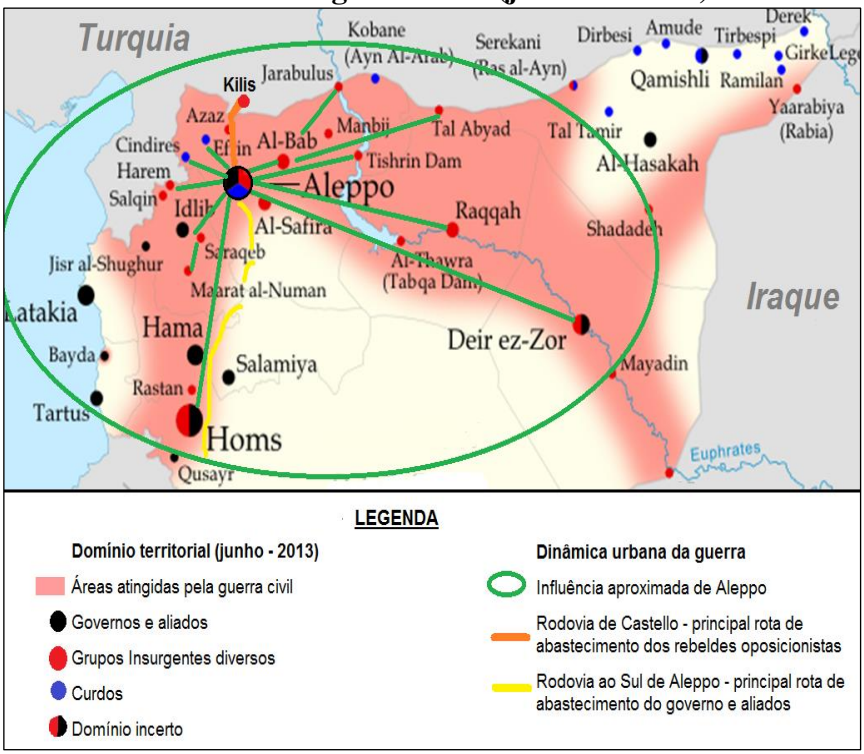
Aleppo permaneceu dividida ao meio por quatro anos, com o lado ocidental sob controle do governo e o lado oriental tornando-se território rebelde. Até o final de 2016, a fronteira entre o leste e o oeste quase não se moveu, apesar dos intensos bombardeios e confrontos armados. Segundo Kurgan *et al*. (2019):

> Desde o seu início em Julho de 2012, passando por quatro anos de impasse territorial, até ao cerco final da cidade entre Agosto e Dezembro de 2016, o nosso mapa traça padrões de danos urbanos e pergunta o que esses padrões revelam das tácticas e estratégias de destruição planeada, de violência organizada que muitas vezes excede os limites da "proporcionalidade" e da "necessidade militar" (por mais problemáticos que esses critérios possam por vezes ser). Como plataforma, o mapa não só confirmou o que sabíamos sobre os danos em locais conhecidos, como a histórica Cidadela de Aleppo, mas também ajudou a direcionar a nossa atenção para bairros menos proeminentes e agora obliterados da cidade, como os chamados "bairros informais" de Salah-ad-Deen e Ashrafeyeh. Ao procurar pistas fornecidas pelo mapa e pelo conjunto de dados, ao rastrear operações militares e, principalmente, ao ligar estes processos aos desenvolvimentos econômicos, sociais e jurídicos pré e pós-conflito, começamos a compreender as formas como o

> extraordinário vandalismo e a brutalidade da guerra em Aleppo está ligada às depredações quotidianas do poder estatal na Síria (KURGAN *et al*., 2019).

Tanto Kurgan *et al*. (2019) como Tyner (2014) retratam as táticas extremamente violentas utilizadas pelo regime para alcançar o domínio territorial em Aleppo, bem como em outras cidades sírias.

Figura 4 - Aleppo: domínio territorial e dinâmica da guerra civil (junho de 2013)



Fonte: Elaboração própria.

A localização geográfica da cidade perto da fronteira da Turquia, permitiu aos insurgentes oposicionistas resistir firmemente por quatro anos. O fornecimento de armamentos e outros recursos dos aliados vinham pela fronteira da Turquia, onde o principal centro de apoio dos rebeldes era a cidade de Kilis. Como grande metrópole e tendo um área de influência enorme no território, se os oposicionistas tivessem conseguido o domínio absoluto de Aleppo, poderiam, ter avançado e consolidado o seu controle territorial em grande parte do país (Figura 4).

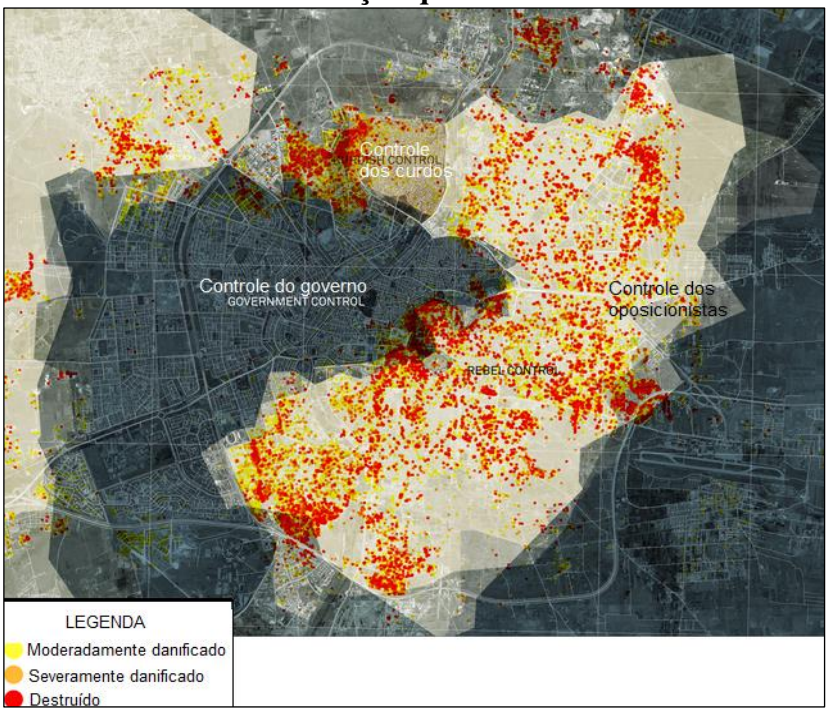
Entretanto, o regime, com a ajuda dos seus aliados, conseguiu cortar as rotas de abastecimento dos insurgentes e isolá-los nos bairros onde permaneciam com o domínio do território. Estes paulatinamente foram sendo retomados pelos forças oficiais, alcançando o domínio completo da cidade em dezembro de 2016.

A partir da consolidação do controle absoluto da cidade, começou uma segunda etapa da guerra urbana em Aleppo, como aconteceu nas outras grandes cidades sírias: se utilizou o planejamento urbano como arma de guerra para garantir o controle territorial e aniquilar os grupos insurgentes. O regime de Assad utilizou políticas públicas urbanas como instrumento bélico.

> Em Abril de 2018, o governo sírio adotou a Lei 10, [...] (que) amplia radicalmente uma disposição anterior, o Decreto 66, de Setembro de 2012. [...] Com base nestas disposições, a decisão sobre quais as áreas que serão expropriadas e reconstruídas está nas mãos da família Assad e daqueles próximos do regime. Os críticos salientaram que o Decreto 66 e a Lei 10 foram e continuarão a ser usados para reprimir a dissidência em áreas específicas e como medida punitiva após as revoltas. Em 2012, por exemplo, os bairros designados para reabilitação ao abrigo do

Decreto 66 compreendiam exclusivamente áreas com forte apoio da oposição (KURGAN *et al*., 2019).

Figura 5 - Sobrepostos a uma imagem de satélite de Aleppo de 2016, os dados de danos retratam a localização e a intensidade da destruição que ocorreu entre 2012 e 2016



Fonte: Adaptada de Kurgan *et al*. (2019).

De fato, a análise de mapas e imagens aéreas da cidade de Aleppo, mostra que grande parte dos bairros que foram dominados por grupos oposicionistas, em sua maioria bairros informais, foram os mais destruídos por bombardeios e demolições ao longo da guerra civil (Figura 5). O alvo militar estratégico – a infra-estrutura de

abastecimento dos rebeldes – já havia sido capturada e destruída, quando o leste de Aleppo foi quase completamente arrasado no cerco de cinco meses (realizado no segundo semestre de 2016). A destruição sistemática ocorreu quase exclusivamente nos assentamentos informais da cidade. Aproximadamente 88% de todos os danos foram registrados nas áreas controladas pelos rebeldes no leste de Aleppo. Os bairros de Salah-ad-Deen e Ashrafeyeh, tidos como bairros informais, foram amplamente destruídos (KURGAN *et al*., 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede urbana do país foi o cenário da eclosão da guerra e centro de disputa do controle territorial entre os grupos insurgentes e o governo sírio. Dessa forma, a compreensão da estrutura urbana do país foi fundamental para o entendimento do desenvolvimento do conflito. Tornou-se igualmente evidente que os problemas urbanos já existentes antes da guerra civil foram determinantes no desenrolar da guerra, especialmente a existência dos bairros informais, onde houve grande atividade insurgente contra o regime de Assad.

As cidades, como lócus de convivência, de intercâmbio econômico, político, ideológico e cultural, são sítios férteis para ideias, bem de apoio ou de dissidência, dos regimes e governos. Dentro das cidades, sendo não homogêneas, há espaços mais dissidentes que viram alvo de monitoramento e coerção quando de eventos políticos extremos.

No caso sírio, a primavera árabe e seu efeito dominó, fez com que o regime colocasse os olhos nas áreas periféricas e informais das principais cidades da rede urbana, por serem o lócus de possível insurgência contra o governo Assad. Nessa medida, grande parte dos

esforços, já deflagrada a guerra civil, foi investida em retomar o controle territorial perdido pelo regime nas grandes cidades da rede urbana, plano que se executou com "políticas públicas" urbanas que implicaram na destruição desses mesmos bairros considerados insurgentes. Assim, o regime consegue retomar o controle do desfecho da guerra, garantindo seu controle sobre as principais cidades sírias e sobre o principal eixo da rede urbana.

Como campo de pesquisa, o Urban Battlespace mostra sua utilidade para estudar o desenvolvimento tático e espacial das guerras civis. Neste contexto, verifica-se a existência de trabalhos sobre o domínio territorial no âmbito da criminalidade nos grandes centros urbanos brasileiros. No entanto, há poucas pesquisas que examinam essa questão na escala internacional. Nosso trabalho caminha nessa direção.

REFERÊNCIAS

ANDERS, T. "Territorial control in civil wars: Theory and measurement using machine learning". **Journal of Peace Research**, vol. 57, n. 6, 2019.

AYAD, H. M. "Community area based development in the Northern Region of Syria: Case study of urban Aleppo". **Alexandria Engineering Journal**, vol. 50, 2011.

BALANCHE, F. "Growing Risk of International Confrontation in the Syrian Desert". **The Washington Institute for Near Policy** [2017]. Disponível em: <www.washingtoninstitute.org>. Acesso em: 03/02/2024

CLERC, V. “Informal settlements in the Syrian conflict: urban planning as a weapon”. **Built Environment**, vol. 40, n. 1, 2014.

GOLAN, G. **Closing the Gateways of Democracy**: Cities and the Militarization of Protest Policing (Doctoral Thesis in Geography). Cambridge: University of Califórnia, 2005.

GOUJON, R. “The Geopolitics of the Syrian Civil War”. **World View** [2015]. Disponível em: <worldview.stratfor.com>. Acesso em: 12/04/2024.

GRAHAM, S. “The Urban Battlespace”. **Theory Culture Society**, vol. 26, 2009.

IBRAHIM, B. *et al*. “Future urban development scenarios for post-conflict Syria. How will returning refugees shape the future?” **Journal Habitat International**, vol. 119, 2022.

KALYVAS, S. **The Logic of Violence in Civil War**. Cambridge: Cambridge UP, 2006.

KURGAN, L. *et al*. **Aleppo, Syria**: Urban Destruction Beyond Winning the War. New York: Columbia University, 2019.

MISACHI, J. “Biggest Cities In Syria”. **World Atlas** [2017]. Disponível em: <www.worldatlas.com>. Acesso em: 23/01/2024.

NAÇÕES UNIDAS. **ONU-Habitat**: população mundial será 68% urbana até 2050. Brasília: Nações Unidas Brasil, 2022. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 23/01/2024.

NASSER, R. M. “As cidades e as “novíssimas guerras”: a militarização do espaço urbano”. *In*: SILVA FILHO, E. B.; MORAES, R. F. (orgs.). **Defesa nacional para o século XXI**:

política internacional, estratégia e tecnologia militar. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

NEDAL, D. *et al*. "Urban Concentration and Civil War". **Journal of Conflict Resolution**, vol. 64, n. 6. 2015.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

TYNER, E. "Do Territorial Control and the Loss of Territory Determine the Use of Indiscriminate Violence by Incumbent Actors? An Examination of the Syrian Civil War in Aleppo over 45 weeks". **Journal of Terrorism Research**, vol. 7, n. 1, 2016.

VERDEIL, E. "Reconstructions manquées à Beyrouth, La poursuite de la guerre par le projet urbain". **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 91, 2001.

WIND, B.; IBRAHIM, B. "The war-time urban development of Damascus: How the geography- and political economy of warfare affects housing patterns". **Journal Habitat International**, vol. 96, 2020.

CAPÍTULO 5

Poder Mundial, Conflito Regional e a Questão Israelo-Palestina: A História do Território

PODER MUNDIAL, CONFLITO REGIONAL E A QUESTÃO ISRAELO-PALESTINA: A HISTÓRIA DO TERRITÓRIO

Edilson Adão Candido da Silva

Em um momento em que o Oriente Médio apresentava relativa calmaria com a reaproximação entre Irã e Arábia Saudita, estreitamento de relações entre sauditas e Israel, enfraquecimento do grupo extremista Estado Islâmico, amenização da tensa relações entre Irã e Estados Unidos (FANTAPPIE; NASR, 2024), em outubro de 2023, aproximadamente 1500 militantes do grupo fundamentalista Hamas atacaram o sul de Israel sequestrando e matando um grande número de pessoas: as estatísticas iniciais israelenses acusaram 1300 vítimas fatais e 239 reféns. A reação do Estado judeu ao mais impressionante ato de agressão contra a potência militar nos últimos anos foi extremamente vigorosa e até o fechamento desse artigo contavam-se 25 mil vítimas palestinas fatais e mais 63 mil feridos que pagavam o preço da ousadia do Hamas, reafirmando longa tradição na disparidade dos índices estatísticos quando esses dois povos se enfrentam. Números elevados e que recolocam em evidência a questão palestina.

Diga-se que esse tema sempre esteve no centro da agenda internacional. Fazemo-nos valer aqui de dois momentos distintos do século anterior em que se mencionou estar o assunto em destaque nos debates internacionais:

> Não me lembro no período recente da história árabe momento em que tenha havido um interesse generalizado, tão sustentado e tão angustiante nos

> Estados Unidos. Por trás de todo esse interesse existe, é claro, o fato indiscutível de que os interesses norte-americanos tocam as vidas árabes com um imediatismo intrusivo (SAID, 1986, p. 127).

Said (1986) escrevia sobre como a questão palestina incidia no contexto estadunidense. Vinte e cinco anos antes dessa fala, na ocasião de um importante debate entre o historiador britânico Arnold Toynbee e o embaixador israelense no Canadá, Yaacov Herzog, os editores que compilaram o debate e converteram-no em livro, alertavam:

> Vossa senhoria está recebendo este livro que trata de um assunto palpitante e que está no momento em manchete. Dele depende a paz no Oriente Médio e no mundo. Vossa senhoria encontrará no livro o que diz a esse respeito uma autoridade internacional do gabarito do famoso historiador inglês, professor Arnold Toynbee, que focaliza a tragédia de um povo (HILLEL HOUSE Mc GILL UNIVERSITY, 1961, p. 03).

As menções auxiliam na desmistificação de tentar entender o assunto a partir de fatos contemporâneos ratificando que o tema não apresenta raridade nem tampouco é recente; provém de longa data o que, em nossa visão, configura erro de leitura atribuir a crise atual a fatos recentes.

Calorosos debates acadêmicos e políticos ganharam os centros universitários e parlamentos do Brasil e do mundo. A paixão tomou conta das argumentações de ambos os lados da contenda recrudescendo a islamofobia e o antissemitismo; tornou-se difícil abordar a temática sem correr algum risco de acusação por um lado

ou outro; inclusive, esse próprio texto. Tem-se percebido que qualquer crítica mais contundente à letal estratégia israelense se corre o risco em ser imediatamente taxado como antissemita, como se verificou em algumas ocasiões com autores e personalidades, mesmo considerando que árabes palestinos, igualmente, são semitas.

Considerando tal contexto, o presente capítulo esforça-se por realizar uma retrospectiva geohistórica, jogando a âncora da compreensão ao passado: o Oriente Médio não se explica pelos fatos atuais; ele é produto direto e indissociável, especialmente, dos episódios do início do século XX, particularmente, o pós-Primeira Guerra Mundial que delineou o destino territorial dos povos que por lá serpeiam. Acordos malsucedidos e o irresponsável traçado das fronteiras selaram o destino daquilo que, pasmos, assistimos hoje. A metodologia aplicada é a revisão bibliográfica e análise de documentos. O objetivo do presente texto é fornecer subsídios históricos para análise do presente momento marcado por traumático conflito.

O DESENVOLVIMENTO DA QUESTÃO

O término da Grande Guerra de 1914 foi decisivo para a construção territorial do Oriente Médio. Diga-se, aquela ordem regional formou-se entre o híbrido da dissolução do Império turco-otomano e a investida imperialista que se fazia acontecer desde meados do século XIX. O Reino Unido saíra como o grande vencedor da nova ordem que surgia, produto de uma bem estabelecida estratégia montada durante o período da disputa contra França e Rússia desde meados do século XVIII e que fora atropelada pela rápida emergência germânica no final do século XIX. Para combater a ameaça francesa que encaminhava um domínio no Levante com a arquitetura megalomaníaca do Canal de Suez, o

Reino Unido correu para dominar a região do Golfo como um bastião anti-França no afã de proteger a joia de sua coroa imperialista, a Índia. Mal sabiam franceses e ingleses que o desfecho final de Suez seria decisivo às pretensões da França selando a hegemonia britânica.

Durante a Grande Guerra os turcos alinharam-se ao eixo germânico, enquanto os árabes que sonhavam construir um grande reino selaram acordos com os britânicos. As famosas cartas trocadas entre o emissário britânico, Henry Mac-Mahon e o xerife de Meca, Hussein al-Hashemi testemunharam acordos não cumpridos. Os acordos entre britânicos e árabes no transcorrer da guerra obedeciam a interesses contrastantes: os árabes apoiariam os ingleses contra os turcos na esperança do reconhecimento da independência, enquanto ingleses tinham outros planos para quando do desfecho do conflito. Ao responder a Hussein em uma das cartas em que esse apresentava as exigências árabes na delimitação territorial de um pretenso reino, Mac-Mahon afimou:

> Apressei-me em levar o conteúdo de vossa carta ao conhecimento do Governo Britânico e é com a maior satisfação que vos transmito em seu nome, a declaração que acolhereis, estou certo, com satisfação. No que concerne aos territórios situados no interior das fronteiras propostas e onde a Grã-Bretanha é livre de agir sem levar em conta os interesses de sua aliada, a França, estou habilitado, em nome do governo de da Grã-Bretanha, a dar-vos as garantias seguintes, em resposta a vossa carta. Levadas as modificações acima, a Grã-Bretanha está pronta em reconhecer e sustentar a independência dos árabes em todas as regiões situadas no interior das fronteiras propostas pelo xerife de Meca (MAC-MAHON *apud* ATTIYAH, 1969, p. 22).

Enquanto tratava com os árabes, os britânicos negociavam as mesmas terras com Rússia e França para dividi-las após o desfecho da guerra que, sabiam, lhes seria favorável. Era o Tratado de Sykes-Picot de 1916 que foi denunciado pelos bolcheviques quando esses destituíram o Império Russo. Reichert (1972) afirma que:

> O Tratado de Sykes-Picot é um documento vergonhoso. Revela que ao mesmo tempo em que sir Henry Mac-Mahon estava negociando com o xerife Hussein, os ingleses também negociavam com os franceses. Mas não cientificaram os franceses acerca dos acordos com Hussein, nem muito menos Hussein acerca do que tramaram Sykes e Picot. O Acordo nada mais é do que um plano de distribuição das terras do Império Otomano entre França, Grã-Bretanha e a Rússia Czarista (REICHERT, 1972, p. 22).

Enquanto Mac-Mahon, representando o Arab Bureau acordava hipocritamente o reconhecimento de um futuro reino árabe no Oriente Médio, o delegado britânico Mark Sykes delineava com seu colega francês François Picot o Tratado de Sykes-Picot, um terceiro acordo sobre parte das mesmas terras era encaminhado pelo secretário de relações exteriores britânico, Arthur James Balfour junto ao emergente movimento sionista europeu e que reconhecia o direito do povo judeu que vivia na Europa em construir no Oriente Médio aquilo que convencionou-se denominar "Lar nacional judaico." O Reino Unido logo se perderia no emaranhado de promessas de interesses contrastantes.

Desordens e perturbações internas na Rússia após a Revolução de Outubro de 1917 abortaram Sykes-Picot. De forma premeditada, o novo governo bolchevique denunciou o acordo com o intuito de abalar as alianças da guerra da qual a Rússia se retirara. Mustafa Kemal, líder turco e opositor das pretensões árabes

apressou-se em transmitir a traição a Hussein, com o claro propósito de demovê-lo em persistir combatendo ao lado dos britânicos. Hussein pediu explicações aos britânicos e foi respondido por J.R. Basset, do comando militar britânico que falava em nome do *Arab Bureau*:

> Seria supérfluo sublinhar que o objetivo da Turquia é o de semear a dúvida e a desconfiança entre as potências aliadas e os árabes que sob esclarecida direção de Vossa Majestade desenvolvem nobres esforços para recuperar sua antiga liberdade. A política turca visa provocar um desacordo, fazendo crer aos aliados que os árabes poderiam ser levados a renunciar às suas aspirações. Intrigas tais não podem, todavia, conseguir semear a discórdia entre pessoas inspiradas por uma mesma intenção e com vistas a um mesmo objetivo. O Governo de Sua Majestade confirma suas promessas anteriores concernentes à libertação dos povos árabes (*apud* ATIYAH, 1969, p. 38-39).

A HISTÓRIA TRATARIA DE DEMONSTRAR O VALOR DA PALAVRA BRITÂNICA

Após o desfecho da guerra, o Hedjaz, franja ocidental da península arábica onde vivia Hussein foi invadido e tomado pelos Saud que habitavam o Nejed, porção oriental da mesma península. Hussein foi expulso e exilado para o Chipre onde morreu no ostracismo.

Personagem lendária e que participou desse momento da história, Thomas Edward Lawrence narra em seu clássico, Os sete

pilares da sabedoria, que havia alertado Feisal, filho de Hussein, sobre Sykes-Picot:

> Felizmente havia muito tempo eu revelara a Feisal a existência do Tratado, convencendo-o de que a única saída seria auxiliar tanto os britânicos, que teriam vergonha de derribar a tiros, por causa do cumprimento das cláusulas. Supliquei-lhes que confiasse, não nas nossas promessas, como seu pai, mas na sua própria força (LAWRENCE, 1938, p. 593).

O Oriente Médio que se forjou após a Primeira Guerra Mundial foi bem diferente daquilo que sonhavam nacionalistas árabes que se envolveram no conflito ou mesmo das pretensões de Hussein e Feisal que a partir do Hedjaz, pretendiam liderar uma nação árabe emergida da ordem do pós-guerra. Feisal ficou por um tempo liderando o novo Iraque, mas após sua morte e de seus descendentes o reino foi alvo de um golpe militar. O que restou da pretensão dos Hashemi foi por meio de um dos filhos de Hussein, Abdhulla que "herdou", por assim dizer, um "país" surpreendentemente erigido quase que da noite para o dia pelos britânicos para aplacar a tensão do momento: a Jordânia. E o Oriente Médio seria rearranjado política e territorialmente, não seguindo aos interesses dos povos locais, mas do interesse de potências externas.

SIONISMO E MIGRAÇÕES

Enquanto realizava acordos sobre a distribuição das terras árabes com franceses, russos e os próprios árabes, novos comprometimentos britânicos eram encaminhados com o emergente

movimento sionista liderado pelo jornalista austríaco Theodor Herzel e pelo banqueiro Edmond Rotshild, cujo momento ápice foi a histótica Declaração Balfour, concedida pelo secretário de relações exteriores do Reino Unido da Grã-Bretanha, Arthur James Balfour em 1917:

> *Secretaria do Ministério das Relações Exteriores*
>
> *2 de novembro de 1917*
>
> *Estimado Lord Rothschild:*
>
> O governo de sua majestade vê com beneplácito o estabelecimento na Palestina de um Lar Nacional para o povo judeu e fará o quanto estiver em seu poder para facilitar a execução desse objetivo, ficando claramente entendido que não se tomará nenhuma medida que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas da Palestina, ou dos direitos e estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país. Agradeço e espero que o senhor faça chegar essa declaração ao conhecimento da Federação Sionista.
>
> Respeitosamente,
>
> Arthur James Balfour.
>
> Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha (SUWWAN, 1990, p. 66).

Aquela sucessão de acordos controversos conduzidos pelo Reino Unido definiria irreversivelmente o destino do Oriente Médio. Some-se a isso, a competente e bem orquestrada organização sionista que contrastava com o amadorismo, fragmentação e ingenuidade árabe sobre aquilo que estava por vir. O príncipe Feisal chegou a declarar:

> Faremos de tudo para cooperar, conforme as propostas sionistas na Conferência de Paz; os judeus que regressarem serão bem-vindos. O movimento judaico é um movimento nacional e não imperialista; o nosso é igualmente nacional e não imperialista, e na Síria há lugar para ambos (REICHERT, 1972, p. 231).

A Conferência de Paz citada ocorrera em 1919, portanto, dois anos após a Declaração Balfour. O processo sionista já estava em curso quando Feisal se dirigindo à Felix Frankfurt, dirigente da Organização Sionista Mundial, reafirmou:

> Achamos que os judeus e os árabes são, do ponto de vista da raça, primos; que sofreram perseguições similares da parte de nações mais poderosas e, por uma feliz coincidência, têm estado capazes de empreender, juntamente, os primeiros passos para a realização de seus ideais nacionais. Nós árabes, sobretudo os cultos, consideramos com a maior simpatia o movimento sionista. No que nos respeita, faremos o máximo que pudermos para que elas sejam aprovadas. Apresentamos de todo o coração, aos judeus do retorno, os votos de boas-vindas (ATIYAH, 1970, p. 73-75).

Observando o que se sucedeu depois, essas palavras de Feisal podem num primeiro momento aparentar apenas ingenuidade, porém ele fora orientado pelos aliados britânicos a proceder dessa forma, em sintonia com as pretensões sionistas (REICHERT, 1972). Igualmente, sua prioridade era alcançar o sonhado Reino Árabe idealizado por seu pai e contava ainda com o comprometimento obtido junto à Organização Sionista Mundial de um acordo de nove

cláusulas que fora obtida junto a Chaim Weizmann, presidente da Organização (REICHERT, 1972).

Figura 1 – Pastina às vésperas do mandato britânico (1920)



Fonte: Gresh *et al*. (2003, p. 175).

Uma vez encaminhado o êxito da iniciativa sionista o passo seguinte foi organizar a migração de judeus europeus. A Palestina vista como um território árabe que esteve sob domínio otomano por séculos, encontra leitura diversa nas fileiras sionistas para quem *Palestina* remete a um lugar, não a um povo. Nessa leitura, até o início do século XX eram os judeus e não os árabes quem eram considerados palestinos (KAHN; MURRAY, 1980). Para esses autores, portanto, *palestino* é uma nomenclatura que atende aos anseios judeus e que fora distorcida com propósitos ideológicos e premeditados contra os objetivos sionistas. É uma argumentação compreensível quando se considera o extremo sentimento da identidade nacional entre "nós" e "eles" em que a visão é projetada a partir de seu interior. Contudo, dados de diversas entidades internacionais que não as judias apontam para outra leitura étnica e estatística.

Os dados da Tabela 1 ilustram o encaminhamento de um remodelamento demográfico na Palestina patrocinado pelas migrações que iniciaram durante a transição entre os séculos XIX e XX, aumentando gradativamente até tornar-se especialmente grande nos anos 1930 e 1940 diante do contexto da Segunda Guerra Mundial e àquilo que se passava contra os judeus durante a perseguição nazista.

Com a chegada desse número de judeus europeus e com as aquisições de terras a partir de uma noção de propriedade europeia, diferente daquela que os árabes cultuavam, não tardou a eclosão dos primeiros conflitos entre os nativos e aquele judeu imigrante que chegava, muito diferente daquele judeu que os árabes conheciam e conviviam. Com a hostilidade entre árabes e o judeu que chegava não tardou o agravamento do quadro. O Reino Unido tentou intervir baixando o denominado Livro Branco, ou seja, uma restrição à imigração judia para o Oriente Médio. Contudo, simultaneamente, conformava-se a orquestração da Segunda Guerra Mundial e a

ascensão nazista foi o pior dos mundos aos judeus. A organização sionista orientou-os agora a combater ao nazismo e ao Livro Branco. Com o aumento da imigração judia, acentuou-se a tensão devido à revolta árabe que percebia o que estava em curso e inconformados com a aquisição das terras árabes pelo estrangeiro. O Reino Unido não conseguiu mais conter a onda migratória e se perdia gradativamente na confusão de acordos que armara. Nesse contexto, o projeto judeu ia se consolidando e configurava-se tal contexto na Palestina: os judeus eram poucos e organizados, os árabes, muitos e desunidos. A literatura árabe demonstra em inúmeras passagens os caminhos errantes e sectários da nação árabe quando o assunto é a busca de unidade. Particularmente, citamos aqui os trabalhos de Hourani (1997), Lewis (1982), Kirk (1967) e Lawrence (1938), dentre outros, que abordam essa especificidade.

Tabela 1 – Migração de judeus europeus para a Palestina

Período	Número de imigrantes
1822-1903	20000-30000
1904-1914	35000-40000
1919-1923	35000
1924-1931	82000
1932-1938	217000
1939-1945	92000
1946-1948	61000

Fonte: Salem (1970).
Notas: 1882-1918: administração turca na Palestina; 1919-1948: administração britânica na Palestina.

As aspirações sionistas num primeiro momento vinham ao encontro dos interesses britânicos, mas depois passaram a atrapalhar com o excessivo número migratório. Os judeus organizados passaram a desejar mais que um "Lar nacional" e avizinhava-se o desejo efetivo de um Estado Judeu na Palestina compromisso que o Reino Unido não deixara claro em suas evasivas promessas. Os distúrbios entre imigrantes judeus e a população autóctone tornaram-se violentas e mesmo britânicos foram vítimas da violência de grupos extremistas judeus como acontecera no atentado ao hotel King David em 1946, em Jerusalém, que abrigava o governo mandatário britânico na Palestina: britânicos, palestinos e mesmo judeus foram alvos do atentado que somou 91 vítimas fatais. Nessa altura o movimento judaico contava com organizações extremistas como o Irgun, Haganah e Stern. O Irgun fora o responsável pelo massacre. Outra ação extremista praticada pelo Irgun em associação com o Stern foi o massacre de Deir Yassin em 1948 quando a aldeia palestina foi atacada e os moradores árabes expulsos ou mortos pelos grupos terroristas; somaram-se 250 pessoas mortas (SALEM, 1977). Deir Yassin tornou-se símbolo e sinônimo de temor e fuga naquele contexto de fúria que se apresentava.

PALESTINA: INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL E NAKBA

O término da Segunda Guerra Mundial produziu uma reconfiguração geopolítica do mundo com a bipolaridade antagônica surgida e um conjunto de fatores orientaria, igualmente, a nova ordem regional do Oriente Médio. Pairava forte clima de comoção internacional às atrocidades acometidas contra o povo judeu durante o holocausto; o ocidente guardava sensação de culpa e um ambiente de apoio à causa judaica em busca de seu Estado dava a tônica do momento. O Reino Unido que ao lado de Estados Unidos, União

Soviética e França se declarara vencedor da guerra, na verdade saíra enfraquecido da condição de grande potência na ordem que se encerrava. A confusão que armara ao elaborar acordos com interesses contrastantes e excludentes cobraria seu preço. Por outro lado, muitos Estados árabes alcançavam reconhecimento de suas independências, mas num processo diferente e mesmo artificial, seguindo um curso bem distinto do que fora planejado pelo nacionalismo liberal árabe. A fragmentação, ao contrário da unidade, daria o tom. Outro ingrediente importante foi os Estados Unidos assumirem a condição de superpotência e aliado incondicional ao projeto sionista no lugar do Reino Unido, o que foi importante para o sucesso do movimento judaico.

Em 1947, o assunto foi transferido para a recém-criada Organizações das Nações Unidas (ONU) a pedido do Reino Unido, desgastado que estava pela confusa administração do mandato da Palestina que recebera na Conferência de San Remo em 1920. Em sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU fora indicada uma comissão especial para examinar a questão da Palestina (NAÇÕES UNIDAS, 1986). A comissão apresentou duas propostas: a primeira propôs o fim do mandato britânico e a partilha da Palestina em dois Estados, um judeu e outro árabe, além da internacionalização de Jerusalém. O segundo encaminhamento propunha um único Estado federado e que conteria judeus e árabes (SILVA, 2010).

A representação dos palestinos foi assumida pela recém-criada Liga dos Estados Árabes que se posicionou exigindo uma "Palestina independente a oeste do rio Jordão" (NAÇÕES UNIDAS, 1986, p. 04). No entanto, o processo encaminhado pela Assembleia Geral da ONU apontava para outra direção em que se desenhava a criação de dois Estados. O Reino Unido desejava se retirar o mais rápido possível da região e a resolução 181 da Assembleia corroborava esse propósito na preparação ao desfecho final:

> O Mandato para Palestina terminará o mais rápido possível, em todo caso, o mais tardar, em primeiro de agosto de 1948. As forças armadas do Poder obrigatório serão progressivamente retiradas da Palestina que deve ser concluída o mais rápido possível. A Potência obrigatória informará a Comissão, com a maior antecedência possível, sobre sua intenção de terminar o mandato e evacuar toda a área (UNITED NATIONS, 1947).

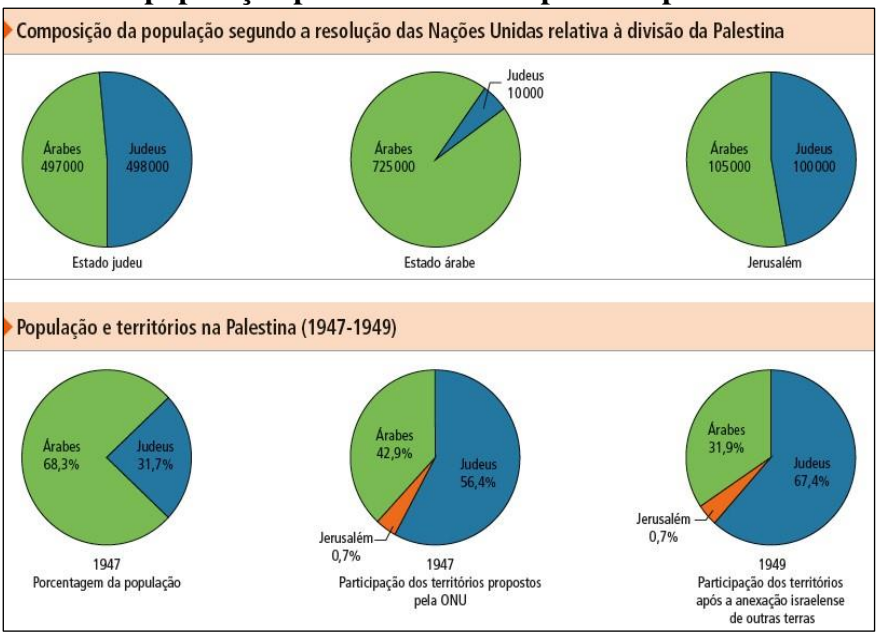
A resolução 181 de 1947 definiria a partilha da Palestina em dois Estados: um judeu contendo 14,1 km2 abrangendo 56% da Palestina com uma população de 1.008.800 habitantes, com pouco mais da metade constituída por árabes (509.780). Outro Estado árabe com 11,5 mil km2 contendo aproximadamente 43% da Palestina e contando com uma população de 814.000 habitantes sendo 10 mil judeus (NAÇÕES UNIDAS, 1986).

A aprovação da resolução em sessão plenária da Assembleia Geral da ONU ocorreu em 29 de novembro de 1947 e em seguida o Reino Unido anunciou que se retiraria da Palestina em primeiro de agosto de 1948 – porém, antecipou sua retirada para 15 de maio, mesmo dia da declaração de independência de Israel por David Ben Gurion (ONU, 1986). Apesar da decisão, o clima persistia tenso e com perspectiva de exasperação recíproca. A previsão se confirmou: tão logo foi anunciada a independência israelense, essa não foi aceita pelos membros árabes que declararam guerra àquele que consideravam "um corpo estranho no mundo árabe", um erro de cálculo trágico e de limitada visão política. Eclodia a primeira guerra árabe-israelense em 1948.

Aquilo que significava uma glorificação nacional de independência ao povo judeu e que foi sacramentado em 15 de maio de 1948, aos árabes palestinos correspondeu à *Nakba* (catástrofe). Após o desfecho desse novo capítulo da questão árabe-israelense

com a criação do Estado de Israel e a vitória judaica na guerra de 1948, a primeira de muitas outras, iniciou-se uma grande diáspora palestina.

Gráfico 1 – Composição da população palestina antes e após a diápora



Fonte: Centro de Información del Consejo Mundial por la Paz (1987).

O Estado palestino que mal surgira, desapareceu literalmente do mapa: fora incorporado em parte por Israel, Egito e Jordânia e os palestinos tornaram-se apátridas, vivendo parte sob custódia israelense e outra parte tornara-se refugiados em diversos países do Oriente Médio e mesmo fora da região. As nações Unidas criaram a UNRWA – das iniciais em inglês United Nations Relief and Work

Agency for Palestine Reffugges in the Near East – que passou a assistir aos refugiados palestinos. Segundo a agência da ONU, em 2022 estavam catalogados 6,65 milhões de refugiados palestinos distribuídos, especialmente, entre Jordânia, Líbano, Síria, Cisjordânia, Faixa de Gaza, dentre outros lugares com menor número (UNRWA, 2023).

Figura 2 – A partilha da Palestina (ONU)



Fonte: Adaptada de ONU (1980).

No exílio, iniciou-se a organização de resistência palestina por meio de movimentos universitários e de guerrilha. Nos meios acadêmicos do Egito surgiu a al Fatah e que mais tarde deu origem à Organização pela Libertação da Palestina, OLP, em 1964, inicialmente dirigida pelo advogado Ahmed Shukeiri e a partir de 1969, sob liderança de Yasser Arafat. Eram inúmeras correntes que se abrigavam dentro da OLP, desde as diplomáticas às da luta armada que fustigavam as fronteiras sul de Israel por meio de investidas guerrilheiras. Apesar das inúmeras linhas de atuação, havia uma identidade inquestionável com a OLP, a força catalizadora de todo povo palestino.

Nos anos 1960 pairava tenso ambiente no Oriente Médio alimentado pelo revanchismo árabe e forte inconformismo com a superioridade bélica israelense. Líderes regionais oportunistas tentavam se apropriar da causa palestina, sabedores que eram da identidade do mundo árabe com a questão. Gamal Abdul Nasser talvez tenha sido o mais ativo e quem melhor tirou proveito político da temática, tecendo um discurso agressivo, propagava a vingança árabe difundindo uma campanha anti-israelense nas rádios do mundo árabe, alardeando que a vitória estava próxima. Um olhar mais atento ao seu discurso revelaria, na verdade, tratar-se de um blefe. As incursões guerrilheiras palestinas em território israelense seguiam de forma intensa.

Os árabes ameaçavam e blefavam e quem agiu foi Israel: em 05 de junho de 1967 atacou surpreendentemente e de forma simultânea ao Egito, Síria e Jordânia, destruindo a força aérea desses países no solo. Em seguida colocou sua força terrestre com tanques, infantaria e guarnições muito bem armadas em campo, enquanto paraquedistas ocupavam o Canal de Suez. Foi uma vitória fulminante e inconteste em menos de uma semana, daí o nome, Guerra dos Seis Dias.

Essa provavelmente tenha sido a mais importante guerra árabe-israelense, pois foi a de maiores implicações territoriais com consequências até os dias de hoje. Como é sabido e divulgado por muitos estudiosos, Israel, venceu e ocupou a Cisjordânia, Faixa de Gaza, Península do Sinai e Colinas de Golan. A ONU condenou a ocupação por meio da resolução 242, uma das mais famosas da Organização e tema de controvérsias quanto à sua interpretação. Israel não obedeceu à resolução, ao contrário, iniciou um processo de colonização dos territórios ocupados e que, em muito, segue aos dias atuais.

Reza a resolução:

> O Conselho de Segurança [...], enfatizando a inadmissibilidade da aquisição de território pela guerra e a necessidade de trabalhar por uma paz justa e duradoura na qual cada Estado na região possa viver em segurança [...] afirma a aplicação dos seguintes princípios: (I) evacuação das forças armadas israelenses dos territórios ocupados no recente conflito; (II) encerramento de todas as reivindicações ou estados de beligerância e respeito pelo reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de cada Estado da região e de seu direito a viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas [...]. Nações Unidas, 22 de novembro de 1967 (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 1988, p. 11).

Depreende-se exatamente do que se seguiu após 1967 e ao não cumprimento da resolução 242 a motivação principal do odioso ambiente que se forjou na questão israelo-palestina: a Guerra dos Seis Dias é evento indispensável para explicar o clima de comoção e revolta palestina ao ver a ocupação e colonização iniciar-se sem

mais parar. Ali foi lançada a semente do ódio cujo fruto foi a violência. Muito do que seguiu, inclusive o surgimento de movimentos extremistas que adotaram a via de atentados suicidas, encontra no pós-1967 sua gênese. Extremismo fundamentalista somado ao que se processou após a anexação e colonização de 1967 estão por trás do acirramento da violência na questão palestina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se percebe pelo contexto tratado no capítulo a presente crise no Oriente Médio em outubro de 2023 está muito longe de ter uma motivação contemporânea. Entendemos ser uma leitura de baixo alcance atribuir a origem do problema ao Hamas, como se tem percebido, embora, é inegável tratar-se de um grupo extremista e métodos questionáveis, cuja iniciativa recente trouxe mais danos que benefícios ao povo palestino. Mas ele é consequência do processo e não causa: o Hamas é de 1987, vinte anos após a Guerra dos Seis Dias e oitenta e sete anos após a Conferência de San Remo que entregou o mandato da Palestina aos britânicos. Esses dois eventos, somados à partilha de 1947 explicam melhor a situação, não o Hamas cujo surgimento, inclusive, é decorrente dos episódios precedentes. O grupo é produto direto da primeira Intifada de 1987, essa uma revolta contra a ocupação dos territórios ocupados em 1967 e do inconformismo à opressão ao povo palestino.

Não faltam estudos sobre esse tema no Brasil e no mundo e muitas foram as propostas institucionais que não vingaram. Os Acordos de Oslo, a maior delas. A perspectiva passional e religiosa têm sido um agente dificultador para a efetivação de planos de paz. Basta lembrar o que aconteceu a Ytzhak Rabin quando ao lado de Yasser Arafat tentaram um Acordo de Paz em 1993; pagou com a

vida. Quem matou Rabin? A resposta é objetiva: o fundamentalismo judaico.

A violenta crise contemporânea decorrente dos atentados de outubro de 2023 é mais uma dentre tantas crises. Temos produzidos algumas reflexões nos últimos anos sobre o tema e as notas conclusivas têm de certa forma se repetido, em muito porque a constatação nota-se um tanto quanto óbvia: não haverá paz ao Oriente Médio enquanto não houver justiça territorial e para que isso se concretize é preciso retornar, repensar e reconstruir muito do que se processou equivocadamente após a Primeira Guerra Mundial, seja em Paris (1919), Sévres (1920), Lausanne (1923) ou San Remo (1920), conferências e tratados com soluções paliativas. Ou, no caso, especificamente da questão israelo-palestina voltar, ao mínimo, nos dizeres da resolução 242 de 1967 e a partir daí direcionar para aquilo que parece óbvio perante boa parte da "comunidade internacional": a criação de dois Estados soberanos na Palestina, no mais, nenhuma grande novidade em relação àquilo que já fora definido por meio da resolução 181 de 1947; ao contrário: a resolução 242 é bem mais modesta que a proposta de 1947.

O ceticismo e uma atmosfera de intolerância têm guiado a cena regional. O complexo quadro político é fruto de uma diversidade multifatorial, mas encontra sólida base em uma realidade concreta: as fronteiras coloniais dão a tônica da instabilidade no Oriente Médio. O momento presente é fruto de um passado interventor e dificilmente haverá paz sem rever essa perspectiva.

REFERÊNCIAS

ATIYAH, E.; CATTAN, H. **Palestina, terra de promessa e de sangue**. Rio de Janeiro: Delegação da Liga dos Estados Árabes, 1969.

CENTRO DE INFORMACIÓN DEL CONSEJO MUNDIAL POR LA PAZ. **Problación y tierras em Palestina**. Helsinque: CMLP, 1987.

GIL, F. J. F.; BALSALOBRE, J. P. **Setenta años del atentado del hotel Rey David de Jerusalém**. Granada, Grupo de Estudios em Seguridad Internacional, 2016.

HILLEL HOUSE Mc GILL UNIVERSITY. **Transcrições de um debate entre Yaacov Herzog e Arnold Toynbee, sobre relações árabe-israelitas e política israelita com os refugiados**. Montreal: Hillel House Mc Gill University, 1961.

HOURANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Editora Cia das letras, 1995.

KAHN, A.; MURRAY, T. F. **Israel e os palestinos**: um disfarce político. São Paulo: Casa de Cultura de Israel, 1980.

KIRK, G. **História do Oriente Médio**: Desde a ascensão do Islã até a época contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.

LAWRENCE, T. E. **Os sete pilares da sabedoria**. Rio de Janeiro: Editora Cia Brasil, 1938.

LEWIS, B. **Os árabes na história**. Lisboa: Estampa, 1982.

MANSFIELD, P. **A history of the Middle East**. London: Penguin Books, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **As nações Unidas e a questão da Palestina**. Nova Iorque: ONU, 1986.

NAÇÕES UNIDAS. **Centro De Informação Das Nações Unidas No Brasil**. Rio de Janeiro: ONU, 1988.

FANTAPPIE, M.; NASR, V. "The war that remade the Middle East. How Washington can stabilize transformes region". **Foreign Affairs**, vol. 103, n. 1, 2024.

REICHERT, R. **História da Palestina**. São Paulo: Editora da USP, 1972.

SAID, E. W. "The Palestine question and the american contexto". **Arab Studies Quartely**, vol. 2, n. 2, 1986.

SALEM, H. **Palestinos, os novos judeus**. Rio de Janeiro: Editora Eldorado, 1977.

SILVA, E. A. C. S. **Oriente Médio, a gênese das fronteiras**. São Paulo: Editora Zapt, 2010.

SUWWAN, F. **OLP - Organização para a Libertação da Palestina**. Brasília: Editora OLP, 1990.

UNITED NATIONS. "The question of Palestine". **United Nations** [2024]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso: 03/02/2024.

UNITED NATIONS. "The question of Palestine and the General Assembly". **United Nations** [1947]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso: 03/02/2024.

UNITED NATIONS. "XVII Resolution Adopted on the Report of the ad Hoc Committee on the Palestinian Question". **United Nations** [2024]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso: 03/02/2024.

UNRWA – United Nations Relief and Work Agency for Palestine Reffugges in the Near East. **UNRWA Statistics Bulletin**: General Statistics. Gaza: UNRWA, 2023.

CAPÍTULO 6

O Conflito entre Israel e Hamas em 2023:
Análise à Luz da Teoria do Poder Aeroespacial

O CONFLITO ENTRE ISRAEL E HAMAS EM 2023: ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO PODER AEROESPACIAL

Carlos Eduardo Valle Rosa

O dia 7 de outubro de 2023 ficará registrado, nos anais históricos contemporâneos do Oriente Médio, como um dos mais brutais episódios na confrontação entre palestinos e judeus. De forma surpreendente, militantes do grupo Hamas empreenderam uma ação militar de grande vulto, atacando e ultrapassando o muro demarcatório entre Gaza e o território israelense. Analistas apontam uma massiva falha da Inteligência israelense que envolveu a "incapacidade de detectar o financiamento do ataque; a inadequada compreensão da intenção do Hamas; o excessivo crédito na tecnologia de monitoramento de Gaza; e a sobreposição entre as falhas de inteligência e de política" (DAVIS *et al*., 2023).

O ataque foi catastrófico para a população israelense, com cerca de 1.200 vítimas fatais, além de 240 pessoas tornadas reféns após a incursão. De acordo com o Center for Strategic and International Studies – CSIS a ação do Hamas enquadra-se como o maior ataque terrorista na relação per capita de fatalidades, praticamente duas vezes maior que o atentado contra a embaixada norte-americana em Beirute, no Líbano, em 18 de abril de 1983 (LEITER; BYMAN, 2023). A ação, com características de uma operação multidomínio, superou os padrões até então registrados na região em episódios semelhantes. Catastrófica também tem sido a situação da população palestina com a contrarreação de Israel. Bombardeios aéreos e de artilharia, diários, têm reduzido a escombros muitas das vilas e cidades em Gaza, onde se estima haver ao menos 16.000 mortos, no período entre 7 e 29 de novembro, desses cerca de 6.000 crianças. O colapso do sistema de saúde em

Gaza tem contribuído nessa estatística (AL JAZEERA MEDIA NETWORK, 2023).

No dia 28 de outubro, Israel iniciou a invasão terrestre de Gaza. Progredindo ao longo da região densamente povoada, as forças israelenses enfrentam um combate em ambiente urbano, no qual os militantes do Hamas se protegem, inclusive em túneis que formam uma extensa linha de comunicação subterrânea, onde estariam abrigados combatentes, suprimentos e por onde se estabeleceriam processos de comando e controle da Organização.

O conflito ainda não tem uma conclusão evidente, principalmente com relação ao pós operação militar israelense e o que será feito com os dois milhões de palestinos que residem em Gaza. No âmbito das Nações Unidas discutem-se resoluções que tentam controlar os efeitos do combates ou propiciar condições de evacuação de idosos, mulheres, crianças e feridos, principalmente pelo corredor em Rafah, que se conecta com o Egito. No escopo dessas tentativas, uma trégua com cessar-fogo foi conseguida em 24 de novembro, viabilizando uma troca de prisioneiros do Hamas e reféns israelenses. Há suporte internacional no fornecimento de víveres, água e medicamentos para os palestinos que se encontram sitiados em Gaza.

Ademais da questão política e humanitária que o episódio enseja, cabe neste Capítulo a análise da operação militar em si, que no âmbito dos estudos estratégicos é um essencial objeto de investigação. A evolução de capacidades dos sistemas de armas, do aperfeiçoamento de doutrinas e da reflexão em torno de estratégias, táticas e técnicas deriva de apreciações dos fatores envolvidos nessas campanhas. Sendo assim, este Capítulo tem por propósito discutir a forma como uma parcela do poder militar, o poder aeroespacial, pode ser observado no conflito entre o Hamas e Israel, que ainda está em curso. Esse fato impõe uma restrição no recorte temporal do estudo, pois limita-o até o cessar-fogo de 24 de novembro.

Em termos metodológicos, o texto segue uma abordagem indutiva, a partir de coleta de evidências em uma pesquisa bibliográfica e em periódicos eletrônicos. Há um fator limitador nessa proposta, pois a veracidade da informação coletada pode ser colocada em questão. Contudo, a proposta do texto não é investigar a credibilidade do emissor ou do canal que veiculou o fato. Ou seja, as premissas levam a uma constatação mais ampla, provável, sobre os fatos observados (MARCONI; LAKATOS, 2010). Nesse sentido, trata-se de utilizar um método qualitativo, por observação de fenômenos que não possuem condição de ser quantificados (LAMONT, 2015). A técnica de pesquisa empregada foi a análise temática, em periódicos selecionados na pesquisa bibliográfica (BENOIT, 2020).

Operacionalmente, a utilização desse tipo de análise se deu por meio do estabelecimento de códigos identificadores de determinados tipos de ação observada. Não se almejou a crítica ao discurso, mas a correlação dos fatos com esquemas interpretativos. Sobre esses esquemas é importante definir que são originários da teoria do poder aeroespacial. Por esse motivo, associações com ideias-chave proveniente dos elementos sistematizados nessa teoria é o cerne da análise temática. O foco do Capítulo não é traçar um estudo sobre essa teoria de base, algo que extrapolaria a dimensão e o propósito do texto. O esquema de interpretação, portanto, se origina no pensamento em torno do emprego do poder aeroespacial em situações de conflito, e será referenciado ao longo das análises com as devidas relações[17]. Assim, a relação entre fatos, coletados na pesquisa bibliográfica, e o esquema interpretativo configura-se na proposta metodológica de análise temática.

[17] Além das referências que serão utilizadas na aplicação do método de pesquisa, indicamos a leitura de (ROSA, 2014), que discorre sobre as principais correntes do pensamento teórico do poder aeroespacial.

O Capítulo se estrutura em duas seções. Na primeira, serão apreciadas as ações iniciais do Hamas, partindo da identidade desse grupo e suas capacidades aeroespaciais, detalhando aquelas que se evidenciaram, principalmente no dia 07 de outubro de 2023. Nesse particular, o texto analisa, pelo lado do Hamas, a concentração do esforço no uso dos foguetes, a penetração em Israel pelo ar e o uso dos drones. Na segunda seção, o texto segue a mesma lógica, dessa vez sobre as ações da Força Aérea Israelense (FAI), observadas até o momento da trégua. A apreciação será conduzida em três partes. Incialmente, a FAI será apresentada em torno de suas capacidades. Em seguida, serão enquadrados na análise temática os bombardeios em Gaza, sob o enfoque de várias perspectivas teóricas. Encerrando a seção, considerações sobre o suporte da FAI às operações de superfície serão observadas sob a lógica do apoio aéreo aproximado e de sensoriamento remoto satelital.

O HAMAS EM AÇÃO

A sucessão de acontecimentos do dia 07 de outubro de 2023 foi apreciada atonitamente por vários periódicos da mídia internacional. A Cable News Network – CNN destacou que "os ataques foram inéditos em termos de tática e escala, pois Israel não enfrentava seus adversários em batalhas de rua em seu próprio território desde a guerra árabe-israelense de 1948" (LAWATI; EBRAHIM, 2023). A agência de notícias Reuters publicou que "o ataque de sábado (7 de outubro) foi a pior brecha aberta nas defesas de Israel desde que os exércitos árabes iniciaram a guerra em 1973", ressaltando aquilo que um porta-voz das Forças de Defesa de Israel – FDI afirmou ser "o nosso 11 de setembro" (NAKHOUL; SAUL, 2023), em referência aos ataques terroristas nos Estados Unidos da América, em 2001. O editor internacional da British Broadcasting

Corporation – BBC comentou que o "ataque foi sem precedentes, na mais ambiciosa ação do Hamas" (BOWEN, 2023).

Antes de apreciarmos os detalhes dessa ação, sob a perspectiva do poder aeroespacial, faz-se necessário caracterizar a organização denominada Hamas, que seria um acrônimo para *Ḥarakat al-Muqāwamah al-Islāmiyyah*, na língua árabe, cuja tradução é Movimento de Resistência Islâmica (NATIONAL COUNTERTERRORISM CENTER, 2022), cujo vocábulo significa literalmente "zelo" (COLLINS DICTIONARY, 2023). O Hamas é uma organização política e militante palestina fundada em 1987, durante a Primeira Intifada (revolta palestina contra o domínio israelense). Seus princípios fundamentais incluem a libertação da Palestina e o estabelecimento de um Estado islâmico. O Hamas opera principalmente na Faixa de Gaza, embora tenha uma presença mais ampla. Seu objetivo é duplo: expulsar as forças israelenses da Cisjordânia e de Gaza e estabelecer um Estado islâmico na Palestina histórica, e divide-se em duas seções principais, uma responsável pelos serviços sociais e a outra pela ação militar (TAMIMI, 2009). Segundo Abu-Amr (1993) "o movimento islâmico foi o primeiro desafio já apresentado nos territórios ocupados à tendência nacionalista dominante".

O Hamas tem sido apontado como uma organização de múltiplas identidades: "organização terrorista, grupo guerrilheiro, partido político, movimento ideológico ou rede social" (BRUN, 2011); "força paramilitar, organização de serviços sociais" (SCHINELLA, 2019); "essencialmente um movimento político e social" (MISHAL; SELA, 2006). Alguns apontam que o Hamas é, essencialmente, uma organização terrorista, embora apliquem esse rótulo apenas à sua ala militar (ROBINSON, 2023). O general Aviv Kochavi, que foi chefe do estado-maior das FDI até janeiro de 2023, se referiu a esse grupo como "organizado, exército bem treinado e bem equipado para suas missões" (FOREY, 2023). Para Zanotti

(2010), o "Hamas é um movimento militar e sociopolítico islâmico palestino considerado uma organização terrorista pelos EUA, Israel, União Europeia e Canadá".

Em termos organizacionais, o Hamas é a "maior organização islâmica militante entre os palestinos" (TAMIMI, 2009). A ala política é responsável pela governança e administração, enquanto a ala militar, conhecida como brigadas *Izz al-Din al-Qassam*, concentra-se em atividades de resistência armada contra os supostos ocupantes da Palestina. Nesse aspecto, Aboul-Enein (2003, p. 65) afirma que "as táticas de [atuação] do Hamas oferecem [à população a ideia de] um quase-Estado, gerando empatia dessa população [com a organização]".

As brigadas al-Qassam exercem poder sobre a faixa de Gaza, atuando como um força policial que sustenta a segurança interna do território. Segundo o International Institute for Strategic Studies – IISS, "Israel alega que um pequeno número de membros das brigadas al-Qassam recebeu treinamento militar no Irã e na Síria" (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2023, p. 348), mas carecem de qualquer experiência externa de combate e de logística apropriada. Na ação do dia 07 de outubro, há indícios de que houve uma preparação sofisticada (aparentemente com técnicas de planejamento de estado-maior) e treinamentos consistentes com as operações que seriam realizadas (RAGAD *et al*., 2023).

O ataque em tela demonstrou alguns requintes na capacidade militar do Hamas, antes voltada para o uso disperso de foguetes contra cidades israelenses, ações episódicas de infiltração por túneis e operações pontuais de baixa complexidade. Em verdade, já se havia observado uma evolução em algumas táticas e técnicas de guerra assimétrica do Hamas, influenciadas pela dinâmica e pelos conflitos regionais. Dentre as capacidades que interessam para esta

análise, destacaremos: o uso concentrado dos foguetes; a penetração pelo ar; e o uso de drones.

A concentração de esforço no uso dos foguetes

O Hamas não dispõe de equipamentos militares pesados (p. ex.: blindados, aviação, navios de guerra etc.), o que lhe obriga confiar no uso de foguetes para obter poder de fogo à distância. Em certos casos, os foguetes utilizados são improvisados, muitas vezes de fabricação caseira (HAMBLING 2023). Mas há também foguetes e lançadores múltiplos que podem ter sido contrabandeados do Irã, inclusive com componentes que permitiriam a montagem desses equipamentos em Gaza (BRODER, 2023). Segundo o IISS "o Hamas possui uma artilharia que contempla foguetes do tipo *Qassam* (calibres múltiplos, a maioria de 122 mm), *Fadjr 3* (240 mm, supostamente) e *Fadjr 5* (330 MM)" (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2023). Esse último equipamento é um lançador múltiplo de foguetes com alcance de 75 km e carga explosiva TNT de 90 kg. Houve alegações de que o Hamas teria utilizado mísseis, com alguma capacidade de guiagem para o alvo, como o Ayyash 250, que estaria no arsenal desde 2021, e cujo alcance pode chegar a 250 km (LBC INTERNATIONAL, 2023). Contudo, essa suposição não foi possível ser referendada por algumas agências de notícias (PARKER; TAYLOR, 2023).

A questão central no uso de foguetes pelo Hamas, na ação do dia 7 de outubro, se relaciona com duas questões teóricas do poder aeroespacial. A primeira dela é a consistência com a ideia da ofensiva, que foi de grande ênfase em pensadores como Hugh Trenchard (CALVERT JR., 1994) (MEILINGER, 2007) (TRENCHARD, 2008). Conforme aponta Chun (2004, p. 50), Trenchard propugnou que as ações do poder aeroespacial "residiam

em sua capacidade de conduzir operações ofensivas". Dessa forma, o ataque pelo ar por parte dos foguetes consubstanciam essa visão ofensiva.

Em paralelo a essa postura de investida, há que se destacar que os foguetes, desta vez, foram lançados em salvas de quantidades nunca antes observadas. Analistas do primeiro dia da ação estimaram em cerca de 2.200 foguetes lançados nas primeiras horas do ataque (FABIAN, 2023). Uma revisão posterior, na mesma fonte, estimou que foram lançados 3.000 foguetes na primeira hora do ataque. Esse esforço de concentração de fogo pode ser analisado pelo princípio da massa, que também é conhecido como concentração do esforço. Teóricos clássicos do poder militar apontaram a importância desse princípio. Jomini (1865, p. 448) definiu-o como "qualquer combinação militar [que] se baseia em operar com a maior massa de nossas forças, em um esforço combinado, sobre um ponto decisivo". Clausewitz (2014, p. 05), por sua vez, entendeu que essa concentração seria "descobrir como [se] pode ganhar uma preponderância de forças físicas e vantagens materiais no ponto decisivo".

A par dos grandes teóricos da guerra, a teoria do poder aeroespacial também privilegia a concentração do esforço. Sherman (2002, p. 19), que elaborou um dos primeiros tratados sobre a guerra aérea, entendia que dispersar o esforço resultaria na derrota, e que a síntese da arte da guerra seria "trazer para o devido lugar, no tempo adequado, a força superior". Mais recentemente, Warden (2000, p. 68), influente teórico do poder aeroespacial, afirmou que "uma única lição que pode ser aprendida da história militar é a de que a chave para se ganhar batalhas é ter forças mais numerosas, nos pontos decisivos, do que o inimigo".

O fato de concentrar grande quantidade de foguetes na primeira hora do ataque teve o efeito de sobrecarregar a defesa antiaérea israelense. Sullivan e Amble (2023) especulam, baseados

na quantidade de foguetes disparados e nas características técnicas do principal sistema de defesa aérea de Israel, o famoso Iron Dome, que "a quantidade [de foguetes lançados pelo Hamas] foi simplesmente muito grande para que esse sistema tivesse condições de gerenciar e reagir adequadamente".

A análise temática nos propicia uma primeira premissa provável. A ideia em torno da saturação, ou da concentração, no uso dos foguetes valorizou no Hamas a ideia da ofensiva pelo ar, além da imposição de danos diretos e a superação de uma capacidade militar israelense que, até então, era tida como um guarda-chuva protetor das cidades de Israel.

A penetração do território israelense pelo ar

Com relação ao Hamas, a apreciação de capacidades relacionadas ao poder aeroespacial é uma tarefa que exige cuidado. A Organização não possui efetivamente uma aviação militar estruturada e não está contemplada, assim como a Palestina, nos principais rankings de forças aéreas mundiais (ex.: www.wdmma.org ou www.globalfirepower.com). Contudo, algumas ações incipientes revelam que houve, no espectro de uma operação multidomínio, preocupação no uso da terceira dimensão por parte dos planejadores do ataque.

No conceito da operação militar do Hamas o princípio da surpresa foi decisivo. Nas palavras de um oficial israelense, o Hamas "nos surpreendeu, vindo de várias direções, tanto pelo ar como por terra" (NAKHOUL; SAUL, 2023). Slessor (2009, p. 97), pensador do poder aeroespacial, apontou que a aviação deveria privilegiar o "ataque ao inimigo em local, tempo ou modo para o qual esse

adversário não esteja preparado". A ação dos *paragliders*[18] que incursionaram o território israelense foi destacada como uma inovação e surpresa no rol das operações do Hamas (MCALLISTER, 2023), apesar de já ter sido utilizado na região, em 1997, a partir do Líbano. Esse tipo de veículo aproveitou *gaps* de cobertura radar e sensores de identificação de movimento (SCHOGOL, 2023), surpreendendo as defesas israelenses.

A ação dos *paragliders* consistiu em penetrar pelo ar o território adjacente à faixa de Gaza, conduzindo os militantes para as zonas onde se pretendia agir. A penetração é uma das características do poder aeroespacial, capaz de ultrapassar obstáculos e agir no interior do território do adversário. Tal característica foi muito explorada por Douhet (2019), o pensador originário da teoria do poder aeroespacial. Na sua visão, as aeronaves (no caso os *paragliders*) teriam condições de ultrapassar a linha de contato (que aqui consideramos a adjacência do muro demarcatório) e levar os efeitos propiciados pela aviação às áreas distantes dessa linha. Agências de notícias publicaram vídeos dos *paragliders* sobrevoando um festival de música (REUTERS, 2023) e alcançando alguns povoados israelenses (CNN, 2023) (HAGAN, 2023). No primeiro caso, o evento ocorreu em Re'im, um vilarejo que fica a cerca de 7 km do muro, onde se estima um número de 260 vítimas da ação do Hamas. No segundo caso, houve 20 vítimas fatais, no povoado de Netiv HaAsara Moshav que fica a 2 km da fronteira com Gaza.

A ação dos *paragliders* do Hamas, além de ter surpreendido, permite uma análise pelo lado de Israel, que toca em dois pontos complementares: o determinismo tecnológico e o princípio da

[18] *Paraglider* é um equipamento composto por uma espécie de paraquedas que sustenta o voo e é impulsionado por um motor a combustão com hélice. É capaz de voar controladamente, variando altura e direção. Nos modelos utilizados na ação, esses veículos aéreos foram tripulados por até dois militantes.

segurança. Esses temas são associados e podem ser sintetizados naquilo que denominamos 'síndrome da Linha Maginot'. Como é sabido, essa Linha foi uma fortificação construída para impedir uma possível invasão da Alemanha na França, nas vésperas da 2ª Guerra Mundial (2ª GM). A França priorizou a visão defensiva, acreditando que a fortificação, com extenso e moderno poder de fogo, impediria a invasão germânica (JONES, 1987). Os fatos, contudo, demonstraram a falsa premissa de adesão à tecnologia, no caso a Linha, como inexpugnável. Além disso, os sistemas e processos de monitoramento do muro que circunda Gaza foram insuficientes para garantir a segurança de Israel. Chennault, um dos famosos instrutores da Air Corps Tactical School - ACTS, escola que se consagrou como polo de difusão de teoria do poder aéreo na 2ª GM, defendia a ideia de defesa com múltiplas camadas (CHUN, 2004) e de defesas dinâmicas, compostas por sucessivas capacidades que incorporassem sensores acústicos, observadores visuais, radares, interceptadores e centros de comando com capacidade de articular a reação. Ameaças vinda do ar não poderiam ser sustentadas apenas em muros, cercas, dispositivos de vigilância (câmeras) e de defesa (metralhadoras em torres), ideia que estaria no bojo do pensamento teórico do poder aeroespacial. Nesse sentido, Israel falhou tanto na questão de relegar a uma tecnologia inconsistente (o muro de Gaza) e quanto ao aspecto da segurança, que em essência é "o inverso da surpresa" (SHERMAN, 2002, p. 31).

O uso de drones

Menos surpreendente que os *paragliders*, pois os precedentes recentes são inúmeros, foi a utilização de drones pelo Hamas. Segundo Hambling (2023) esses dispositivos foram empregados para reduzir a eficácia da defesa estática israelense, destruindo

câmeras, sensores e postos de defesa com armas automatizadas, além de causar apreensão nas forças de superfície na área da fronteira.

Acredita-se que tenham sido utilizados principalmente drones comerciais, conhecidos como “drones DJI” (nome derivado do fabricante chinês *Da-Jiang Innovations*), que são equipamentos classificados no Manual da Unidade de Aviação Militar das Organizações Unidas da ONU (UNITED NATIONS, 2021) como Classe I, *Micro*, cujo raio de ação vai até 5 km e voa a uma altura máxima de 400 ft (120 m). Na mesma classe, é possível que drones do tipo *Mini* e *Small* também tenham sido empregados, cujo alcance vai até 50 km e a altura a 1.000 ft (300 m). Há indícios de que o Hamas tenha utilizado drones maiores, e essa capacidade já vinha sendo monitorada há algum tempo. Segundo Ling (2023), em 2022, divulgando seu programa de drones, o Hamas fez um aviso ameaçador: “Israel não tinha mais o monopólio de seus céus”.

Um desses drones maiores que se destacou foi o *Shahab*, uma cópia do *Ababil-2*, de fabricação iraniana (THE OBSERVERS, 2023). É possível que tenha sido utilizado como uma *loitering munition* (drone kamikaze ou munição vagante), elevando o patamar da capacidade aérea do Hamas em relação a períodos anteriores. O uso em enxame, quer dizer em grande quantidade e simultaneamente, também é outro elemento de análise que merece destaque (DALEO, 2023). Corroborando a questão da saturação anteriormente evidenciada, o emprego de drones pelo Hamas definitivamente sugere uma apreciação sob o foco do poder aeroespacial.

Segundo o analista alemão Carlo Massala "a maneira como o Hamas utilizou os drones é inovadora” para a Organização, mas decorrente das experiências observadas na guerra na Ucrânia. Dentre elas, o lançamento de projetis em torres de monitoramento e até contra blindados como o Merkava 4 (KANIEWSKI, 2023). Para Chávez e Swed (2023), o Hamas imitou o uso de drones de outras

experiências externas recentes. Porém, a Organização também inovou no uso dessa capacidade. Há múltiplas funções que os drones desempenham, como o reconhecimento por imagens e o ataque direto contra forças israelenses. Ainda segundo esses analistas houve uma "combinação de armas", algo como uma operação composta na qual diferentes atores utilizam suas capacidades integradas a um propósito comum, apesar de estarem cumprindo tarefas específicas. Dessa forma, os "drones são um multiplicador de força". Especificamente, demonstra-se "a capacidade de colocar em campo uma força multidomínio contra um adversário mais forte".

Os drones possuem uma vantagem sobre os foguetes, pois não deixam rastro de fumaça o que dificulta identificar a origem de seu lançamento (UAS VISION, 2021), impedindo uma reação imediata que viesse a neutralizar a equipe responsável pela operação do sistema. Stephen Biddle destaca um importante ponto na ação dos drones do Hamas. Houve um planejamento na ação, por meio do ataque inicial às torres de monitoramento que observavam as cercas de Gaza, para depois atingir o muro demarcatório e ultrapassá-lo (CHAPMAN *et al*., 2023).

De tudo o que se pode observar no emprego dos drones pelo Hamas há algumas evidências em nosso esquema de análise temática. Em primeiro lugar, o fato de tais equipamentos terem sido utilizados na obtenção de informações caracteriza a função consciência situacional, que é originária do poder aeroespacial ainda na época que eram utilizados os balões. Um dos aspectos que Douhet (2019, p. 109) procurou destacar foi a relevância do avião de reconhecimento, cuja "essência de ação bem-sucedida seria ver, entender e relatar". Mais recentemente, John Boyd, nos Padrões do Conflito, sugeriu que "a exploração de uma operação [militar] deveria se valer de rápidas e claras observações do ambiente [dinâmico] e mutável" (BOYD, 2018, p. 24).

Um outro aspecto que pode ser identificado é o apoio aéreo aproximado, uma função que destaca a forma como as operações tridimensionais a partir do ar podem colaborar com o desenvolvimento das operações na superfície. Fica claro, a partir da conjugação de capacidades, que os drones tiveram esse papel nas ações do dia 7 de outubro. Tedder (2010), teórico que defendeu a guerra no ar em seu viés cooperativo, destacou que haveria uma parcela significativa das operações aéreas que seriam diretamente conectadas com as operações na superfície. Pape (1996), que é um teórico mais recente, propõe que a forma mais eficiente de se obter um efeito coercitivo contra o oponente é a capacidade de se integrar as operações entre as forças armadas.

Por fim, a observação das operações de drones do Hamas nos leva a considerar dois aspectos interrelacionados: a sincronização e o planejamento centralizado. Trata-se, em essência, daquilo que se chama de unidade de comando. Mesmo que analisemos a grande dispersão das operações no ataque à Israel, tanto geográfica como modal, é permissiva a interpretação de que foram observadas ambos os aspectos na ação. Mark Cancian, analista do CSIS, destaca que o ataque teria exigido "sincronização, muito planejamento e treinamento" (GOSSELIN-MALO, 2023). Alguns periódicos sugeriram que o Hamas sofisticou seu planejamento, com acesso a dados de inteligência israelense (INGRAM, 2023), enquanto outros informaram que o plano conhecido como Jericho Wall (Muralha de Jericó) continha mais de 40 páginas descrevendo as ações que seriam perpetradas em um eventual ataque contra Israel (FRANKEL, 2023). O plano, que "incluía informações de segurança confidenciais sobre a capacidade e os postos militares israelenses", previa uma "barragem inicial de foguetes, esforços para desativar a vigilância e ondas de homens armados cruzando para Israel por terra e ar" (THE TIMES OF ISRAEL, 2023).

A REAÇÃO ISRAELENSE

O histórico de confrontos entre Israel e o Hamas é longo (REUTERS, 2021). Apesar de toda essa experiência, há que se destacar que a postura operacional de Israel, frente aos confrontos regionais, seja contra o Hezbollah ou contra o Hamas, tem sofrido intensa crítica de analistas. Desde 2006, na 2ª Guerra no Líbano, o emprego do poder aeroespacial oscilou entre visões de maior independência nas operações aéreas a pontos de vista de maior subordinação das demandas das operações de superfície. De fato, apesar das críticas, naquele conflito, Israel conduziu as operações com base em três estratégias diferentes: a) ataques aéreos *standoff* e de artilharia, isoladamente (foco punitivo); b) assaltos com pequenos contingentes na fronteira com o Líbano; e c) invasão terrestre de larga escala envolvendo milhares de soldados (SCHINELLA, 2019). Ao que parece, até o momento desta análise, Israel tem perseguido exatamente esse faseamento. Antes, porém, de adentrar nas questões da análise temática, faz-se necessário caracterizar a FAI.

A Força Aérea de Israel

As FDI são reconhecidas como o 20º poder militar mundial (GLOBAL FIRE POWER, 2023). A FAI é o braço aéreo das FDI, sendo uma das forças aéreas mais tecnologicamente avançadas e capazes do mundo, tendo exercido papel crucial nos conflitos regionais desde 1948. Em termos de poder aéreo, a FAI possui equipamentos e sistemas no estado da arte, além de alta disponibilidade, o que permite esforços de combate muito intensos. Trata-se da 9º força aérea no ranking mundial de poder aéreo (WDMMA, 2023). Um dos campos de destaque e pioneirismo da

FAI é o desenvolvimento e emprego de drones (SANDERS, 2003). Mas Israel também possui amplo acervo de aeronaves de 4ª e 5ª gerações, variada gama de munições guiadas com precisão, sofisticados recursos de guerra eletrônica, sistema de defesa aérea robusto, e capacidade de realizar operações de longo alcance.

Outro aspecto que merece destaque nesta análise é o sistema integrado de defesa aérea (Integrated Aerial Defense System - IADS), de várias camadas, considerado um dos mais capazes do mundo (NEWDICK, 2023). O sistema foi projetado para combater uma ampla variedade de ameaças aéreas e de mísseis provenientes de adversários regionais estatais e não estatais, incluindo foguetes, morteiros, drones, mísseis balísticos e mísseis de cruzeiro (MISSILE THREAT, 2021). Integrando esse sistema e muito relevante no conflito, até o momento, destaca-se o Iron Dome (Domo de Ferro). Ele é um sistema de defesa aérea terra-ar de curto alcance, com radar e mísseis interceptadores que rastreiam e neutralizam qualquer foguete ou míssil apontado para alvos israelenses. Pode ser utilizado contra foguetes, artilharia e morteiros, aviões, helicópteros e drones. Capaz de operar em todas as condições climáticas, inclusive durante a noite (DRISHTIIAS, 2021).

A análise da perspectiva israelense nos permite identificar dois temas: o bombardeio em Gaza, que inclui diferentes naturezas de teorias do poder aeroespacial; e o suporte à operação de superfície.

Bombardeios em Gaza

O contexto dos bombardeios aéreos de Gaza, que se dá em conjunto com o emprego de artilharia convencional, é obscurecido por diferentes narrativas em torno da seleção dos alvos atacados. A

par dessa restrição de acesso a fontes fidedignas, cujo contexto pode ser incorporado a uma guerra de informação entre as partes, o objetivo do capítulo não é discutir a veracidade das fontes, mas tentar identificar, mesmo que as evidências não tenham sido inteiramente comprovadas, alguma relação entre a ação e a teoria, o que nos propicia o resguardo metodológico necessário. Nesse sentido, a análise não pretende assumir viés de qualquer das partes, mas inferir teses que permitam resguardar a análise temática pretendida.

Do ponto de vista árabe, os periódicos noticiam bombardeios contra hospitais, escolas, campos de refugiados e aglomerações civis urbanas (DUGGAL; HUSSEIN; ASRAR, 2023). Há uma lista grande de alvos que seriam proibidos pelas convenções internacionais, sendo que dois deles receberam intensa cobertura. No ataque ao hospital Al-Ahli, em 17 de outubro, inicialmente, noticiou-se a morte de mais de 500 palestinos, em decorrência do bombardeio. Israel negou o ataque, imputando a ação a um foguete do Hamas que teria se desviado inadvertidamente da trajetória original. O segundo evento foi a sucessão de ataques ao campo de refugiados em Jabalya (STATE OF PALESTINE, 2018), que teria ocasionado a morte de até 400 palestinos (GRAHAM-HARRISON; GANGULY; MORRESI, 2023). Neste caso, as FDI justificaram o ataque em virtude da presença e operação das Brigadas Nahal nas imediações, inclusive afirmando que "os equipamentos de combate e foguetes [do Hamas, que foram encontrados,] estavam localizados perto de prédios civis, escolas e casas residenciais na área" (ISRAEL DEFENSE FORCES, 2023).

Do ponto de vista israelense, o emprego da FAI no conflito tem sido de grande importância. Segundo seu comandante, o major-general Tomer Bar, "a habilidade em se utilizar a dimensão aérea durante a operação terrestre é algo formidável, que nós temos sonhado há algum tempo" (ISRAEL DEFENSE FORCES, 2023).

Uma amostra dos ataques israelenses pode ser obtida nos brifins diários das FDI (ISRAEL DEFENSE FORCES, 2023), entre 10 e 20 de outubro de 2023. Trata-se de delinear aquilo que se denomina seleção de alvos, pois tal processo evidencia o esquema interpretativo desta análise. No período considerado, a FAI atingiu centros operacionais e militares pertencentes ao Hamas (p. ex., em Beit Hanoun). Em tese, esse tipo de alvo responde à função de comando e controle. Do ponto de vista de Warden (2015) o elemento mais importante em uma abordagem sistêmica do adversário é sua liderança, também compreendida como a capacidade de comandar e controlar suas forças. Dessa forma, os ataques dessa natureza seguem a lógica teórica desse pensador.

Uma outra perspectiva teórica que também pode ser identificada é aquela vinculada ao pensamento teórico de Slessor (2009) que vê nas linhas de comunicação (as artérias pelas quais transitam as forças e seus suprimentos) um alvo prioritário. Essa corrente expande-se na ideia de interdição das forças adversárias, onde o foco está na capacidade de prover insumos (materiais e humanos) aos combates na linha de frente. Assim, os ataques aos túneis subterrâneos, aos campos de treinamento (p. ex., a Universidade Islâmica que treinaria agentes de inteligência militar, desenvolveria e produziria armas), depósitos de armas e postos avançados de terroristas (p. ex., locais afiliados à força de comando Nukba do Hamas) compreenderiam essa vertente teórica.

Também é possível adentrar em teorias que preconizam o emprego mais estratégico do poder aeroespacial, como na percepção de Mitchell (2009), sobre os centros vitais do adversário, tecnicamente aquilo que o incapacitaria de progredir na luta, ou na visão de Deptula (2001), que foca no efeito estratégico das operações aéreas, cujo vínculo essencial é derrotar a estratégia do adversário por meio de ações que levem à obtenção dos objetivos político-estratégicos estabelecidos. Os brifins das FDI apontam que

determinada natureza de alvos dessa vertente teórica têm sido objeto dos ataques aéreos, dentre eles agências bancárias que guardam recursos para financiar atividades terroristas (The Economist), ataques contra os locais de fabricação de drones, complexos militares cujo propósito é desmantelar o Hamas, eliminando suas capacidades administrativas e militares, bens e armas do terrorismo (p. ex., em uma mesquita em Jabalya).

Há ainda a possibilidade de uma vertente ligada ao pensamento de Douhet (2019) no que tange ao impacto psicológico que ataques aéreos podem causar às populações civis. Como o ambiente urbano em Gaza é denso, a explosão de uma bomba em um alvo gera, inevitavelmente, danos colaterais em virtude do efeito explosivo. É possível que tais ataques não tenham a intenção proposital de causar vítimas civis, mas os efeitos aterrorizantes são percebidos e extensamente noticiados. Trenchard (MEILINGER, 2007) compreendia que moradores próximos a alvos militares legítimos seriam vítimas justificáveis da guerra. O caso do bairro de Shuja'iyya, segundo um periódico, foi objeto de ataque israelense no qual "morreram dezenas de civis, inclusive crianças, e um jornalista palestino" (CARROLL, 2023). Segundo Israel, esse bairro de Gaza seria, historicamente, um foco de terrorismo.

Um ponto que chama atenção, observado nos brifins das FDI, é aquilo que Pape (1996, p. 56) denominou de "decapitação", que é uma estratégia militar de coerção do adversário, cujo propósito é "atingir os centros-chave de liderança e as redes de comunicações dos centros políticos". Israel tem priorizado o ataque aos terroristas sênior do Hamas em Gaza, e às residências de membros do alto escalão do Hamas. Há reportes de ataques como aquele conduzido contra o chefe do ramo militar dos Comitês de Resistência Popular, em Rafah, bem como vários militantes da hierarquia mais alta da força Nukhba, e até um líder do comando naval do Hamas que teria participado da ação do dia 7 de outubro.

Suporte à operação de superfície

No dia 3 de dezembro de 2023, publicou-se um vídeo no qual o chefe das FDI, tenente-general Herzi Halevi, expõe que "uma grande parte da segurança na operação terrestre [em Gaza] tem sido graças à cooperação muito próxima, e de alta qualidade, com a Força Aérea de Israel, tendo tornado a operação de superfície muito mais efetiva" (ISRAEL DEFENSE FORCES, 2023). Mais intensamente a partir da invasão de Gaza, esse tipo de função do poder aeroespacial preconiza que a cooperação entre as forças armadas é um dos fatores mais relevantes nas operações militares conjuntas. Há uma ampla gama de possibilidades nessa cooperação: a troca de informações oriundas de sensores; as possibilidades de transporte logístico; o lançamento ou a incursão de forças paraquedistas ou especiais; as evacuações e exfiltrações de pessoal militar ou civil etc. Aquela que a análise se debruçou é denominada apoio aéreo aproximado (Close Air Support – CAS), cujo contexto é a ação direta da força aérea em suporte às forças de superfície quando essas estejam engajadas em combates próximos com o adversário.

Grande parte desse pensamento teórico deriva de pensadores como Tedder (2010), esse com grande influência de Arthur Connigham, ou Richtofen (BEKKER, 1966; CORUM, 2008), cuja essência é desenvolver a ideia em torno dessa cooperação. Uma das formas de cooperação no CAS é forçar o oponente a se expor em campo aberto de forma que o exército tenha maior facilidade de engajamento. A experiência no Líbano, em 2006, apontou que existem dois fatores de sucesso: a demanda por uma inteligência aérea mais apurada, não somente na questão da identificação correta dos alvos mas também quanto à análise dos danos de batalha; e o treinamento de táticas, técnicas e procedimentos que permitem a efetivação do suporte aéreo. Analistas destacam que essa cooperação

se dá de forma muito especial e efetiva entre a FAI e as forças especiais (BEN-SHALOM; TSUR, 2018).

O porta-voz das FDI tem feito alguns relatos que descrevem a atuação conjunta da FAI com a operação de superfície. Em 04 de dezembro, o contra-almirante Daniel Hagar afirmou que as operações terrestres tinham "expandido contra as fortalezas do Hamas em toda a Faixa de Gaza [e] as forças terrestres, juntamente com a Força Aérea, concluíram uma série de missões conjuntas que levaram à eliminação de terroristas e de sua infraestrutura" (Israel Defense Forces 2023). Outro relato oriundo dos *press releases* (comunicados à imprensa) das FDI trata da colaboração entre a FAI e a 162ª Divisão do exército em uma ação perto do hospital de Shifa. Segundo informado,

> o bairro militar consiste em locais estratégicos para os terroristas do Hamas, incluindo a sede da inteligência central e a sede da matriz aérea da organização terrorista, bem como escritórios do governo do Hamas, incluindo o Ministério do Interior e uma delegacia de polícia. Além disso, a área contém as maiores instalações de treinamento da Faixa de Gaza para guerra urbana, postos militares, armazéns e várias fábricas de munição (usadas para produzir foguetes, mísseis antitanque, drones e explosivos) (ISRAEL DEFENSE FORCES, 2023).

Assim como esses relatos, há tantos outros que indicam ações de CAS da FAI, cuja experiência atual deriva de vários conflitos e operações militares em que esteve envolvida no apoio aéreo aproximado em estados vizinhos, operações de contraterrorismo e cenários de guerra urbana. Até que ponto a FAI teria adaptado suas táticas e técnicas de CAS desde as guerras no Líbano ainda é uma questão em aberto, quando análises mais consistentes das operações

terrestres em Gaza vierem à tona. Fato é que o Hamas provavelmente se esconderá nas áreas urbanas, nos túneis subterrâneos e se misturará com a população, de forma a dificultar as ações de suporte da FAI às forças de superfície.

Isso elevará o risco de danos colaterais, e a resiliência e capacidade de sobrevivência do Hamas determinará a eficácia dessas ações. Um equipamento essencial para minimizar essa capacidade são as munições guiadas por precisão, cujo inventário da FAI parece ter condições de sustentar o esforço de guerra atual. Por outro lado, o CAS eficaz exige recursos precisos de inteligência, vigilância e reconhecimento, algo que em termos de equipamento, inclusive aqueles de natureza satelital, parecem ser suficientes à FAI. Guerras em ambientes urbanos, na perspectiva do poder aeroespacial, exigem alto grau de adaptabilidade e flexibilidade, tanto em termos de emprego dos sistemas de armas como das tripulações. A proximidade dos ataques com a população civil impõe sérias restrições operacionais. Nesse sentido, o fato de FAI ser praticamente toda composta por profissionais (diferentemente das demais forças), em especial os tripulantes, agrega à tecnologia a experiência profissional para lidar com as demandas desse tipo de conflito.

Por fim, mas ainda no escopo da cooperação ar-superfície, há que se destacar a importância do espaço exterior no atual conflito. Apesar de não haver abundância de notícias sobre esse tema, o papel dos satélites de sensoriamento parece estar exercendo significativa contribuição à campanha militar israelense. Eles têm sido usados para reunir informações de inteligência, monitorar os movimentos das tropas e rastrear lançamentos de foguetes. Até mesmo para o público em geral as imagens satelitais são úteis. O periódico The Guardian publicou um guia visual com mapas, vídeos e imagens de satélite que oferece uma visão abrangente do conflito (SWAN *et al*., 2023). A CNN também se vale de satélites para produzir um quadro

pictorial bem completo do conflito (ROBINSON *et al*., 2023). Algumas imagens satelitais mostram o impacto dos ataques do Hamas (MEREDITH, 2023) e outras caracterizam os danos após os ataques aéreos (YERUSHALMY, 2023).

CONCLUSÃO

Toda guerra tem consequências. O conflito militar entre o Hamas e Israel, que ocorre desde o início de outubro de 2023, não será diferente. Não é redundância, mas um artifício proposital, relembrar alguns números. Do lado israelense, há estimativas de 1.200 mortos (REUTERS, 2023). Em Gaza e no West Bank (Cisjordânia) já são totalizados, até o dia 5 de dezembro de 2023, 16 mil mortos, entre eles 63 jornalistas (COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS, 2023). Os danos materiais parecem incalculáveis, com vilarejos e bairros em Gaza reduzidos a escombros. Além disso, o colapso do sistema de saúde palestino, a falta de energia, combustível e medicamentos, tem ampliado a tragédia humanitária.

A análise de um conflito militar não pode deixar de fazer referência a essas questões. Há, entretanto, um campo mais peculiar nos estudos estratégicos que se volta para apreciações de cunho técnico-profissional sobre o emprego do poder militar. Assim é que este Capítulo se voltou para o exame das ações do poder aeroespacial, tanto do Hamas como de Israel, buscando enquadrá-las no pensamento teórico sobre o emprego desse poder. Para tanto, um método de investigação científica foi proposto por meio da análise temática. Em síntese, esse processo se deu pela coleta bibliográfica de notícias do conflito relativas à aviação e o enquadramento delas em códigos identificadores originários do pensamento teórico do poder aeroespacial.

O capítulo se estruturou em seções que aprofundaram a pesquisa bibliográfica e a análise temática em torno das ações do Hamas no dia 07 de outubro de 2023, caracterizando a identidade desse grupo e suas capacidades aeroespaciais, em termos de foguetes, drones e paragliders. Na seção de Israel, seguindo a mesma lógica interpretativa, apresentou-se a FAI e suas principais capacidades, examinou-se os bombardeios em Gaza e o suporte da FAI nas operações de superfície.

Algumas conclusões podem ser destacadas. Há uma variedade de abordagens teóricas que podem sustentar as ações de ambos os lados. Desde a observância de princípios de guerra até características do poder aeroespacial, principalmente no caso do Hamas, há, mesmo que inconscientemente, uma percepção de aumento de complexidade das capacidades aeroespaciais desse grupo. Episodicamente, o Hamas, em 7 de outubro, empregou um conceito de operação multidomínio, onde fizemos questão de destacar a dimensão aérea. O Hamas se valeu de postulados teóricos consagrados na teoria da guerra e na teoria do poder aeroespacial, dentre eles a concentração de esforço para saturar defesa, ofensiva, surpresa, penetração, obtenção de consciência situacional e sincronização de ações.

Do ponto de vista israelense, há também focos variados no emprego do poder aeroespacial. A FAI enfrenta o desafio da guerra urbana, onde existem potencial risco de danos colaterais na população civil. Existe uma preocupação com o processo de seleção de alvos, no qual se focalizam as estruturas de comando e controle do Hamas, assim como suas linhas de comunicação por onde trafegam os insumos necessários ao combate. A FAI também tem optado por alvos de natureza mais estratégica, centros vitais onde haveria um impacto mais duradouro na capacidade do Hamas em conduzir operações militares. Além disso, é inegável que ataques urbanos contra concentrações populacionais, um dos elementos

originários da teoria do poder aeroespacial, são observados nos ataques em Gaza. Outra conclusão importante foi a tentativa de decapitação da liderança do Hamas, por meio da neutralização de seus representantes do topo da cadeia hierárquica. Por fim, e ainda em franco desenvolvimento, analisaram-se as ações do tipo CAS, na qual Israel tem concentrado grande esforço e, pelo discurso de seus principais representantes, tem sido decisiva na campanha.

Não há como se estimar o final dessa história. Pelo lado do Hamas, há o risco de esgotamento de sua capacidade militar e, até mesmo, a extinção desse grupo. Alguns acreditam que isso não é possível, pois consideram-no não uma organização mas uma ideologia. Pelo lado israelense há demandas políticas internas, que haviam fragilizado a coesão nacional nos anos anteriores, e também a pressão da opinião pública internacional na direção do arrefecimento dos bombardeios e ações terrestres em Gaza. A grande questão, em nosso entendimento, é saber o que acontecerá no dia seguinte da cessação das hostilidades. Qual é o futuro de Gaza e do povo palestino?

REFERÊNCIAS

ABOUL-ENEIN, Y. H. “Hamas, Understanding the Organization”. **Military Review**, n. 83, 2003.

ABU-AMR, ZIAD. “Hamas: A Historical and Political Background”. **Journal of Palestine Studies**, vol. 22, n. 4, 1993.

AL JAZEERA MEDIA NETWORK. “Israel’s deadly attack on the Jabalia refugee camp: What we know so far”. **Al Jazeera** [2023]. Disponível em: <www.aljazeera.com>. Acesso em: 05/12/2023.

AL JAZEERA MEDIA NETWORK. “Israel-Gaza war in maps and charts: Live tracker”. **Al Jazeera** [2023]. Disponível em: <www.aljazeera.com>. Acesso em: 05/12/2023.

BEKKER, C. **The Luftwaffe war diaries**. London: Corgi Books, 1966.

BENOIT, K. “Text as Data: An Overview”. *In*: CURINI, L.; FRANZESE, R. **The SAGE Handbook of Research Methods in Political Science and International Relations**. London: Sage Publications, 2020.

BEN-SHALOM, U.; TSUR, Y. “Scripts of service culture and joint operations of air and ground forces: an IDF case study”. **Israel Affairs**, vol. 24, 2018.

BOWEN, J. “Hamas blindsides Israel with most serious attack in a Generation”. **BBC News** [2023]. Disponível em: <www.bbc.com>. Acesso em: 30/11/2023.

BOYD, J. R. **A Discourse on Winning and Losing**. Montgomery: Air University Press, 2018.

BRODER, J. “How Did Hamas Acquire Advanced Rockets?”. **Military.com** [2023]. Disponível em: <www.military.com>. Acesso em: 10/12/2023.

BRUN, I. “Israeli Air Power”. *In*: OLSEN, J. A. **Global Air Power**. Washington: Potomac Books, 2011.

CALVERT JR., R. “Trenchard, Sir Hugh Montague”. *In*: MARGIOTTA, F. D. **Brassey's Encyclopedia of Military History and Biography’s**. Washington: Brassey's, 1994.

CARROLL, R. “Israeli troops mount second ground raid into Gaza”. **The Guaddian** [2023]. Disponível em: <www.theguardian.com>. Acesso em: 05/12/2023.

CHAPMAN, I. *et al*. “Homemade rockets and modified AK-47s: An annotated look at Hamas’ deadly arsenal”. **CNN** [2023]. Disponível em: <www.cnn.com>. Acesso em: 04/12/2023.

CHÁVEZ, K.; SWED, O. “How Hamas innovated with drones to operate like an army”. **The Bulltetin** [2023]. Disponível em: <www.thebulletin.org>. Acesso em: Acesso em: 04/12/2023.

CHUN, C. K. S. **Aerospace power in the 21st century**: A basic primer. Montgomery: Air University Press, 2004.

CLAUSEWITZ, C. **Principles of War**. Eastford: Martino Fine Books, 2014.

CNN. “Exclusive footage of Hamas invading via paraglider”. **CNN** [2023]. Disponível em: <www.cnn.com>. Acesso em: 04/12/2023.

COLLINS DICTIONARY. “Hamas”. **Collins Dictionary** [2023]. Disponível em: <www.collinsdictionary.com>. Acesso em: 04/12/2023.

COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS. “Journalist casualties in the Israel-Gaza war”. **Committee to Protect Journalists** [2023]. Disponível em: <www.cpj.org>. Acesso em: 04/12/2023.

CORUM, J. S. **Wolfram von Richthofen**: Master of the German Air War. Lawrence: University Press of Kansas, 2008.

DALEO, J. “Deadly Siege Marks Hamas’ Effective Use of Combat Drone Swarm”. **Flying** [2023]. Disponível em: <www.flyingmag.com>. Acesso em: 04/12/2023.

DAVIS, J. *et al*. “Experts React: Assessing the Israeli Intelligence and Potential Policy Failure”. **CSIS** [2023]. Disponível em: <www.csis.org>. Acesso em: 04/12/2023.

DEPTULA, D. A. **Effects-Based Operations**: Change In the Nature of Warfare. Arlington: Aerospace Education Foundation, 2001.

DOUHET, G. **The Command of the Air**. Montgomery: Air University Press, 2019.

DRISHTIIAS. “Iron Dome Air Defence System: Israel”. **Drishtiias** [2021]. Disponível em: <www.drishtiias.com>. Acesso em: 04/12/2023.

DUGGAL, H.; HUSSEIN, M.; ASRAR, S. “Israel's attacks on Gaza: The weapons and scale of destruction”. **Al Jazeera** [2023]. Disponível em: <www.aljazeera.com>. Acesso em: 05/12/2023.

FABIAN, E. “IDF: 2,200 rockets fired from Gaza; Hamas terrorists infiltrated from land, sea and air”. **Times of Israel** [2023]. Disponível em: <www.timesofisrael.com>. Acesso em: 12/12/2023.

FOREY, S. “The Israeli army changes the rules of its war against Hamas”. **Le Monde** [2023]. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 12/12/2023.

FRANKEL, J. “New York Times report says Israel knew about Hamas attack over a year in advance”. **Ap News** [2023]. Disponível em: <www.apnews.com>. Acesso em: 12/12/2023.

GLOBAL FIRE POWER. “Israel Military Strength”. **Global Fire Power** [2023]. Disponível em: <www.globalfirepower.com>. Acesso em: 12/12/2023.

GOSSELIN-MALO, E. “Hamas drones helped catch Israel off guard, experts say”. **C4ISRNET** [2023]. Disponível em: <www.c4isrnet.com>. Acesso em: 12/12/2023.

GRAHAM-HARRISON, E. *et al*. “Cratered ground and destroyed lives: piecing together the Jabalia camp airstrike”. **The Guaddian** [2023]. Disponível em: <www.theguardian.com>. Acesso em: 05/12/2023.

HAGAN, R. “Moment Hamas fighters seen paragliding across Israel border before deadly attack”. **Mirror** [2023]. Disponível em: <www.mirror.co.uk>. Acesso em: 05/12/2023.

HAMBLING, D. “How Hamas Leveraged Cheap Rockets And Small Drones To Ambush Israel ”. **Forbes** [2023]. Disponível em: <www.forbes.com>. Acesso em: 05/12/2023.

INGRAM, P. “Analysis: Is Hamas a more sophisticated force than Israel imagined?”. **Al Jazeera** [2023]. Disponível em: <www.aljazeera.com>. Acesso em: 05/12/2023.

ISRAEL DEFENSE FORCES. “Attached is a sync of the Commanding Officer of the Israeli Air Force, Maj. Gen. Tomer Bar, at a conference of the Cooperation Unit”. **Israel Defense Forces** [2023]. Disponível em: <www.azureedge.net>. Acesso em: 05/12/2023.

ISRAEL DEFENSE FORCES. “Attached is footage from the situational assessment conducted by the Chief of the General Staff, LTG Herzi Halevi, at the IAF’s Ops Room”. **Israel Defense Forces**

[2023]. Disponível em: <www.azureedge.net>. Acesso em: 05/12/2023.

ISRAEL DEFENSE FORCES. “Hamas War Daily Recaps”. **Israel Defense Forces** [2023]. Disponível em: <www.idf.il>. Acesso em: 05/12/2023.

ISRAEL DEFENSE FORCES. “Press Briefing by IDF Spokesperson Rear Admiral Daniel Hagari December 4th, 20:15”. **Israel Defense Forces** [2023]. Disponível em: <www.idf.il>. Acesso em: 05/12/2023.

ISRAEL DEFENSE FORCES. “Terrorist Tunnel Shafts in Mosque, Rocket Launchers in an Orchard; The Nahal Brigade Operates on the Outskirts of Jabalya and Directs Aerial Forces”. **Israel Defense Forces** [2023]. Disponível em: <www.idf.il>. Acesso em: 05/12/2023.

ISRAEL DEFENSE FORCES. “The 162nd Division Eliminated Over 50 Terrorists”. **Israel Defense Forces** [2023]. Disponível em: <www.idf.il>. Acesso em: 05/12/2023.

JOMINI, H. A. **Treatise on grand military operations**: critical and military history of the wars of Frederick The Great, as constrasted with the modern system, together with few of the most importantprinciples of the art of war. New York: D. Van Nostrand, 1865.

JONES, A. **The art of war in the Western World**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

KANIEWSKI, D. “Hamas: Learning about drone warfare from the war in Ukraine”. **DW** [2023]. Disponível em: <www.dw.com>. Acesso em: 05/12/2023.

LAMONT, C. **Research Methods in International Relations**. Los Angeles: Sage Publications, 2015.

LAWATI, A.; NADEEN, E. “Israel is at war with Hamas. Here’s what to know”. **CNN** [2023]. Disponível em: <www.cnn.com>. Acesso em: 04/12/2023.

LBC INTERNATIONAL. “The Ayyash 250 missile: Hamas' powerful new weapon”. **LBC Group** [2023]. Disponível em: <www.lbcgroup.tv>. Acesso em: 04/12/2023.

LEITER, M.; BYMAN, D. “Entrevista feita por Emily Harding. “Hamas’ October 7 Attack: The Tactics, Targets, and Strategy of Terrorists”. **Center for Strategic and International Studies** [2023]. Disponível em: <www.cisis.org>. Acesso em: 04/12/2023.

LING, J. “The Dangerous Mystery of Hamas’ Missing ‘Suicide Drones’”. **Wired** [2023]. Disponível em: <www.wired.com>. Acesso em: 04/12/2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MCALLISTER, L. “Israel attack will lead to 'full-scale war' as West's response 'crucial' says expert”. **Daily Star** [2023]. Disponível em: <www.dailystar.co.uk>. Acesso em: 04/12/2023.

MEILINGER, P. S. “Trenchard, Slessor, and Royal Air Force doctrine before World War II”. *In*: MEILINGER, P. S. **The paths of heaven**: the evolution of airpower theory. Montgomery: Air University Press, 2007.

MEREDITH, S. “Satellite images show the scale of destruction in Gaza as Israel responds to surprise Hamas attack”. **CNBC** [2023]. Disponível em: <www.cnbc.com>. Acesso em: 04/12/2023.

MISHAL, S.; SELA, A. **The Palestinian Hamas**: Vision, Violence, and Coexistence. New York: Columbia University Press, 2006.

MISSILE THREAT. “Israeli Air and Missile Defense”. **Missile Threat** [2021]. Disponível em: <www.missilethreat.csis.org>. Acesso em: 04/12/2023.

MITCHELL, W. **Winged Defense**: The development and possibilities of modern air power - economic and military. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2009.

NAKHOUL, S.; SAUL, J. “How Hamas duped Israel as it planned devastating attack”. **Reuters** [2023]. Disponível em: <www.reuters.com>. Acesso em: 04/12/2023.

NATIONAL COUNTERTERRORISM CENTER. “Foreign Terrorist Organizations – Hamas”. **Director of National Intelligence** [2022]. Disponível em: <www.dni.gov>. Acesso em: 04/12/2023.

NEWDICK, T. “Israel’s Vaunted Integrated Air Defense System Explained”. **The Drive** [2023]. Disponível em: <www.thedrive.com>. Acesso em: 04/12/2023.

PAPE, R. A. **Bombing to Win: Air Power and Coercion in War**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

PARKER, C.; TAYLOR, A. “What weapons do Palestinian militants in the Gaza Strip have and how powerful are they?”. **Washington**

Post [2023]. Disponível em: <www.washingtonpost.com>. Acesso em: 04/12/2023.

RAGAD, A. *et al*. "How Hamas built a force to attack Israel on 7 October". **BBC** [2023]. Disponível em: <www.bbc.com>. Acesso em: 04/12/2023.

REUTERS. "Hamas and Israel: a history of confrontation". **Reuters** [2021]. Disponível em: <www.reuters.com>. Acesso em: 04/12/2023.

REUTERS. "Israel revises Hamas attack death toll to 'around 1,200'". **Reuters** [2023]. Disponível em: <www.reuters.com>. Acesso em: 04/12/2023.

REUTERS. "Video captures moment Hamas attack desert festival". **Reuters** [2023]. Disponível em: <www.reuters.com>. Acesso em: 04/12/2023.

ROBINSON, K. "What Is Hamas?". **Council on Foreign Relations** [2023]. Disponível em: <www.cfr.org>. Acesso em: 04/12/2023.

ROBINSON, L. *et al*. "Visualizing the Israel-Hamas war". **CNN** [2023]. Disponível em: <www.cnn.com>. Acesso em: 04/12/2023.

ROSA, C. E. V. **Poder Aéreo**: guia de estudos. Rio de Janeiro: Editora Luzes - Comunicação, Arte e Cultura, 2014.

SANDERS, R. W. **An Israeli Military Innovation**: UAVs. Washington: National Defense University, 2003.

SCHINELLA, A. M. **Bombs without Boots**. Washington: Brooking Institution Press, 2019.

SCHOGOL, J. “How Hamas executed a paraglider attack on Israel”. **Task and Purpose** [2023]. <www.taskandpurpose.com>. Acesso em: 04/12/2023.

SHERMAN, W. C. **Air Warfare**. Montgomery: Air University Press, 2002.

SLESSOR, J C. **Air Power and Armies**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2009.

STATE OF PALESTINE. **Preliminary Results of the Population, Housing and Establishments Census, 2017**. Ramallah: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2018.

SULLIVAN, P.; AMBLE, J. “What Happened to Iron Dome? A Lesson on the limits of technology at war”. **West Point** [2023]. Disponível em: <www.westpoint.edu>. Acesso em: 23/12/2023.

SWAN, L. *et al*. “Israel-Hamas war: a visual guide in maps, video and satellite images”. **The Guaddian** [2023]. Disponível em: <www.theguardian.com>. Acesso em: 05/12/2023.

TAMIMI, A. S. **Hamas**: Unwritten Chapters. London: Hurst and Company, 2009.

TEDDER, A. W. **Airpower in War**. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2010.

THE ECONOMIST. “Inside Hamas’s sprawling financial empire”. **The Economist** [2023]. Disponível em: <www.economist.com>. Acesso em: 05/12/2023.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance**. London: Routledge, 2023.

THE OBSERVERS. “Inside the arsenal: Iranian-sourced weapons used in Hamas and Islamic Jihad's Israel assault”. **The Observers** [2023]. Disponível em: <www.observers.france24.com>. Acesso em: 05/12/2023.

THE TIMES OF ISRAEL. “Israel obtained, ignored Hamas document laying out Oct. 7 attack plan, report alleges”. **The Times of Israel** [2023]. Disponível em: <www.timesofisrael.com>. Acesso em: 05/12/2023.

TRENCHARD, H. “Memorandum by the Chief of the Air Staff for the Chiefs of Staff Sub-Committee on The War Object of an Air Force, 2nd May 1928”. *In*: THIN, J. **The Pre-History of Royal Air Force Area Bombing, 1917-1942**. Canterbury: University of Canterbury, 2008.

UAS VISION. “What Do We Know About Hamas’ Drones?”. **Uas Vision** [2021]. Disponível em: <www.uasvision.com>. Acesso em: 05/12/2023.

UNITED NATIONS. **United Nations Peacekeeping Missions Military Aviation Unit Manual - Second Edition**. New York: UN, 2021.

WARDEN, J. A. “Smart Strategy, Smart Airpower”. *In*: OLSEN, J. A. **Airpower Reborn**: The Strategic Concepts of John Warden and John Boyd. Annapolis: Naval Institute Press, 2015.

WARDEN, J. A. **The Air Campaign**. San Jose: To Excel, 2000.

WDMMA - World Directory of Modern Military Aircraft. “Global Air Powers Ranking”. **WDMMA** [2023]. Disponível em: <www.wdmma.org>. Acesso em: 05/12/2023.

YERUSHALMY, J. “Gaza before and after: satellite images show destruction following Israeli airstrikes”. **The Guaddian** [2023]. Disponível em: <www.theguardian.com>. Acesso em: 05/12/2023.

ZANOTTI, J. “Hamas: Background and Issues for Congress”. **Congressional Research Service Report**. Washington: Library of Congress, 2010.

CAPÍTULO 7

Análise das Relações Geoeconômicas
China – Mercosul (2003-2022)

ANÁLISE DAS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS CHINA – MERCOSUL (2003-2022)[19]

Rafael Bernardo Silveira

A atual organização institucional do Estado chinês, sob a denominação de República Popular da China, tem sua origem com a vitória da Revolução de 1949 sob a liderança do Partido Comunista Chinês – PCCh.

A industrialização que se seguiu durante o maoísmo foi extraordinária, tendo possibilitado um crescimento econômico exponencial nas primeiras décadas pós 1949, com a fatia da indústria no produto nacional avançando gradativamente sobre os demais setores.

Por meio das reformas que a partir de 1978 reintroduziram a milenar característica mercantil da cultura chinesa e promoveram inovações institucionais, o país iniciou um novo ciclo de desenvolvimento econômico ainda em curso, sem, entretanto, renunciar à gestão centralizada do poder político por meio do Partido Comunista Chinês. Destarte as reformas terem permitido o surgimento de milionários e bilionários na China, a estes não foi permitida sua organização enquanto classe e ainda menos enquanto detentores do poder político ou das estruturas estatais. O Estado e o PCCh se mantiveram enquanto condutores do processo político.

Como resultado de tais avanços, a China alcançou em números absolutos o posto de segunda maior economia do mundo,

[19] Uma versão prévia do presente capítulo foi publicada em: SILVEIRA, R. B. "Análise das relações geoeconômicas China - Mercosul pós 2003". *Geosul*, vol. 38, n. 86, 2023.

atrás apenas dos EUA, e quando analisado através da Paridade de Poder de Compra já superou este.

Ao mesmo tempo em que promoveu o desenvolvimento econômico, teve a capacidade de criar uma classe média de aproximadamente 500 milhões de pessoas e retirar da pobreza extrema outros 800 milhões. Por meio da diplomacia comercial, a China se posicionou como o principal mercado fornecedor e consumidor de uma infinidade de produtos. Dentro desse processo, sua inserção geoeconômica e geopolítica no Mercosul tem crescido consistentemente.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um projeto de integração regional conformado inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao qual posteriormente se incorporaram a Venezuela e a Bolívia.

Historicamente, tais nações possuem formações socioespaciais heterogêneas: população absoluta e composição étnica; posição espacial e acesso ou não aos oceanos Atlântico e Pacífico; relevo e riquezas minerais; assimetrias econômicas quantitativas e qualitativas; influência política regional e mundial, dentre outras. Apesar de tais diferenças, esse conjunto de nações buscou desde meados dos anos 1980 promover uma integração econômica, que a partir das mudanças de governos da região no início dos anos 2000, avançaria para um projeto de integração social e geopolítico mais amplo, buscando extrapolar o mero elemento econômico-comercial.

A institucionalização do Mercosul decorreu como aprofundamento do processo de integração entre Argentina e Brasil iniciado no ano de 1984 e que seria formalizado enquanto bloco por meio do Tratado para a Constituição de um Mercado Comum, ou apenas Tratado de Assunção, firmado em 1991.

A virada do século XX para XXI trouxe consigo a chegada ao poder dos presidentes Lula da Silva (Brasil) e Nestor Kirchner (Argentina), ambos empossados no ano 2003, o que promoveria uma viragem na linha política do bloco. Como uma das consequências, o processo de aprofundamento das relações do Mercosul e a busca por relações do Sul geopolítico levou a expansão e intensificação da integração do Mercosul, com a adesão de todos os demais países da América do Sul à condição de Estados associados e a formalização da Venezuela (2012)[20] e Bolívia (2015)[21] à condição de Estados partes (SILVEIRA, 2021).

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é analisar o avanço das relações geoeconômicas que se desenvolvem entre a China e o Mercosul a partir do ano de 2003, recorte temporal em que há simultaneamente o lançamento do "novo" Mercosul pelos governos progressistas da região e o avanço da China enquanto potência econômica mundial.

O desenvolvimento deste trabalho decorreu através de trabalho teórico, utilizando-se dos procedimentos de investigação de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, possibilitando dessa forma uma revisão da literatura existente de qualidade e de forma abrangente, dentro das limitações impostas a um trabalho teórico. Assim, quanto aos procedimentos adotados, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental. Almeida (2011) diferencia as duas quanto ao tipo de tratamento analítico recebido. A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, tais como livros, artigos, periódicos, internet e outros. Já a pesquisa

[20] A República Bolivariana da Venezuela encontra-se, desde o ano de 2016, suspensa do bloco.

[21] O Estado Plurinacional da Bolívia encontra-se na fase final de adesão enquanto Estado parte.

documental está baseada em material que ainda não recebeu tratamento analítico.

Realizada a recolha das informações, o material foi tratado seguindo a sequência: contextualização das variadas fontes – análise do material captado – síntese– considerações do autor.

Para além desta introdução, este capítulo conta ainda com o seu desenvolvimento, que é dividido em três subseções: A República Popular da China, o Mercosul e a Análise das relações China – Mercosul pós 2003; por fim são apresentadas as considerações finais do autor.

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A atual organização institucional do Estado chinês, sob a denominação de República Popular da China, tem sua origem com a vitória da Revolução de 1949 sob a liderança do Partido Comunista Chinês - PCCh. A experiência do PCCh enquanto gestor estatal, contudo, não inicia apenas em 1949, uma vez que desde os anos 1920 regiões relevantes do território chinês já eram administradas pelo partido. A fundação da República Popular da China foi, portanto, também um processo de unificação territorial do país sob um único governo central, de caráter socialista.

Diferente do que o senso comum e mesmo parte relevante da intelectualidade dita progressista hoje resume, o chamado período maoísta da China (1949-1978) não foi marcado pelo atraso tecnológico ou pela estagnação econômica, como advogam, ainda que a partir de análises distintas, Fairbank (1992) e Spence (1990).

Nogueira (2019), por sua vez, corrobora a tese de que o período pré-reformas foi prolifico em lançar as estruturas que

possibilitaram os avanços sociais e econômicas que decorrem a partir do final dos anos 1970, afirmando que:

> O legado da era maoísta parece ser um dos elementos mais superficialmente tratados pela literatura anglo-saxã, que predomina no Ocidente, sobre a trajetória de desenvolvimento recente da China. A caracterização histórica mais comum é de que o Partido Comunista Chinês (PCC), sob a liderança de Mao Tsé-tung, contribuiu para o desenvolvimento até a Revolução Comunista de 1949 – expulsando os japoneses, eliminando a possibilidade de enclaves ocidentais remanescentes e extinguindo o autóctone regime do Kuomintang –, bem como durante a reconstrução do pós-guerra e os anos iniciais que englobam o primeiro plano quinquenal (1953-57). E teria passado, então, a uma sequência de atitudes destrutivas e políticas catastróficas como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. A emergência chinesa e seu rápido caminho "de volta ao centro" teriam, portanto, recomeçado com as quatro modernizações, lançadas pelo "pragmático" Deng Xiaoping, a partir de 1978 (NOGUEIRA, 2019).

A China pré 1949 era uma nação eminentemente rural, cuja estrutura produtiva era essencialmente agrária e a pequena atividade industrial era formada por indústrias leves, a maioria de capital estrangeiro e concentradas em poucas cidades do nordeste ou próximas à costa, onde estrangeiros autodeclararam privilégios especiais a partir das Guerras do Ópio (1839-1942 e 1856-1960) e da ocupação japonesa (1931-1945). O imperialismo ocidental iniciado com tais conflitos e as décadas de guerra civil deixaram, em meados do século XX, a já pequena estrutura produtiva ainda mais deprimida, caos econômico nas cidades, miséria no campo e um forte sentimento nacional de humilhação (NOGUEIRA, 2019).

Dentre as primeiras medidas do governo pós Revolução de 1949, o controle do sistema bancário e fiscal possibilitaram combater a inflação e garantir influência sobre a fatia privada da economia, que era ainda existente e relevante. No período entre 1949-1952 a produção industrial e agrícola recuperou os níveis de pico do pré-guerra, com crescimento de quase 50% ao ano na produção de bens de capital e de 30% nos bens de consumo (LARDY, 1983; RISKIN, 1987).

A industrialização durante o maoísmo foi extraordinária, a produção per capita real triplicou nas três décadas entre 1952 e 1981 (LARDY, 1983) e a fatia da indústria no produto nacional saiu de 9,9% em 1952 para 34,7% em 1979 (avançaria ainda mais no período pós reformas). Tratou-se efetivamente de uma mudança de caráter estrutural da economia chinesa, realizada sob as bases maoístas.

O legado do período Mao fez que a China atravessasse sua primeira transformação estrutural, convertendo-se em uma nação industrializada, claramente nacionalista e anti-imperialista, conectando a necessidade de modernização com a iminência da guerra. O investimento em infraestrutura e em ativos fixos já aparece ali como elemento dinâmico da acumulação, como queriam os autores pioneiros do desenvolvimento, com taxas sempre expressivamente elevadas (NOGUEIRA, 2019).

Faz-se essa breve introdução sobre a economia industrial chinesa do período anterior as reformas econômicas com o intuito de, primeiramente, desmistificar que ao longo de tais anos a China havia se mantido como um país atrasado e eminentemente agrícola, e, para a compreensão de qual foi a base estrutural sob a qual foram implantas as reformas econômicas sob a liderança de Deng Xiaoping a partir de então.

Os equívocos cometidos através do “Grande Salto Adiante” (1958–1959) e posteriormente com a Revolução Cultural a partir de

1966, levariam a China à uma relativa estagnação econômica e tecnológica nos anos 1970. Assim, houve um paradoxo. Depois de se distinguir por décadas por sua história peculiar e seu compromisso de estimular a produção através da competição, não apenas entre indivíduos, mas também entre diferentes formas de propriedade, a China que surgiu da Revolução Cultural assemelhava-se em muito à União Soviética em seus últimos anos de existência: o princípio socialista da compensação baseado na quantidade e na qualidade do trabalho exercido foi substancialmente liquidado (LOSURDO, 2017).

O falecimento de Mao e a posterior ascensão ao poder do grupo liderado por Deng Xiaoping possibilitaria a implantação das reformas econômicas a partir de 1978 com o objetivo de dinamizar novamente a economia chinesa.

Deng Xiaoping teve o mérito histórico de entender que o socialismo nada tinha a ver com a distribuição mais ou menos igualitária de pobreza e privação. Por meio das reformas foi reintroduzido na China o modelo de coexistência de diferentes formas de propriedade (LOSURDO, 2017).

> A menos que você esteja desenvolvendo as forças produtivas e elevando o padrão de vida das pessoas, não pode dizer que está construindo o socialismo". [...] não pode haver comunismo com pauperismo ou socialismo com pauperismo. Então, tornar-se rico não é pecado (DENG, 1992).

O lançamento das reformas econômicas em 1978 coincide com uma série de eventos de importância mundial: a perda de espaço econômico e político norte-americano, a ascensão econômica alemã e japonesa, derrota militar dos EUA no Vietnã e crescente perda de

influência no terceiro mundo. Fator determinante para a realização das reformas econômicas residia, também, na percepção de atraso do país em relação aos Estados Desenvolvimentistas ao seu redor, incluindo as duas grandes pendências históricas da China pós-1949, Hong Kong e Taiwan (JABBOUR, 2019).

Por meio das reformas que a partir de 1978 reintroduziram a milenar característica mercantil da cultura chinesa dentre outras inovações institucionais, o país iniciou um novo ciclo de desenvolvimento econômico ainda em curso, sem, entretanto, renunciar à gestão centralizada do poder político por meio do Partido Comunista Chinês. Destarte as reformas terem permitido o surgimento de milionários e bilionários na China, a estes não foi permitida sua organização enquanto classe e ainda menos enquanto detentores do poder político ou das estruturas estatais. O Estado e o PCCh se mantiveram enquanto condutores do processo político.

Conforme Jabbour (2019) as reformas econômicas iniciaram não pelo setor industrial, mas sim pelo campo. Foram estabelecidos os "contratos de responsabilidade entre as famílias camponesas e o Estado", através da instituição de cotas de produção a serem entregues – pelas famílias – ao Estado, seguida da permissão de comercialização do excedente produzido. Como resultado desta política, em 1984 a produção de cereais alcançou o recorde de 407,3 milhões de toneladas com aumento de 33,6% em relação à colheita de 1978 (RONG *et al*., 1992).

O aquecimento do setor primário da economia nos primeiros anos das reformas fora um feito com repercussões políticas e estratégicas, pouco percebidas. Difícil não relacionar o amplo respaldo das bases rurais ao regime com a manutenção e legitimação do PCCh durante o processo de dissolução da URSS, do final das experiências do Leste Europeu, e as agitações que sacudiram Pequim entre maio e junho de 1989. As reformas rurais criaram um contorno político, até o momento, inconteste ao projeto estratégico inserido

nas Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional) anunciadas por Zhou Enlai em 1974, em linha direta com o "Socialismo com Características Chinesas[22]", lançada por Deng Xiaoping no XII Congresso do PCCh, em 1982 (JABBOUR, DANTAS, 2017).

A partir da década de 1990, a China intensificaria a abertura de mercado aos seus moldes, superando em intensidade e em crescimento os anos anteriores. No fim da década, a paisagem industrial tinha sido modificada graças a uma reestruturação maciça das empresas estatais. Ainda em 1996, o setor estatal era responsável pelo grosso dos postos de trabalho nas cidades. A partir de 1997, porém, os funcionários provinciais foram autorizados a dispor da maioria das estatais como bem entendessem, fechando-as, remodelando-as ou privatizando-as. Assim, por volta de 2004, os postos de trabalho nas empresas privadas representavam quase o dobro dos do setor publico. Sob a política do "conservando o grande e descartando o pequeno", o Estado não renunciou ao controle sobre aquilo que considerava os setores estratégicos da economia: energia, metalurgia, armamentos e telecomunicações (ANDERSON, 2018).

A partir da virada do século XX para XXI e economia chinesa se expandiria ainda mais, e junto dela a sua capacidade de influenciar os destinos de outras regiões do globo através de uma estratégia de *softpower* que afetaria toda a geoeconomia e geopolítica, alçando o país à condição de potência mundial a rivalizar com os EUA. Em síntese, no elemento econômico a China deixou gradativamente de ser mera replicadora de tecnologias externas e maquiladora para se colocar na vanguarda da inovação científica nos mais variados setores.

[22] O termo "socialismo com características chinesas" foi mencionado pela primeira vez por Deng Xiaoping em setembro de 1982 durante o XII Congresso Nacional do PPCh.

O avanço do setor privado durante todo o período pós-1978 teve contrapartida na ação estatal em outros patamares: da instalação de Zonas Econômicas Especiais à planificação do comércio exterior; da elaboração de políticas industriais que contemplariam o deslocamento da pauta de exportações de produtos intensivos em mão de obra a outra mais intensiva em capital; da formação de um poderoso sistema financeiro estatal à formação de 149 conglomerados empresariais estatais. Um amplo avanço de setor privado na economia não prescindiu da formação de um novo e poderoso setor estatal, notadamente a partir da década de 1990, pois as liberalizações na China sempre são seguidas de atuação estatal em outro patamar (PAULA; JABBOUR, 2017).

Destarte a importância das transformações institucionais favorecedoras do mercado e da descentralização das decisões de investimento, o Estado chinês preservou amplo controle sobre os investimentos na indústria pesada por meio das empresas estatais e dos bancos públicos, ampla coordenação do processo do desenvolvimento por meio de planos quinquenais, controle sobre preços básicos e, em particular, sobre os fluxos financeiros externos (MEDEIROS, 2013).

Tais características tornaram o país único em relação aos múltiplos tipos de propriedade existentes: estatal, privada nacional ou estrangeira e cooperada para além das muitas subvariações oriundas das sociedades estabelecidas entre estas.

A transformações de ordem econômica e social da China, que são comumente divididas entre dois períodos pré e pós 1978, são muito mais complexas, sendo que no nosso entendimento a periodização proposta por Medeiros (2013) é mais apurada e condizente com a realidade concreta:

- 1949-958: coletivização das terras;

- 1958-1966: “grande salto” da indústria pesada;
- 1966-1978: “revolução cultural”;
- 1978-1991: introdução do sistema de “responsabilidade familiar” e abertura externa;
- 1991-2001: aprofundamento das reformas liberalizantes, diversificação das exportações, expansão da indústria pesada;
- 2001-2009: investimento da infraestrutura e indústria pesada.

Em complemento a periodização de Medeiros (2013), compreendemos que a partir de 2009 inicia-se uma nova etapa nas transformações econômicas e sociais chinesas, ainda sob a presidência de Hu Jintao, aprofundada a partir da chega ao poder de Xi Jinping. A partir de então decorre uma lenta diminuição do crescimento do PIB chinês anos após ano, enquanto em 2010 o crescimento foi de 10.6% em 2019 foi de 6% (WORLD BANK, 2024).

Tal diminuição do crescimento, contudo, veio acompanhada de transformações da estrutura industrial chinesa, que avançou em busca da soberania tecnológica, deixando de ser mera replicadora de tecnologia ocidental. Como resultado, desde 2018 o país tem liderado o pedido de patentes internacionais, tomando uma posição que pertencia aos EUA havia décadas (WIPO, 2024). A WIPO ainda destaca que desde 2018 a companhia chinesa Huawei Technologies lidera o posto de empresa com maior aplicação de novas patentes, seguida Samsung Electronics da Coreia, Mitsubishi Electric do Japão, LG Electronics da Coreia e Qualcomm Inc. dos Estados Unidos. Dessa forma, esse novo período iniciado a partir de 2010 pode ser sintetizado como a busca por um crescimento qualitativo do PIB e da soberania tecnológica.

Como resultado das inovações econômicas da China nas últimas quatro décadas, o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) em tal período foi de aproximadamente 9,5% a.a., ao mesmo tempo em que a renda per capita passou de US$ 250 em 1980 para US$ 10.500 em 2020. Em valores absolutos a China alcançou o posto de segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos EUA, e quando analisado através da Paridade de Poder de Compra já superou este (WORLD BANK, 2021).

A partir do início do ano de 2020, com a ocorrência da pandemia da Covid-19, o modelo do "socialismo com características chineses" explicitou suas diferenças com o mundo capitalista. O poder de ação do Estado chinês no atendimento à saúde e a imposição da preservação de vidas sobre o lucro estabeleceu uma brutal diferença da China para com as demais nações do planeta (excetuando-se as outras quatro experiências socialistas que igualmente se destacaram no combate à pandemia).

Dentro dessa realidade econômica a China está virtualmente presente em todo o globo como ator protagonista das mais variadas cadeias produtivas, posicionando-se ao mesmo tempo entre os principais destinos e origens de uma infinidade de produtos negociados. Na América do Sul e mais precisamente nos países que desde 1991 estabeleçam o Mercosul tal fato não é diferente.

O MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um projeto de integração regional conformado inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao qual posteriormente se incorporaram a Venezuela e a Bolívia. Sua institucionalização decorre como aprofundamento do processo de integração entre Argentina e Brasil

(PICE) iniciado no ano de 1984, momento histórico redemocratização de ambos e da região como um todo.

Os primeiros anos de existência do Mercosul, que se estendem até o início dos anos 2000, são marcados, tanto na organização política como na questão econômica, pela ascensão do neoliberalismo em toda a região através de governos de orientação de centro-direita que chegam ao poder pela via democrática liberal. Reflexo de tal realidade, a implantação do bloco em tal período remeteu principalmente às questões de foro econômico e de subordinação aos países do centro do sistema capitalista, em especial aos EUA.

A partir do final dos anos 1990 se processaria uma grande mudança no perfil dos governos não apenas dos países integrantes do Mercosul, mas por toda a América Latina. Mamigonian (2006) aponta que o desastre do modelo neoliberal levaria a mobilizações, protestos e as revoltas populares, e estas se traduziram em resultados eleitorais, levando à ascensão de governos nacionalistas, entre outros, na Venezuela e na Argentina.

Para além dos casos de Argentina e Venezuela, nos anos 2000 se alastrariam pela América do Sul (e Latina como um todo) uma série de governantes eleitos sob plataformas de esquerda, conforme listados no Quadro 1. Sob a liderança – em especial, de Argentina e Brasil, através da figura dos presidentes Lula da Silva e Nestor Kirchner, o Mercosul e outras iniciativas de integração regional passaram a pautar as relações geoeconômicas e geopolíticas do subcontinente. A integração regional, impulsionada pela nova realidade política, permitiu que o bloco se ampliasse para Venezuela e Bolívia (adesão plena ainda pendente), além de agregar os demais países da América do Sul na condição de "associados" , e, este passaria a priorizar as relações econômicas Sul - Sul geopolítico, com o continente africano e a Ásia, criando forte laços com a China em meio a este processo.

Quadro 1 – Governo progressistas eleitos na América do Sul desde 1999

Ano da eleição	País	Eleito	Período de governo
1999/2001/2006/2012	Venezuela	Hugo Chavéz	1999 – 2013
2002/2006	Brasil	Lula da Silva	2003 – 2010
2003	Argentina	Nestor Kirchner	2003 – 2007
2004/2014	Uruguai	Tabaré Vasquez	2005 - 2010 2015 - 2020
2005/2009/2014/2019	Bolívia	Evo Morales	2006 – 2019
2005/2013	Chile	Michelle Bachelet	2006 – 2011 2014 – 2018
2006/2009/2012	Equador	Rafael Correa	2007 – 2017
2007/2011	Argentina	Cristina Kirchner	2007 – 2015
2008	Paraguai	Fernando Lugo	2008 – 2012
2009	Uruguai	Pepe Mujica	2011 – 2015
2010/2014	Brasil	Dilma Rousseff	2011 – 2016
2011	Peru	Ollanta Umala	2011 – 2016
2013/2018	Venezuela	Nicolás Maduro	2013
2017	Equador	Lenin Moreno[23]	2017 – 2021
2019	Argentina	Alberto Fernandez	2019 – 2023
2020	Bolívia	Luis Arce	2020
2021	Peru	Pedro Castillo	2021 – 2022
2022	Chile	Gabriel Boric	2022
2022	Colômbia	Gustavo Petro	2022
2022	Brasil	Lula da Silva	2023

Fonte: Elaboração própria (2021).

[23] Lenin Moreno foi incluso pois foi eleito sob a plataforma e com apoio direto do seu antecessor Rafael Correa, contudo, logo após a posse abandonou todo o programa de campanha e passou a aplicar a cartilha da direita neoliberal, além de se alinhar à perseguição jurídica contra seu antigo aliado.

Dentre os governos eleitos nesse período havia uma grande heterogeneidade programática e ideológica, desde experiências reformistas modestas, que governaram em aliança com setores conservadores da sociedade, como nos casos brasileiro e uruguaio, até experiências de caráter radical e transformador, como a Venezuela de Chavéz e Maduro. Um dos principais méritos de tais administrações, no que tange a integração regional, foi buscar a convergência nos pontos que os uniam, deixando as divergências em um segundo plano de tratamento (SILVEIRA, 2021).

> Aunque a estas administraciones les faltaba una fuerte ideología común y tenían diferencias sobre muchos aspectos, compartían una posición crítica sobre el neoliberalismo, y una inclinación hacia soluciones locales para problemas locales, la centralidad del Estado como promotor del desarrollo y una preferencia por la integración y la solidaridad regional, al menos a nivel del discurso. En un intento de combinar crecimiento económico con políticas sociales efectivas, estas nuevas administraciones reformularon sus políticas domésticas y exteriores, reconceptualizando también su enfoque sobre la integración regional (GARDINI, 2011).

O Brasil, enquanto país com maior território, economia e população da região, passou, pois, e associar o seu destino e dos seus vizinhos como uma realidade interdependente e de respeito mútuo. Para além das mudanças do Mercosul, surgem iniciativas como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a União das Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino- americanos e Caribenhos (CELAC). Com a expansão do Mercosul, a criação da Unasul e do Conselho Sul-americano de Defesa reduziu-se a importância do Tratado

Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Junta Interamericana de Defesa, criados e sustentados com auspícios dos Estados Unidos (ARROYO, 2015; FIORI, 2014). O novo Mercosul era, pois, parte integrante de um processo maior de mudança de perfil da integração regional, conforme expresso pelo então presidente do Brasil, em 2006:

> O Mercosul tem diante de si o desafio de reinventar-se e atender às expectativas de todos os seus membros. Temos de desenhar mecanismos que equacionem em definitivo as assimetrias, inclusive com o aporte de novos recursos. Precisamos encarar de frente as questões relativas ao fortalecimento institucional e à implementação, em cada um de nossos países, das decisões e acordos que tomamos no bloco. Esta nova etapa do Mercosul que estamos iniciando exigirá que suas instituições estejam à altura de nossas ambições [...] Mais Mercosul significa, necessariamente, mais institucionalidade (LULA DA SILVA, 2006).

Fator contributivo adicional foi uma ação menos explícita e intensiva dos EUA na região durante a primeira década do século XXI (governo de George W. Bush), uma vez que pelo viés econômico tal governo não era grande entusiasta da liberalização globalizante (o que contribuiu para o enterro do projeto da ALCA), e, no viés geopolítico estava com suas atenções centradas para o continente asiático, como as invasões do Afeganistão e do Iraque (SILVEIRA, 2021).

O momento que marca o ponto de viragem do "período de crise" para o novo Mercosul é encontro presidencial (entre Kirchner e Lula da Silva) em outubro de 2003 em que se estabelece o "Consenso de Buenos Aires", cuja nomenclatura foi escolhida não

ao acaso, mas sim para se contrapor ao Consenso de Washington. O Consenso de Buenos Aires salientou o compromisso de Argentina e Brasil em "intensificar a cooperação bilateral e regional com vistas a garantir a todos os cidadãos o pleno usufruto de seus direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, em um âmbito de liberdade e justiça social" (CONSENSO DE BUENOS AIRES, 2003). De igual forma, na Cúpula do Mercosul realizada em Assunção em dezembro 2003, foi aprovado "O Programa para a Consolidação da União Aduaneira Objetivo 2006". Esse programa estabeleceu que antigos temas comerciais fizessem doravante parte de uma agenda mais larga, que deveria abranger quatro programas, alguns deles relacionados a temas sociais e produtivos (BOUZAS, 2013). Esta Cúpula foi a primeira com a participação dos presidentes Lula da Silva e Nestor Kirchner, e, em conjunto com o encontro bilateral que produziu o Consenso de Buenos Aires, figura como um momento chave de mudança da orientação e organização do bloco, onde foi aprovado o "Programa de Trabalho do Mercosul 2004-2006", que previam uma séria de ações e inovações institucionais.

Outro marco importante do processo de alteração da integração regional foi a realização, no ano de 2004, da III Reunião dos presidentes sul-americanos, encontro que culminou com a elaboração de novos mecanismos para o continente. Foi neste mesmo ano que lançaram a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que constituiria em um ideal de integração não tão atrelado à economia, mas sim às questões políticas, culturais e sociais (MARIANO, 2012). A CASA em 2008 tornou-se União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), apoiada pelo governo brasileiro, que, em suas diretrizes externas afirmavam a necessidade de modificar os mecanismos institucionais existentes na região, fortalecendo-os e obtendo maior comprometimento dos países sul-americanos na efetivação da cooperação regional, sem deixar de lado a autonomia

dos países no processo, sendo que os Estados seriam os atores centrais da dinâmica (NEVES, 2019).

O período temporal de 2003 a 2016 é marcado por uma série de inovações de ordem institucionais no Mercosul, que visavam possibilitar a aplicação das novas políticas de integração nascidas da mudança do perfil político-ideológico dos seus Estados membros. O discurso presidencial de Lula da Silva, não foi mera retórica política, uma série de alterações institucionais se processaram em tal período (SILVEIRA, 2021).

No campo macroeconômico, as políticas implantadas pelos diversos governos de esquerda apresentavam uma série de similaridades, mas também um conjunto de contradições. Para Gonçalves (2017) a América Latina, no início do século XXI, adotou diferentes modelos de desenvolvimento econômico, "alegorias antiliberais e pós-liberais convivem com enredos liberais e vice-versa. É, naturalmente, um erro analítico identificar antiliberalismo ou pós-liberalismo em países que mantém elevado grau de liberalização econômica, independentemente do ativismo das políticas públicas". Coexistiram, pois "modelos econômicos liberais com políticas sociais paliativas, inclusive, aquelas focalizadas na desigualdade e na pobreza" (GONÇALVES, 2017).

Tal análise pode ser facilmente aplicada ao Mercosul deste período, dadas as diferentes formas de gestão econômica interna em cada um dos seus Estados, em especial após a adesão plena da Venezuela ao bloco (2012), que praticava uma política econômica divergente das dos demais membros. Também a experiência paraguaia é digna de registro, uma vez que dos países do bloco foi o que por menos tempo conviveu com um governo de orientação progressista (2009-2012). Todos os demais países experimentaram gestões progressistas por um período de no mínimo 12 anos (SILVEIRA, 2021).

Uma crítica necessária ao processo de reordenamento do Mercosul é que, destarte estes terem sido legalmente institucionalizados a luz do direito púbico internacional, grande parte destes avanços se deu mais na retórica do que na prática, uma vez que os governos deste período optaram pela manutenção do modelo intergovernamental, baseado em especial na diplomacia presidencial e na grande popularidade dos líderes da época.

Mesmo sem mudanças estruturais é inegável que do ponto de vista econômico região apresentou uma melhora dos índices anteriores que se traduziu na aceleração do crescimento associado a uma melhor distribuição de renda e uma redução da pobreza (ESPÍNDOLA, 2019). Igualmente o processo de integração pelos variados organismos existentes para além do Mercosul, se não foi revolucionário, teve um avanço significativo e até então inédito, que possibilitou superar a mera busca por acordos comerciais e tarifários dos períodos anteriores e realizar um mínimo planejamento de desenvolvimento econômico, social e diplomático conjunto de longo alcance.

Em paralelo aos fatores econômicos internos, a conjuntura externa foi igualmente favorável ao desenvolvimento econômico dos países da região. A participação das exportações da América Latina e Caribe no comércio mundial passaram de 2,61% em 2000 para 3,61% em 2007. As taxas anuais das exportações cresceram acima dos 5% (CEPAL, 2017). Ainda segundo a CEPAL (2017) a proporção de pobres na América Latina caiu de 43,9% em 2002 para 29,4% em 2011 e a de indigentes de 19,3% para 11,5% no mesmo período, evidenciando que o crescimento econômico veio acompanhado de medidas internas que visavam o estabelecimento de uma espécie de Estado de bem-estar social. De acordo com Tsounta e Osueke (2014), enquanto, no conjunto de países desenvolvidos e em quase todas as outras regiões subdesenvolvidas, houve aumento da desigualdade de renda nos anos 2000, em todos

os países da América do Sul analisados, houve redução do índice de Gini (Guiana e Suriname não foram pesquisados).

Fator que igualmente não pode ser ignorado no boom econômico da região nos anos 2000 foi a definitiva ascensão da China enquanto potência mundial. Enquanto a participação da agricultura na pauta exportadora dos países da América Latina para a China foi de 31% entre 2009-2013, as exportações de produtos oriundos da extração foram de 56%, no mesmo período (CEPAL, 2017). Segundo a CEPAL (2017) a elevada demanda da China e de outras economias emergentes fizeram que, desde o início dos anos 2000, os preços dos produtos básicos exportados pela região, tivessem um acentuado aumento, particularmente no caso dos minérios e metais. As empresas estatais chinesas de produção de petróleo como a China Nacional Petróleo Corporation (CNPC), China Petroleum and Chemical Corporation (Sinopec), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e Sinochem, realizaram vultosos investimentos na Argentina, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru. Na mineração, os investimentos chineses estão concentrados no Peru (ESPÍNDOLA, 2019). O principal interesse dos chineses na América do Sul se focava nos recursos naturais e minerais, mas sua participação nas licitações dos governos locais cresceu de forma agressiva avançando para o setor dos serviços públicos e infraestrutura (FIORI, 2011).

O cenário político e econômico, contudo, passaria a se alterar a partir da segunda metade da década de 2010. Em 2012, o congresso paraguaio, dominado pela oposição de direita ao presidente Fernando Lugo, cassa seu mandato em um processo suspostamente institucionalizado, que durou menos de 48 horas. O país seria então excluído do Mercosul por quebra da cláusula democrática e somente retornaria ao bloco anos depois com a realização de eleições. Na Argentina há uma mudança da orientação ideológica do governo pela via eleitoral, nas eleições de novembro de 2015 a direita

neoliberal vence, com pequena margem de votos, através de Maurício Macri e promove uma mudança nas políticas de integração com seus parceiros de bloco (SILVEIRA, 2021).

O modelo de golpe utilizado no Paraguai seria logo repetido para o Brasil, através da deposição da presidenta Dilma Rousseff (2016), o novo governo, de orientação conservadora e alinhado aos ditames de Washington, rapidamente articulou com Argentina e Paraguai para suspender a Venezuela do bloco.

Com as mudanças de governo nos dois maiores sócios do Mercosul se estabelece uma nova conjuntura e outras prioridades. Para além da suspensão ilegal da Venezuela do bloco, este passa novamente a se orientar para as relações com os países centrais do sistema, a formalização de um acordo flagrantemente nocivo de livre comércio com a União Europeia, em junho de 2019, é um exemplo contumaz de tal realidade. A volta da agenda neoliberal em parte relevante dos governos da região tem contribuído para o esfriamento das relações Sul - Sul e o enfraquecimento do Mercosul enquanto instituição voltada ao desenvolvimento autônomo dos seus Estados partes e associados. A eleição do progressista Alberto Fernandez na Argentina, tendo como vice a antiga presidenta Cristina Kirchner, em outubro de 2019, trouxe um contraponto ao Brasil, traduzindo-se em uma paralisia institucional do bloco dadas as divergências conceituais de mundo de ambos.

Sob o aspecto o político, o bloco teve um relativo sucesso em promover a aproximação entre os seus Estados membros, sobretudo no período 2003 - 2015, contudo, com a primazia dada à intergovernalidade do bloco, as alterações nos governos na região decorridas a partir de 2015 tiveram como consequência o esfriamento das relações interestatais. No espectro econômico, igualmente o bloco promoveu avanços nas trocas comerciais entre seus membros, que figuram entre os seus principais parceiros econômicos desde então.

O principal destino que contribuiu para o crescimento das exportações extrabloco ao longo das últimas duas décadas foi a China, que igualmente se posicionou como o principal fornecedor de uma variedade de produtos ao Mercosul e avançou ainda como concessionário de uma série de serviços públicos na área de logística e energia em especial.

AS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS CHINA – MERCOSUL PÓS 2003

Nas últimas duas décadas a China se consolidou como o principal parceiro econômico de países e blocos por todos os continentes do mundo, posicionando-se para além disso como o principal ou um dos principais investidores estrangeiros, incluso o Mercosul. Ao longo desse período, contudo, houve alterações nos objetivos setoriais de tais investimentos bem como no perfil dos produtos importados e exportados, em virtude das próprias políticas de planejamento do Estado chinês.

Como exemplo de tais investimentos, para nos concentrarmos apenas no caso brasileiro, entre 2007 e 2020 empresas chinesas efetivaram 176 empreendimentos no Brasil, com aportes que somam aproximadamente US$ 66 bilhões. Até 2020, o Brasil recebeu 47% dos investimentos chineses na América do Sul (RED ALC-CHINA, 2024).

Dos investimentos confirmados entre 2007 e 2020 na América do Sul, 48% foram direcionados ao setor de energia elétrica, seguido por extração de petróleo e gás (28%), extração de minerais metálicos (7%), indústria manufatureira (6%), obras de infraestrutura (5%), agricultura, pecuária e serviços relacionados (3%) e atividades de serviços financeiros (2%). Na região há 16

estatais centrais chinesas com investimentos ativos, são empresas estratégicas para o governo chinês e subordinadas ao Conselho de Estado. Essas estatais centrais respondem aproximadamente 80% do valor do estoque de investimentos chineses e por 40% do número de projetos. Esse alto percentual é explicado pela forte presença de investimentos nos setores de energia elétrica e extração de petróleo, áreas sobre controle Estatal direto ou indireto (CARIELLO, 2021).

De forma geral, os investimentos chineses no Mercosul (e na América Latina como um todo) mudaram de perfil a partir da década de 2010. Até 2010 estes estavam centralizados em commodities, especialmente extração de minério, petróleo e agricultura, que concentrava mais de 80% do investido. A partir desse momento há uma priorização para outros setores produtivos, como a geração de energia elétrica e indústria manufatureira (ROSITO, 2020). Para além destes setores, o setor financeiro também se tornou alvo de grandes bancos chineses, como Bank of China, ICBC, Bank of Communications e China Construction Bank.

O avanço dos investimentos chineses no Mercosul faz parte uma agenda mais ampla de investimentos estrangeiros colocada em prática pela China a partir de início deste século. Em 2001, em paralelo à entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), o então primeiro-ministro Zhu Rongji declarou, na Quarta Sessão da Nona Assembleia Popular Nacional (2001), que o governo deveria implementar uma estratégia de "going outside", encorajando empresas com vantagens comparativas a investir no exterior com objetivo de explorar recursos naturais com parceiros locais, participar de projetos de engenharia e aumentar a presença da mão de obra chinesa em âmbito internacional. A liderança chinesa também buscava criar condições favoráveis para que as empresas nacionais pudessem estabelecer operações no exterior, ao mesmo tempo que reconhecia a necessidade de fortalecer a supervisão sobre

esses investimentos de forma a evitar a perda de ativos estatais (CARIELLO, 2021).

Os aportes chineses no exterior seguiram em contínuo crescimento. Entre 2003 e 2015, o valor dos investimentos não financeiros aumentou por 13 anos consecutivos, com média de expansão anual de 33,6%. Gradualmente, as motivações para a saída de capital começaram a se diversificar, passando a focar também na procura por novos mercados consumidores – incluindo o aumento das linhas de produção no exterior e a aquisição de marcas competitivas – e a obtenção de novas tecnologias (MOFCOM, 2012).

A grande crise do sistema capitalista de 2008-2009 abriu uma janela de oportunidade para a China. Com os países do centro do sistema em depressão ou estagnação econômica, a China pode se posicionar definitivamente como uma potência econômica, ascendendo à posição de principal parceira comercial de países por todos os continentes e ampliando seu processo de inserção internacional, seja, pela via das trocas comerciais ou pelos investimentos produtivos.

Com a eleição de Xi Jinping para a presidência da China, a partir de 2013 se avança em uma nova agenda macroeconômica no país, tanto no plano doméstico como no exterior. Há a ascensão do projeto Belt and Road Initiative (BRI), também conhecido como a "novas Rotas da Seda", uma proposta que busca a ampliação da interconexão global via investimentos, financiamentos e contratos de construção em setores que passam por infraestrutura, logística, comunicações, dentre outros. Até janeiro de 2021, cerca de 140 países já haviam assinado memorandos de entendimento para participar da iniciativa, que abarca nações da África Subsaariana, Europa e Ásia Central, Ásia Oriental e Pacífico, Oriente Médio, Norte da África, América Latina e Caribe e Sudeste Asiático (NEDOPIL, 2021).

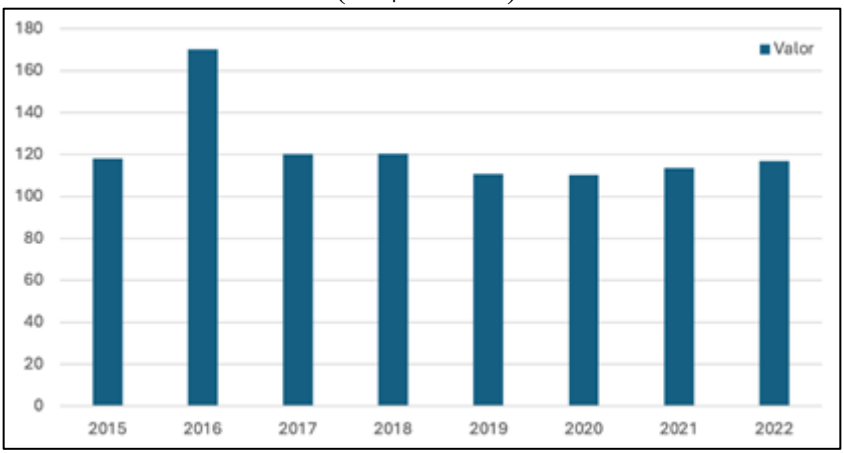
Registro importante é que Argentina e Brasil, as duas principais economias do bloco, acabaram por ficar à margem da inserção do projeto Belt and Road Initiative, especialmente por conta das opções políticas dos governos que assumiram entre 2015 e 2016, que preferiram voltar a priorizar as relações econômico-políticas com o norte geopolítico. Tal fato evidencia-se de forma absolutamente inconteste a partir do retorno do peronismo progressista na Argentina com a eleição de Alberto Fernandéz, que rapidamente tratou de buscar a inclusão do seu país no projeto, em oposição ao período de gestão do ex-presidente Maurício Macri.

Na sequência de anos de crescimento acelerado, os investimentos não financeiros chineses no exterior bateram um recorde histórico em 2016, com aportes que somaram aproximadamente US$ 170 bilhões, foi o primeiro ano que o fluxo de investimentos da China no exterior superou a entrada de aportes de origem externa no país (MOFCOM, 2012).

O momento de euforia que levou ao pico de investimentos chineses no exterior em 2016 gerou preocupações entre as autoridades do país, que perceberam uma grande fuga de capitais em empreendimentos de risco, os chamados "investimentos irracionais". Dessa forma foi estabelecido pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma um marco regulatório para classificar e aprovar os investimentos no exterior em três grupos: investimentos encorajados pelo governo; investimentos com restrições; e, setores proibidos (HUANG; LE, 2018).

Tal marco regulatório levou a uma queda dos investimentos chineses no exterior em 2017, que retornariam ao nível de 2015, conforme pode ser constatado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Investimentos Chineses no Exterior, exceto financeiros (US$ bilhões) entre 2015 e 2022



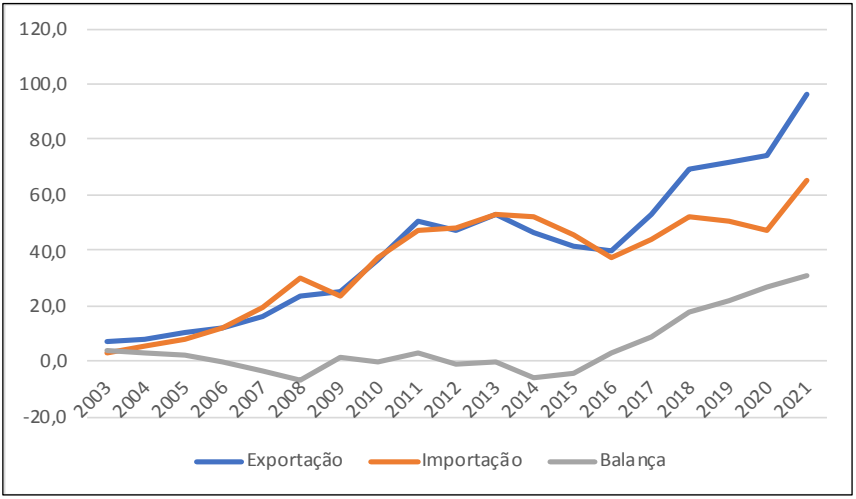
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MOFCOM (2024).

A partir desse novo marco regulatório há uma leve queda dos investimentos chineses no exterior a partir do ano de 2017, mas que não podem ser atribuídos exclusivamente à tal regramento. Há uma série de eventos que decorrem desde então: a guerra comercial entre EUA e China iniciado pelo ex-presidente Donald Trump, a pandemia do Covid-19 e por fim a operação especial militar da Rússia na Ucrânia.

Os investimentos na Belt and Road Initiative foram, contudo, uma das exceções à regra. De acordo Ministério do Comércio da China (2024) os aportes não financeiros na nova Rota da Seda cresceram 18,3% entre 2019 e 2021, respondendo por 16,2% dos investimentos da China no exterior naquele ano, que foi o período de maior estagnação econômica em virtude da Covid-19. No período de retomada pós Covid-19 os aportes na nova Rota da Sede cresceram ainda mais, tendo crescido 63% entre 2021 e 2022.

Relativamente ao comércio bilateral China – Mercosul, tal qual os investimentos, foram crescentes desde o início do século XX. No ano de 2003, quando a China havia ainda recém entrado na OMC e o Mercosul passava pelo processo inicial de reconfiguração política, a China era um parceiro econômico de importância mediana. Naquele ano as exportações do bloco para a China atingiram aproximadamente US$ 7.1 bilhões, representando 7,6% das exportações extrabloco, atrás do então dominante EUA como principal destino das vendas mercosulinas. No mesmo ano, as importações foram da ordem de aproximadamente US$ 3.1 bilhões, representando apenas 6% das compras extrabloco e posicionando o país atrás dos EUA e Alemanha.

Gráfico 2 - Comercio bilateral entre China e Mercosul, 2003 - 2021 (US$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: MERCOSUL (2024).

Ao longo do período 2003 a 2012, que coincide com o período de hegemonia dos governos progressistas no Mercosul e na

América Latina na sua generalidade, o comércio bilateral China – Mercosul foi crescente, conforme demonstrado no Gráfico II. Nesse período temporal, que se ressalte, é prévio a chegada de Xi Jinping à liderança chinesa, as trocas entre China e Mercosul atingiram US$ 130 bilhões, crescendo a uma taxa anualizada de 31% entre 2001 e 2012.

Há determinados pontos que devem ser destacados: no ano de 2005 a China tomou a posição que historicamente era da Alemanha de segundo maior mercado de destino das exportações extrabloco, se consolidando na segunda posição de principal parceiro do bloco, atrás apenas dos EUA. No ano de 2009, as exportações do Mercosul para a China chegariam à ordem de US$ 25 bilhões, representando 13,6% das vendas extrabloco, suplantando os EUA enquanto principal destino. No ano seguinte a China ultrapassaria os EUA também como principal fornecedor do bloco, ao alcançar a soma de US$ 37 bilhões vendidos para o bloco, que representaram 17,5% do total daquele ano. A partir desse ponto até os dias atuais a China consolidou e ampliou sua participação como principal parceiro comercial do Mercosul ano após ano.

A partir do ano de 2012, salvo o período entre 2014 e 2016, as trocas comerciais entre China e Mercosul foram crescentes em números absolutos e relativos. No ano de 2012, já consolidada como principal parceiro comercial do bloco, a China era o mercado destino de 16,4% das vendas extrabloco, ao passo que detinha 18,2% das importações realizadas pelo Mercosul. Mesmo no período entre 2014 e 2016, quando há uma queda dos valores absolutos negociados entre a China e o bloco, o percentual da participação chinesa foi crescente, atingindo 21,8% das vendas e 18,6% das compras.

No ano de 2017 o comércio bilateral chegou próximo de alcançar a marca dos US$ 100 bilhões, conforme também consta no Gráfico 2. Naquele ano as importações mercosulinas oriundas da China foram da ordem de 44.36 bilhões, representando

aproximadamente 22% do comércio extrabloco. No mesmo ano o Mercosul exportou para a China US$ 53.34 bilhões, ou 21,3% do total das exportações do bloco.

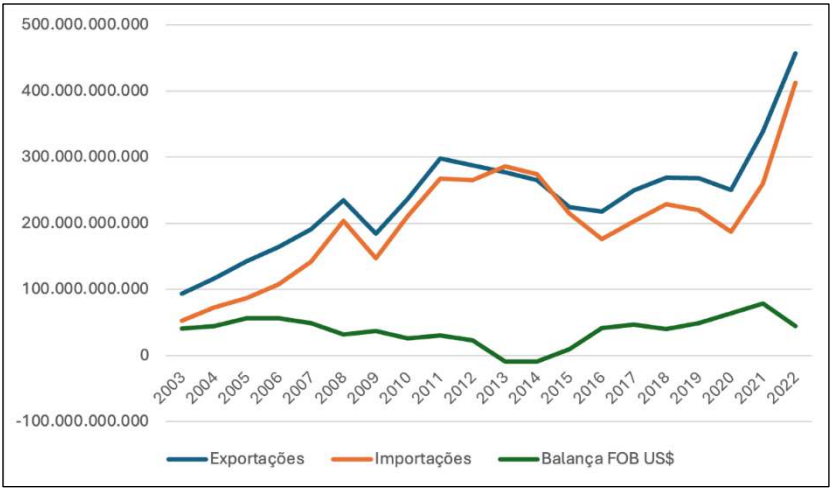
Os anos de 2016 e 2017 também foram os de consolidação de uma balança comercial crescentemente positiva do bloco nas suas transações com a China, dados estes destacados também no Gráfico II. Ao passo que entre 2003 e 2015 decorreram pequenas oscilações da balança comercial, ora levemente positiva e outros momentos levemente negativa, a partir de 2016 se verifica em todos os anos um saldo positivo crescente em favor do Mercosul.

No ano de 2021 o comércio bilateral ultrapassou os US$ 160 bilhões, valor superior ao de todo o período 2003 – 2012. Neste ano, as importações mercosulinas oriundas da China foram da ordem de 65.48 bilhões, representando aproximadamente 25% do comércio extrabloco. No mesmo ano o Mercosul exportou para a China US$ 96.69 bilhões, ou 28,5% do total das exportações do bloco.

Realizando uma análise geral do crescimento desde o ano de 2012, a participação chinesa nas compras do bloco quase dobrou, passando de 16,4% para 28,50%. Relativamente as importações do Mercosul oriundas da China o crescimento proporcional foi de 18,2% para 25,2% do total de compras extrabloco.

Retornado à questão do crescente saldo comercial positivo para o Mercosul nas trocas comerciais, é importante realizar uma análise mais ampla, detalhada no Gráfico III. Ao longo do período em tela, somente nos anos de 2013 e 2014 – período de grande retração no mercado de commodities e início de uma longa crise política no Brasil, a balança comercial do Mercosul foi negativa. Em todos os demais anos – inclusive o de 2020 no momento mais delicado da pandemia da Covid-19, o bloco gerou excedentes nas suas trocas com o restante do mundo.

Gráfico 3 – Exportações e importações totais do Mercosul - extrabloco (2003 – 2022, US$)



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: MERCOSUL (2024).

Por fim, embora o objetivo deste trabalho não seja analisar as relações detalhadas dos Estados membros do Mercosul com a China, é oportuno registrar uma breve abordagem do posicionamento da China enquanto parceiro comercial de cada um dos integrantes do bloco, conforme demonstrado no Quadro II, que traz os três primeiros parceiros comerciais de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Note-se que há uma clara disputa entre Brasil e China pela posição de primeiro parceiro junto aos demais outros três integrantes do Mercosul. Em relação ao próprio Brasil, em 2009 a China tomou a posição de principal parceira deste, que era dos EUA desde o ano de 1930.

A Argentina, embora em termos relativos e absolutos seja menor economicamente à Brasil, China e EUA, consegue se manter

entre em posição de destaque nas trocas comerciais com os demais membros do bloco. Dos integrantes do bloco, há ainda uma observação sobre o destino das importações paraguaias, onde a China sequer figura entre os dez primeiros parceiros.

Em síntese, o Quadro II corrobora os demais números apresentados anteriormente sobre a importância, ou mesmo a dependência em que se coloca a economia do Mercosul em relação à China, tanto enquanto bloco como dos seus países separadamente.

Quadro 2 – Principais parceiros comerciais dos Estados membros do Mercosul (2022)

Posição	Argentina		Brasil		Paraguai		Uruguai	
	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações
1	China	Brasil	China	China	China	Brasil	Brasil	China
2	Brasil	China	EUA	EUA	Brasil	Argentina	China	Brasil
3	EUA	EUA	Argentina	Argentina	Argentina	Chile	Argentina	EUA

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: MERCOSU (2024).

Por outro lado, a recíproca não é verdadeira na mesma intensidade, embora o bloco tenha avançado consideravelmente em termos percentuais e absolutos na sua participação no mercado chinês.

De acordo com o World Bank (2024) em 2003 o Mercosul exportou aproximadamente US$ 7.1 bilhões à China, se posicionando na época como o 12º maior fornecedor ao país, obtendo em torno de 2,1% do mercado chinês. Nesse mesmo ano, com compras oriundas da China no valor de aproximadamente US$

3.1 bilhões, o bloco foi apenas o 24º maior comprador, sendo o destino de apenas 0.65% do total exportado pelo país.

No ano de 2021, quando o Mercosul exportou aproximadamente US$ 97 bilhões à China, o bloco se perfilou como o 8º maior fornecedor ao país, obtendo em torno de 4,3% do mercado chinês. Nesse mesmo ano, com compras oriundas da China no montante de aproximadamente US$ 66 bilhões, o bloco foi o 12º maior comprador, com algo em torno de 2,2% do total negociado.

Percebe-se, portanto, que há um notável avanço do Mercosul enquanto parceiro econômico da China no período em tela, quando mais do que dobrou sua participação nas exportações para o país e mais que triplicou as importações, embora ainda com percentuais modestos quando analisada a totalidade do mercado chinês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentou-se sobre o extraordinário processo de transformação econômica e social que a República Popular da China desenvolve desde sua revolução socialista de 1949, processo esse que à elevou de um país semifeudal à disputa pela condição de primeira economia mundial. Note-se que em paralelo ao desenvolvimento econômico, o país teve a capacidade de retirar toda sua população da linha da pobreza extrema, conformando ainda uma classe média composta por mais 500 milhões de pessoas.

Restou demonstrado ainda que no decurso de tal processo a liderança chinesa teve a capacidade de se renovar institucionalmente frente aos desafios internos e externos que lhe foram colocados, para, a partir da virada do século XXI se posicionar definitivamente como uma potência global, ampliando sua área de influência para muito além do continente asiático, rivalizando com os EUA em regiões que

historicamente eram sua área de ação econômica, sabidamente a América Latina na sua generalidade e o Mercosul mais especificamente aqui abordado.

Demonstrou-se que o Mercosul sofreu uma profunda transformação a partir do início do século XXI, originada por um conjunto de fatores: a eleição de governos de progressistas com agenda integracionista; conjuntura econômica externa favorecendo as exportações de produtos da região; conjuntura econômica interna de diminuição das desigualdades e aumento do poder de compra das classes trabalhadoras; ação indutora do Estado na economia; e, por fim a ascensão da China enquanto potência global.

Sintetizou-se que apesar de pontuais altos e baixos em termos numéricos, os investimentos chineses no Mercosul foram crescentes e consistentes no período analisado, e, que a partir do projeto BRI se abre uma nova janela de oportunidades para parcerias produtivas entre o bloco e a China.

Relativamente a análise das trocas comerciais, findou comprovado que a China desde 2003 gradativamente aumentou sua participação nas negociações com bloco, e, que a partir da crise capitalista de 2008/2009 suplantou definitivamente os EUA da posição que este ocupava há quase um século.

Por fim, é necessário destacar que embora o Mercosul se perfile entre os primeiros doze parceiros comerciais da China, em termos relativos é grande a disparidade da penetração chinesa do Mercosul em face da abrangência mercosulina no mercado chinês.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. D. S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

ANDERSON, P. **Duas revoluções**: Rússia e China. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

ARROYO, M. "América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos". **Ciência Geográfica**, vol. 19, 2015.

CARIELLO, T. **Crescimento econômico qualitativo, inovação e meio ambiente estarão no centro do desenvolvimento chinês entre 2021 e 2025**. Rio de Janeiro: CEBC, 2021.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Estudo econômico da América Latina e do Caribe**. Santiago: CEPAL, 2017.

DENG, X. **1992–1995**: Selected Works. Beijing: Foreign Languages Press, 2011.

ESPÍNDOLA, C. J. "Considerações sobre os determinantes do desenvolvimento econômico da América Latina: dos anos de 1980 ao inicio do século XXI". **Revista Pantaneira**, vol. 16, 2019.

FAIRBANK, J. K. **China**: A new history. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

FIORI, J. L. **Brasil e América do Sul**: o desafio da inserção internacional soberana. Brasília: Ipea, 2011.

FIORI, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

GARDINI, G. "'Sur-realimsmo' o 'surrealism'? 20 años del Mercosur". *In*: BRICEÑO RUIZ, J. **El Mercosur y las complejidades de la integración regional**. Buenos Aires: Teseo, 2011.

GONÇALVES, R. "Liberalização econômica, desigualdade e pobreza na América Latina no século XXI: Os modelos de desenvolvimento econômico fazem alguma diferença?" **Texto para Discussão UFRJ**, n. 1, 2017.

JABBOUR, E A. **China Socialismo e Desenvolvimento**: sete décadas depois. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2019.

JABBOUR, E. A.; DANTAS, A. "The Political Economy of Reforms and the Chinese Present Transition". **Revista de Economia Política**, vol. 37, n. 4, 2017.

LARDY, N. **Agriculture in China's Modern Economic Development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LOSURDO, D. "Has China Turned to Capitalism? Reflections on the Transition from Capitalism to Socialism". **International Critical Thought**, vol. 7, 2017.

SILVA, L. I. L. "Discurso do Presidente da República Federativa do Brasil". **Anais da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL**. Córdoba: MERCOSUL, 2006.

MADDISON, A. **Chinese Economic Performance in the Long-Run**. Paris: OECD, 1998.

MAMIGONIAN, A. "Qual o futuro da América Latina?" *In:* LEMONS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

MARIANO, K. P.; BACK, A. G. "Parlamento do Mercosul: Mudança ou Continuidade?" **Brazilian Journal of International Relations**, vol. 1, n. 1, 2012.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul. **O Mercosul**. Assunção: Mercosul, 2024. Disponível em: <www.mercosur.int>. Acesso em: 12/02/2024.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul. **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior**. Assunção: Mercosul, 2024. Disponível em: <www.mercosur.int>. Acesso em: 12/02/2024.

MEDEIROS, C. A. "Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa". *In*: CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: CGEE, 2013.

MOFCOM - Ministry of Commerce, People'srepublic of China. "Department Official of Outward Investment and Economic Cooperation". **MOFCOM** [2012]. Disponível em: <www.mofcom.gov.cn>. Acesso em: 10/04/2024.

NEDOPIL, W. C. "China's Investments in the Belt and Road Initiative (BRI) in 2020". **Green BRI Center, International Institute of Green Finance** (), Pequim: Green BRI, 2021. Disponível em: <www.green-bri.org>. Acesso em: 10/04/2024.

NEVES, B. C. "Multilateralismo e a Política Externa Brasileira, retórica? A atuação brasileira na América do Sul de 2000 a 2016". **Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP**, vol. 2 n. 3, 2019.

NOGUEIRA, I. "Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China". **Revista Carta Internacional**, vol. 14, n. 2, 2019.

PAULA, L. F.; JABBOUR, E. **A China e seu catching up**: uma análise desenvolvimentista clássica. Rio de Janeiro: ABDE-BID, 2017.

RED ALC-CHINA. "Cuadros estadísticos de la OFDI de China". **Red ALC-China** [2024]. Disponível em: <www.redalc-china.org>. Acesso em: 24/02/2024.

RISKIN, C. **China's Political Economy**: The Quest for Development since 1949. Oxford: Oxford University Press, 1987.

RONG, Z. *et al*. **Agriculture in Contemporary China**. Beijing: Contemporary China Press, 1992.

OSITO, T. **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. Brasília: Conselho Empresarial Brasil-China, 2020.

SILVEIRA, R. B. **Parlamento do Mercosul**: gênese, avanços e recuos e a influência na superestrutura do Mercosul (Tese de Doutorado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 2021.

SPENCE, J. D. **The Search for Modern China**. New York: Norton, 1990.

TSOUNTA, E.; OSUEKE, A. I. What is Behind Latin America's Declining Income Inequality? **IMF Working Paper** [2014]. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: 24/02/2024.

WORLD BANK. **Databank**: World Development Indicators. Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: Acesso em: 24/02/2024.

WIPO - World Intellectual Property. "About WIPO". **WIPO** [2024]. Disponível em <www.wipo.int>. Acesso em: 23/01/2024.

CAPÍTULO 8

As Bases da Expansão da Fronteira Agrícola: Geopolítica e Acumulação Capitalista

AS BASES DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA: GEOPOLÍTICA E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo

Em abril de 2022, o Projeto de Lei 337/22 foi apresentado à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, visando excluir o estado do Mato Grosso da área conhecida como Amazônia Legal. Conforme o relator do projeto, Mato Grosso tem o maior déficit de reserva legal, sendo necessário um grande investimento financeiro para recuperar as áreas devastadas e cumprir o mínimo estabelecido pela legislação (BRASIL, 2022). Além da inviabilidade financeira, o relator do projeto argumentou que o Mato Grosso está em situação de prosperidade econômica, sobretudo devido à expansão das atividades agroindustriais. Dessa forma, "com o crescimento da população mundial e consequente aumento da demanda nacional e internacional por alimentos, se faz necessário uma expansão das áreas de produção em áreas de fronteira agrícola" (BRASIL, 2022, p. 04).

A priori, o Projeto de Lei 337/22 poderia ser rotulado como mais uma proposta do ritual democrático burguês ou, simplesmente, "letras em papel timbrado". Entretanto, uma análise crítica pode revelar o seu conteúdo social, evidenciando a lógica de reprodução social que o subjaz. Expressões como garantir os "índices de produtividade", contribuir para "uma expansão das áreas de produção em áreas de fronteira agrícola" e atender ao "aumento da demanda nacional e internacional de alimentos"(BRASIL, 2022, p. 4-5), não se limitam aos jargões políticos e econômicos, mas também revelam os princípios de uma formação econômico-social orientada

pela lógica de mercado. O argumento apresentado pelo relator do projeto sustenta a lógica de acumulação capitalista como dominante, fundamentada em princípios da economia de mercado, tais como a elevada produtividade e a alta rentabilidade das atividades agroindustriais.

Outro elemento que fundamenta a proposta legislativa em questão é o seu conteúdo geopolítico. O autor do projeto, ao defender a alteração dos limites da Amazônia Legal e reafirmar a necessidade de expansão da fronteira agrícola, revela os traços ideológicos que condicionaram a geopolítica brasileira no século XX. Os autores Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos contribuíram, ao longo do século XX, para consolidar o pensamento geopolítico brasileiro, concentrando a discussão em temas como a ocupação do interior do país como condição indispensável para a soberania nacional e a construção da nação.

A ocupação do interior do Brasil tem sido um tema recorrente no debate geopolítico nacional. A ocupação dos vazios demográficos é, atualmente, considerada indispensável para a economia brasileira e para sua posição no mercado mundial de alimentos. Sendo assim, é relevante salientar que a formação territorial do Brasil é marcada por projetos de ocupação dos "vazios demográficos", dos "espaços vazios" e/ou dos "espaços não integrados", áreas distantes dos centros urbanos e marcadas pelo domínio de modos de produção diferentes da sociabilidade hegemônica do capital, como, por exemplo, as áreas de expansão da fronteira agrícola. Postas estas questões, o presente artigo apresenta uma análise dos fundamentos geopolíticos e da acumulação capitalista na expansão da fronteira agrícola.

A pesquisa abrangeu técnicas como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental em arquivos do legislativo federal e de relatórios institucionais da Organização das Nações Unidas - ONU e do MapBiomas Brasil, além da coleta de dados secundários no portal

do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM; da Associação Brasileira de Frigoríficos - ABRAFRIGO; da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE; e da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Posteriormente, os dados foram sistematizados e analisados criticamente.

A primeira seção do artigo concentra-se no pensamento geopolítico do século XX, particularmente no que diz respeito à ocupação territorial do Brasil e à construção da nação. Diversos intelectuais apresentaram a necessidade de ocupar o interior do Brasil como uma condição indispensável para assegurar a garantia da soberania nacional e/ou a constituição do Estado-nação. Dessa forma, é possível notar que, na longa duração (BRAUDEL, 2009), há um fundamento geopolítico que direciona as atividades econômicas para os "espaços vazios", ou pouco povoados, como ocorre na defesa da fronteira agrícola.

A seção seguinte apresenta os resultados da expansão econômica através das atividades agrícolas. O objetivo desta etapa foi demonstrar que a ocupação do interior do Brasil, entendida como ações geopolíticas de ocupação dos chamados “espaços vazios”, está diretamente relacionada à posição que o país ocupa na Divisão Internacional do Trabalho, um fornecedor de produtos agrícolas e minerais. Dessa forma, a expansão econômica mediante a exportação de *commodities* agrícolas reforça essa posição internacional, além de assegurar a manutenção de uma determinada estrutura social.

Apresentamos, por fim, as conclusões da pesquisa. Esta seção tem como objetivo retomar alguns argumentos apresentados no artigo e enfatizar como a lógica de acumulação capitalista está incutida na expansão da fronteira agrícola.

OS PRESSUPOSTOS GEOPOLÍTICOS DA EXPASÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Toda sociedade produz espaço. Essa é uma expressão utilizada de forma recorrente por geógrafos, quando pretendem reforçar a relevância da dimensão espacial na compreensão dos processos que envolvem uma formação econômico-social[24]. Sabendo que toda sociedade produz espaço, é imprescindível levar em consideração que esse processo produz formas sociais, as quais, por sua vez, são resultantes do trabalho humano e, portanto, só podem ser compreendidas de acordo com os processos que as engendram. Além disso, o seu conteúdo só pode ser revelado pelo seu uso (MORAES, 2002).

No processo de produção do espaço, a Geopolítica pode ser compreendida como uma construção teórico-política que justifica e legitima as ações em curso do Estado. Conforme defendeu Moraes (2002, p. 09), "a produção do espaço [é] vista enquanto um processo teleológico[25], sustentando em projetos e guiados por concepções". Sendo assim, a Geopolítica, enquanto campo do conhecimento que tende a elencar o Estado como ator hegemônico na produção espacial, não pode ser compreendida como meras elucubrações, mas sim como produto social inerente a uma sociabilidade específica, ou

[24] O conceito de formação econômica-social é bastante difundido na literatura marxista. Diversos autores, como Labica (1976) e Sereni (1978), apresentam um debate relevante sobre a construção teórica e filosófica desse conceito no pensamento de Marx, Lênin e dos principais expoentes do marxismo na II Internacional.

[25] Fundamentando-se nos princípios da teoria marxiana, Moraes (1999) concebe a produção espacial como um processo mediado pelo trabalho. Por sua vez, o trabalho é compreendido como uma atividade humana, de aspecto teleológico, capaz de atribuir valor ao espaço. Conforme defendido por Marx (2013) o aspecto teleológico do trabalho humano explica-se pela capacidade que o ser social possui em antecipar o resultado do seu trabalho na consciência. Para mais informações ver: Moraes (1999), Marx (2013) e Engels (2009).

ainda, um discurso de caráter prático-teórico capaz de produzir consenso social e produzir territórios.

Em diferentes períodos históricos, a questão territorial e o protagonismo do Estado foram considerados elementos fundamentais na construção da nação. Diante disso, diversos intelectuais formularam teorias que, mediante às peculiaridades da diversidade e da vastidão do território brasileiro, discutiam sobre a identidade nacional, a unidade territorial e/ou a condição geopolítica do Brasil como uma potência regional. Não raramente, esses estudos apresentaram um elemento unificador e enfatizaram a importância do Estado como ator indispensável para a integralidade do território. Entretanto, em diversas situações, as concepções que embasaram tais estudos revelaram, intencionalmente ou não, uma preocupação com a ocupação do interior do país, das áreas mais longínquas dos principais centros urbanos.

No século XIX, a questão territorial esteve presente nas obras do militar e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen, como uma preocupação devido à fragilidade da integração do território nacional. O Brasil Império foi caracterizado por diversas revoltas populares regionais que defendiam a fragmentação territorial. Varnhagen defendia a construção da nação brasileira nos moldes das nações europeias. Sua predileção fundamentava-se no fator humano como elemento unificador. É importante salientar que, para o autor em questão, o Estado era considerado uma força imparcial e responsável pela manutenção da unidade nacional (ODÁLIA, 1997).

> O Estado tinha uma missão transcendental — conduzir uma massa amorfa, de formação étnica diversa, a ser um povo e transformar numa unidade territorial e espiritual um país cujas dimensões continentais contra ela conspiravam; ao intelectual cabia como tarefa primeira sondar a história e mostrar

> que a unidade já existia, mesmo quando não inteiramente visível; alertar quando os gestos dos homens podem ser perigosos para a ação do Estado (ODÁLIA, 1997, p. 86).

A preocupação com a vastidão do território brasileiro, um país de dimensões continentais, enfatizada por Varnhagen, bem como o risco iminente de fragmentação, também foram fatores de preocupação para Oliveira Vianna nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, ao contrário de Varnhagen, que elegeu o elemento humano como unificador, Oliveira Vianna procurava no espaço brasileiro "uma das peculiaridades do modo de ser brasileiro e um dos grandes modeladores do que ele chama de caráter nacional" (ODÁLIA, 1997, p. 131).

> Na leitura de Oliveira Vianna, [...], o espaço não tem senão uma única dimensão: sua extensão, sua extraordinária extensão, sua extraordinária latitude, como gostava de dizer, tendente a ampliar-se cada vez mais pela ação de aventureiros, sertanejos, vaqueiros ou bandeirantes, que são formidáveis; outra expressão freqüente na pena desse historiador, rompedores de limites e que vão deixando atrás de si um espaço cada vez maior e mais deserto. **A ação desses homens de desbravamento e de conquistas de terra significa, ao mesmo tempo, paradoxalmente, a criação de vazios imensos, de desertos, aqui e ali, demarcados pelas pequenas vilas**, se é que assim se podem denominar suas pousadas e suas paradas (ODÁLIA, 1997, p. 132, destaque nosso).

Oliveira Vianna observou que havia um certo heroísmo nas ações dos aventureiros, sertanejos, vaqueiros ou bandeirantes que garantiam a conquista de novas terras, em outras palavras, a

expansão territorial. Se em Ratzel, a necessidade do expansionismo territorial é posta como uma necessidade para a sobrevivência do Estado, mediante a defesa e conquista do seu *lebensraum*, a especificidade da formação territorial do Brasil contribuiu para que diversos intelectuais encontrassem paralelo na ideia do geopolítico alemão, através da ocupação do interior do país, dos vastos desertos não habitados. Conforme os pressupostos geopolíticos desenvolvidos pelos militares brasileiros no século XX, ocupar os "vazios demográficos" e/ou "espaços não integrados", por exemplo, era indispensável para a soberania nacional.

Mario Travassos foi o primeiro a "aplicar ao nosso continente as lições de Ratzel, de Brunhes e seus discípulos e êmulos" (CALOGERAS, 1931, p. 27-28). Travassos (1938) afirmava que a garantia da soberania nacional e a projeção internacional do Brasil estavam condicionadas à ocupação do Oeste e da Amazônia, áreas consideradas de baixa ocupação humana e relativamente isoladas dos grandes centros urbanos. Por conseguinte, Travassos (1938) sustentava que a ocupação do Mato Grosso era primordial para a consolidação da projeção internacional do Brasil devido à sua proximidade com o triângulo *Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra-Sucre*.

> Eis de como Mato Grosso deve constituir-se um dos capítulos essenciais da política do novo estado brasileiro, por isso que, sem exagero, póde resumir a maior e a melhor parte da projeção continental do Brasil. Projeção continental do Brasil e projeção continental do Mato Grosso são quase que a expressão de uma mesma série de fatos geográficos. Pelo menos, é na posição geográfica de Mato grosso que convergem esses fatos, com toda sua imensa percussão no cenário sul-americano (TRAVASSOS, 1938, p. 205).

Os vazios demográficos, o "baixo teor demográfico", a "dissociação entre a parte Norte e a parte Sul", a distância geográfica entre os principais centros urbanos e econômicos, até então, contribuíram para uma concepção negativa a respeito do Mato Grosso (TRAVASSOS, 1938, p. 207). No entanto, Travassos (1938) considerava a ocupação territorial desta área como substancial para a projeção continental do Brasil, uma vez que, devido à sua proximidade com dois Estados mediterrâneos da América do Sul, Bolívia e Paraguai, o Mato Grosso garantiria uma posição privilegiada ao Brasil diante dos principais antagonismos da América do Sul, como a oposição entre a Bacia do Prata e a Bacia do Amazonas, e a oposição entre o Atlântico e o Pacífico.

> Para Oeste! tem toda a concisão das verdadeiras fórmulas políticas. Quer dizer antes de tudo compreensão e definição do facies geográfico do Continente e do Brasil. Em seguida, comunicações, colonização, atividade industrial. Por sua vez, nesses desdobramentos se encontram outros aspectos, ligados à escolha dos meios de transporte, às questões de saneamento e educação, à noção de ordem, à urgência dos cometimentos (TRAVASSOS, 1938, p. 214).

Travassos (1938) considerava a ocupação do interior do Brasil, especificamente do Mato Grosso, como uma questão geopolítica. Era preciso projetar o Brasil na América do Sul através do avivamento das fronteiras naquela que é considerada a região que resume os antagonismos do território sul-americano. A expansão das atividades econômicas em direção ao interior do Brasil é, portanto, uma espécie de colonialismo interno, pois se utiliza o argumento do "baixo teor demográfico" (TRAVASSOS, 1938, p. 207) como legitimação de um expansionismo interno. Entretanto, ao invés de

ser uma característica exclusiva do pensamento travassiano, essa é uma estratégia que permeia o pensamento geopolítico de outros militares do século XX, como Golbery do Couto e Silva, e Carlos de Meira Mattos.

Em Golbery do Couto e Silva, a ocupação territorial é justificada como uma estratégia geopolítica por intermédio da insígnia do "espaço vazio" ou do "vasto deserto". Dessa forma, Golbery considerava que o Oeste brasileiro era "nada mais que ilhas esparsas de população — o Mato Grosso de Goiás, Cuiabá, Manaus, as mais importantes — se destacando em meio **ao vasto deserto — o enorme espaço vazio** da classificação de Supan (menos de 1h/km²)" (COUTO E SILVA, 1967, p. 43-44, destaque nosso).

Meira Mattos (1977) argumentava que a estratégia geopolítica de ocupação dos espaços é uma questão nacional. A baixa ocupação populacional da Amazônia e do Centro-Oeste brasileiros causava preocupação, sendo dever do Estado integrá-las ao território nacional para consolidar a projeção geopolítica regional. O autor complementa afirmando que "a transformação dessas **regiões interiores** em áreas de intercâmbio internacional, atraindo para elas transportes, comunicações, populações, serviços públicos, representa um toque de alvorada não somente no Brasil mas em todos os nossos países vizinhos" (MEIRA MATTOS, 1977, p. 16, destaque nosso).

A análise dos autores pontuados neste artigo revela um imaginário social amparado na ocupação, na exploração e na integração econômica dos espaços que não se enquadravam na lógica hegemônica de reprodução, ou seja, precisavam atender a um padrão de civilidade estabelecido e desempenhar uma função determinada pela divisão territorial do trabalho. Como o Brasil não ocupa uma posição hegemônica no tabuleiro geopolítico mundial e na Divisão Internacional do Trabalho, deveria ocupar esses espaços e torná-los rentáveis do ponto de vista capitalista para finalmente

tornar-se uma potência regional ou construir uma nação nos moldes europeus.

Dessa forma, a atual defesa para expandir a fronteira agrícola, através da "libertação" do Mato Grosso da Amazônia Legal, do aproveitamento da sua potencialidade econômica e da sua contribuição para a balança comercial brasileira, revela-se como mais um episódio que resulta de estratégias geopolíticas que estimulam a ocupação dos espaços vazios como fundamento para o desenvolvimento nacional e a projeção internacional.

EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO SÉCULO XXI: SUBORDINAÇÃO E DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

Na seção anterior, foi mencionado que o ideário de ocupação do interior do Brasil foi motivo de preocupação para diversos intelectuais nos séculos XIX e XX. É importante salientar que essas formulações geopolíticas não estavam desvinculadas da realidade, uma vez que foram motivadas por uma situação existente, a grande vastidão do território brasileiro e a baixa densidade populacional nas áreas distantes do litoral. Além disso, essa realidade gerou políticas que orientavam orientar a ocupação e integração desses “espaços vazios”. A Missão Cruls foi realizada no no século XIX para identificar um local adequado para a implantação da nova capital.

Em meados do século XX, novas ações políticas deram o tom à ocupação do interior do país. A Marcha para o Oeste, durante a era Vargas (1930-1945), mais especificamente no Estado Novo (1937-1945), teve como objetivo desenvolver e povoar as regiões Norte e Centro-Oeste do país, que ainda eram consideradas exóticas nos principais centros urbanos do país (ARRAIS, 2016) As décadas seguintes foram marcadas por ações como a construção de Goiânia

para ser a nova capital do estado de Goiás (1933), a transferência da capital federal para o interior com a construção de Brasília (1960), a divisão do Mato Grosso e criação do Mato Grosso do Sul (1977), a divisão do estado de Goiás e a consequente criação do estado do Tocantins (1988), a Embrapa Cerrados, criada em 1975 para estudar os solos da região e melhorar seu desempenho agrícola.

A ocupação atual está fundamentada na expansão das atividades agropecuárias, que se concentram nas áreas da floresta Amazônica, do cerrado, do pantanal e da caatinga. Dessa forma, este processo não pode ser considerado isento de contradições, uma vez que exerce pressão sobre a sustentabilidade de biomas e populações tradicionais localizadas nos "vazios demográficos", nos espaços "não integrados" e/ou "em expansão da fronteira agrícola". Sendo assim, é um processo que envolve conflitos, destruição ambiental e cultural.

De acordo com o Relatório Anual de Desmatamento no Brasil, no ano de 2021, houve um aumento de 20% no índice de desmatamento em relação ao ano anterior. Além disso, os dados mostram que a agropecuária foi responsável por 97,8% dos desmatamentos, sendo que 69,5% das áreas desmatadas estavam em propriedades privadas. A Amazônia e o Cerrado foram os biomas mais devastados (MAPBIOMAS, 2022).

O aumento do desmatamento em áreas de cerrado e floresta amazônica no Brasil está diretamente ligado à expansão da fronteira agrícola, sobretudo, das atividades agropecuárias. A Tabela 1 apresenta a produção de soja por unidade da federação no período de 2022 a 2023.

Tabela 1 - Brasil: produção de soja por unidade da federação (2022 – 2023)

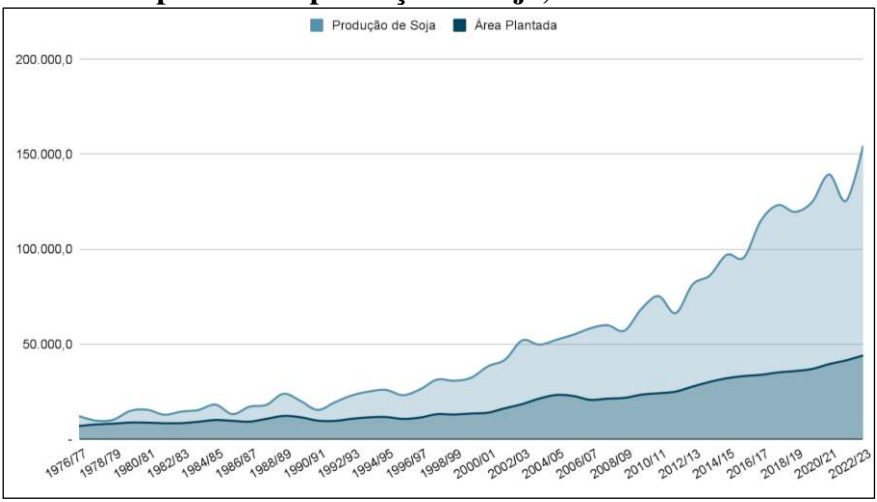
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	2022 – 2023
Mato Grosso	45.600,5
Paraná	22.384,9
Goiás	17.734,9
Mato Grosso Do Sul	14.054,3
Rio Grande Do Sul	13.018,4
Minas Gerais	8.346,5
Bahia	7.717,2
São Paulo	4.911,4
Tocantins	4.809,3
Maranhão	3.910,0
Piauí	3.549,0
Demais Unidades da Federação	8.569, 5

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Conab (2023).

O estado do Mato Grosso figura com a maior produção de soja no Brasil, com cerca de 45.600 milhões de toneladas. Esse quantitativo representa mais que o dobro do segundo maior produtor, o estado do Paraná. Esse número é superior ao do segundo maior produtor, o estado do Paraná. Além disso, é possível notar uma grande produção de soja nos estados do MATOPIBA, uma das principais áreas de expansão da fronteira agrícola atualmente. Finalmente, merecem destaque os outros estados do Centro-Oeste brasileiro, Goiás e Mato Grosso do Sul, uma vez que nessa região

geográfica está localizado um dos biomas mais ameaçados pela expansão do agronegócio, o cerrado. O Gráfico 1 demonstra a relação entre a produção de soja e a área plantada no Brasil no período de 1976 a 2023.

Gráfico 1 – Brasil: relação área plantada x produção de soja, 1976 - 2023



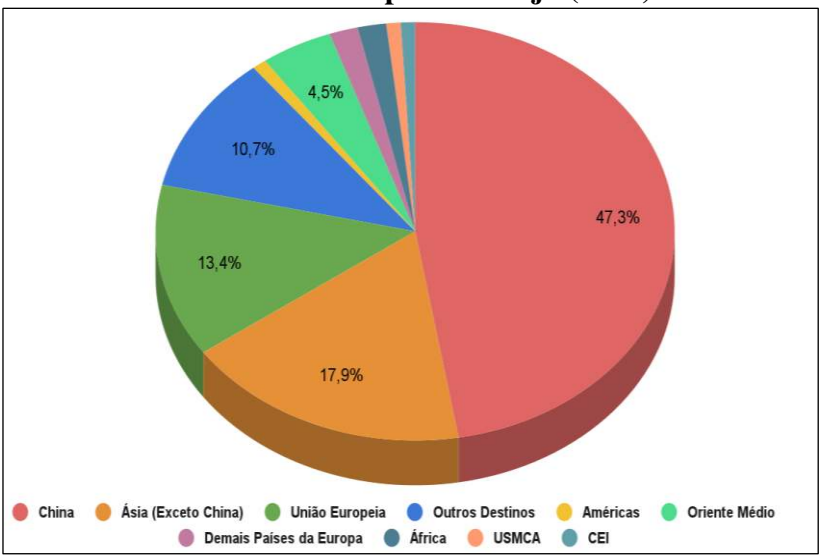
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Conab (2023).

Os dados do Gráfico 1 atestam que no período analisado, 1976 – 2023, o aumento da produção foi acompanhado do aumento da área plantada. Apesar dos progressos técnicos implementados nos processos produtivos, não é possível considerá-los como a única causa do aumento da produtividade agrícola, visto que, no período analisado, a área plantada aumentou cerca de 635%. A expansão da fronteira agrícola cumpre, dessa forma, a sua função social de ampliar a área de produção.

Outro ponto relevante é o aumento da produção e da área plantada, especialmente, a partir da década de 1970. É relevante considerar que, naquele período, as políticas públicas de ocupação do interior do Brasil tiveram um impacto significativo, sobretudo, devido aos investimentos e financiamentos públicos que incentivaram a mobilidade de trabalhadores e proprietários de terras de outras regiões do Brasil.

A ocupação desses espaços, incentivada pelas políticas públicas, desenvolveu uma economia voltada para a produção agrícola e diretamente ligada às demandas do mercado mundial. Dessa maneira, esses espaços contribuem para que, atualmente, a soja e a carne bovina sejam algumas das principais *commodities* de exportação da economia brasileira. Veja os gráficos seguintes.

Gráfico 2 – Brasil: principais destinos do complexo de soja (2022)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Conab (2023).

O complexo de soja é composto por vários produtos, como a soja grão ou processada em óleo e farelo. A produção de soja em diversos estados e regiões do Brasil é evidente, mas é importante ter em mente que o aumento da produção interna de soja está diretamente relacionado à demanda internacional por alimentos e à expansão da fronteira agrícola em algumas regiões do interior do país. As estratégias geopolíticas de ocupar o interior do país para assegurar uma projeção internacional parecem ter contribuído para que o país ocupe uma importante posição no mercado internacional de alimentos.

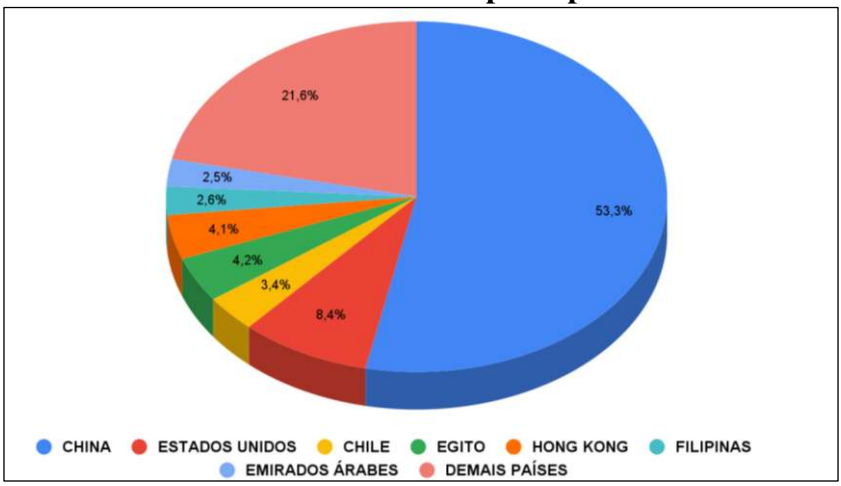
O Gráfico 2 mostra que, em 2022, cerca de 60,7% do complexo de soja exportado pelo Brasil foi destinado à China e aos países da União Europeia. Dessa forma, o Brasil se posiciona na Divisão Internacional do Trabalho como fornecedor de alimentos para os países com maior dinamismo econômico e industrial, reforçando, dessa forma, uma posição geopolítica de dependência econômica e tecnológica. De acordo com a ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, em 2022, cerca de 61% da soja exportada pelo Brasil foi consumida *in natura*, enquanto apenas 39% foi processada em óleo ou farelo (ABIOVE, 2023).

A dependência tecnológica e econômica é ainda mais acentuada pela exportação de outros produtos primários, como o minério de ferro, a carne e derivados de bovinos. De acordo com o Conab (2023), os estados da região Centro-Oeste do Brasil, uma das principais áreas de expansão da fronteira agrícola no país, foram responsáveis por 42,4% das exportações de produtos dessa natureza. O gráfico 3 mostra os principais destinos internacionais da produção brasileira.

Em 2022, a China foi o principal mercado consumidor da produção de carne e derivados de origem bovina, produzidos no Brasil, com cerca de 53,3%. Em segundo lugar, estavam os Estados Unidos, que tinham cerca de 8,4%. A China é, atualmente, um

importante mercado consumidor de alimentos, enquanto o Brasil tem atuado como fornecedor. Embora aparente complementaridade, essas características, na verdade, indicam funções distintas na Divisão Internacional do Trabalho, além de reforçar posições geopolíticas distintas. Apesar de poder exercer uma influência global através da oferta de alimentos e produtos primários, a economia brasileira está completamente dependente das flutuações do mercado mundial de alimentos. Além disso, é importante considerar que, numa economia globalizada e financeirizada, como a atual, os preços dos alimentos não são determinados pelos produtores agrícolas, mas sim pelo mercado de ações das principais praças comerciais do planeta.

Gráfico 3 – Brasil: exportação de carnes e derivados bovinos: principais destinos



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: ABRAFRIGO (2023).

O argumento do deputado relator do **Projeto de Lei 337/22** revela-se categórico, visto que a expansão da fronteira agrícola

contribui para a oferta de alimentos em escala (inter)nacional. Entretanto, esse argumento apresenta-se contraditório e passível de questionamento ao colidir com a realidade material. Conforme os dados do **Relatório "Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo"**, divulgado pela ONU, no período 2020 – 2022 cerca de 9,9% dos brasileiros passavam por situação de insegurança alimentar severa e 22,9% dos brasileiros estavam incluídos na categoria de insegurança alimentar moderada (ONU, 2023).

A estratégia geopolítica de ocupação dos espaços "vazios" e/ou "não integrados", atualmente, é fundamentada na defesa da expansão da fronteira agrícola, uma vez que é de suma importância produzir os alimentos necessários para suprir o mercado mundial e assegurar a posição do Brasil como um dos principais fornecedores de alimentos na economia mundial. Contudo, essa estratégia tem se mostrado ineficiente para assegurar a soberania e a segurança alimentar do país, além de agravar problemas ambientais, a concentração de terras e de renda, e a violência no campo, sobretudo entre os povos tradicionais e os pequenos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o discurso que defende a expansão da fronteira agrícola, é possível identificar os interesses que o sustentam, bem como o seu conteúdo geopolítico e a lógica de reprodução social que o rege. A análise teórica revelou que a expansão da fronteira agrícola está fundamentada no pensamento geopolítico de diversos intelectuais que se preocuparam com a soberania nacional, a ocupação do território brasileiro e a projeção geopolítica do país.

Os resultados da pesquisa revelaram que a expansão das atividades agroindustriais nessas áreas tem contribuído para o aumento da produção de soja e de carnes, garantindo que o Brasil se

mantenha como um *player* no mercado internacional de alimentos, mas, paralelamente, reforçando uma posição de fornecedor de bens primários, o elo mais frágil na Divisão Internacional do Trabalho. Além disso, os dados da Organização das Nações Unidas (2023) demonstram as contradições desse modelo, uma vez que o foco principal é o abastecimento do mercado externo e a acumulação de capital, ignorando a segurança alimentar interna.

Como é possível notar ao longo deste artigo, o debate sobre a expansão da fronteira agrícola ainda é relevante nas discussões parlamentares do país. É uma questão que está relacionada à ideologia de construção da nação e à expansão das relações capitalistas no país. Sua base é a acumulação de capital e o pensamento geopolítico brasileiro. A ocupação dos espaços para assegurar uma alta produtividade e eficiência econômica é apresentada como uma estratégia geopolítica de integração nacional e de garantia de uma projeção internacional. No entanto, ao não questionar o modo de produção dominante e/ou aceitar alternativas de reprodução social, garante-se a manutenção da acumulação capitalista.

O debate em torno da ocupação e exploração econômica das áreas de expansão agrícola está inserido no conceito de fundos territoriais proposto por Moraes (2000). São espaços que não estão ligados à lógica do capital, áreas de reserva para a exploração mercantil. É relevante destacar que o capital tem como características a incontrolabilidade e a necessidade constante de expansão (MÉSZÁROS, 2002). A expansão do capital pode ser geográfica, quando se instala em espaços e formações econômicas e sociais que ainda não são dominados pelo capital, ou pode capturar novas atividades e serviços para submetê-los à lógica de exploração do trabalho e acumulação capitalista.

Na geografia histórica do capitalismo (HARVEY, 2005), é preciso considerar que as introjeções, resultantes do modo de

produção hegemônico (MARCUSE, 1979), tornam natural a dialética ocupação-despossessão que marca o processo de expansão do capital em territórios isolados, "espaços vazios", áreas de fronteira agrícola. A aparência fantasmagórica do processo revela a iminência da submissão das relações de produção ao capital (ASSIS, 2016). O horizonte civilizador, que se revela como culto, racional, através da síndrome da inevitabilidade do progresso humano, é o mesmo que promove a barbaridade materializada no saque, na pilhagem e no genocídio dos povos originários.

REFERÊNCIAS

ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. "Subprodutos da soja: conheça os destinos e usos da soja brasileira". **Agroadvance** [2023]. Disponível em: <www.agroadvance.com.br>. Acesso em: 15/02/2024.

ABRAFRIGO - Associação Brasileira de Frigorífico. **Exportação Brasileira de Carnes e Derivados**. Curitiba: ABRAFRIGO, 2023. Disponível em: <www.abrafrigo.com.br>. Acesso em: 15/02/2024.

ASSIS, R. J. S. **A iminência da subordinação aos Estados Unidos**: A afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2016.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 337, de 22 de fevereiro de 2022**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em: 15/02/2024.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

CALOGERAS, J. P. **Prefácio**: Projeção continental do Brasil. Petrópolis: Companhia Editora Nacional, 1931.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. "Monitoramento Agrícola". **CONAB** [2023]. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: 15/02/2024.

COUTO E SILVA, G. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do homem em macaco**. Brasília: Editora Centelha Cultural, 2009.

HARVEY, D. "A Geopolítica do Capitalismo". *In*: HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

LABICA, G. **Cuatro Observaciones sobre los Conceptos de Modo de Producción y Formación Económica de la Sociedad in El concepto de formación económicosocial**. México: Siglo XXI, 1976.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual de Desmatamento 202**1. São Paulo: MapBiomas Brasil, 2022. Disponível em: <www.mapbiomas.org>. Acesso em: 20/01/2024.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MEIRA MATTOS, C. **Brasil geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1977.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Editora Boitempo, 2002.

MORAES, A. C. R. **A valorização do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

ODÁLIA, N. **As Formas do Mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Relatório "Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo"**. Roma: ONU, 2023. Disponível em: <www.fao.org>. Acesso em: 27/02/2024.

SERENI, E. "A categoria de 'formação econômicosocial'". **Meridiano: Revista de Geografia,** n. 2, 2013.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

CAPÍTULO 9

A Extrema Direita Brasileira sob o Prisma da Rede Política do Agronegócio

A EXTREMA DIREITA BRASILEIRA SOB O PRISMA DA REDE POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO

Carlos Alberto Franco da Silva

Aumeri Carlos Bampi

A representação da extrema direita pelo agronegócio brasileiro, sobretudo a partir da ditadura militar-civil-burguesa reacionária (1964-1985), desvela uma consciência política unificada em torno de valores que deformam ou interpretam de modo desonesto a realidade, exercendo uma função explicativa-discursiva retórica para fins de mobilização política. A consciência unificada de valores defendidos pela extrema direita do agronegócio se apoia nas seguintes premissas: (1) o reforço à polarização político-ideológica; (2) a defesa de um antropocentrismo nefasto que recusa as políticas de conservação socioambientais; (3) a negação das lutas de classes, sobretudo no que diz respeito à defesa de pautas antirreforma agrária e dos direitos trabalhistas; (4) a retórica do nacionalismo religioso positivista-desenvolvimentista; (5) a contradição entre o conveniente negacionismo científico climático global e o forte investimento na agricultura de grande escala; (6) a defesa da militarização da segurança nas áreas rurais contra a ação política de movimentos sociais de esquerda no campo; (7) a negação de pautas progressistas em torno de direitos humanos, sobretudo os dos indígenas, dos posseiros e dos sem-terra; (8) a desumanização de grupos sociais por meio do trabalho escravo e do uso do direito ancestral sobre o território-ambiente da população indígena; (9) o patrocínio de *fake news* sobre as políticas socioambientais de governos de esquerda; e (10) a articulação em redes políticas

territoriais para atacar dispositivos constitucionais que garantem a função social da terra e reduzam o uso de agrotóxicos nas lavouras.

O agronegócio pode ser definido como um processo social cujos princípios da modernidade são aplicados às estruturas socioprodutivas agrárias tradicionais, sejam elas campesinas, sejam capitalistas. Esse processo visa estabelecer um arranjo produtivo em rede, caracterizado pela urbanização sob a égide do modo de reprodução social da acumulação capitalista. Em suma, o agronegócio representa a modernização distópica das estruturas agrárias preexistentes, buscando suplantar o espaço agrário/agrícola tradicional, pois projeta: 1) valores (progresso, eficiência técnica, saber científico, desenvolvimento e uma tensão entre o moderno e o atraso do outro); 2) discursos (promovendo o desenvolvimentismo e sugerindo a ausência de alternativas fora do agronegócio); 3) despolitização social por meio do discurso de confiança na tecnociência capitalista direcionada (técnicas e agricultura de precisão) à modernização da agricultura; 4) poderes e saberes capazes de reconfigurar territórios rurais, destruir ou integrar territorialidades campesinas preexistentes ou inserir, de modo precário, territorialidades e estruturas socioprodutivas campesinas na acumulação capitalista. A expansão capitalista do agronegócio evoca ainda um reacionarismo em favor de suas classes, grupos e estamentos dominantes e contrários a qualquer ameaça de avanço da democracia social.

Em relação às premissas do agronegócio, há ainda a necessidade de novas formas e espaços de representação política e de interesses da rede de atores do agronegócio, bem como uma intensa articulação entre campo e cidade nos esquemas de acumulação produtiva, mercantil e financeira, em diversas escalas geográficas, do nível local ao global. Além disso, as redes políticas visam à garantia de anistia para os responsáveis por desmatamentos ilegais e regularização de terras griladas, a abertura de terras para

estrangeiros, a privatização por meio da posse de terras públicas e a defesa de projetos de lei que legitimam a exploração de terras indígenas, áreas de proteção permanente e de assentamentos rurais.

Neste trabalho, o foco está na natureza da rede política de representação de interesses do agronegócio brasileiro como instrumento de avanço da extrema direita no país. O agronegócio reproduz valores da extrema direita. Diante do tema, o objetivo central é analisar o processo de constituição e dinâmica da rede de representação de interesses do agronegócio e a maneira como seus valores são projetados no território brasileiro. A dimensão geográfica no território e a natureza desenvolvimentista reacionária do agronegócio em sua forma organizacional, de interesses e práticas justificam a relevância deste estudo.

A fim de cumprir os objetivos desta análise, os procedimentos metodológicos se apoiam em dois pilares complementares: no *método exploratório* da bibliografia sobre tema da extrema direita no Brasil e no mundo e no *método explicativo* de revelação da rede política do agronegócio brasileiro. Em síntese, adota-se uma *abordagem qualitativa crítico-descritiva*, revisando a literatura pertinente sobre o tema e sua efetivação no território do país.

Assim, observa-se um resgate teórico-conceitual da força latente do pensamento de extrema direita no mundo com base em recursos bibliográficos internacionais recentes. É a partir desses estudos que a natureza da extrema direita é apresentada no seu contexto mundial e brasileiro. Na etapa de análise do agronegócio como veículo de confirmação da extrema direita no Brasil, a metodologia volta-se para um resgate histórico e atualização das forças sociopolíticas que constituíram a rede de representação de interesses do agronegócio. Adicionam-se a essa análise, os impactos socioterritoriais dos valores da extrema direita do agronegócio no

país, durante o governo de Jair Bolsonaro, sobretudo quanto à questão ambiental e aos conflitos fundiários.

Quanto à estrutura, o capítulo se divide em três seções principais: 1) a expansão da extrema direita no contexto neoliberal; 2) a natureza político-ideológica dos valores do agronegócio brasileiro; 3) e, por fim, a análise da antipolítica ecológica e social bolsonarista no território brasileiro em consentâneo com as premissas do agronegócio. Após essas etapas, a conclusão revela os resultados da análise crítica desenvolvida.

O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA NA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

A partir do século XX, a esquerda tem sido representada por socialistas e comunistas e a direita por capitalistas. Em meio a esse recorte político-ideológico, emergiram as chamadas extrema direita e extrema esquerda. O que tem unido esses dois últimos grupos é a defesa de uma sociedade autoritária, ataque à democracia e às liberdades políticas. Assim, a despeito do embate político entre direita e esquerda, observa-se nos dois campos de forças uma regra do jogo demográfico que é ausente na proposta política das extremas direita e esquerda. Talvez fosse necessário encontrar um novo conceito para definir os grupos radicais e avessos à defesa da pluralidade política e sociocultural.

De início, vale lembrar que, em termos globais, a extrema direita é imensamente heterogênea. De acordo com o cientista político holandês Cas Mudde (2022), apresenta um espectro político que pode incluir a *terceira posição*, o falangismo, o nazifascismo, o revisionismo histórico, o autoritarismo militar, a rejeição da soberania popular democrática e do Estado de bem-estar social,

oposição ao suposto marxismo cultural, o racismo, o nativismo, o fundamentalismo religioso, o etnopluralismo, o anarcocapitalismo, a etnocracia, o Irredentismo, a biopolítica heteroafetiva, a globalização das migrações, a rejeição ao multiculturalismo, a islamafobia, o sexismo hostil e outras tendências valorativas ideológicas a depender do recorte histórico-geográfico, ou seja, das ondas espaço-temporais extremistas.

Para Cas Mudde (2022), uma das questões importantes é que a exegese política contenha uma normalização das concepções e práticas da extrema direita visando à sua legitimação política e propondo o antissistema, bem como a necessidade de uma liderança carismática capaz de mobilizar, recrutar e organizar seguidores mesmo que sejam oriundos de classes sociais e grupos étnicos ou socioculturais distintos. Destarte, embora possam ocorrer práticas fascistas, na situação da extrema direita, a questão da supremacia da etnicidade e raça e padrão econômico não contam em exclusivo para a adesão e a participação, e não se repetem simplesmente os padrões de outrora das antigas doutrinas reacionárias, pois as características podem se alterar em cada contexto nacional.

Em linhas gerais, no contexto da globalização neoliberal e da geopolítica internacional, a extrema direita defende, de um lado, uma espécie de iliberalismo, ou seja, uma democracia parcial e consentida no que interessa aos governos populistas; de outro, defende ditaduras militares sem qualquer abertura democrática. Além disso, observa-se uma posição antiglobalista e nacional-religiosa de contestação aos ideais democráticos, progressistas e multilaterais. O patriotismo é acionado em defesa de uma pauta de costume reacionário populista, messiânica e militarista. Para tanto, emergem teorias da conspiração e ressignificação de uma linguagem de unidade de grupos reacionários que acionam narrativas conspiratórias contra os interesses da Pátria.

As manifestações extremistas desafiam as normas democráticas, como a separação de poderes, a independência judicial e a liberdade de imprensa, que podem enfraquecer o Estado de direito e minar os princípios democráticos fundamentais. Nesse ponto, Catherine Fieschi (2019) observa a busca de legitimação a que aspiram os líderes populistas por meio do seu carisma e linguajar de modo a promover uma conexão supostamente autêntica e genuína com a vida cotidiana do povo sem contrariedade à elite nefasta.

Outro elemento fundante no extremismo de direita é a polarização, em especial, com a escolha de uma liderança forte a ser ungida, e, ao mesmo tempo, as lideranças e práticas a demonizar e eliminar, em especial, o socialismo. A fragmentação social exclui o debate das lutas de classes [pois, para a extrema direita ela não existe] (EATWELL; GOODWIN, 2020). A extrema direita é parte integrante das relações capitalistas hegemônicas, o que abre janelas para padrões reacionários (nazifascismo, por exemplo), sempre reclamados contra a ameaça socialista (MASCARO, 2022).

Salgado, Casarões e Zarakol (2023) apontam que a extrema direita brasileira retroalimenta a polarização e a sensação de crise e ameaças à Pátria, Família e Deus provocadas pelo globalismo (Acordo de Paris, por exemplo), multiculturalismo, desenvolvimento ambiental sustentável, direitos humanos e Estado de direito democrático. A captura da cognição e a ignorância dos grupos de extrema direita não abrem janela para uma leitura crítica da realidade concreta.

Bohoslavsky e Broquetas (2024) chamam a atenção para o avanço da extrema direita no eleitorado europeu e latino-americano, assim como Escoffier, Payne e Zulver (2023). A pauta política é a do negacionismo científico, revisionismo histórico desonesto das ditaduras, repúdio à educação da sexualidade nas escolas, antifeminismo e devoção aos chamados neopatriotas. Para os autores, há uma clara ressignificação histórico-geográfica do

fascismo. O paradoxal é que a extrema direita tem sido legitimada por eleições democráticas e, quando eleita, faz uso das próprias instituições democráticas em benefício próprio de concentração de poder. Vale lembrar ainda que o avanço da extrema direita não conversa com os dilemas econômicos e das desigualdades sociais da renda, mas sim com a suposta ameaça das políticas culturais progressistas, assegura Cristóbal R. Kaltwasser (2023). As desigualdades sociais politizadas pela esquerda ficam à margem das preocupações da extrema direita, conforme experiências em países como o Brasil (no governo de Jair Bolsonaro) e a Argentina pelo anarcocapitalista Javier Milei (VOMMARO, 2023).

Em escala internacional, a extrema direita se organiza em redes virtuais que alimentam o medo, o ódio, o negacionismo científico, o xenofobismo etc. A digitalização da vida por meio das *Big Tech* abriu espaço para a constituição de uma ágora de extrema direita fortemente organizada em nome da nostalgia de um passado idealizado que nunca existiu, de um retorno das ditaduras militares, do encanto pela militarização da segurança e do desencanto com os valores da democracia (HARRIS, 2023; ARIAS; MARIE BURT, 2023).

A dimensão geográfica de mobilização política de revolta da extrema direita ocorre em duas escalas: 1) na *escala global*, movimentos organizados [*Nouvelle Droite* e *alt right*, por exemplo] por meio de narrativa avessa ao multiculturalismo, às imigrações, ao marxismo cultural, à economia socialista e às frustrações gerais oriundas da globalização neoliberal; 2) na *escala local*, organizações políticas em redes dispersas em países e lugares do planeta. Observam-se ainda bolhas organizadas em redes políticas de interesses que ecoam as ideias particulares de grupos de massa alienados, mas os limites territoriais da rede são indefinidos, efêmeros e os indivíduos podem ser de diversos setores da sociedade. É nesse último ponto que se coloca o escopo deste artigo:

analisar a natureza das redes de representação de interesses do agronegócio brasileiro como arena política da extrema direita.

A NATUREZA DA REDE POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Se as alianças políticas desvelam uma instância do exercício de poder, as redes corporativas do agronegócio afirmam-se na disputa por recursos de poder, como o controle da tecnologia, fusões e aquisições, finanças, produção, logística, comercialização e controle de terras por meio do latifúndio. Apesar das disputas internas e externas, as redes políticas corporativas do agronegócio revelam intermediações de interesses e a captura de diversas instâncias de poder, envolvendo ações coletivas e individuais em diferentes escalas geográficas. A trama de conflitos e interesses coletivos promove mecanismos de integração estratégica especializada das corporações, dos produtores, dos partidos políticos, de governos e da própria população, considerando-se a importância de comprometimento territorial com os lugares. A coordenação política dessas tramas em redes ratifica especificidades locais e regionais, reforçando a densidade das conexões e uma recomposição do território com base em novas formas de acumulação e regulação (SILVA, 2015).

Em síntese, as redes de representação de interesses do agronegócio podem se configurar territorialmente, integrando-se com arranjos escalares preexistentes e desvelando outros. Tal constituição de escalas é produto de escolhas e ação orientada dos atores e, se a escala é socialmente produzida, existe uma política para a sua produção, conforme assinala Andrew Herod (1991, p. 82). O resultado da referida política de escala revela a rede política e vice-versa, que pode se constituir em uma estratégia que articula espaço

e poder, ampliando a visibilidade de conflitos territoriais e o jogo de interesses diversos. As decisões políticas são direcionadas a lugares específicos, configurando relações assimétricas articuladas por redes que veiculam ordens e comando decorrentes de políticas de escala (LIMA, 2005).

Já a representação de interesses envolve valores e bens que interessam somente aos que dela fazem parte, conforme observado por Gussi (2009). No contexto do Estado, o Congresso Nacional brasileiro passou a defender questões corporativas do empresariado do agronegócio e se tornou parte integrante da rede de representação de interesses, como é o caso da Frente Parlamentar do Agronegócio.

A representação de interesses pode alterar a natureza da representação política, quando grupos de interesses específicos se apresentam como grupos políticos responsáveis por determinar decisões políticas ancoradas em valores que desconsideram a pluralidade de interesses sociais, conflitos e consensos (GUSSI, 2009, p. 99). Os recursos de poder de cada ator na rede de representação de grupos de interesses garantem a unidade em torno da representação política do Parlamento e o alcance dos objetivos esperados. A captura de instâncias de representação política do Estado é fundamental para grupos de pressão da sociedade civil. No caso do agronegócio, as bancadas parlamentares, tais como a Bancada Ruralista, afastam o Estado do sentido de bem comum, em favor de alguns grupos de interesses (as redes políticas patronais do agronegócio) e em detrimento de outros grupos sociais (redes políticas de resistência do Movimento dos Sem Terra, por exemplo).

A representação política incorpora várias dimensões, incluindo a discursividade, a virtualidade, a visibilidade, o desejo de autorregulação e a consensualidade dos valores defendidos, conforme observado por Hanna Fenichel Pitkin (1967, p. 214). As associações do agronegócio são formas de representação que buscam se constituir em elites políticas por meio de uma formação discursiva

própria, articulando vontades individuais consensuais ou dissensões em torno de objetivos comuns dos representados que visam capturar o Estado para afirmação de seus interesses e estratégias.

Desse modo, a representação de interesses emerge como um recurso de poder que funciona como mecanismo de instauração de tramas animadas por grupos territoriais de escalas diversas (municípios, estados, regiões e países) e funcionais (corporações, universidades, centros de pesquisa, fundações, bancada ruralista, dentre outros), em que cada sujeito estabelece seu interesse e participa de estratégias coletivas.

A luta patronal por espaços de representação não é de hoje. A partir de 1970, no contexto dos governos militares e do processo de modernização da agricultura, a luta dos movimentos sociais e as associações em defesa do campesinato levaram industriais e grandes produtores rurais a se organizarem em associações políticas de âmbito nacional, regional e setorial. A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, criada em 1987, com forte apoio da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), visava criar uma instância de luta pela propriedade privada, modernização da agricultura e abertura de canais de exportação (SILVA, 2015).

As redes de representação de interesses, como, por exemplo, as associações políticas, por vezes funcionam como extensões de partidos políticos quando há intensidade das relações entre ambos em face dos conflitos com grupos de resistência aos seus interesses. A fase neoliberal do Estado brasileiro, a partir do governo Collor e das políticas de desregulamentação da economia, serviu de cenário para a constituição de redes de interesses empresariais na definição de políticas públicas através de *lobby* junto ao Parlamento.

A representação de interesses do agronegócio envolve o Congresso Nacional, de fato. Em 1985, os interesses dos

latifundiários protagonizaram a criação da União Democrática Ruralista (UDR) em Presidente Prudente, com a finalidade de defender as elites agrárias como organização política regional. Em 1986, a UDR nacional foi fundada em Goiânia com sede em Brasília e desempenhou um papel importante nos debates da *Assembleia Constituinte* de 1987 sobre direitos de propriedade rural. Entre os fundadores da UDR estavam o pecuarista (e posteriormente parlamentar) Ronaldo Caiado e o cafeicultor Plínio Junqueira Junior.

Nesse mesmo período, foi vital o apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB) na criação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), que representou uma forma de organização de setores não necessariamente agrícolas, mas voltados para os interesses políticos do agronegócio mediante o *lobby* setorial na *Assembleia Constituinte* e enfrentamento com a UDR no campo da representação social. Com a consolidação da UDR e a vitória sobre a temática da reforma agrária, a FAAB perdeu força política de representação patronal, conforme afirmado por Regina Bruno (2010). Posteriormente, a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) ocupou espaço de representação dos interesses do agronegócio brasileiro. A articulação intersetorial promovida pela OCB fundou a ABAG (1993), que visava reunir todos os atores ligados à cadeia produtiva do agronegócio, abrindo, quando necessário, brechas para a defesa dos pequenos produtores, e não para aqueles sem-terra, como assinala Bruno (2010).

No ano de 1987, foi criada também a *Frente Ampla Ruralista* com o objetivo de mobilizar um grupo de parlamentares a propor uma legislação que assegurasse direitos de propriedade rural em terras produtivas. De fato, tais interesses eram contrários à reforma agrária e à democratização do acesso à terra. A partir de 1990 até 1994, essa bancada ruralista parlamentar ainda atuava informalmente. Em 1992, ocorreu uma desarticulação das elites

agrárias em torno da UDR, que praticamente foi dissolvida devido ao cenário de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. Além disso, a desmobilização da UDR aconteceu devido às conquistas dos latifundiários na *Assembleia Constituinte* de 1987/1988, que asseguravam a proteção do direito privado à propriedade do imóvel rural. A entrada da CNA e da SRB (com representantes no espaço político parlamentar) ampliou a unidade ruralista na defesa de interesses históricos dos latifundiários.

Em 1995, senadores e deputados fundaram a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA). No ano seguinte, a UDR foi reativada em Presidente Prudente e passou a defender a agenda de políticas agrícolas capazes de contrabalançar os efeitos da liberalização da economia (ACSELRAD, 2012). Os intensos conflitos por terra e a participação do Movimento dos Sem-Terra nas ocupações de latifúndios reativaram a resistência latifundiária aos interesses do campesinato brasileiro, sobretudo diante da expansão de representantes das elites agrárias no Partido da Frente Liberal (PFL) a partir das eleições presidenciais de 1993.

Em 2002, foi criada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária (FPA). Em 2008, a organização passou a se chamar Frente Parlamentar da Agropecuária. Mais de um terço dos parlamentares assumiu compromisso com a entidade. Dentre os interesses da rede parlamentar da bancada ruralista, destacavam-se os debates e as articulações políticas em torno da aprovação do novo Código Florestal (2012), a legislação sobre uso de agrotóxicos, assim como a alteração das legislações trabalhista, fundiária e tributária, a anistia dos latifundiários por uso de trabalho escravo e a retirada das barreiras territoriais impostas ao agronegócio em terras indígenas e áreas de quilombolas. Enfraquecer a defesa das Unidades de Conservação, terras indígenas e quilombolas e reforma agrária é crucial para os requisitos de expansão horizontal do agronegócio.

Entre 2004 e 2017, a Bancada Ruralista do Congresso Nacional propôs 25 projetos de lei contra a demarcação de terras e os interesses indígenas e quilombolas, visando implementar projetos de mineração, agropecuária e de hidroenergia. Em resposta às investidas contra os povos indígenas, surgiram *a Articulação dos Povos Indígenas* com apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do Instituto Socioambiental (ISA) como forças políticas de (*r*)*existência* territorial.

A Frente Parlamentar Agropecuária emprega uma variedade de estratégias, incluindo: (1) a formação de discursos e narrativas midiáticas favoráveis ao agronegócio para influenciar a opinião pública; (2) a busca por alianças com instituições e parlamentos estrangeiros; (3) a pressão sobre o poder executivo para alterar a legislação por meio de comissões técnicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; (4) a indicação de ministros da Agricultura e do Meio Ambiente, e a presença nas esferas estadual e municipal; (5) a organização de reuniões e parcerias com entidades da cadeia produtiva e representantes do setor agropecuário; 6) e, por fim, a divulgação dos resultados que sensibilizem a sociedade a legitimar as políticas direcionadas ao apoio ao agronegócio.

As estratégias-rede se traduzem a partir das composições regionais suprapartidárias da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Cada uma das regiões do Brasil, Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, conta com parlamentares de vários partidos políticos articulados à Presidência da FPA, sediada em Brasília. Em 2017, a FPA era representada pelo deputado federal Nilson Leitão, do PSDB, pelo Mato Grosso. Em 2024, o presidente da FPA é o parlamentar Pedro Lupion (PP/PR). Através das bancadas regionais são estabelecidas alianças com federações, sindicatos, associações, corporações, prefeituras, universidades, fundações e centros de pesquisa em todo o país.

A participação na trama política da FPA é fundamental para os interesses do agronegócio. Alguns projetos em tramitação no Congresso Nacional têm beneficiado os latifundiários canavieiros, sobretudo aqueles ligados às denúncias de trabalho escravo. Em dezembro de 2014, havia a tramitação de um projeto do senador Paulo Davim em andamento, que propunha a extinção da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo. A alteração do Código Florestal, nos termos dos conceitos de reserva legal e áreas de preservação permanente, foi resultado de amplas articulações políticas com diversos representantes do agronegócio brasileiro, apesar de todo o discurso falacioso de sustentabilidade ambiental defendido por esses atores.

A diversidade de atores governamentais e das organizações patronais de apoio ao agronegócio sinaliza disputas territoriais com o campesinato, controle político de instituições, domínio ideológico sobre frações da classe trabalhadora e afirmação da centralidade das decisões políticas. Daí o interesse em constituir a Frente Parlamentar da Agropecuária para fins de coordenar as tramas institucionais do Estado com os atores representantes do agronegócio.

É importante ressaltar que o termo *Bancada Ruralista* se refere a uma frente parlamentar que defende os interesses de latifundiários do agronegócio brasileiro. Tanto a UDR quanto a FPA são instâncias políticas que possibilitam um agir unificado no Congresso Nacional, quando há uma matéria de interesse do agronegócio. A atuação da Bancada Ruralista demonstra seu poder de influência nas indicações para o Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente, bem como na eleição do presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. Ao controlar as instâncias decisórias do Estado, a Bancada Ruralista promove os interesses do agronegócio em detrimento das questões ambientais e sociais relacionadas à questão agrária brasileira, ao mesmo tempo

em que criminaliza as lutas sociais no campo e renova reforça os interesses ideológicos das oligarquias agrárias.

A atuação da Bancada Ruralista, no período de 1985 até 2007, resultou em conquistas expressivas para o agronegócio, em geral, e para os latifundiários, em particular. Edélcio Vigna (2007, p. 06) destaca a aprovação da Lei de Biossegurança; a liberação dos transgênicos por meio de Medidas Provisórias; e a aprovação do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. Além disso, houve esforços para manter a Medida Provisória que suspendia as vistorias nas áreas ocupadas pelos movimentos sociais e penalizava os agricultores sem-terra que participavam de ocupações; e, por fim, houve avanço nas diversas renegociações das dívidas dos grandes produtores rurais, entre outras conquistas.

As estratégias-redes político-institucionais buscam controlar e influenciar pessoas, lugares e territórios-rede, definindo assim a geografia política da Bancada Ruralista. Para tanto, é preciso capturar instâncias do Estado, mesmo quando governos de esquerda estão no poder. A ex-senadora ruralista Kátia Abreu já foi presidente da CNA. Em 2015, ela era a ministra da Agricultura do governo da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Em 2018, a Bancada Ruralista ajudou a eleger Jair Bolsonaro, em troca de maior apoio do Estado ao agronegócio e à retirada de restrições ambientais aos interesses agropecuários, especialmente quando da escolha dos ministros da Agricultura e do Meio Ambiente.

Somente no período de 2015 a 2019, havia 255 parlamentares ligados ao agronegócio. Entre 2019 e 2023, esse número saltou para 283, conforme relatado por Martins (2023). Em 04 de abril de 2024, o site da Frente Parlamentar da Agropecuária registrava 374 parlamentares (324 deputados e 50 senadores).

Uma das estratégias de manutenção da bancada ruralista é o apoio do Instituto Pensar Agro (IPA), estabelecido em 2011. Um

nome proeminente na sua fundação é Nabhan Garcia, político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Durante os últimos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), Garcia aproximou a União Democrática Ruralista (UDR) de setores patronais da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Esse encontro foi facilitado pelo trabalho do Instituto Pensar Agro como *think tank* do agronegócio, segundo Goldfarb (2024).

O IPA age nos termos da geopolítica econômica-militar de raiz oligárquica reacionária-cristã, conforme experiência do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), criado em 1961, sob a batuta do general Golbery do Couto e Silva e do financiamento dos Estados Unidos. Em síntese, o Instituto Pensar Agro serve de braço político-ideológico de inteligência civil da extrema direita do agronegócio e conta com financiamento de empresas como Cargill, Bunge, Nestlé, Bayer, dentre outras, como assinala Pochmann (2023). Em troca, uma das estratégias do IPA tem sido desqualificar o debate sobre trabalho escravo. Em 2017, o IPA endossou a Nota do Ministério do Trabalho (16/10/2017), que garantia segurança jurídica ao setor empresarial do agronegócio no trato da problemática do trabalho escravo.

Os benefícios alcançados pela representação são definidos pelo grau de mobilização de seus membros em defesa de interesses comuns. Incentivos econômicos específicos e a conciliação de interesses são elementos que influenciam a participação dos atores na rede e as diferentes estratégias dos grupos de interesses. A possibilidade de revogação dos incentivos da lei Kandir, estabelecida em 1996, provocou reação da CNA, em 2019. Em maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) ratificou um acordo para que a União compensasse as perdas dos estados.

A provisão de bens coletivos da rede de representação de interesses está condicionada às vantagens individuais percebidas a cada ator ao participar dela. Embora a ação possa ser coletiva, os

interesses são, em última instância, individuais. A adesão à rede amplia a capacidade de barganha política diante do Estado, dada a organização da rede de representação. No entanto, isso não impede conflitos entre os membros já que há incentivos seletivos para atrair adesões, o que pode gerar certa competição entre as associações. Observa-se que todas elas negociam ações de interesses com o Estado, como é o caso da ABAG e da SRB. A demarcação dos alinhamentos políticos e ideológicos entre as frentes parlamentares e as associações revela o nível de engajamento associativo dos parlamentares dentro do corpo social do Estado. Esse comprometimento chegou ao ponto de resultar na legitimação dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. De acordo com o Relatório *As origens agrárias do terror*, líderes da Frente Parlamentar da Agropecuária e do IPA defenderam o movimento golpista, conforme apontado por Fialho *et al*. (2023).

Durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, as redes políticas do agronegócio garantiram acordos de isenção de impostos, a renegociação de dívidas e tolerância sem precedentes em relação a infrações socioambientais. Além disso, constituíram-se como a principal base de sustentação da extrema direita bolsonarista. As ações políticas se caracterizaram por uma postura de confronto, discursos carregados de ódio e autoritarismo direcionados aos movimentos sociais no campo. Houve também um negacionismo em relação à proteção ambiental, desmantelamento de órgãos ambientais e uma clara política antiecológica, resultando na desumanização de povos tradicionais e na facilitação da grilagem de terras.

Essa significativa influência política foi evidenciada pela participação da Frente Parlamentar da Agropecuária na composição de cinco ministérios durante o governo de Jair Bolsonaro (Ministério da Agricultura e Pecuária, Casa Civil, Cidadania e Turismo e Ministério do Meio Ambiente, conforme assinalam Nannini (2023)

e Moreira, Souza e Oliveira (2020). É importante ressaltar que um dos impactos da organização política do agronegócio, durante os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, foi a formação de uma narrativa ideológica de extrema direita que se apoiava em interpretações produtivistas agrícolas e na promoção de uma de sustentação de uma única agricultura no país. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, a redução da assistência técnica e extensão rural, bem como a diminuição do reconhecimento e titulação das terras indígenas e quilombolas, juntamente com a diminuição da criação de assentamentos rurais, são políticas claramente alinhadas aos interesses da extrema direita do agronegócio brasileiro (SABOURIN *et al*., 2020; POMPEIA, 2021; NIERDERTE *et al*., 2022; NANNINI, 2023). Em suma, Jair Bolsonaro se transformou no recurso de poder mais importante da rede política do agronegócio. Em efeito, observaram-se imensos retrocessos na pauta ambiental e agrária do país.

OS IMPACTOS TERRITORIAIS DO AGRONEGÓCIO SOB A ÉGIDE DE UMA AGENDA DE EXTREMA DIREITA

O agronegócio sempre desempenhou um papel significativo para exportações brasileiras, não obstante o setor de serviços ser dominante no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Em 2023, das exportações totais, no valor de 339,7 bilhões de dólares, o agronegócio contribuiu com 165 bilhões de dólares. Quando se observam os números dos setores que compõem o PIB em 2023, no entanto, o setor agropecuário representou 7,1%, a indústria 25,5% e os serviços com 67,4% de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na fase atual do capitalismo, o agronegócio requer uma acumulação que engloba os aspectos urbano-industrial-financeira global, visando estabelecer os elementos essenciais do arranjo espacial agroindustrial em rede integrada funcionalmente com objetos e ações delimitadas. Essa rede abrange aspectos produtivos, comerciais, industriais, financeiros e de serviços, exigindo, por sua vez, uma rede política territorial que represente os diversos atores do agronegócio. A velocidade dos fluxos materiais e imateriais e a recomposição rápida dos territórios e das alianças políticas são características distintivas da atual dinâmica do agronegócio brasileiro.

A revolução digital e a biotecnologia articulam as corporações do agronegócio com empresas de tecnologia renomadas, como a IBM, Microsoft e Amazon. Em termos de revolução digital, a agricultura de precisão está unindo diferentes setores do agronegócio com o objetivo de aumentar a produtividade. Além disso, o agronegócio está utilizando as redes sociais virtuais para uma campanha de desinformação acerca da mudança climática global e do uso de agrotóxicos e suas consequências.

No contexto de justificativa para a expansão da produtividade, o Brasil se destaca como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Entre as lavouras temporárias de grãos, apenas a soja tem 71% do volume da produção geneticamente modificada. Essa situação é respaldada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança que autoriza a liberação dos transgênicos. As resistências da sociedade civil estão presentes nas ações de organizações, como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Associação Brasileira de Agroecologia (Aba), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), entre outras. Uma das iniciativas que surgiu em resposta a essa problemática foi o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, elaborado pela

Associação Brasileira de Agroecologia (SANTOS; GLASS, 2018, p. 22-23). Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu o CONSEA.

De acordo com Lignani e Brandão (2022), os agrotóxicos constituem uma das peças-chaves para a consolidação do agronegócio, sobretudo a partir da ditadura no Brasil (1964-1985). O Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), criado em 1975, já sinalizava para uma problemática dos agrotóxicos em termos socioambientais, que foi ignorada com a expansão do DDT e Dieldrin, inseticidas proibidos em outros países.

A compra de terras como ativo financeiro e produtivo também se junta ao rol de estratégias das corporações do agronegócio. Além das fusões, aquisições e compras de terras, a geografia política do agronegócio requer integração vertical da cadeia de suprimento, pesquisa em recurso de germoplasma de plantas e animais, biotecnologia, tecnologia de produção agrícola, logística de transporte, locação de ativos de concorrentes, diversificação de produtos, vendas no atacado e no varejo e, sobretudo, lobby junto ao Estado (SANTOS; GLASS, 2018, p. 32).

A captura do Estado e a competição por licitações são essenciais para a manutenção da hegemonia das corporações do agronegócio. O acesso às informações privilegiadas dos governos garante participação em segmentos-chave do comércio agropecuário de um país. Assim, o *lobby* é fundamental para a circulação de capital, juntamente com a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e a participação de entidades do setor agropecuário, como a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (UNICA), a Associação Brasileiras das Indústrias Exportadores de Carne, dentre outras. A rede de representação de interesses une ainda partidos políticos, produtores, universidades, sindicatos patronais entre outros atores.

Durante o mandato de Jair Bolsonaro, os interesses do agronegócio estavam claramente à frente da defesa de uma sustentabilidade socioambiental e declaradamente a favor de uma contrarreforma agrária. Bolsonaro herdou um histórico de conflitos nas áreas rurais do país e nos territórios de populações tradicionais, mas seu governo registrou o agravamento da relação grilagem e desmatamento, a expansão dos conflitos por terra, a invasão de terras indígenas e o ataque aos movimentos sociais de resistência à ordem neoliberal. Dadas as singularidades da geografia agrária brasileira, alguns estudiosos denominaram esse período de agrobolsonarismo, conforme proposto por Pompeia (2022).

O relatório do Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM), intitulado *Florestas Públicas não destinadas e grilagem* (2021), destaca que a grilagem, por meio de fraudes no Cadastro Ambiental Rural (CAR), representa 65% do desmatamento em terras públicas na Amazônia, que deveriam ter uso restrito à conservação e uso sustentável pelas populações tradicionais. No final de 2020, aproximadamente 29% dessas terras [correspondendo a 14 milhões de hectares] estavam registradas ilegalmente por meio do CAR. De acordo com o relatório, "a ligação entre a grilagem e a retirada da floresta é clara: 66% do desmatamento ocorrido até hoje está dentro do perímetro declarado ilegalmente como particular", destaca o IPAM. As ações ilícitas no CAR impactam na sociobiodiversidade, nas terras indígenas e de quilombolas e nas Unidades de Conservação. Há sobreposição de CAR em terras indígenas em quase todos os estados do país. O corte de recursos públicos, a negligente fiscalização dos órgãos públicos no cumprimento da legislação ambiental, o descaso com regularização fundiária, a existência de um mercado valioso e especulativo de terras e o fato de o CAR ser autodeclaratório contribuem para a proliferação da grilagem de terras no país.

No que diz respeito à geografia agrária, o relatório divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) – *Conflitos no Campo Brasil 2021*- revela números significativos. Entre 2012-14, durante o governo de Dilma Rousseff, os conflitos por terra totalizaram 2.450, enquanto no período de 2019 a 2021, sob o comando de Jair Bolsonaro, os números saltaram para 4.078. Esses totais incluem ocupações/retomadas e acampamentos. No que se refere aos conflitos por água, houve um aumento notável: 312 e 1.156 registros nos governos Dilma e Bolsonaro, respectivamente. Houve redução das ocupações entre os dois governos: de 723 para 125. Esse decréscimo pode ser atribuído ao recrudescimento da violência armada contra os sem-terra, à pandemia e à redução de recursos financeiros disponíveis, o que dificultou a expansão das ocupações de terra.

No artigo "Expropriação, violência e r-existência: uma geografia dos conflitos por terra no Brasil (2021)", Carlos Walter Porto-Gonçalves (geógrafo) *et al*. (2022) utilizaram como base o relatório da CPT para mapear a ocorrência de violência por terra no Brasil por macrorregiões. Os resultados indicaram que 39,6% dos conflitos ocorrem na região Norte; 29,6% na região Nordeste; 13,8% no Sudeste; 12,9% no Centro-Oeste; e 3,7% na região Sul. Dos 71 milhões de hectares de terras em disputa, 82% estão concentrados na região Norte e 14% na região Centro-Oeste, áreas de extensão da fronteira do agronegócio brasileiro, assim como o Matopiba. Como atores responsáveis pela violência, incluem-se empresários, fazendeiros, garimpeiros, grileiros, Estado e mineradoras, dentre outros. Entre os que sofrem com a violência, destacam-se as populações tradicionais, que representam 73,18% das 1.242 localidades em conflito, além de sem-terra, assentados e pequenos proprietários, conforme assinalam os autores.

Os conflitos por terra sinalizam uma ampliação significativa das áreas afetadas. Em 2021, foram registradas contendas a 71

milhões de hectares de terras em todo o país. A redução de recursos nos órgãos de fiscalização, tanto contra o trabalho escravo, o desmatamento, a grilagem, a mineração ilegal ou legal quanto contra as madeireiras ilegais, tem contribuído para a expansão dos embates e dos casos de violência e impunidade.

Mesmo não sendo um problema exclusivo do governo Bolsonaro, o descaso com a reforma agrária por meio do processo de desapropriação e assentamento rural tem mantido um cenário de tensão no campo brasileiro. Sob a gestão bolsonarista, a titulação de terras se transformou na bandeira da *reforma agrária bolsonarista*. A paralisação de processos de aquisição de áreas e o corte de verbas ao INCRA são algumas das razões do recuo da desapropriação de terras e da dificuldade de registro dos imóveis e averbação do título de terras que o INCRA disponibiliza para as famílias. De acordo com a *Nota Técnica do Incra* 360/2021/GABT/GAB/SEDE, em comparação aos governos anteriores, durante o governo de Lula foram assentadas 614.088 famílias, enquanto no governo Bolsonaro, entre 2019 e 2020, apenas 9.228 famílias foram assentadas.

Da situação dos conflitos por terra, é importante destacar a situação dos povos indígenas. A paralisação da demarcação de Terra Indígena (TI) e a invasão dos territórios por atividades ilegais como garimpo, exploração madeireira, agropecuária grilagem/loteamento de terras, pesca ilegal, fazendeiros/posseiros e biopirataria demonstram uma clara política anti-indígena. O abandono da FUNAI e dos órgãos de fiscalização (INCRA e IBAMA) e a postura de desprezo pelos povos indígenas fomentaram as práticas de invasão das terras indígenas. Em 2016, foram registradas 59 ocorrências de invasão e exploração das TIs. Em 2021, o número de casos subiu para 305. Entre 2016 e 2018, foram contabilizados 264 casos, enquanto entre 2019 e 2021, houve o registro de 824, conforme o relatório *Violência contra Povos Indígenas do Brasil*, dados de 2021, divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário

(CIMI), entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A antipolítica indigenista de Jair Bolsonaro chegou ao ponto de violar até o direito de os povos indígenas à vacinação contra a Covid-19, à alimentação e ao controle de doenças em geral, como evidenciado no caso dos Yanomami. A FUNAI negligenciou sua função de proteção dos territórios indígenas. A emissão da Instrução Normativa 01/2021 FUNAI/IBAMA contribuiu para a regulamentação e institucionalização da prática dos arrendamentos rurais no interior das terras indígenas, conforme observado por Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira (2022). Por fim, destaca-se a política *anti-indigenista* que defende o marco temporal de usufruto das terras ancestrais indígenas estabelecendo-o apenas a partir da promulgação da Constituição de 1988, uma bandeira clara do governo bolsonarista (MONDARDO, 2022).

Além da problemática indígena, vale ainda assinalar a privatização do acesso à água, a exploração mineral, a contaminação dos recursos hídricos, o desmatamento e a omissão dos órgãos de fiscalização ambiental como algumas das causas dos conflitos por água no país. As disputas também surgem em decorrência da construção de açudes, barragens, cercamento de perímetros irrigados e transposição de rios são outras razões dos conflitos por direito à água. De acordo com Mariana M. Teixeira e Talita F. Montezuma (2022, p. 127 e 128), dos 304 conflitos mapeados em 2021, empresas e corporações extrativistas desempenharam um papel central. As mineradoras internacionais foram responsáveis por 30% dos conflitos; 19% foram atribuídos a setores empresariais, 14% a fazendeiros, 10% à construção de hidrelétricas, 9% às intervenções governamentais, 8% a garimpeiros e 10% distribuídos entre grileiros, arrendatários e outros. As comunidades mais afetadas foram as tradicionais, como ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas, conforme apontam as autoras.

Em meio aos conflitos por terra e água, uma das heranças da distopia neoliberal do bolsonarismo foi o desprezo pela sustentabilidade socioambiental em prol do agronegócio e exploração mineral, além do flagrante desrespeito aos acordos internacionais sobre clima, biodiversidade, dentre outros temas. De fato, o desmatamento tornou-se uma das marcas mais nefastas do governo de Jair Bolsonaro. O MapBiomas publicou o *Relatório Anual do Desmatamento no Brasil* (RAD): julho de 2022, que apresenta números expressivos do passivo ambiental resultante da falta de controle ambiental por parte do ICMbio, IBAMA e Ministério do Meio Ambiente.

Em todo o território, o Brasil perdeu 1.665.782 hectares de cobertura vegetal em todos os biomas. Os principais vetores de pressão do desmatamento incluem a agropecuária, garimpo, mineração, expansão urbana e a instalação de usinas eólicas e solares, entre outros. Embora a agropecuária seja a principal atividade responsável, em alguns casos, o garimpo ganha protagonismo, como no Pará, enquanto em outros, está relacionado com a expansão urbana desordenada.

Em termos de bioma, a Amazônia foi a área com maior supressão da cobertura vegetal nos últimos três anos de governo Bolsonaro. De acordo com o relatório, foram mais de 977 mil hectares de bioma destruídos em 2021. Do total de alerta de desmatamento em 2021, a Amazônia registrou 66,8% das ocorrências. Em seguida, o Cerrado apresentou pouco mais de meio milhão de hectares desmatados. Em 2021, juntos, Amazônia (59%) e Cerrado (30,2) representaram 89,2% da área desmatada, e se adicionarmos a Caatinga (7%), o percentual chega a 96,2%. Em seguida, aparecem a Mata Atlântica (1,8%), Pantanal (1,7%) e o Pampa (0,1%). Entre as áreas mais desmatadas, destacam-se o Cerrado do Matopiba (Maranhão e Bahia) e o arco de fronteira composto por Pará, Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso. O

desmatamento ocorreu em grande parte em propriedades privadas, mas também em Unidades de Conservação, Terras Indígenas e terras públicas não destinadas.

No final do relatório, o MapBiomas concluiu que a expansão do desmatamento, durante o período do governo Bolsonaro, resultou dos baixos níveis da ação política de conservação-preservação ambiental, pois "o nível de ações não alcançou 10% dos eventos de desmatamento e nem um quarto da área desmatada no período de 2019 a 2021" (2022, p. 104).

Em síntese, a antipolítica de extrema direita do bolsonarismo no território brasileiro promoveu esforços de destruição reacionária de direitos à sociobiodiversidade, à preservação dos biomas, aos direitos humanos de identidades plurais e à conquista de novos territórios indígenas, quilombolas, sem-terra e demais grupos de uso coletivo da terra (SILVA, BAMPI, 2024).

CONCLUSÃO

As estratégias das redes políticas de representação do agronegócio se fundamentam na defesa do patronato oligárquico rural e nas articulações de atores em diversas localidades e regiões do país sob a égide dos valores da extrema direita brasileira. A trama política em torno dos interesses classistas e ideológicos redefine formas de captura do Estado para exercício de poder pelos representantes do agronegócio brasileiro. Tal ação ocorre por meio de uma formação discursiva baseada na modernização distópica do território brasileiro e de sua subordinação aos esquemas de acumulação financeira em escala global. Participam desse arranjo político as corporações multinacionais, sindicatos patronais, cooperativas agrícolas, governos estaduais e municipais,

legislativos, fundações de pesquisa, ONGs, universidades e federações, dentre outros atores. Eles articulam interesses e questões locais, regionais, nacionais e internacionais que afetam a trama política solidária e coesa do agronegócio, embora possam surgir alguns conflitos internos.

A conclusão é que a experiência da extrema direita, sob a égide da representação política do agronegócio, possui uma natureza fundamentalista nacionalista-cristã, neoliberal, oligárquica, militarista e desenvolvimentista-reacionária, acionada por um grupo de massa refratário a qualquer projeto de avanço em direção à expansão da democracia social e política para as populações rurais e urbanas brasileiras.

A organização da rede política ocorre por meio de redes sociais da internet formadas por indivíduos de diversas classes sociais unidos em torno de um imaginário político retroalimentado por teorias da conspiração anticomunista. Essa cadeia busca promover a unidade de uma consciência coletiva e política a serviço da negação de qualquer projeto social que advenha de grupos progressistas.

Os impactos socioterritoriais da agenda reacionária do agronegócio são evidenciados nas ações políticas de desregulamentação ambiental sobre territórios tradicionais e a ocupação de Áreas de Preservação Ambiental (APPs) para fins de mineração e de *commodities* agrícolas. Além disso, as redes políticas do agronegócio lutam no Congresso Nacional pela flexibilização trabalhista extensiva, mesmo sob denúncia de trabalho escravo. A remoção de obstáculos para o avanço da fronteira agrícola proporciona um campo aberto para o desmatamento, expansão de conflitos socioambientais e a garantia de subsídios e incentivos fiscais para o setor patronal. A definição de um marco temporal que dificulte a legalização da ancestralidade das terras indígenas tem sido um campo de batalha em que o agronegócio está envolvido.

Destarte, a política de produção de *fake news*, o controle da mídia, o *lobby* político e a consolidação de uma concepção ideológica da sociedade moderna (autoritária e excludente), mesmo que haja um conveniente negacionismo científico, constituem as bases da práxis político-econômica das redes de sustentação do agronegócio brasileiro. Assim, a crítica ao agronegócio passa pela análise dos valores da extrema direita como nexo vital e que concretiza a reprodução capitalista neoliberal que atinge toda a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, V. **O legado desenvolvimentista no contexto da democracia com liberalização** (Tese de Doutorado em Ciência Política). São Paulo: USP, 2012.

ARIAS, E.; MARIE BURT, J. "The New Extreme Right in Latin America". Dossier: The New Extreme Right In Latin America". **Latin American Studies Association**, vol. 54, 2023.

BOHOSLAVSKY, E.; BROQUETAS, M. "Latin America's New Right Wings: Shifting Ideologies, Transnational Ties". **NACLA Report on the Americas**, vol. 56, 2024.

BRUNO, R. "Agronegócio, Palavra Política". **Anais do VIII Congreso Latino-Americano De Sociología Rural**. Porto de Galinhas: ALASRU, 2010.

CARRANZA, B.; TEIXEIRA, A. C. C. "Ultraconservadorismo católico: mimesis dos mecanismos da erosão democrática brasileira". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 119, 2023.

EATWELL, R.; GOODWIN, M. **Nacional-populismo**: a revolta contra a democracia liberal. São Paulo: Record, 2021.

ESCOFFIER, S.; PAYNE, L. A.; ZULVER, J. "Introduction: The right against rights in Latin America". *In*: PAYNE, L. A.; ZULVER, J.; ESCOFFIER, S. (eds.). **The Right against Rights in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2023.

FIALHO, B. *et al*. **As origens agrárias do terror**: do golpe de 1964 aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. São Paulo: Observatório De olho nos Ruralistas, 2023.

FIESCHI, C. **Populocracy**: the tyranny of authenticity and the rise of populism. London: Agenda Publishing, 2019.

GOLDFARB, C. "Extrema direita e agronegócio: um encontro a serviço do capital". **Fundação Rosa Luxemburgo** [2024]. Disponível em: <www.rosalux.org.br>. Acesso em: 04/03/2024.

GUSSI, E. H. B. **A representação política** (Tese de Doutorado em Direito). São Paulo: USP, 2009.

HARRIS, B. "Brazil's Conservative Carnival Tries to Put on Brave Face in Era of Resurgent Left". **Financial Times** [2023]. Disponível em: <www.ft.com>. Acesso em: 18/03/2024.

HEROD, A. "The production of scale in U.S. labour relations". **Area JSTOR**, vol. 23, n. 1, 1991.

KALTWASSER, C. R. "The Far-right in Latin America: definitions and explanation". **European Consortium for Political Research** [2023]. Disponível em: <www.ecpr.eu>. Acesso em: 20/03/2024.

LIGNANI, L. B.; BRANDÃO, J. L. G. "A ditadura dos agrotóxicos: o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas e as mudanças na produção e no consumo de pesticidas no Brasil, 1975-1985". **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 29, n. 2, 2022.

LIMA, I. **Redes políticas e recomposição do território** (Tese de Doutorado em Geografia). Niterói: UFF, 2005.

MARTINS, L. A. **A construção do espaço político da bancada ruralista no Congresso Nacional e a questão agrária no século XXI (1999-2022)** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2023.

MASCARO, A. L. **Crítica do fascismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.

MONDARDO, M. „In defense of indigenous territories in Brazil: rights, demarcations and land retake". **GEOUSP**, vol. 26, n. 1, 2022

MOREIRA, M. S.; SOUZA, M. J. A.; OLIVEIRA, V. L. "O agronegócio, a contrarreforma agrária e a luta por direitos no campo". *In*: OLIVEIRA, V. L. *et al*. (org.). **O Brasil que arde e a boiada que passa**: instituições, conflitos e relações de poder. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2020.

MUDDE, C. **A extrema direita de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2022.

OLIVEIRA, A. E. C. "2021 em contraponto ao projeto de morte e suas crises, a mobilização da Esperança". *In*: CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra os povos indígenas do Brasil, dados 2021**. Brasília: CNBB, 2022.

PITKIN, H. F. **The concept of representation**. Berkeley: University Of California, 1967.

POCHMANN, M. "Como os ruralistas capturaram o Congresso". **Brasileiro de Fato** [2022]. Disponível em: <www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 04/04/2024.

POMPEIA, C. "A ascensão da extrema direita entre as representações políticas dos sistemas alimentares". **Revista Antropolítica**, vol. 3, n. 53, 2021.

POMPEIA, C. "O agrobolsonarismo". **Revista Piauí**, n. 184, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *et al*. "Expropriação, violência e r-existência: uma geografia dos conflitos por terra no Brasil (2021)". *In*: CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil, 2021**. Brasília: CPT Nacional, 2022.

SABOURIN, E. *et al*. "The dismantling of family farming policies in Brazil and Argentina". **International Review of Puclic Policy**, vol. 2, 1, 2020.

SALGADO, C.; CASARÕES, G.; ZARAKOL, A. "Forum: Populist Radical Right & Illiberal Foreign Policymaking". **Contexto Internacional**, vol. 45, n. 2, 2023.

SANTOS, M.; GLASS, V. **Relatório**: Atlas do Agronegócio. São Paulo: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SILVA, C. A. F. **As redes de representação de interesses do setor cana-etanol em áreas do Centro-Sul (1990-2014)** (Tese de Doutorado em Geografia). Niterói: UFF, 2015.

SILVA, C. A. F.; BAMPI, A. C. “A extrema direita e os impactos socioterritoriais da antipolítica bolsonarista”. **Boletim Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 51, 2024.

TEIXEIRA, M. M.; MONTEZUMA, T. F. “Mapeando os conflitos por água no Brasil: principais indicadores, sinais de alerta e ameaças para a defesa das águas como bens comuns”. *In*: CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil - 2021**. Brasília: CPT Nacional, 2022.

VIGNA, E. “Bancada Ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional”. **Argumento**, n. 12, 2007.

VOMMARO, G. “La ultraderecha en Argentina: entre el oportunismo y la innovación de Milei”. **Fundación Friedrich Ebert** [2023]. Disponível em: <www.fes.de>. Acesso em: 21/03/2024.

CAPÍTULO 10

Geopolítica, Relações Internacionais, ODS's e a Indústria da Construção Civil

GEOPOLÍTICA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ODS'S E A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Gustavo Focesi Pinheiro

A geopolítica é de extrema importância na definição das políticas públicas e relações internacionais, não há como negar os impactos regionais e internacionais pós Segunda Guerra Mundial que perdurou por décadas. E quando parecia que o mundo entrava em um momento de harmonia entre os polos formados, e tantos percalços nas relações internacionais intermediários, ocorre a invasão da Ucrânia pela Rússia. E todos os antigos temores e rivalidades se renovam, e com eles tantos avanços em prol da sustentabilidade, inicialmente em nível local e depois em nível global se esvaziam e/ou retrocedem.

Os ODS's são mais uma das iniciativas da ONU em prol do vislumbre de um planeta mais sustentável em um futuro próximo, e que com certeza sofreu algum impacto na evolução prevista devido a Pandemia de Covid-19 e às questões geopolíticas e relações internacionais dos últimos cinco anos. Sendo importante entender os ODS's e as implicações sobre a geopolítica e as relações internacionais, e da geopolítica e das relações internacionais sobre os planejamentos para alcançar alguns dos ODS's nos últimos anos e nos próximos.

A humanidade sempre irá buscar melhores condições de vida. O crescimento populacional e a criação de novas necessidades, faz crescer cada vez mais o consumo de recursos naturais e a ocupação do ambiente natural, tornando-o em ambiente urbano e aumentando cada vez mais o impacto ambiental e a geração de resíduos. A indústria da construção civil acaba sendo uma das

ferramentas de ocupação do espaço e expressão do desenvolvimento das nações, e por este motivo um vasto campo para a aplicação da sustentabilidade, que deve ocorrer em parte pelo esforço dos profissionais do setor, mas também pelos formuladores de políticas públicas, que devem ser adequadas aos setores econômicos. Todas as estruturas necessárias ao equilíbrio dos centros urbanos e às economias nacionais, como edificações, transportes, atividades fabris, entre outras, se tornaram marcos de ocupação do espaço e desenvolvimento.

Cumprindo parte da minha pesquisa de Pós-Doutorado, o objetivo deste capítulo é demonstrar a estreita relação entre os acontecimentos mundiais que definem a geopolítica mundial e relações internacionais, e interferem de forma determinante na definição e manutenção de políticas públicas locais e globais, e que por fim alteram planejamentos de curto, médio e longos prazos, tantos dos governos de cada país quanto de setores comerciais e industriais em todo o mundo, e também, o andamento dos acordos internacionais pela sustentabilidade do planeta, firmados pelos países membros da ONU, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's). Este capítulo tem uma parte focada especialmente no setor da construção civil que é um dos principais meios de ocupação do ambiente pela humanidade e por isso responsável por grande impacto ambiental em todo o mundo, mas também por ser um dos setores que mais pode contribuir para a minimização de impactos antropogênicos sobre o ambiente. Podendo aliar o bem-estar da população e hábitos de consumo mais adequados às condições do planeta.

A metodologia utilizada se pauta em pesquisa bibliográfica sobre os temas abordados, proporcionando análises e estudos, sobre o presente e perspectivas futuras, de forma clara, para análise e planejamento de políticas públicas, como incentivos fiscais, aumento de demanda, entre outros, e a conscientização de

estudantes, professores, pesquisadores e das mais diversas áreas do conhecimento, e especialmente neste momento, os profissionais da indústria da construção civil e demais setores relacionados, sobre os temas abordados neste capítulo. Todos os dados, pesquisas e estudos citados foram indicados e referenciados.

Este capítulo se desdobra em três seções, que depois são interrelacionadas na discussão e conclusão. Sendo eles:

A Geopolítica que tem papel importante na definição de políticas públicas e nas relações internacionais, quando analisada de forma mais ampla, deve-se entender como fatores externos que interferem na definição das políticas internas e externas de cada país, assim como nos tratados firmados internacionalmente, capazes de influenciar a defesa de um ambiente equilibrado, o bem estar da população, as economias nacionais, a inovação nos processos industriais e o ambiente urbano, considerando inclusive o desenvolvimento de cidades sustentáveis, cidades inteligentes, o consumo de recursos naturais e energéticos, a geração de resíduos e até os movimentos migratório mundiais da população, determinando em parte o desenvolvimento econômico de cada país. Entendimento que é importante para todos os setores econômicos nas análises de projetos futuros.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS´s), definidos pela ONU, tem norteado as políticas públicas dos países signatários dos tratados internacionais relacionados, e devem ser sempre amplamente divulgados para a população, e se necessário, para que as políticas públicas surtam os efeitos devidos, devem passar por consulta pública. Vários dos ODS's estão diretamente ligados à indústria da construção civil, ou tem impacto direto sobre este setor da economia e por extensão à demais setores ligados a este.

A Indústria da construção civil é um dos setores de maior responsabilidade pela transformação e ocupação do ambiente

natural, tornando em ambiente urbanizado e que deve atender a todos os cidadãos de forma igualitária. E é movido ainda pelo crescimento populacional e necessidade de prover as estruturas necessárias ao bem estar da população, atendendo às políticas públicas e demais necessidades dos outros setores da economia de forma segura, efetiva e adequada.

DE FORMA SIMPLIFICADA: A GEOPOLÍTICA E SUAS IMPLICAÇÕES

Neste capítulo, não se tem a presunção de fazer uma revisão bibliográfica completa sobre este tema, mas sim mostrar que estes conceitos estavam presentes desde o início dos agrupamentos humanos e defiram a aparência das cidades e edificações, e continuarão, com os desdobramentos políticos, ambientais e as relações internacionais decorrentes.

Rosa (2021) lembra que há consenso "[...] sobre o fato de ter sido o cientista político sueco Rudolf Kjellén (1864-1922) o primeiro teórico a citar o termo Geopolítica", e a partir de então pesquisadores e teóricos de vários campos, ciência política, relações internacionais, geografia e estudos estratégicos, desenvolvem o conceito com abordagens e definições específicas e diferenciadas, segundo a formação e área de pesquisa de cada um.

Para falar sobre reflexos da geopolítica sobre uma população e os mais diversos setores econômicos de um país, tem-se que entender primeiramente o que seria a geopolítica nesta abordagem, uma palavra que pode ter demorado para ser definida, porém que deve fazer parte da civilização desde os primeiros agrupamentos e assentamentos humanos, dadas as interações entre a humanidade e o meio que ocupavam e a relação com demais agrupamentos humanos.

E sem fronteiras oficialmente definidas, até mesmo as relações internacionais já poderiam ser definidas como existentes, tomando-se partido da definição de nação, mesmo que sem território definido, mas com costumes, hábitos, cultura, e demais manifestações religiosas, cerimoniais e ritos de cada agrupamento.

Note-se ainda que o desenvolvimento dos assentamentos humanos se deu principalmente pautado nos recursos disponíveis localmente, e em principio a adaptação do ser humano ao meio natural e também geográfico, provendo seus abrigos e habitações de recursos que as tornassem mais confortáveis, desenvolvendo uma cultura construtiva própria, e depois sofrendo interferência de novos materiais e culturas até atingir um estilo arquitetônico internacional, onde as características climáticas locais são dribladas com recursos que demandam cada vez mais energia e consumo de recursos naturais, e assim as edificações passaram a perder os recursos de adaptabilidade ao clima local.

Conforme destaca Santos (2012) para a análise e contexto da geopolítica é fundamental conhecer a história, assim como a "...base geográfica e espaço operativo sobre qual o homem exerce poder [...] conceitos de soberania e de espaço, [...] consistem em importantes movimentos de sofisticação dos estudos [...]", além de considerar o conceito de Estado, ao estudar relações internacionais e geopolítica, por exprimir "[...] a dinâmica do território delimitado física e politicamente [...]" e pela relação com demais estados do sistema internacional.

Para Baracuhy (2021) Geopolítica "[...] pode ser entendida como o estudo e a prática da política do poder internacional definida no espaço geográfico", sendo que ao analisá-la encontra-se a política do poder e as tendências no mundo, como interpretação do cenário internacional, em uma evolução histórica do sistema internacional, destacando que as "[...] dinâmicas do poder dão significado político à geografia", e destaca ainda a metamorfose do espaço geográfico

em estratégico, em função da política do poder internacional, e assim, é importante desenvolver uma visão estratégica pelo diagnóstico do equilíbrio e tendências do poder internacional de longo prazo.

Folmer *et al*. (2021) destaca que geopolítica está relacionada aos desdobramentos "[...] que as relações sociais e de poder estabelecem com diferentes dimensões da categoria espaço, de forma multitemática e interdisciplinar", e num pensando dialógico, a relação geográfica entre fatos e fenômenos em cada país ou região, "[...] de organização e planejamento de políticas públicas e ações governamentais [...]" gerando impactos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Entre as temáticas citadas por Folmer *et al*. (2021), dentro dos estudos geopolíticos estão: forças políticas, limites e fronteiras, geoestratégias, negociações, acordos, autonomia, soberania e dependência, com interesses individuais e coletivos de Estados nacionais; sendo importante considerar impactos e compreender tratados e acordos, em níveis locais e globais, incluindo os referentes a novas tecnologias, causas ambientais, acordos comerciais, políticas de agências de fomento transnacionais, e até atividades de articulações de empresas e grupos que buscam um determinado fim. Interesses que podem ser ideológicos, estratégicos, imateriais, e que podem visar desde a soberania até a neutralidade, e a busca por proteção.

Rosa (2021) salienta que a Geopolítica ao se voltar "[...] para as questões do Meio Ambiente, ... poluição, urbanização, atmosfera e desafio ambiental. [...] consciência quanto aos riscos que o planeta e a humanidade atravessam em decorrência do aquecimento global [...]" e demais alterações climáticas, saltou além das questões estatais para questões mundiais. Despontando a geopolítica ambiental, que tem sido um dos focos de atuação e de iniciativas ambientais da ONU.

Neste contexto, não se negligenciam todos os estudiosos das teorias da política, da soberania, da territorialidade, das relações internacionais, e conceitos geográficos, porém, parte-se da ideia de que todos estes termos e definições são complementares e apesar de muitas vezes tratados como disciplinas distintas, o tema no geral é interdisciplinar e provavelmente está junto à humanidade desde que esta iniciou os primeiros passos. Os reflexos sobre as nações envolvidas devem ser analisados em todos os aspectos e não apenas em cada uma das disciplinas. E a evolução das relações internacionais e da geopolítica mundial continuam a definir as cidades e edificações, segundo um "senso comum", fazendo com que todas as grandes cidades tenham sempre a mesma aparência e vislumbrem as mesmas soluções.

OS ODS'S: INFLUÊNCIA E OS IMPACTOS DA GEOPOLÍTICA

Nas últimas décadas, não há como negar a importância do tema ambiental nas discussões internacionais, e como estas discussões têm influenciado as políticas e relações internacionais e movimentado a geopolítica global. Estas discussões têm promovido ainda, questionamentos claros à preservação ambiental, ao uso descriminado de fontes energéticas mais poluentes, à grande emissão de poluentes e de gases potencialmente geradores do efeito estufa, principalmente pelas maiores economias mundiais, e todas as riquezas geradas com as atividades relacionadas, em todo mundo.

É inquestionável que o cenário geopolítico internacional está repleto de interesses de setores industriais, comerciais, de nações protagonistas em cada uma das discussões, e de tantos outros grupos, quer sejam como algozes, como proponente de grandes mudanças, ou como vítimas de algum desdobramento ambiental ou climático.

Nunca alterações climáticas se tornaram um argumento tão forte ou simplesmente tão presente como atualmente nas economias nacionais. Mas, daí até mudanças concretas, o caminho é longo, e a situação "geopolítica" de cada parte do problema se torna determinante.

Para Nascimento (2012), a "[...] sustentabilidade ganha corpo e expressão política na adjetivação do termo desenvolvimento, fruto da percepção de uma crise ambiental global" originada na década de 1950 pelas ameaças do risco nuclear, alertando "...os seres humanos de que estamos em uma nave comum, e que problemas ambientais não estão restritos a territórios limitados [...]".

Para Rosa (2021) as iniciativas internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, tentam "[...] equalizar os problemas do meio ambiente, incentivando os estados a perseguir políticas que estabeleçam um equilíbrio entre o crescimento econômico, a proteção ambiental e a redução das desigualdades sociais", sendo a ONU um dos grandes organismos internacionais que tem se dedicado a esta finalidade, que pode ser definida como uma geopolítica ambiental, expressada principalmente nas assembleias destinadas a este fim, com base em estudos científicos sobre problemas ambientais e efeitos globais, sendo o Protocolo de Kyoto, para redução de emissão de gases poluentes, um dos mais notórios. E o Acordo de Paris como um dos mais recentes.

Muitos são os agentes que agem em prol do ambiente em vários países, e a interação entre eles e troca de experiências bem sucedidas, sempre será um apoio às mudanças de comportamento e novas políticas públicas, a serem implementadas ou adaptadas. Porém, há sempre que se lembrar que cada região tem culturas, costumes e outras características além das ambientais, que devem ser respeitadas. Desta forma, é necessária a adaptação das melhores práticas antes da aplicação e em muitos casos a consulta pública

antes da adoção de medidas, para assim serem adequadamente seguidas pela população com naturalidade e eficácia.

Conforme salienta Costa (2022), em torno das iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável, foi desenvolvido pela ONU e apresentada em 2015 a Agenda 2030, com o foco principal de orientar políticas públicas, para o atingimento de um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico com igualdade e qualidade de vida, com metas, prazos e compromissos para enfrentar problemas globais, envolvendo governos, sociedade civil e setor privado. A agenda é composta por 17 objetivos divididas nas dimensões econômica, social e ambiental.

Segundo a ONU (2022) os 17 ODS's contém 169 metas, que fazem parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável adotada por todos os países que são membros das Nações Unidas, reconhecendo que "[...] acabar com a pobreza e outras privações deve andar de mãos dadas com estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento econômico [...] combatem as mudanças climáticas e trabalham para preservar [...] oceanos e florestas".

Costa (2022), destaca que a Agenda 2030 prevê a adaptação dos ODS's as questões locais, possibilitando que cada município busque a melhor forma de cumprir as metas, pois muito "[...] se ouve sobre pensar globalmente, de acordo com a interdependência do sistema internacional que estamos inseridos, mas agir localmente, em nossas comunidades, a partir das ferramentas de transformação que temos".

Para Pedro, Silva e Pinheiro (2019) os diversos eventos e acordos internacionais firmados pelos países membros da ONU para o desenvolvimento sustentável "[...] estabelecem um plano de ação compartilhado para garantir a coesão social, a proteção ambiental e a prosperidade em todo o mundo", e para serem implementados

dependem das políticas públicas locais, e da definição de incentivos, áreas prioritárias, e gestão dos dados locais definindo as melhores alternativas.

Assim, a definição de uma agenda internacional, com objetivos definidos e metas a serem buscadas, une a todas as nações integrantes da ONU, dentro das possibilidades locais, estabelecendo relações internacionais diferenciadas e direcionadas para um mesmo fim, que pode ou não ser atingido, porém, todos os esforços serão sempre bem vindos.

Quadro 1 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Objetivo	Tema
1	Erradicação da pobreza
2	Erradicação da fome
3	Saúde e bem-estar
4	Educação de qualidade
5	Igualdade de gênero
6	Água limpa e saneamento
7	Energia limpa
8	Trabalho decente e crescimento econômico
9	Indústria, inovação e infraestrutura
10	Redução da desigualdade
11	Comunidades e cidades sustentáveis
12	Produção e consumo responsável
13	Ações climáticas
14	Proteção da vida aquática
15	Proteção da vida dos animais terrestres
16	Paz, justiça e instituições fortes
17	Parcerias para atingir as metas

Fonte: ONU (2022).

O Quadro 1 apresenta os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que conforme a ONU (2022) tiveram origem nos trabalhos desenvolvidos pelos países membros e do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, sendo uma evolução dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) de 2015, da Agenda 21, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) de 2012, do documento "O futuro que queremos" e da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU de Nova York em 2015, e são acompanhados pela Divisão para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (DSDG), anualmente por relatórios com indicadores locais e globais.

Quanto a municipalização dos ODS's, Costa (2022), destaca ainda que dada a grande diversidade de características entre os municípios brasileiros, deve ocorrer o que a ONU chama de localização de cada objetivo, devido a importância "desses entes subnacionais" e destaca ainda a importância da participação do setor privado, da academia e da sociedade civil organizada, para que as cidades se tornem cada vez mais sustentáveis e inclusivas, mas dependente ainda de políticas públicas adequadas tanto pela União, quanto pelos Estados e Municípios.

A OCUPAÇÃO DO AMBIENTE, A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E OS ODS'S

No desenvolvimento das minhas pesquisas em sustentabilidade nas edificações e ambiente urbano, conciliadas com os ODS's na Tese de Doutorado, e continuadas como Pesquisador de Pós-Doutorado na UNICAMP, e demais artigos e publicações realizadas e em produção, busco sempre a aplicação dos conhecimentos, e desenvolver atividades em prol da conscientização de todos e para concepção de edificações e cidades mais

sustentáveis, com a inclusão real de todas as pessoas independente das limitações que possuam, tema que também abordo nas pesquisas realizadas sobre a concepção de cidades inteligentes.

Segundo destacou o IBGE (2015) no documento que elencou os indicadores para o desenvolvimento sustentável no Brasil, de acordo com a Agenda 21, "[...] a habilidade de um país para avançar na direção do desenvolvimento sustentável é determinada pela capacidade das pessoas e das instituições, o que inclui capacidades científica, tecnológica, organizacional e financeira"; e quando se fala em capacidade institucional, o indicador de investimento em ciência e novas tecnologias de processos e produtos, é tido como meio para busca de alternativas que possibilitem alcançar o desenvolvimento sustentável.

Conforme destacam Cortese *et al*. (2019) as cidades oferecem muitas perspectivas para a aplicação dos ODS's, com grande circulação de pessoas e mercadorias, diversas relações contratuais, culturais e econômicas, e grande demanda por recursos e serviços para funcionar, como "[...] água, energia, alimentos, [...] infraestrutura - mobilidade, habitação, saúde, educação e segurança [...]", mas, é necessário rever a gestão do espaço urbano, para propiciar qualidade de vida e bem-estar aos habitantes.

Como ícone de modernidade grandes empreendimentos têm sido construídos nos grandes centros urbanos, Grzegorzewska e Kirschke (2021), salientam que esse tipo de empreendimento conforme as características, têm "[...] pegada de carbono significativa [...], ao longo de seu uso, tornam-se enormes fontes de emissão de calor [...]", principalmente quando perdem a adaptabilidade ao clima local e passam a driblar as condições climáticas com equipamentos que consomem mais recursos naturais como energia e água.

Para Xavier, Oliveira e Gusmão (2022), o rápido crescimento dos centros urbanos gerou problemas para as cidades e para os habitantes, e o "...conceito de cidades inteligentes, que possui como uma de suas principais características a implementação de tecnologias da informação para otimização do sistema urbano, tem se intensificado nos últimos anos", porém, alguns pontos ainda não tem consenso, como o uso das tecnologias da informação no planejamento urbano, os benefícios possíveis de serem alcançados, além de problemas com a acessibilidade de todas as pessoas, independente das limitações e habilidade com as tecnologias aplicadas, falta de aparelho de celular ou acesso à rede de dados, além da dificuldade colocada para atendimento presencial, tanto para ter informações quanto para o acesso aos serviços públicos.

O crescimento populacional é uma preocupação extra com a aplicação dos ODS's, sem contar as implicações para a formulação e adaptação das politicas públicas, e previsão de crescimento da infraestrutura necessária à manutenção do equilíbrio artificial do ambiente urbano.

Para Vasconcellos Neto, Campos e Sarrouf (2022), o crescimento populacional e socioeconômico, aumentam a exploração de recursos naturais, e exponencialmente as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), sendo um desafio a mais para a economia mundial e a sustentabilidade.

Global ABC, IEA, UNEP (2019), destacam que entre 2010 e 2018, o uso de eletricidade nas edificações aumentou mais de 19%, acompanhado pelo aumento das emissões com a utilização de fontes energéticas mais poluentes incluindo o carvão utilizadas para a produção de eletricidade, principalmente em algumas economias emergentes, por isso há a necessidade de proporcionar "...a transição para edifícios com energia limpa e hipocarbônica", porém, no mesmo período as fontes de energias renováveis tiveram o "[...] crescimento mais rápido para edifícios, com o seu uso aumentando

21% [...] uso de gás natural cresceu 8% ... o uso de carvão, [...] caiu quase 10% globalmente [...]".

Utilizando a Análise Matriz Elétrica e População, Pinheiro e Gireli (2022), com a estimativa de crescimento da matriz elétrica para o ano de maior população projetada para o Brasil, 2047 (segundo dados do IBGE até a data da publicação que fizeram), e para o mundo até o ano de 2050, adotando as taxas de crescimento anual da demanda, encontraram valores de crescimento da matriz elétrica brasileira entre 11,86% à 17,3%, e para mundial entre 27,57% à 37,49%, em diferentes cenários adotados, para os próximos 26 anos. Um desafio para planejadores do setor elétrico.

Para Braga e Paiva (2022), é importante para a produção sustentável em todo o mundo "[...] novas tecnologias para a exploração de fontes de energia renovável", pois, a transição energética, substituindo os combustíveis fósseis por fontes menos poluentes é "[...] essencial para o êxito das estratégias corporativas parametrizadas pelos conceitos da sustentabilidade, bem como para a efetividade de políticas públicas associadas a mobilidade urbana e infraestrutura das cidades".

Desta forma, cabe ressaltar que grande parte dos recursos energéticos no mundo é consumida no provimento de condições de habitabilidade e conforto interno nas edificações, e suprimento de necessidades humanas diariamente nas áreas urbanas. Necessitando de iniciativas imediatas, conforme destaca Pinheiro (2023), com a análise da matriz energética mundial, de "[...] racionalização de energia em todos os setores produtivos, e em especial aos essenciais a manutenção do equilíbrio urbano e qualidade de vida da população".

No Brasil, a Constituição Brasileira no artigo 225 do Capítulo VI, define as políticas públicas para a manutenção de um ambiente equilibrado, como um direito do cidadão, e devem ter foco tanto no

ambiente natural quanto no ambiente urbano, e é primordial para manutenção da qualidade de vida e saúde pública de forma adequada.

Para Gaspar e Brito (2018), a discussão sobre sustentabilidade precisa "[...] ser tão objetiva quanto possível, tentando-se quantificar, [...], todos os impactos inerentes às diferentes estratégias de implementação do Desenvolvimento Sustentável, no qual a Construção Sustentável assume uma enorme importância".

A descarbonização de várias etapas da indústria da construção civil, desde a produção dos materiais, até a aplicação e uso das edificações (uma referência também as fontes energéticas utilizadas em todo o mundo), é importante para alcançar as metas definidas nos acordos internacionais para o clima e diminuição das emissões do setor, conforme salienta GLOBAL ABC, IEA, UNEP (2020).

Quadro 2 – Temas Alvo das Pesquisas do Capítulo

Objetivo	Tema
6	Água limpa e saneamento
7	Energia Limpa e Acessível
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis
12	Consumo e Produção Responsáveis
13	Ações climáticas
17	Parcerias e Meios de Implantação

Fonte: ONU (2022).

Os temas abordados nas pesquisas que realizei, apesar de distintos como fontes energéticas, sustentabilidade, edificações, legislação, setor da construção civil, políticas públicas entre outros, estão extremamente relacionados no ponto de vista abordado, e são reforçados pelos ODS's, apresentados no Quadro 2.

Segundo a UN (2015), o quadro 3 apresenta os ODS's do quadro 2, descritos de forma expandida, e as metas para cada um dos objetivos elencados segundo NU Brasil (2024 a, b, c, d, e, f, g).

Quadro 3 – Metas para cada Objetivo pesquisado, com data limite inscrita, e demais sem inscrição de limite são previstas para até 2030

#	Tema	Metas
6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	• acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos • acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade; • melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente; • aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água • implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado; • Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos; a) ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso; b) Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.
7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço	• -assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia; • -aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global; • -dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética. a) reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa; b) expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.

9	**Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação**	• Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos; • Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos; • Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados; • modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades • Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento. a) Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento; b) Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às *commodities*; c) Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.
11	**Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**	• garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas; • proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos; • aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países; • Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; • reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade; • reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros; • proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência; a) Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; b) Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis; c) Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

12	**Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis**	• Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento; • alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais; • reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita; • Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente; • reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso; • Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios; • Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais; • garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza. a) Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo; b) Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais; c) Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.
13	**Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos**	• Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países; • Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais; • Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima. a) Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível; b) Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	**Finanças** • Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas; • Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos; • Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes; • Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento; • Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos. **Tecnologia** • Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global; • Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado; • Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação. **Capacitação** • Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular. **Comércio** • Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha; • Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020; • Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado. **Questões sistêmicas** <u>Coerência de políticas e institucional</u> • Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas; • Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável; • Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável. <u>As parcerias multissetoriais</u> • Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento; • Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias. <u>Dados, monitoramento e prestação de contas</u> • Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais; • Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

Fonte: UN (2015); NU Brasil (2024 a, b, c ,d, e, f, g).

Com tantas metas e prazo relativamente curtos para tanta movimentação global, incluindo questões geopolíticas e relações internacionais com sobressaltos neste período, principalmente devido à pandemia de Covid-19 e à invasão da Ucrânia pela Rússia, gerando movimentos multilaterais por disputa de mercadorias e vacinas, segurança e proteção de fronteiras, além de problemas de abastecimento, fornecimento e elevação de preços de fontes energéticas e outras comodities, e tantos outros reflexos de ordens variadas e até econômicos, com certeza, por mais organizados que fossem os planos de diversas nações que até já estavam em implementação, foram impactados por transformações rápidas nos mercados e relações internacionais, gerando retrocessos em algumas questões, como a transição energética.

A divulgação e geração de fontes bibliográficas e dados referentes aos temas dos ODS's em geral, assim com a Educação Ambiental prevista na Constituição brasileira de 1988, contribui para conscientização dos profissionais das áreas envolvidas, e podem ser potencialmente relevantes para análise e elaboração de políticas públicas mais efetivas, e que devem ser aplicadas de forma sistêmica.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada se pauta em revisão bibliográfica e documental sobre os temas abordados, demostrando legislações e acordos que impactam diretamente diversos setores econômicos, incluindo a construção civil, e a população; proporcionando análises e estudos, sobre o presente e perspectivas futuras, de forma clara, e para revisão e planejamento de políticas públicas, aumento de demanda por recursos naturais e infraestrutura, entre outros, e a conscientização de estudantes, professores, pesquisadores, das mais

diversas áreas do conhecimento, e especialmente neste momento, os profissionais da indústria da construção civil, sobre os temas abordados neste capítulo. Todos os dados, pesquisas e estudos citados foram indicados e referenciados.

DISCUSSÃO

Para Rosa (2021) com a "[...] interseção entre várias disciplinas, ao debate geopolítico agregaram-se novos temas como a economia e o meio ambiente. Prolífico foi esse período e a diversidade temática chegou à cultura ou à relação espaço-tempo (cronopolítica)", assim, expondo confrontas entre visão unilateralista e paradigma da globalização, que une regiões geográficas pelas telecomunicações, mantendo distorções socioeconômicas, além da geotecnologia, beneficiando países que estava em estágios tecnológicos mais avançados.

Segundo a UN (2023), no Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável 2023, é exposto que já tão próximo de 2030, "[...] a mudança incremental e fragmentada é insuficiente para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos restantes sete anos", para implementação da Agenda 2030 deve haver participação ativa das lideranças políticas, e querer mudar com base na ciência, em nível global, incluindo todos os países, por isso o "[...] relatório é um convite para abraçar as transformações com a urgência necessária para acelerar o progresso em direção aos ODS".

Mas, mesmo assim é mantido o otimismo para além do tempo.

Os recursos essenciais, como água potável e fontes energéticas, ou disputas por solos férteis, de acordo com a realidade de cada país, podem se tornar cada vez mais temerosos às relações

internacionais, e a geopolítica pode a qualquer momento proporcionar novos abalos sócio econômicos mundiais. E as emissões de poluentes e foco em melhores condições ambientais globais podem novamente passar a segundo plano no cenário mundial.

Montoya (2020), destaca que o crescimento econômico no Brasil, exige cada vez mais recursos hídricos, devendo ser considerado também o crescimento populacional. Preocupação que deve ser geral para todos os países.

Gerar políticas públicas adequadas de forma generalizada, sem considerar especificidades locais, culturais, ou intelectuais, pode excluir parte da população, até mesmo quando o assunto é a transição digital feita de forma intempestiva. Há necessidade de focar na sustentabilidade, tratados internacionais firmados, crescimento populacional, na inclusão de todos indistintamente, para o horizonte do ano 2030, e além.

Para Barbosa Júnior *et al*. (2022), o "[...] êxito da sustentabilidade ambiental no âmbito da construção civil está diretamente relacionado com o comprometimento do poder público, da sociedade e dos investidores deste ramo".

Segundo Camargo (2022), reavaliar "[...] políticas governamentais passa a ser prioridade e a formação de um novo relacionamento coletivo e autoconsciente se faz necessário", com novos parâmetros para políticas ecológicas, e um novo senso de comunidade visando o bem comum.

As políticas públicas para as edificações, setor energético, recursos hídricos e saneamento, precisam considerar peculiaridades regionais, e condições econômicas da população, a projeção de aumento da demanda e o ambiente local. Políticas públicas adequadas são de extrema importância no planejamento de um

futuro de forma inclusiva e sustentável, e para tornar as cidades sustentáveis com a participação da população.

A maior parte da população mundial habita em áreas urbanas, tornando o ambiente urbano uma questão essencial. E a análise das políticas públicas para o ambiente urbano e construído, tem relação direta com a Indústria da Construção Civil e recursos naturais necessários. A adequação ou criação de novas leis considerando a sustentabilidade e os ODS's, de forma sistêmica, é importante para induzir e incentivar cidades e bairros sustentáveis, e cidades inteligentes sustentáveis e inclusivas de fato.

A interdisciplinaridade é primordial para aplicação sistêmica de conceitos e efetiva transformação das políticas públicas (PINHEIRO, 2022). E como demonstrado neste capítulo, as interferências podem estar bem além das fronteiras, destacando a necessidade de reconhecimento das relações internacionais, e das questões geopolíticas, assim como se faz em de Gestão de Projetos. Além da constatação de que estes mesmos intervenientes são parte da geopolítica ambiental amplamente divulgada.

Conscientizar a população, estudantes, futuros profissionais, profissionais e pesquisadores, para as responsabilidades profissionais, sociais e ambientais, potencializando a reflexão sobre impactos ambientais, questões internacionais, e incentivar o interesse pela pesquisa na área de atuação e aplicação dos ODS's, é de suma importância para todas as áreas.

CONCLUSÃO

Há sempre um contexto geopolítico e de relações internacionais que é gerado muitas vezes em nível local, interfere em nível global, e novamente se torna local, disseminando os reflexos em cidades e populações de outros países. Como os caso já

relacionados ao longo deste capítulo, e incluindo as Agendas Internacionais como a já citada Agenda 2030, e por isso condições internas e externas, devem ser sempre avaliadas, e uma boa possibilidade é a aplicação de técnicas da área de Gestão de Projetos, com as devidas adaptações.

As políticas públicas são indispensáveis para transformação do ambiente urbano, redução de impactos e proteção do ambiente natural. A Construção Civil é talvez a expressão de maior impacto da ocupação do ambiente pelo ser humano. A concepção e aplicação da legislação deve ser sistêmica. Existe legislação e preocupação com os pontos abordados, porém, pode haver falta de interação entre legislações e decretos que potencializem iniciativas para tornar o ambiente urbano cada vez mais sustentável.

A análise e proposição de alteração nas legislações municipais, que são as principais regras para a transformação dos espaços urbanos no Brasil, é primordial para revitalização de áreas degradadas das cidades, desenvolvimento de áreas tecnológicas, sustentabilidade, melhor desempenho e uso do espaço público, além de oportunidade de resolverem outros problemas de planejamento e ocupação das áreas urbanas.

A informação de todos os profissionais envolvidos, técnicos e formuladores de políticas públicas é fundamental para que a aplicação da legislação e potencialização da sustentabilidade seja efetiva. Constatado nas pesquisas desenvolvidas no Mestrado e no Doutorado, e agora continuadas no Pós-Doutorado.

REFERÊNCIAS

BARACUHY, B. (org.). **Os fundamentos da geopolítica clássica**: Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília: FUNAG, 2021.

BARBOSA JÚNIOR, I. O. *et al*. "Sustentabilidade na indústria da construção civil: um panorama nas empresas paraenses". **Anais do XLII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Foz do Iguaçu: ENEGEP, 2022.

BRAGA, C. A. P.; PAIVA, P. T. A. (orgs.). **Produtividade e o futuro da economia brasileira**. Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2022.

CAMARGO, R. A. "Educação para consumo sustentável em arquitetura e design". **Educação Ambiental em Ação**, vol. 21, n. 80, 2022.

CORTESE, T. T. P. *et al*. "Tecnologias e sustentabilidade nas cidades". **Estudos Avançados**, vol. 33, n. 97, 2019.

COSTA, L. L. "Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável de cidades: Como municipalizar os ODS para garantir que essas metas sejam cumpridas?". **Relações Exteriores** [2022]. Disponível em: <www.relacoesexteriores.com.br>. Acesso em: 03/05/2024.

FOLMER, I. *et al*. (orgs.). **Geopolítica**: poder e território. São Paulo: Editora da USP, 2021.

GASPAR, P. L.; BRITO, J. "Indicadores do desenvolvimento sustentável". **Research Gate** [2018]. Disponível em: <www.researchgate.net>. Acesso em: 19/03/2024.

GLOBAL ABC.; IEA.; UNEP. "Global ABC Roadmap for Buildings and Construction: Towards a zero-emission, efficient and resilient buildings and construction sector". **Global ABC** [2020]. Disponível em: <www.globalabc.org>. Acesso em: 19/03/2024.

GLOBAL ABC.; IEA.; UNEP. "2019 global status report for buildings and construction / Towards a zero-emission, efficient and

resilient buildings and construction sector". **IEA** [2019]. Disponível em: <www.iea.org>. Acesso em: 03/05/2024.

GRZEGORZEWSKA, M.; KIRSCHKE, P. "The Impact of Certification Systems for Architectural Solutions in Green Office Buildings in the Perspective of Occupant Well-Being". **Buildings**, vol. 11, n. 12, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MONTOYA, M. A. "A pegada hídrica da economia brasileira e a Balança comercial de água virtual: uma Análise insumo-produto". **Economia Aplicada**, vol. 24, n. 2, 2020.

NASCIMENTO, E. P. "Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico". **Estudos Avançados**, vol. 26, n. 74, 2012.

ONU – Organização das Nações Unidas. "Do you know all 17 SDGs?" **ONU** [2022]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 03/05/2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: Água potável e saneamento. Brasília: ONU, 2024a. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 03/05/2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: Energia Limpa e acessível. Brasília: ONU, 2024b. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 03/05/2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: Indústria, inovação e infraestrutura. Brasília: ONU, 2024c. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 03/05/2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: Cidades e comunidades sustentáveis. Brasília: ONU, 2024d. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 03/05/2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: Consumo e produção responsáveis. Brasília: ONU, 2024e. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 03/05/2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: Ação contra a mudança climática. Brasília: ONU, 2024f. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 03/05/2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: Parceria e meios de implementação. Brasília: ONU, 2024g. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 03/05/2024.

PEDRO, J.; SILVA, C.; PINHEIRO, M. D. "Integrating GIS spatial dimension into BREEAM communities sustainability assessment to support urban planning policies, Lisbon case study". **Land Use Policy**, vol. 83, 2019.

PINHEIRO, G. F. "Cidades, políticas públicas, ODS's e perspectivas para 2050 com uma nova abordagem sobre as matrizes energéticas brasileira e mundial". *In*: SENHORAS, E. M.; RAPOSO, T. J. N.

(orgs.). **Políticas Públicas**: Enfoques Subnacionais. Boa Vista: Editora IOLE, 2023.

PINHEIRO, G. F. **A importância das políticas públicas municipais para a concepção de edificações e cidades sustentáveis**: foco na cidade de Campinas – SP (Tese de Doutorado em Engenharia Civil). Campinas: UNICAMP, 2022.

PINHEIRO, G. F.; GIRELI, T. Z. "Cidades, políticas públicas e perspectivas para 2050 com uma nova abordagem sobre a matriz elétrica". **Concilium**, vol. 22, n. 5, 2022.

ROSA, C. E. V. "Geopolítica: uma apreciação histórica". *In*: FOLMER, I. *et al*. (orgs.). **Geopolítica**: poder e território. São Paulo: Editora da USP, 2021.

SANTOS, T. P. "Geopolítica e Relações Internacionais: um olhar acerca das intersecções ocultadas pela preponderância das assimetrias". **Revista de Geopolítica**, vol. 3, n. 1, 2012.

SILVA, E. M. F. *et al*. "Um novo ecossistema: florestas urbanas construídas pelo Estado e pelos ativistas". **Estudos Avançados**, vol. 33. n. 97, 2019.

UNITED NATIONS. "Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável 2023". **United Nations** [2023]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 03/05/2024.

UNITED NATIONS. "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". **United Nations** [2015]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 03/05/2024.

VASCONCELLOS NETO, F. A.; CAMPOS, A. A.; SARROUF, L. (coords.). **Guia Metodológico para Inventários de Emissões de**

Gases de Efeito Estufa na Construção Civil: Setor Edificações. São Paulo: SINDSCONSP, 2015.

XAVIER, L. F. B.; OLIVEIRA, B.; GUSMÃO, A. P. H. "Sistemática da literatura sobre o uso de tecnologia da informação combinada às técnicas de gestão urbana para concepção de cidades inteligentes". **Anais do XLII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Foz do Iguaçu: ABEPRO, 2022.

CAPÍTULO 11

A Geopolítica do Esporte no Século XXI:
Uma Perspectiva sobre a Eurásia Central

A GEOPOLÍTICA DO ESPORTE NO SÉCULO XXI: UMA PERSPECTIVA SOBRE A EURÁSIA CENTRAL

Elvis Simões Pitoco da Silva

A implosão da União Soviética marcou o fim da antiga ordem mundial bipolar, provocando um rearranjo das estruturas de poder globais. Nesse contexto, o vácuo deixado pelo grande bloco soviético foi ocupado por outros atores, incluindo os não-estatais. É precisamente nesse cenário que o esporte emergiu como um importante polo de poder integrado ao sistema internacional de nações.

A faceta esportiva do poder está fortemente ligada à sua relação com o território, que permite o vínculo do indivíduo com o esporte. Outra dimensão é a universalidade do esporte, que possibilita sua disseminação em escala global através das telecomunicações, transformando-os em grandes vitrines globais para marketing e propaganda. É nesse contexto que os governos e Estados utilizam megaeventos como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos como plataformas de projeção de poder, seja para estimular a coesão nacional, reafirmar a soberania, reposicionar o país no cenário internacional, provocar novas percepções de sua imagem na opinião pública global, estimular o turismo, entre outras estratégias.

A Geopolítica dos Esportes é uma área de estudo que reconhece o esporte como uma manifestação de poder utilizada para a disputa entre territórios. Trata-se de um campo intelectual que busca analisar as atividades esportivas e sua influência na distribuição geográfica, tanto em termos de rivalidades territoriais nacionais e internacionais quanto, paradoxalmente, como um meio

de promover a paz e a cooperação (SUPPO, 2012; PITOCO DA SILVA, 2022).

No século XXI, os países periféricos também passaram a utilizar o esporte como instrumento de projeção de poder, incluindo os megaeventos, e assim estão cada vez mais presentes nas agendas globais esportivas. Na primeira década, os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) dominaram a agenda dos megaeventos, e outros países começaram a entrar neste circuito de poder, como os países do Golfo Pérsico, que culminaram na realização da Copa do Mundo de 2022 e 2034, no Catar e na Arábia Saudita, respectivamente.

Por outro lado, organizar megaeventos demanda, de forma geral, estabilidade política, uma economia robusta, grandes investimentos e forte articulação política no cenário internacional, fatores que, juntos, possibilitam competir pela sede desses eventos. Diante dessa complexidade, países que ainda não atingiram esses estágios adotam outras abordagens no uso do esporte, como a exposição do país através de clubes de futebol com projeção global, como feito por Ruanda ao patrocinar o Arsenal, do Reino Unido. Outra estratégia é o investimento por meio da aquisição de participações acionárias em torneios, como proposto pelo grupo *Mubadala Capital*, do setor energético-mineral e um dos principais fundos soberanos de investimento dos Emirados Árabes Unidos, no campeonato brasileiro de futebol.

Os países da Eurásia Central, em geral, ainda não sediaram os principais megaeventos, porém, alguns deles demonstram uma clara estratégia de utilizar o esporte para reafirmar sua soberania e influência na política externa. Portanto, o objetivo deste ensaio é fazer considerações preliminares sobre o uso do esporte como ferramenta geopolítica nos países da Eurásia Central.

Nossa hipótese é que, devido à recente formação territorial, esses países devem utilizar o esporte como uma forma de manifestar sua autodeterminação e buscar eventos de menor porte em busca de projeção. A instabilidade política na região aliada aos contexto multiétnico, são outros elemento que produzem reflexos na dimensão esportiva.

Este ensaio foi elaboração a partir de uma análise sistemática da bibliografia. Foram selecionadas bibliografias nas bibliotecas online da Universidade Estadual Paulista (UNESP) por meio do catálogo Athena, da Universidade de São Paulo (USP) pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e através da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Paralelamente, buscamos repositórios acadêmicos online, como o "Scientific Electronic Library Online" (SciELO), Plataforma CAPES e Google Acadêmico, a partir das palavras-chave: Geopolítica do Esporte e Eurásia Central. Por fim, ocorreu a coleta de dados e informações, em sites especializados como FIFA (Federação Internacional de Futebol e Associados), COI (Comitê Olímpico Internacional), ONU (Organização das Nações Unidas).

Por fim, a estruturação deste capítulo, além desta introdução, conta com quatro tópicos: "A Geopolítica do Esporte: Noções Teóricas", onde são apresentadas introduções teóricas sobre a temática; "A Eurásia Central: Concepções Geográficas", onde discutimos a concepção da formação geográfica do que entendemos por Eurásia Central; "A Eurásia Central Caucasiana: Armênia, Geórgia e Azerbaijão", onde apontamos as relações político-esportivas na região do Cáucaso; e "A Ásia Central: Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Cazaquistão", onde analisamos as estratégias adotadas na Ásia Central.

A GEOPOLÍTICA DO ESPORTE: NOÇÕES TEÓRICAS

As questões acerca da temática geopolítica partem sob a perspectiva das disputas territoriais. Essas disputas ocorrem por agentes ou por arranjos de agentes que disputam territórios através da coalização do jogo de forças. De maneira abrangente, a geopolítica é o campo do campo do conhecimento que faz análise das relações de poder no espaço geográfico (BECKER, 2005).

A política é uma temática debatida há milênios por inúmeros pensadores. Na antiguidade ocidental, destacam-se Aristóteles, autor de “A Política”, e no Oriente, Sun Tzu, conhecido por "A Arte da Guerra". No período moderno, outros autores como Karl von Clausewitz, famoso pela frase "a guerra é a continuação da política por outros meios", Nicolau Maquiavel e Jean Bodin contribuíram significativamente para a base do atual sistema político. No entanto, até então, esses estudos não haviam incorporado uma dimensão geográfica.

A concepção geográfico-política clássica teve sua origem na Geografia Política, sistematizada pelo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904). Motivado pelo contexto social e histórico da unificação alemã, Ratzel defendia que a Geografia deveria se basear na tríade: território, população e governo (RATZEL, 2011). Essa abordagem se fundamentava na correlação entre o ser humano e a natureza, constituindo uma análise sistemática da interação do Estado com o espaço geográfico.

Partindo das considerações da Geografia Política de Ratzel, o cientista político sueco Rudolf Kjellén (1864-1922) cunhou o termo Geopolítica na primeira década do século XX. Kjellén percebeu a crescente competição entre os Estados nacionais e, por isso, concebeu a geopolítica como um campo de análise das relações entre o Estado e o território (COSTA, 2010).

O ponto de convergência da Geopolítica e Geografia Política clássica é o papel do Estado como único polo de Poder, o que se manteve por grande parte do século XX. No entanto, a queda da União Soviética deixou um vácuo de poder que foi ocupado por uma variedade de atores, incluindo os não estatais. O poder ainda é monopolizado pelo Estado, mas já não é mais a única fonte dele, surgiram outras formas de poder, como o poder financeiro, redes terroristas, *big techs*, movimentos sociais, organizações não governamentais, entre muitas outras. É nessa conjuntura que o esporte emerge como mais uma das dimensões do poder.

A relação do esporte com o espaço internacional é intrínseca, uma vez que ambos compartilham o mesmo contexto e período histórico. O modelo do Estado-nação surge da união de povos culturalmente similares sob um único território e governo, enquanto o sistema internacional promove a integração entre os Estados-nação modernos. No caso do esporte, esse processo é semelhante, já que ele incorpora diversos elementos das nações, tais como suas cores, símbolos, a relação com o território e o envolvimento da população. Portanto, podemos observar que o esporte absorve as características do espaço e as transforma em territórios simbólicos.

A representatividade territorial do esporte, que surge da absorção das características do espaço geográfico, faz com que as rivalidades entre povos se manifestem também no âmbito esportivo, transformando as arenas esportivas em uma extensão do palco de batalhas. É por meio desse vínculo com o território que as seleções nacionais estabelecem uma relação tão próxima com a nação, refletindo a percepção de que a equipe esportiva é a representação do país.

Sob essa perspectiva, Boniface (2014) aponta que a tríade território, população e governo, originalmente proposta por Ratzel como a base do Estado, pode ser ampliada para incluir a seleção

nacional de futebol como um desses elementos nacionais que levam suas cores e símbolos mundo afora.

O vínculo territorial também estimula o sentimento de pertencimento dos indivíduos que o esporte se torna uma ferramenta de coesão nacional. Essa afinidade fundamental entre a identidade nacional e o ato de "torcer" por um time se assemelha à autodeterminação dos povos[26].

De acordo com o aumento da interação e complexidade do sistema global, os jogos internacionais surgiram e se tornaram megaeventos, destacando-se dois deles: os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol. Essas competições se tornaram grandes pontos de encontro para povos e nações, desempenhando um papel precursor em relação à Liga das Nações e à Organização das Nações Unidas nessa função. Por meio do uso das telecomunicações, os jogos internacionais conectam não apenas os esportistas, mas também o público que acompanha suas trajetórias de suas respectivas casas. A partir do momento que o público global acompanha esses eventos, os tornam em robustas vitrines globais de propaganda e de estratégias de marketing.

A partir deste momento, alguns agentes do esporte ganham forte relevância por serem os detentores do monopólio do sistema jurídico-esportivo dos sistemas internacionais esportivos, como a FIFA e o COI. Essas organizações passam a estimular a competição entre os países para decidir, com base em seus critérios, quem organizará cada edição dos megaeventos, tornando-se assim grandes polos de poder integrados ao sistema internacional de nações.

Outra evidência do poder desses agentes é o reconhecimento de povos e nações, inclusive daqueles que não são reconhecidos pela

[26] O princípio da autodeterminação dos povos confere aos povos o direito de seu autogoverno e aos Estados o direito de defesa de sua existência e de sua associação a outros Estados (HEPP, 2005, p. 03).

ONU. É por esse motivo que a territorialização mundial do esporte difere daquela construída pela ONU, sendo numericamente superior.

O uso dos megaeventos como plataforma de propaganda de regimes políticos e estímulo da imagem da nação ganhou força com a ascensão do nacionalismo nos anos 1930. Um exemplo emblemático dessa estratégia foi observado nos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936. No entanto, outros casos também ilustram essa tendência, como a Copa do Mundo de 1938 na Itália e até mesmo a Copa do Mundo de 1950 no Brasil, cuja organização teve grande parte de seu planejamento antes da II Guerra Mundial (1939-1945). Esses eventos foram utilizados como ferramentas para promover a ideologia e a imagem dos países anfitriões perante o mundo.

Durante o período da Guerra Fria (1945-1991), a fuga dos conflitos diretos levou os blocos soviético e capitalista a uma disputa científico-tecnológica, que também alcançou o campo esportivo. Foi a partir desse período que a posição ocupada pelos países no quadro de medalhas passou a ser vista, supostamente, como determinante para definir seus respectivos graus de desenvolvimento e relevância internacional no imaginário da opinião pública internacional.

Após o período da Guerra Fria, muitos esperavam que a instrumentalização do esporte fosse reduzida. No entanto, o vácuo de poder deixado após a dissolução da União Soviética e a constante ameaça do uso de armas de destruição em massa levaram os Estados a buscarem alternativas às estratégias de guerra que pudessem produzir impacto positivo na opinião pública global. Assim, a instrumentalização do esporte tornou-se generalizada e, de certa forma, uma estratégia comum dos departamentos de relações exteriores dos países.

No século XXI, o termo "*soft power*", elaborado pelo cientista político Joseph Nye, popularizou-se justamente para se referir aos instrumentos de guerra não convencionais, que são

utilizados por meio de elementos culturais, sobretudo o esporte, para a propagação de poder (NYE JR., 2012). Enquanto no século passado o soft power foi amplamente utilizado pelos países centrais, no século atual, essa ferramenta tem sido empregada também pelos países periféricos.

Os primeiros anos deste século ficaram marcados pela presença constante dos BRICS originais (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no calendário esportivo internacional, especialmente nos Jogos Olímpicos e na Copa do Mundo (PITOCO DA SILVA; GOMES, 2021). Paralelamente, os países do Golfo Pérsico também passaram a integrar as agendas de jogos internacionais menores, até que o Catar sediou a Copa do Mundo de 2022, abrindo um grande precedente para os demais países do Golfo em outros megaeventos. Essa etapa foi uma das bases que permitiram a vitória saudita pelo pleito da edição de 2034 da Copa do Mundo e o Catar como uma das candidaturas para as Olimpíadas de 2036.

A temática do esporte atrelada às questões políticas ainda é pouco explorada pelos campos do conhecimento. No contexto internacional, foi a partir dos anos 2000 que o esporte começou a ganhar destaque como objeto de pesquisa, principalmente nos Estados Unidos, Reino Unido e França, com estudos que, de forma geral, buscavam analisar o *soft power* como instrumento dos países periféricos para provocarem mudanças na imagem de serem países em desenvolvimento. Além disso, na visão desses expoentes, o esporte poderia ser utilizado para encobrir casos de violações de direitos humanos e escândalos de corrupção sistemática (PITOCO DA SILVA, 2024). No entanto, essas estratégias não são exclusividade dos países periféricos. Por isso, é importante compreender que essas perspectivas críticas, frequentemente carregadas de moral, muitas vezes surgem da rivalidade dos países

centrais, os quais perderam espaço na organização dos megaeventos para os países periféricos.

É interessante observar que, no Brasil, a temática do esporte segue a tendência internacional e é pouco explorada nas Ciências Humanas. A limitação das características do esporte ao lazer e às práticas de movimento corporal, juntamente com o uso do futebol pela ditadura militar brasileira, contribuíram para afastar os esportes, especialmente o futebol, do foco acadêmico brasileiro, apesar da sua grande relevância para o contexto social do país. Embora nos campos da Sociologia e da História essa temática esteja caminhando em direção à consolidação, na Geografia ainda é um campo incipiente.

Por exemplo, entre 1990 e 2009, foram realizadas apenas três pesquisas na Geografia que abordavam o futebol como objeto de análise, o que representa apenas 0,84% do total de pesquisas em Ciências Humanas. Embora a conjuntura incipiente sobre a temática na Geografia brasileira, os estudos sobre futebol no Brasil tiveram avanços consideráveis após a organização dos megaeventos: os Jogos Pan-americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 (PITOCO DA SILVA, 2024).

Nas Relações Internacionais, outra área relevante para essa discussão, Boniface (2010) observa que até 1998, nenhum trabalho havia abordado os aspectos geoestratégicos do futebol. No Brasil, apenas uma pesquisa foi publicada durante o mesmo período, representando 0,28% do total (GIGLIO; SPAGGIARI, 2010). Esse indicador evidencia a necessidade de uma maior atenção e investimento acadêmico na análise das interseções entre esporte, política e território no contexto brasileiro.

Portanto, o esporte é dos fenômenos políticos que tem refletivo as mudanças das configurações globais de poder, a sua instrumentalização, enquanto ferramenta do *soft power* é um

elemento cada vez mais frequente dentre as estratégias dos Estados-nacionais, inclusive nos países periféricos, sobretudo os países asiáticos, que vem ganhando destaque na agenda esportiva global.

A EURÁSIA CENTRAL: CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS

A Eurásia Central é uma região que ao longo da história já foi habitada por inúmeros povos, incluindo árabes, persas, mongóis, turcos e, mais recentemente – de 1860 a 1991 – por russos étnicos (DUARTE, 2014). Essa diversidade de povos tornou a região um polo multicultural e étnico. Após a dissolução da União Soviética, muitos desses povos tornaram-se países independentes, enquanto outros foram incorporados e ainda buscam sua autodeterminação.

Devido a esse contexto histórico, os limites e as delimitações territoriais da região tornaram-se subjetivos e não consensuais entre os autores. Tradicionalmente, a região da Eurásia Central é delimitada a oeste do Estreito de Bósforo até o Xinjiang-Uigur ao leste, das estepes do Cazaquistão no norte até o Oceano Índico no sul (ISMAILOV; PAPAVA, 2010). Como apontado por Ismailov e Papava (2010), essas delimitações abrangem grande parte da Ásia Central, mas não da Europa Central, por isso não é considerada parte desta região. Esse fato ocorre devido à associação da região à esfera de influência russa, mesmo nesse contexto pós-soviético.

No entanto, consideraremos a Eurásia Central como composta pelos países de duas regiões distintas: os três países do caucasianos, localizados entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, que se encontram nos limites da Europa Oriental e da Ásia Ocidental - Armênia, Azerbaijão e Geórgia; e os cinco países centroasiáticos, circundados pelo Mar Cáspio até a Sibéria, Mongólia, Tibete e a cordilheira do Hindu Kush - Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão,

Turcomenistão e Uzbequistão (ISMAILOV; PAPAVA, 2010); (DUARTE, 2014).

Essa região vem ganhando forte relevância no cenário geopolítico dos últimos anos, em grande parte devido à sua geografia. Do ponto de vista teórico, a região está associada a algumas teorias clássicas da Geopolítica, como a mais famosa delas, a Teoria do *Heartland*, elaborada por Halford John Mackinder (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2014). Esta teoria aponta que a nação que dominar em grande parte do norte da Eurásia, devido às suas disposições de mares, oceanos, rios e passagens estratégicas, aliadas às suas grandes reservas energético-minerais, poderia aproximar-se de uma soberania plena.

Esta região, da perspectiva da sua localização, é estratégica, pois conecta a Europa e a Ásia. A região é circundada pela Turquia, que recentemente tem buscado ocupar um papel de liderança regional; ao norte, pela Rússia, sua antiga *hegemon*; ao oeste, pela emergente potência militar da região, o Irã; ao sul, pelo Afeganistão, que busca reconstruir o país após a vitória contra os Estados Unidos; e a leste, pela China, uma potência econômica em ascensão (LINS, 2011).

Além disso, a região possui um solo rico em recursos minerais e energéticos, altamente cobiçados pelas potências centrais. A região possui grandes reservas de petróleo e minérios e por isso possui centralidade na atual geopolítica e geoeconomia (LINS, 2011). No Cáucaso, a Geórgia possui cerca de 15% do seu PIB através da exportação de minério de cobre e 10% de fertilizantes nitrogenados. A Armênia também tem uma grande parcela, aproximadamente 15%, da sua economia voltada para a exportação de minério e cobre bruto, principalmente para a China e a Suíça. Outros 15% provêm da exportação de ouro e diamantes. No Azerbaijão, o petróleo representa 50% das exportações, enquanto o

gás natural contribui com 40%, sendo a Itália o maior comprador (OEC, 2022).

Na Ásia Central, os países não têm acesso a águas quentes ou ao oceano, o que os leva a concentrar-se na produção de recursos energético-minerais. O Cazaquistão, por exemplo, obtém cerca de 50% de suas exportações de petróleo e gás, e aproximadamente 12% de ouro, cobre e prata. Já o Uzbequistão possui cerca de 40% dos recursos energéticos e minerais, incluindo ouro, petróleo, zinco e fertilizantes, exportando-os. No Turcomenistão, mais de 70% das exportações são de gás e petróleo, com 96% desse volume destinado à China. O Quirguistão tem aproximadamente um terço de suas exportações ligadas a esse setor. Por fim, o Tajiquistão obtém cerca de 25% de suas exportações de ouro, bem como de cobre, zinco, eletricidade e algodão (OEC, 2022).

Estes elementos tornam esta região cada vez mais relevante no cenário global e, consequentemente, mais disputada, com isso, ocorrem diversos conflitos na região como o conflito russo-georgiano, o do Alto Carabaque entre Armenia e Azerbaijão, além das inúmeras discordâncias territoriais na Ásia Central.

Nos próximos tópicos, explanaremos como o esporte aparece nesses conflitos e estratégias dos países como ferramenta geopolítica e instrumento de propagação de poder.

A EURÁSIA CENTRAL CAUCASIANA: ARMENIA, GEÓRGIA E AZERBAIJÃO

A **Georgia** enquanto país possui uma formação territorial bem recente, com um pouco mais de trinta anos, desde que se tornou independente após a implosão da União Soviética. No entanto, a independência do país desagradou os povos da Abecásia e da Ossétia

do Sul, que durante o período soviético eram *oblasts* autônomos. Esses desencontros ocasionaram a Guerra Civil Georgiana, que ocorreu de dezembro de 1991 a janeiro de 1992, contra o primeiro Presidente do país, Zviad Gamsakhurdia. A instabilidade política na recém-criada república incentivou movimentos de independência na Abecásia e na Ossétia do Sul, desdobrando-se na Guerra na Ossétia do Sul (1991-1992) e na Guerra na Abecásia (1992-1993).

A posição estratégica do país de acesso ao Mar Negro, os recursos energéticos-minerais e a proximidade com o território russo, levaram que os países fosse alvo da esfera de influência ocidental. A partir deste contexto, os russos davam apoio aos movimentos separatistas da Abecásia e a Ossétia do Sul, enquanto a União Europeia e a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) dava suporte a Georgia.

Nos anos 2000, a Georgia buscou fortalecer laços com a União Europeia e cogitou o seu ingresso no bloco, com isso os russos se sentiram ameaçados pela presença do ocidente na sua esfera de influência, ocasionando na Guerra Russo-Georgiana (2008) vencida pelos russos. É um cenário em que muito se assemelha a atual situação do conflito russo-ucraniano, de um conflito por procuração (COSTA, 2015).

Atualmente, motivado pelos desdobramentos do conflito russo-ucraniano e pelo temor da influência russa na região, a União Europeia volta a reforçar laços com os georgianos e reafirma o reconhecimento da sua independência.

Os resquícios desses conflitos podem se manifestar no campo esportivo. Primeiramente, a relação territorial do esporte permeia pela identidade nacional e pelo sentimento de pertencimento, sendo capaz de reafirmar a soberania, a autodeterminação e a existência de uma nação, como é o caso da Abecásia e da Ossétia do Sul. Devido às limitações quanto ao seu reconhecimento internacional, esses

territórios buscam alcançar reconhecimento através do esporte. Essa estratégia é utilizada por países recém-formados, como aponta Boniface (2014):

> [...] o esporte pode ser um sinal prenúncio da existência de um Estado. Então, uma vez que o estado é criado, ele pode vir a consolidar um sentimento nacional ainda mal ancorado internamente, parecendo incerto internacionalmente. Finalmente, uma vez que a existência é bem afirmada, permite irradiar, impressionar, ganhar prestígio. Desde o início, as nações usam competições esportivas para serem reconhecidas por seus pares (BONIFACE, 2014, p. 52).

A seleção georgiana de futebol fez sua primeira partida oficial em 1990, antes de sua independência de fato, contra a Lituânia, outra ex-república soviética. Após alcançar independência, tornou-se membro da FIFA e da UEFA (União das Associações Europeias de Futebol)em 1992. Sua associação ao bloco europeu de futebol também indica o fortalecimento das relações da Geórgia com os europeus ocidentais. Apesar de não ter obtido grandes resultados futebolísticos até o momento, foram campeões da Liga das Nações da UEFA D em 2018-19 e se classificaram pela primeira vez para a Eurocopa de 2024.

Na esfera olímpica, o país tem participado de todas as Olimpíadas desde a independência e conquistou quarenta medalhas: dezoito de bronze, doze de prata e dez de ouro, com destaque para o judô, na luta livre olímpica e no levantamento de peso.

Na perspectiva dos megaeventos esportivos, a Armênia ainda não se candidatou para sediar grandes competições, principalmente devido à sua instabilidade política e ao seu pequeno potencial

econômico. No entanto, o país tem sido sede de eventos com forte presença esportiva em áreas específicas, como o xadrez. Um exemplo disso foi a realização das Olimpíadas de Xadrez de 2018 no país. Esses eventos, apesar de não serem tão massivos quanto os megaeventos tradicionais, ainda contribuem para a promoção do esporte e para o reconhecimento internacional da Armênia em áreas específicas.

Ao contrário da Geórgia, as seleções da Abecásia e da Ossétia do Sul estrearam após suas declarações de independência. A Abecásia estreou em 2012 contra outra seleção de território com reconhecimento limitado, o Artsaque, e a Ossétia do Sul estreou em 2013 contra a Abecásia. Contudo, devido ao seu reconhecimento limitado pela comunidade internacional, essas seleções não se filiaram à FIFA, à UEFA ou à AFC (Confederação Asiática de Futebol).

Nos últimos anos, a FIFA se tornou mais criteriosa na adoção de membros, uma ação que contratas com aquela dos anos 1960 e 1970 que levou reconhecimento a inúmeros países asiáticos e africanos após suas independências. Por conta desse rigor, inúmeros povos que buscam sua autodeterminação e reafirmação da sua soberania integraram-se a ConIFA (Confederação de Futebol de Associações Independentes).

A ConIFA representa uma tentativa de desafiar o monopólio da FIFA sobre o futebol e da ONU no reconhecimento de povos e nações. Por essa razão, ela apenas aceita povos, nações e territórios com reconhecimento limitado, não legitimados pela ONU ou pela FIFA. Sob o amparo dessa organização, os territórios com reconhecimento limitado buscam sua inserção internacional e o reconhecimento mútuo entre os demais membros em condições semelhantes (PITOCO DA SILVA, 2022).

É justamente nessa organização que Abecásia e da Ossétia do Sul buscam o seu reconhecimento, inclusive disputam uma Copa do Mundo alternativa composta pelos demais membros da ConIFA. A Abecásia foi a sede da edição de 2016 e foi a campeã esta mesma edição. Ambas as seleções estão confirmadas para a edição de 2024, no Curdistão.

A **Arménia** possui fortes divergências territoriais com o seu vizinho Azerbaijão, desde o fim do Império Otomano com a I Guerra Mundial (1914-1919), que redesenharam as delimitações territoriais da região em três regiões: Naquichevão, no que atualmente é a província armênia de Siunique e em Karabakh.

Após a formação da União Soviética, surgiram embates que, embora tenham sido minimizados, nunca foram totalmente resolvidos. Com o fim da União Soviética, as divergências territoriais voltaram a ser tema de debates. No final da década de 1980, ocorreu a primeira Guerra do Alto Carabaque (1988-1994) Em meio a esses conflitos, a Armênia declarou sua independência em 1991. Outros conflitos de baixa intensidade (1994-2000) ocorreram seguidos pela segunda Guerra do Alto Carabaque (2020) e confrontos no Alto Carabaque (2023).

A seleção armênia de futebol realizou sua primeira partida oficial em 1992, contra a Moldávia. O país se filiou à FIFA em 1992 e à UEFA em 1993. Embora a equipe ainda não tenha alcançado resultados destacados no futebol, a Armênia possui grande protagonismo em modalidades como xadrez, halterofilismo, luta livre olímpica e levantamento de peso, as quais concentram boa parte das suas dezoito medalhas olímpicas. Na ConIFA, a Armênia Ocidental, que representa os povos indígenas armênios, em geral da região da Armênia Ocidental, está presente desde 2015

O **Azerbaijão** tem seu processo de formação fortemente ligado ao armênio devido às disputas territoriais, especialmente na

região de Alto Carabaque. O país declarou sua independência após a dissolução da União Soviética em 1991, mas os armênios étnicos também proclamaram independência na região de Alto Carabaque, um enclave dentro do território azeri. Em 2017, por meio de um plebiscito, a região foi renomeada República de Artsaque. No entanto, em 2023, após uma derrota bélica para os azeris, o presidente Samvel Shahramanyan decretou a dissolução de todas as instituições e organizações da República de Artsaque, determinando seu fim, mesmo sem reconhecimento territorial internacional. Este conflito tinha implicações regionais significativas, uma vez que Artsaque contava com o apoio da Armênia e da Rússia, enquanto os azeris eram apoiados pela Turquia e pelo Paquistão (CIERCO; FREIRE, 2005).

No campo esportivo, a primeira partida oficial da seleção do Azerbaijão foi contra a Geórgia em 1992, mesmo ano em que se filiou à FIFA; dois anos depois, tornou-se membro da UEFA. Por outro lado, a seleção de Artsaque de Futebol foi estabelecida em 2012 e é afiliada à ConIFA, tendo participado da Copa do Mundo de 2014.

O país participou de todas as edições dos Jogos Olímpicos desde a sua independência e conquistou quarenta e nove medalhas, das quais vinte e oito são de bronze, quatorze de prata e sete de ouro. Grande parte dessas medalhas foi obtida no levantamento de peso, atletismo e boxe.

Na organização de megaeventos, o país vem ganhando destaque, sendo a sede do jogo final da Liga Europa de Futebol de 2018-19 e uma das sedes da Eurocopa de 2021. Além disso, o Azerbaijão sediou os Jogos Europeus de 2015 e a Olimpíada de Xadrez de 2016, um esporte de grande relevância. A cidade de Baku é anfitriã do Grande Prêmio do Azerbaijão de Fórmula 1 desde 2017, e em 2023 foi sede do Campeonato Mundial de Taekwondo.

O patrocínio de equipes de futebol é outra estratégia adotada pelo país em clubes locais, como o Neftçi Baku, um grande clube de origem dos trabalhadores petrolíferos, que representa a cultura e a identidade da cidade de Baku e do país como um todo. O Qarabağ FK é outro clube do país que recebe apoio do Estado por meio de patrocínio. Por fim, o mais expressivo é o Atlético de Madrid, clube espanhol que o país escolheu para divulgar sua marca entre 2012 e 2014. Além disso, durante o período até 2015, o país expôs a marca "Baku 2015" dos Jogos Europeus.

O Azerbaijão lançou a marca do país como "Terra e Fogo", historicamente associada à sua geografia, com seus inúmeros campos de petróleo e gás natural. Essa marca é usada para promover o país em vários destes eventos e patrocínios esportivos. No Cáucaso, o Azerbaijão é o país que mais utiliza o esporte como instrumento de poder. No entanto, o país tem sido acusado de usar a visibilidade promovida pelo esporte para limpar sua imagem de infrações aos direitos humanos (FILOMENA, 2023), especialmente na região de Alto Carabaque.

Portanto, nesta região, a Geórgia e a Armênia ainda são incipientes no cenário esportivo, embora se destaquem em esportes específicos, como o xadrez. No entanto, sua capacidade de organizar eventos esportivos ainda é limitada devido à instabilidade política. Por outro lado, o Azerbaijão se destaca na região, organizando megaeventos significativos e investindo em grandes marcas globais.

A ÁSIA CENTRAL: UZBEQUISTÃO, QUIRGUISTÃO, TAJIQUISTÃO, TURCOMENISTÃO E CAZAQUISTÃO

O contexto da Ásia Central é similar ao do Cáucaso de países recém-formados, sobretudo após a dissolução da União Soviética,

quando todos os cinco países declararam independência em 1991. Em geral, não há conflitos significativos entre esses países, porém há indefinições sobre as delimitações territoriais, sobretudo entre Quirguistão e Tajiquistão (SANTOS, 2021).

O **Uzbequistão** teve sua seleção criada em 1928 e fez sua primeira partida contra a Suíça em um torneio internacional, porém a criação de sua federação ocorreu em 1946, ainda sob a governança do futebol soviético. Após a independência, filiou-se à FIFA e à AFC em 1995 e é o país que possui os resultados mais expressivos no futebol. Participou de todas as edições desde que se tornou uma seleção independente, chegando às semifinais em 2011 e alcançando a final da Copa das Nações CAFA (Associação de Futebol da Ásia Central) em 2023. O país ganhou medalhas em todas as Olimpíadas em que competiu de forma independente, totalizando trinta e sete medalhas, a maioria delas no boxe, luta livre olímpica e judô. O xadrez é outro esporte no qual o Uzbequistão se destaca, com vários grandes mestres e mestres internacionais, inclusive sendo o país campeão da edição de 2023, indicando sua tradição e protagonismo em alguns esportes.

Na organização dos eventos esportivos, o país é o que mais organiza na Ásia Central, com histórico específico de eventos esportivos locais, de categorias de base ou de esportes específicos, como torneios de tênis, de judô, de handebol, levantamento de peso, além disso sediará o Campeonato Mundial de Boxe Masculino de 2023 e sediará o Campeonato Asiático de Ginástica Rítmica, esporte que o país possui um histórico de conquistas, em 2024 e a Copa Asiática de Futebol Feminino, que indica que o país vai em direção a proporções maiores e continentais.

Os três países seguintes que abordaremos, Quirguistão, Tajiquistão e Turcomenistão, ainda não possuem uma presença significativa no cenário esportivo ou na organização de megaeventos, principalmente devido à sua economia em

desenvolvimento e baixa capacidade de articulação política no sistema internacional.

O **Quirguistão** teve sua primeira partida oficial em 1992, contra o Uzbequistão, e se filiou à FIFA e à AFC em 1994. É interessante notar que o país se associou ao bloco asiático de futebol, indicando sua afiliação cultural como parte deste continente. O país vem progredindo no futebol; o Quirguistão chegou pela primeira vez à Copa da Ásia em 2019. No entanto, os esportes de maior sucesso entre os quirguizes são o Estilo Livre e o Estilo Greco-Romano, além de esportes de combate como boxe, judô e taekwondo. O polo aquático também vem se popularizando entre os jovens, assim como o tênis de mesa. O país conquistou quatro medalhas em Jogos Olímpicos, todas elas nos Jogos de Pequim [2008], com três medalhas de bronze: uma no judô, uma na luta livre olímpica e outra na luta greco-romana, além de uma medalha de prata, também na luta greco-romana.

Em termos de organização de megaeventos, o Quirguistão ainda não possui relevância significativa, mas vem sediando eventos menores, como os Jogos Centro-asiáticos em 1999 e categorias de divisões juniores, como o Campeonato Centro-Asiático de Futsal Sub-19 em 2022. Além disso, sediou duas edições do Campeonato Mundial de Hóquei no Gelo Divisão IV, em 2021 e 2022, respectivamente, e a Copa das Nações CAFA de futebol em 2023, em conjunto com o Uzbequistão.

O **Tajiquistão** enfrentou uma intensa Guerra Civil após sua independência, de 1992 a 1997. Sua federação de futebol foi estabelecida ainda durante o período soviético, em 1936, e permaneceu ativa até 1994, quando se filiou à FIFA e à AFC. O país tem um histórico incipiente na organização de eventos esportivos, porém com competições de maior relevância do que as organizadas pelo Quirguistão, como os Jogos Centro-asiáticos de 2003 e o Campeonato Centro-Asiático de Futsal de 2023, além de sediar

etapas de outras competições de ciclismo e judô. O Tajiquistão possui quatro medalhas em Jogos Olímpicos: uma de ouro no atletismo, conquistada no Rio de Janeiro em 2016; uma de prata na luta livre olímpica; e duas de bronze, uma no judô em Pequim, em 2008, e outra em Londres, em 2012, pelo boxe.

O **Turcomenistão** teve sua primeira partida em 1992, contra o Cazaquistão, e se filiou à AFC e à FIFA em 1994. No âmbito do futebol, ainda não é uma seleção tradicional, mas vem aumentando sua participação nas Copas da Ásia. O país ainda está em estágio inicial na organização de eventos esportivos, tendo sediado pequenos eventos como os Jogos Asiáticos de Artes Marciais e Recinto Coberto de 2017, e conquistou sua primeira medalha olímpica no levantamento de peso nos Jogos de Tóquio de 2021.

Por fim, o **Cazaquistão**, fundou a sua federal de futebol antes mesmo do período soviético, em 1914, porém apenas se filiou a FIFA em 1994, mesmo ano em que entrou para a AFC. O Cazaquistão, assim como Israel e a Australia, fez a mudança da sua confederação de futebol, indo da AFC para UEFA em 2002, sob a justificativa de que estar no futebol europeu o ajudaria a melhorar o futebol interno. A diferença do Cazaquistão é um país transcontinental e por isso, possui uma cultura heterogênea que o permite flutuar entre a Europa e a Ásia, e estas características estão evidentes nessa mudança, que o torna o único da centro-asiático a competir pela Europa. Em suma, o país ainda não se destacou no futebol.

Nos demais esportes, o país possui certa relevância em algumas modalidades específicas. É o mais bem-sucedido nos Jogos Olímpicos, conquistando medalhas em todas as edições desde que se tornou independente, totalizando setenta e nove medalhas, das quais trinta e nove são de bronze, vinte e cinco de prata e quinze de ouro. Os esportes mais bem-sucedidos incluem o boxe, a luta livre

olímpica e o levantamento de peso, além de outros importantes como atletismo e tiro.

Na organização de eventos esportivos, o país possuía numerosas organizações locais, porém tem uma considerável participação em torneios continentais e relevância mais significativa em eventos como os Jogos Centro-Asiáticos de 1997, os Jogos de Inverno da Ásia em 2011, o Campeonato Mundial de Judô de 2015 e uma Universíada de Inverno em 2017.

Em suma, o cenário esportivo na Ásia Central ainda está em estágios iniciais. Quirguistão, Tajiquistão e Turcomenistão estão em fases introdutórias, tanto na organização de eventos quanto nos resultados obtidos, embora já tenham produzido campeões olímpicos em um curto período. Os destaques são o Uzbequistão e o Cazaquistão, que têm participações frequentes e expressivas nos Jogos Olímpicos, especialmente em esportes como luta livre, levantamento de peso, boxe e judô, além de estarem pleiteando eventos esportivos de porte médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geopolítica do século XXI permite que os atores não estatais ocupem parcelas do poder, inclusive na dimensão esportiva. Com isso, os agentes esportivos ganharam relevância no sistema internacional de nações, sobretudo a FIFA e o COI, que passam a ter a capacidade de reconhecer nações que almejam a sua existência no sistema internacional e de escolher as sedes da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Na escala regional, as ex-repúblicas soviéticas caucasianas, assim que estavam em processos de independência, solicitaram que suas seleções nacionais fossem reconhecidas como oficiais e desde

então participam dos Jogos Olímpicos. Com exceção do Azerbaijão, não organizam megaeventos. O Azerbaijão está se inserindo na agenda global esportiva, seja através de jogos da Liga dos Campeões da Europa, como através do Grande Prêmio de Fórmula 1.

Na região da Ásia Central, o esporte ainda é incipiente e possui poucos resultados expressivos nos esportes e na organização dos megaeventos. Os maiores destaques são o Cazaquistão e o Uzbequistão, que possuem maior expressão e organizam eventos de porte médio e esportes que são expressivos. Portanto, o esporte na Eurásia Central ainda busca construir suas próprias características após o processo de desmembramento da União Soviética. Os grandes desafios são a superação das instabilidades políticas e o desempenho econômico. Apesar disso, Cazaquistão e Uzbequistão demonstram que estão produzindo uma cultura esportiva própria, e o Azerbaijão possui uma estratégia voltada para o esporte em sua inserção no sistema internacional de nações.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Data for Armenia, Georgia, Tajikistan, Uzbekistan, Kazakhstan, Azerbaijan, Kyrgyz Republic, Turkmenistan**. Washington: Banco Mundial, 2023. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 28/03/2024.

BECKER, B. "Geopolítica da Amazônia". **Revista Estudos Avançados**, vol. 53, n. 19, 2005.

BONIFACE, P. **Géopolitique du sport**. Paris: Armand Colin, 2014.

CIERCO, T.; FREIRE, M. R. "Regional security and the Nagorno-Karabakh conflict". **Revista Nação e Defesa**, n. 110, 2005.

COI - Comitê Olímpico Internacional. “Olympic Results”. **COI** [2024]. Disponível em: <www.olympics.com>. Acesso em: 27/01/2024.

CONIFA - Confederação das Associações Independentes de Futebol. “Members”. **CONIFA** [2022]. Disponível em: <www.conifa.org>. Acesso em: 27/01/2024.

COSTA, W. “O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial”. **Confins**: **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 25, 2015.

COSTA, W. **Geografia Política e Geopolítica**: Discurso sobre o Território e o Poder. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

DUARTE, P. “Ásia Central: a geopolítica do centro do mundo”. **Revista de Geopolítica**, vol. 5, n. 2, 2014.

FIFA – Federação Internacional de Futebol e Associados. **Association of Football Federations of Azerbaijan**. Zurique: FIFA, 2023. Disponível em: <www.fifa.com>. Acesso em: 27/01/2024.

FIFA – Federação Internacional de Futebol e Associados. **Football Federation of Armenia**. Zurique: FIFA, 2023. Disponível em: <www.fifa.com>. Acesso em: 27/01/2024.

FIFA – Federação Internacional de Futebol e Associados. **Football Federation of Turkmenistan**. Zurique: FIFA, 2023. Disponível em: <www.fifa.com>. Acesso em: 27/01/2024.

FIFA – Federação Internacional de Futebol e Associados. **Georgian Football Federation**. Zurique: FIFA, 2023. Disponível em: <www.fifa.com>. Acesso em: 27/01/2024.

FIFA – Federação Internacional de Futebol e Associados. **Kazakhstan Football Federation**. Zurique: FIFA, 2023. Disponível em: <www.fifa.com>. Acesso em: 27/01/2024.

FIFA – Federação Internacional de Futebol e Associados. **Kyrgyz Football Union**. Zurique: FIFA, 2023. Disponível em: <www.fifa.com>. Acesso em: 27/01/2024.

FIFA – Federação Internacional de Futebol e Associados. **Tajikistan Football Federation**. Zurique: FIFA, 2023. Disponível em: <www.fifa.com>. Acesso em: 27/01/2024.

FIFA – Federação Internacional de Futebol e Associados. **Uzbekistan Football Association**. Zurique: FIFA, 2023. Disponível em: <www.fifa.com>. Acesso em: 27/01/2024.

FILOMENA, R. G. **Os esportes nas relações internacionais**: uma análise da prática do sportswashing (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relações Internacionais). Porto Alegre: ANIMA, 2023.

GIGLIO, S. S.; SPAGGIARI, E. "A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009)". **Revista de História**, n. 163, 2010.

ISMAILOV, E.; PAPAVA, V. **Rethinking Central Eurasia**. Washington: Institute for Security and Development Policy, 2010.

LINS, H. N. "Geoeconomia e geopolítica dos recursos energéticos no capitalismo contemporâneo: o petróleo no vértice das tensões internacionais na primeira década do século XXI". **Anais Encontro Nacional Associação Brasileira de Relações Internacionais**. São Paulo: ABRI, 2011.

NYE JR, J. **O futuro do poder**. São Paulo: Editora Benvirá, 2012.

OEC – Observatory of Economic Complexity. "Data Availability". **OEC** [2022]. Disponível em: <www.oec.world>. Acesso em: 23/01/2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Sobre os Estados-Membros**. Genebra: ONU, 2020. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 23/01/2024.

PITOCO DA SILVA, E. S. "A geopolítica dos Esportes: a FIFA, CONIFA e os povos apátridas". **Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

PITOCO DA SILVA, E. S. **A Geopolítica do Esporte na nova ordem mundial**: uma análise dos BRICS nos megaeventos - Copa do mundo e Olimpíadas (Dissertação de Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, 2023.

PITOCO DA SILVA, E. S.; GOMES, M. T. S. "Os BRICS e a organização de megaeventos esportivos na ordem mundial pós-guerra fria". **Revista GeoUECE**, vol. 10, n. 19, 2021.

RATZEL, F. "O solo, a sociedade e o Estado". **Revista do Departamento de Geografia**, vol. 2, 2011.

ROCHA, D. F.; ALBUQUERQUE, E. S. "Revisando o conceito de Heartland na Política de Contenção Ocidental do séc. XXI". **Revista de Geopolítica**, vol. 5, n. 1, 2014.

SUPPO, H. "Reflexões sobre o lugar do esporte nas relações internacionais". **Revista Contexto Internacional**, vol. 34, n. 2, 2012.

CAPÍTULO 12

Legislação Migratória Contextualizada
Pelo Fluxo Venezuelano no Território Brasileiro

LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA CONTEXTUALIZADA PELO FLUXO VENEZUELANO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Ágatha Krystine Pinheiro de Matos

Simone Arruda do Carmo

Lídia Pinheiro de Matos

O Brasil, desde o período colonial, tem sido palco de grandes movimentos migratórios, o que destacou a importância de implementar medidas de proteção nos aspectos territoriais da nação, como o Estatuto do estrangeiro. Todavia, foi somente com recente Lei de Migração nº 13.445, de maio de 2017, que tem sido questionada devido à crise humanitária na Venezuela, iniciada em meados de 2015.

O contexto migratório resultante da crise política no país vizinho têm sido amplamente divulgados e impactaram vários países sul-americanos, incluindo o Brasil. Diante disso, o governo brasileiro precisou fazer ajustes e atualizações na legislação, mesmo que tardiamente, para lidar de forma mais eficaz com os efeitos da chegada dos cidadãos venezuelanos.

O ponto central abordado neste artigo consiste em analisar a implementação da Lei nº 13.445, sancionada em maio de 2017, diante da crise migratória proveniente da Venezuela no Estado de Roraima e sua eficácia ambígua na proteção dos direitos essenciais da população brasileira e dos migrantes venezuelanos, assim como na distribuição dos fluxos migratórios em território nacional.

Com base nesse debate, o objetivo principal é elucidar como a chegada de venezuela-nos em Roraima foi impactada pela legislação migratória brasileira nº 13.445/2017, considerando o

período de 2015 a 2023. Vale ressaltar que a crise migratória venezuelana coincidiu com a crise política e econômica em seu país de origem, resultando em um movimento mi-gratório em escala nacional e global.

Os métodos utilizados na pesquisa são caracterizados por uma abordagem exploratória, explicativa e descritiva em relação aos objetivos, e por uma análise qualitativa em rela-ção aos procedimentos, utilizando um método dedutivo teórico-normativo. Assim, a coleta de dados é fundamentada em revisão bibliográfica e documental, e a análise de dados é realizada com base na interpretação da hermenêutica geográfica e sociológica.

Este artigo está dividido em três etapas: a primeira será discutida o surgimento da crise migratória venezuelana e seus deslocamentos. No segundo momento, serão examinadas as alterações feitas na nova Lei de Migração nº 13.445/2017 em comparação com a lei anterior, o antigo Estatuto do Estrangeiro. Por fim, será investigado como a nova Lei de Migração se aplica aos fluxos migratórios venezuelanos em Roraima de maneira empírica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste texto, é ressaltada a relevância da história das migrações para o Brasil e a evolução da migração venezuelana para o país a partir de 2015, ano que teve impactos significativos em cidades vizinhas da Venezuela, com foco especial em Pacaraima, em Roraima, Brasil, e Santa Helena de Uairen, em Bolívar, Venezuela, para a compreensão e análise das leis migratórias brasileiras. Desde a colonização, o Brasil tem sido destino de diversos fluxos migratórios importantes, com a presença inicial de povos indígenas.

Entre os séculos XVI e XIX, migrantes europeus, sobretudo portugueses, italianos, alemães e espanhóis, chegaram ao território brasileiro e contribuíram de forma significativa para a formação social e econômica do país. Naquela época, a política migratória visava atrair mão-de-obra estrangeira para suprir as necessidades das atividades agrícolas e indus-triais em desenvolvimento.

As transformações políticas, sociais e econômicas pelas quais o Brasil passou influ-enciaram sua abordagem em relação à imigração, com maior rigidez durante a ditadura militar (1964-1985), visando controlar e supervisionar possíveis impactos externos. Com o retorno à democracia, houve uma retomada do diálogo sobre uma política migratória mais acolhedora e alinhada com os valores dos direitos humanos.

Os fundamentos essenciais da política de imigração estão presentes na constituição de 1988, garantindo a equiparação de direitos entre migrantes e cidadãos do Brasil. Isso sig-nifica que não é permitida a deportação de cidadãos brasileiros natos. Mesmo a legislação referente a estrangeiros (Lei nº 6.815/1980), apesar de ter sido criada durante um período de regime político autoritário, passou por revisões para se alinhar aos princípios democráticos estabelecidos pela constituição de 1988 e à realidade global do mundo atual.

Atualmente, a legislação em vigor é a Lei de Imigração de nº 13.445/2017, que estabelece os direitos e deveres dos migrantes no Brasil. Esse marco representa avanços na ga-rantia de direitos fundamentais, como acesso aos serviços de saúde e educação, e na adoção de uma postura mais humanitária e inclusiva.

Conforme aponta as pesquisas de Claro (2020) e Barrozo; Almeida (2024), ao obser-var as discordâncias entre o Estatuto do Estrangeiro revogado e a nova Lei de Migração, tais pesquisadores afirmam que a 1ª lei empregava o termo "estrangeiro", enquanto na

atual Lei adota-se a denominação “migrante”. Para Claro (2020) e Barrozo; Almeida (2024), é reco-mendável evitar o uso do termo “estrangeiros” ao se referir aos migrantes em território brasileiro, pois essa distinção terminológica sugere uma concepção de fronteira, na qual o significante migrante é significado como um intruso e, de certa forma, marginalizado da socie-dade, situando-se nos limites do estabelecido hegemonicamente.

As questões relacionadas às migrações em nível global, especialmente o caso dos ve-nezuelanos no Brasil, ganham relevância também ao considerarmos as análises de pesquisa-dores como: Rodrigues (2006), Barbieri (2007), Jarochinski (2019) e Senhoras (2022). Tais pesquisadores podem servir como referência teórica e metodológica para compreendermos a extensão das relações fronteiriças e transfronteiriças estabelecidas ao longo do tempo entre Brasil e Venezuela.

A deslocação em territórios com crises econômicas, políticas ou até mesmo culturais, na maioria das vezes acarreta no deslocamento forçado da população, levando a solicitações de proteção. Isso se aplica à situação dos migrantes da Venezuela ao chegarem ao Brasil. Devido às adversidades econômicas e sociais enfrentadas naquele país, houve um aumento nos fluxos migratórios para diversos países, com destaque em meados de 2016.

Neste sentido, Senhoras (2022), destaca que “a migração é um fenômeno universal que cresce em número e em complexidade, desafiando os instrumentos legais e institucionais vigentes. Quando o Estado não oferece meios de sobrevivência digna e segura, a sociedade busca formas de reação: a mobilidade humana é uma dessas formas de resistência”.

As análises feitas sobre a migração, que possibilitam uma exploração do assunto, apresentam uma abordagem multiescalar, conforme sugerido:

> Tanto por fatores relacionados à dinâmica dos ciclos de vida pessoal e domiciliar e motivações ou aspirações pessoais quanto por uma diversidade de fatores contextuais especialmente relacionados à comunidade local, a mudanças estru-turais no país, à agenda política (ou geopolítica) e à infraestrutura de transportes e comunicações (BARBIERI, 2007, p. 226).

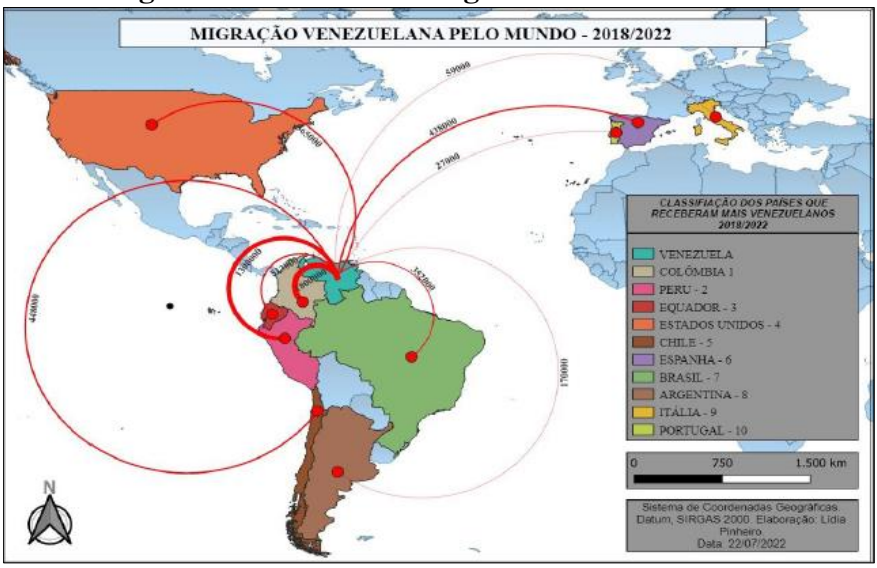
A crise migratória da Venezuela se destaca como um fator desencadeante de uma gestão política disruptiva que, somada à queda no preço do petróleo em 2014, principal fonte de renda do país, resultou em uma série de desafios como a falta de alimentos essenciais e um cenário preocupante, incluindo o aumento da violência, desencadeando conflitos em diferentes áreas e segmentos desse país.

Os territórios de fronteiras representam áreas onde ocorrem intercâmbios culturais e assimilações, tornando-se locais essenciais para a análise do fenômeno global da migração, conforme os escritos de Rodrigues (2006), emergindo dinâmicas de monitoramento e possí-veis desrespeito, que abarcam tanto as barreiras geopolíticas quanto às limitações culturais e subjetivas.

Neste sentido, o fluxo de migrantes venezuelanos tem uma espacialização geográfica diversa, partindo para países fronteiriços como o Brasil, como também distribuindo para outros países do continente americano e até mesmo o Europeu, demonstrando que este fluxo não ocorreu de forma homogênea permeado de aspectos distintos e complexos (SENHORAS, 2021).

A Figura 1 demonstra como o fluxo migratório venezuelano se deu nos anos de 2018 até 2022, no Brasil no mundo.

Figura 1 – Destino dos Migrantes Venezuelanos



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Siemn-Marcondes (2021).

O intenso deslocamento de migrantes venezuelanos em direção ao Brasil representa um marco na história das relações entre os dois países. Embora o território brasileiro não seja a principal escolha desses fluxos migratórios, é importante ressaltar que esses movi-mentos tiveram um impacto significativo nas comunidades que os acolhem.

As dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pela Venezuela têm repercussões em todo o continente, especialmente nos países vizinhos. Em 2018, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), foi registrado que cerca de 2,3 milhões de pessoas haviam deixado o país até 1º de julho, o que corresponde a aproximadamente sete por cento da população total. Esse é um fluxo migratório em ascensão devido à situação sem precedentes na região,

o que tem aumentado a vulnerabilidade dessas populações deslocadas.

Gráfico 1 - Refugiados e migrantes venezuelanos na América Latina e no Caribe



Fonte: R4V.

No que diz respeito ao Brasil, à medida que a crise venezuelana se agravava, o país vizinho recebeu um número considerável de venezuelanos desde 2015. Desde então, o fluxo migratório vem crescendo, alcançando os maiores números em 2017, adentrando a fronteira terrestre entre Brasil e Venezuela, assim como em outras regiões do país, como o estado de São Paulo, que acaba se transformando no centro de distribuição de sua rede viária.

A maior parte dos venezuelanos ingressaram no território brasileiro pela fronteira entre os dois países, no norte do Brasil através do estado de Roraima. Trata-se de uma região com baixa densidade populacional, serviços públicos precários, com

dificuldades de integra-ção com o restante do território nacional, e distante dos grandes centros urbanos brasileiros e venezuelanos.

É relevante destacar que do lado brasileiro, não há opções de rotas que conduzam ao centro político e economicamente mais influentes do país, o que torna as alternativas de transporte para deixar a região fronteiriça dispendiosas e com oferta aquém da demanda (JAROCHINSKI, 2019).

A crise política e econômica vigente na Venezuela está afetando diretamente os me-canismos sociais e colaborando para a deterioração da situação de crise generalizada no país. Essa conjuntura de crise na Venezuela é fruto de uma interação de elementos políticos e econômicos que têm agravado a crise social em ascensão no país, o que tem levado diversos venezuelanos a migrar para países da América Latina e da Europa.

Estudos já publicados, divide a crise migratória venezuelana em dois períodos, 2010 e 2017, mas teve seu processo de intensificação no ano de 2017, quando intensificou a crise do petróleo (principal produto do país), aliado aos altos processos inflacionários que desencadearam cenários de crise de maneira multilateral, afetando principalmente a sociedade mais carente.

Contudo, houve algumas tentativas de ajuda humanitária e imposição de sanções econômicas unilaterais pelos Estados Unidos que não tiveram sucesso. Em decorrência da crise, os fluxos migratórios venezuelanos começaram a se intensificar gradualmente, resultando em movimentos de refugiados, migrações forçadas ou espontâneas, que são caracterizados e perfilados de acordo com os padrões de mobilidade espacial a nível regional e internacional.

Para lidar com a migração venezuelana, o Brasil implementou a Operação Acolhida como uma estratégia de gestão de fronteiras. O governo brasileiro adotou essa medida para

organizar o fluxo de migrantes venezuelanos, principalmente em Roraima, através da interi-orização, encaminhamento para outros estados e implementação de políticas de acolhimento que incluem a construção de abrigos temporários em Pacaraima e Boa Vista.

É imprescindível destacar que os impactos do deslocamento de pessoas vão além dos limites políticos e geográficos. Isso auxilia na criação de laços entre os atores políticos e sociais. Diante dessas controvérsias, torna-se essencial repensar as estratégias migratórias ou políticas públicas dos países, onde o avanço está ligado às frequentes alterações na dinâmica das migrações populacionais. Surge, assim, a necessidade de desenvolver um plano de recepção aos migrantes no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, onde o enfoque na coleta e interpretação de dados se debruçaram sob a pesquisa bibliográficas a partir de artigos científicos, capítulos de livros e relatórios periódicos sobre a migração Venezuelana.

O estudo atual baseia-se em uma abordagem teórico-normativa dedutiva, começando com conceitos abstratos legais até uma análise empírica da imigração venezuelana para o Brasil de 2014 a 2023. Esse método dedutivo é caracterizado por ser exploratório, descritivo e explicativo em relação aos objetivos, e qualitativo em relação aos meios.

As etapas de coleta de dados são baseadas em uma pesquisa bibliográfica e documental utilizando o Google Scholar para realizar levantamentos sobre os principais marcos legais no país e alguns conceitos teóricos e históricos da política brasileira, além de recorrer a jornais locais e nacionais. Por outro lado, as etapas de interpretação

de dados são fundamentadas na hermenêutica sociológica geográfica.

No que diz respeito aos dados, procedemos com a identificação dos países pioneiros na acolhida de migrantes venezuelanos a partir de 2018, ano em que surgiram os primeiros documentos elaborados pelo governo do Brasil em parceria com organizações internacionais. Essas informações foram fundamentais para a elaboração de mapas temáticos utilizando o programa Qgis e as bases cartográficas do IBGE.

LEGISLAÇÃO E MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL

A crescente movimentação de pessoas migrantes no Brasil e a ausência de uma polí-tica de acolhimento humanitário adequada prevista na antiga legislação nacional tornou urgente a aprovação da nova Lei de Migração. A norma anterior não era eficiente e não estava em conformidade com os diferentes acordos internacionais assinados pelos legisladores brasileiros, que tratam das orientações para acolhimento e refúgio, bem como dos direitos dos migrantes.

A recente Lei nº13.445/2017 apresentou de forma clara os direitos e deveres dos migrantes no Brasil, abrangendo aqueles que possuem asilo, os que já foram reconhecidos co-mo refugiados e aqueles que estão solicitando essa condição, dentre as quais da acesso ao direito educacional no território brasileiro.

Anteriormente, a legislação sobre a migração internacional no país era baseada em regulamentos criados durante a época do regime militar, na qual os migrantes eram vistos como uma ameaça à sociedade e muitas vezes eram considerados criminosos. As regras e orientações visavam principalmente proteger as fronteiras e a soberania nacional.

No Brasil, as diretrizes de imigração enfrentaram o desafio de um cenário legal base-ado na defesa nacional em um contexto plenamente democrático. Além de estar ultrapassado politicamente, o Estatuto do estrangeiro limitava a capacidade de tomar decisões para a admissão e integração de migrantes. Era necessário reformar a base legal brasileira, não só devido à imigração, mas também devido à crescente saída de brasileiros para o exterior, juntamente com a chegada de fluxos migratórios de diversas origens - antes dos venezuelanos, houve a chegada de haitianos.

Antes da promulgação da nova legislação sobre migração, ocorreu a Lei nº 6.815/1980, a qual definiu o status legal do estrangeiro e estabeleceu o Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Esse conselho foi responsável por elaborar diretrizes de mobilidade, seleção e alocação em contextos caracterizados até então por baixos fluxos migratórios. As leis federais tinham como objetivo principal atender às demandas da mão de obra estrangeira de acordo com as políticas governamentais.

No ano de 1988, o Brasil juntamente com diversas nações da América Latina vivenciou um período de transição para a democracia, deixando para trás as restrições e fracassos dos governos autoritários que haviam predominado. Dessa forma, a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 representou uma tentativa de resgatar as liberdades básicas e os direitos individuais. Esse marco resultou na consagração da única lei fundamental reconhecida internacionalmente como a Constituição da Solidariedade.

No cenário da legislação sobre migração, o projeto de lei nº 288/2013 avançou tanto no Senado quanto na Câmara e em 24 de maio de 2017, o presidente Michel Temer finalmente sancionou a Lei nº 13.445/2017, que, apesar de ter sofrido 20 vetos, apresentou um texto com significativas melhorias no que diz respeito aos direitos dos migrantes. Este projeto eliminou a obsolescência e a

arbitrariedade do antigo Estatuto do Estrangeiro, que anteriormente se concentrava apenas na segurança nacional, em que muitas decisões eram baseadas na discricionariedade e subjetividade do gestor. Entre as melhorias, a nova legislação afirma no artigo 4 que:

> Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados [...].

De acordo com a nova regulamentação de imigração, em comparação com a legisla-ção anterior, estão sendo respeitados os princípios estabelecidos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que garantem dignidade e igualdade de tratamento aos estrangeiros. Além disso, o Brasil é reconhecido internacionalmente por sua abordagem humanitária e acolhe-dora em relação aos migrantes, visando facilitar o acesso aos direitos básicos que lhes são inerentes.

A migração dos cidadãos venezuelanos tem sido amplamente discutida em diversas partes do globo e, diante desse cenário, o governo do Brasil, mesmo com dificuldades para avançar, precisou estabelecer diretrizes na legislação a fim de controlar e administrar os impactos dessa migração. Nesse sentido, a Lei nº 13.445/2017 se tornou uma referência na-cional na regulamentação e proteção de indivíduos em situação de refúgio, ganhando destaque internacional ao editar a regulamentação da lei por meio do Decreto nº 9.199 de 20/11/2017, acabando com divergências conceituais, além de apresentar regras objetivas quanto a documentação, dentre outras garantias e deveres aos migrantes e seus fluxos e procedimentos.

A legislação de imigração implementou inúmeras alterações que afetaram o sistema de registro nacional de imigração (SISMIGRA), que se ajustou às modificações da nova le-gislação e reorganizou os registros por classificação. Alterando a Resolução nº 1.000/2006, que estabelecia a concessão de autorização de residência por um período de apenas dois anos para migrantes residentes em regiões brasileiras, nacionais e fronteiriças, prolongando-a indefinidamente.

Analisando os dados do site: Source: R4V Venezuelan population registered by the R4V. Reporting dates and frequency vary from country to country, o Brasil até novembro de 2023, estava entre os três países da América Latina que mais receberam migrantes venezue-lanos, estando em primeiro lugar conforme Figura 2, a Colômbia, que recebeu 2.875.743 mi-grantes venezuelanos, seguido do Peru com 1.542.004, migrantes, enquanto que o Brasil em terceiro lugar recebeu 510.499 migrantes, seguido do Ecuador e Chile.

A migração venezuelana foi há maior já vivida pelo Brasil, tendo como principal porta de entrada a Cidade de Pacaraima, localizada ao norte do Estado de Roraima, o qual no censo do IBGE do ano de 2022, possui 636.707 pessoas, portanto, a quantidade de migrantes venezuelanos que entraram no Brasil, se aproximada da quantidade de habitantes em Roraima, ademais, o IBGE ainda não apresentou os dados de quantos Venezuelanos moravam no estado no ano do censo.

MIGRAÇÃO EM RORAIMA

Roraima é um dos estados mais novos do Brasil, com área territorial de 224.301,040, quilômetros quadrados, estado é composto por 15 municípios, a saber: Rorainópolis, Caracaraí,

Pacaraima, Canta, Mucajaí, Alto Alegre, Amajarí, Bonfim, Iracema, Normandia, Uiramutã, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá; e, faz fronteira com os países da Venezuela e a Guiana Inglesa e no Brasil, com o estado do Amazonas e Pará, o que possui maior quantidade de habitantes é a capital que segundo o censo de 2022 conta com 413.486 pessoas.

Roraima, como destacado por Silva (2007), encontra-se em uma posição estratégica tendo em seus limites as fronteiras com Venezuela e Guiana, além do estado do Amazonas e Pará. Desse modo, Silva descreve a infraestrutura que interliga o estado e o processo de ocu-pação deste:

> [...] três importantes rodovias federais cortam o território roraimense: a BR-174, que liga o Estado à Venezuela, ao Norte, e ao Estado do Amazonas, ao Sul; a BR-210 (Perimetral Norte); e a BR-401, que liga Boa Vista à Lethem, na frontei-ra com a Guiana, ao Leste. Acrescenta-se ainda cerca de 1.380 quilômetros de estradas federais, além das dezenas de estradas estaduais e vicinais resultante dos projetos de assentamento agrícola (SILVA, 2007, p. 38).

O estado tem sua economia dependente do funcionalismo público, apresentando assim desigualdades sociais, que se demonstram pela dependência do "assistencialismo públi-co", e nos últimos anos iniciou-se grandes plantações de soja, além do garimpo ilegal nas terras indígenas.

> Políticos locais, até recentemente, ofereciam de empregos públicos – sem concursos – a mantimentos, roupas, mosquiteiros, brinquedos etc. Há relatos de que políticos chegavam a oferecer bronzeador, roupas

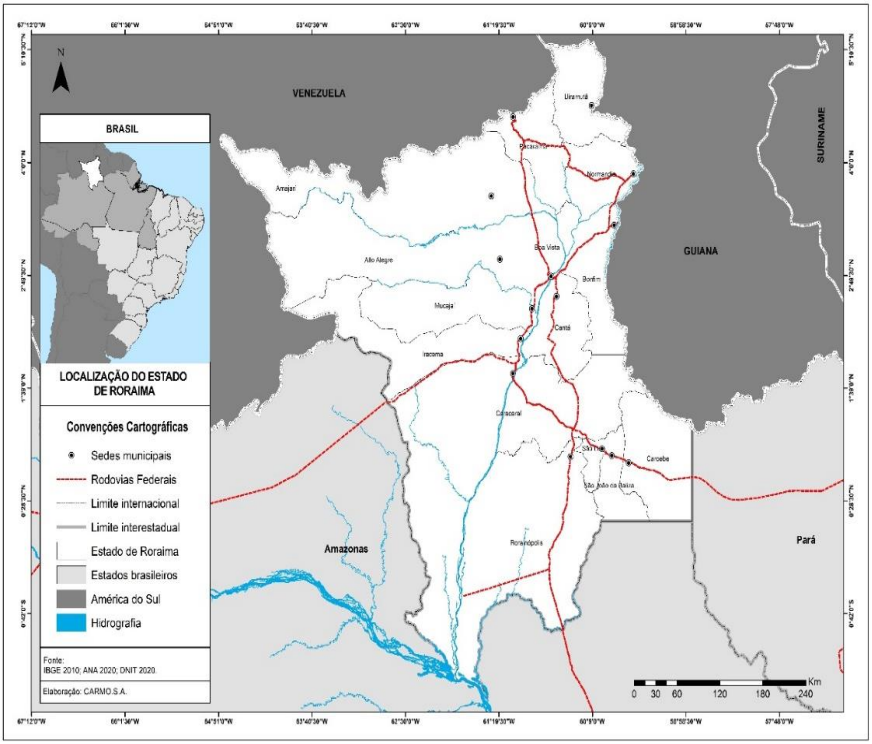
> de banho, dentre outros itens, para que a população local pudesse desfrutar das excelentes áreas de lazer existentes na área central de Boa Vista. Mesmo em relação às comunidades indígenas, que têm atendimento diferenciado no Estado, a rede de clientelismo se mantém [...] (SILVA, 2007, p. 45).

Por conseguinte, a atuação das forças armadas se insere na atuação de defesa das fronteiras, como também através de estratégias de prestação de serviços sociais e atuação em conjunto com outras forças e outras instituições (SILVA, 2007). A atuação na fronteira amazônica ocorre, dentre outros motivos, para combater os crimes transfronteiriços:

> As fronteiras demandam atenção, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando regiões e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que por elas são perpetradas atividades ilícitas que assumem natureza transnacional, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação com os países limítrofes (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020, p. 14).

No presente estudo a migração venezuelana, tem como porta de entrada o município de Pacaraima, que possui área territorial de 8.025,045 km², com 19305 habitantes (IBGE 2022), localizado a 200 quilômetros da capital Boa Vista, além de ser uma fronteira seca e distante da capital, fato que agrava a dificuldade de deslocado, já que no percurso existem poucos pontos habitados ou de comércio, associado a rodovia sem conservação, mesmo assim, muitos migrantes realizavam o percurso caminhando para chegar na capital.

Figura 2 - Divisão Politica e Territorial do Estado de Roraima



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE (2020) e DNIT (2020).

A Cidade de Pacaraima, como as demais, não possuía e não possui condições para receber tantos migrantes, fato que sobrecarregou os órgãos Estatais, e ante a dificuldade de transporte, ocorreu o favorecimento para que a população migrante flutuante, permaneça no município. Essa situação causou e continua causado superlotação no sistema de saúde e de ensino, conforme entrevista do prefeito Juliano Torquato:

> Em 2017, eu tinha 1.743 alunos; em 2018, eu passei para 2.072 e, neste ano, eu tenho 2.772 alunos, um aumento de 35% com a mesma renda do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), sem aumentar um real, sendo que, desses 2.700 alunos, 903 são venezuelanos.

Além disso, os residentes começaram a sofrer a influência da violência decorrente da vulnerabilidade dos migrantes, surgindo assim, processos que intensificou ações xenofóbicas, onde brasileiros rebelaram-se contra os migrantes alegando a sobrelotação dos sistemas de saúde e educação, além de um mercado de trabalho competitivo, aliado ao aumento da criminalidade.

Isto se deve à falta de infraestrutura para atender às necessidades da população local e à falta de serviços públicos eficazes para os nacionais, e para os migrantes. Porém, alguns dos ataques, chegaram a ser incentivados por quem deveria proteger os migrantes que estavam em situação de vulnerabilidade, tendo inclusive campanhas que incentivam inclusive a expulsão dos migrantes e o fechamento da fronteira.

As atitudes tomadas pela comunidade local, assim como as tomadas pelas autoridades públicas, com o objetivo de impedir a entrada de venezuelanos devido à crise, demons-tram a falta de entendimento e a ineficácia da legislação. Apesar de representar um avanço significativo em relação à classificação de migrantes, à criminalização da xenofobia e à garantia dos direitos fundamentais, as leis ainda não estão completamente implementadas, o que resulta em conflitos tanto para os migrantes quanto para a população local.

Outro ponto que fez-se emergir ainda mais ações xenofóbicas, foi a associação do aumento da criminalidade decorrente unicamente da migração, premissa não verdadeira, em que pese a migração fez emergir em Pacaraima e em outras cidades,

a entrada de migrantes ilegais, que aproveitando da vulnerabilidade da fronteira, adentraram visando a prática de crimes, inclusive buscando utilizarem-se dos migrantes vulneráveis como transportadores de ilícitos.

Mesmo com a implantação dos fluxos de atendimentos aos migrantes, como a Operação Acolhida, a construção de abrigos, o fluxo de interiorização, a atuação de ONG, ainda existem muitos migrantes venezuelanos, sem atendimento, em situação de rua e sem estarem inseridos no sistema de controle de entrada no país, o que facilita o aliciamento de organizações criminosas na captação desse migrante, que acaba sendo obrigado a iniciar a vida criminosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da política de imigração brasileira ao longo dos tempos tem sido marcante para a construção da identidade nacional. Desde os primeiros grupos de colonizadores até a legislação vigente, a política de imigração do Brasil reflete influências globais e dinâmicas geopolíticas, assim como mudanças internas. A implementação da Lei de Migração repre-senta um avanço significativo em direção a uma abordagem mais justa e humanitária, porém os desafios presentes e futuros requerem adaptações constantes para assegurar que o Brasil continue a acolher e integrar migrantes de maneira sustentável e inclusiva.

A legislação número 13.445/2017 teve como objetivo conciliar os direitos humanos assegurados nos acordos dos quais o Brasil é signatário e os direitos essenciais previstos na Constituição Federal de 1988. Com base nessas disposições, a legislação determina que a política de imigração brasileira será pautada pela universalidade; pela interconexão dos direitos humanos; pela repulsa

e prevenção da xenofobia, do racismo e de todas as formas de discriminação; pela não criminalização da migração; dentre outros.

Mesmo com todas as normativas legais estabelecidas pela recente legislação de imigração, é notório que há uma grande necessidade de aprimoramentos. É frequente a constatação de incoerências na execução da lei em diversas regiões do território nacional e, apesar de ser um país de vastas proporções, é recorrente avistar venezuelanos espalhados, em busca de ocupação, comercializando pequenos objetos, solicitando contribuições nas sinaleiras em praticamente todos os estados brasileiros, o que indica que a questão vai muito além do que se imagina.

Diversas razões levaram à exclusão de políticas governamentais para solucionar esse problema. Entre elas, estão a ausência de práticas administrativas consolidadas, a escassez de recursos e a falta de comprometimento político, além dos conflitos decorrentes da descentralização. No entanto, é importante destacar os esforços empreendidos pelo Brasil para assegurar que refugiados e solicitantes de asilo tenham seus direitos respeitados, sobretudo no combate à xenofobia e à carência de infraestrutura, que vão além da simples criação de abrigos.

A sobrecarga dos movimentos migratórios em Roraima e em certas entidades, como a polícia Federal, é um obstáculo para a execução do plano. A solução encontrada pelo governo foi transferir esses migrantes para outros estados, mas poucos possuem capacidade estrutural para acolhê-los adequadamente e promover sua autonomia.

É essencial que o governo brasileiro esteja envolvido com a sociedade civil, ONGs e organismos internacionais para assegurar que os refugiados não sejam deixados desamparados, porém as ações atuais são apenas paliativas e temporárias. Dessa forma, é crucial desenvolver mais iniciativas que ofereçam aos refugiados em

situação de vulnerabilidade mei-os para alcançarem autonomia e uma melhor qualidade de vida.

A partir dessas análises, este estudo apresenta recomendações a outros estudiosos que atuam nesse assunto e que possam utilizar este estudo como fonte, com o objetivo de garantir um ambiente diversificado e rico para a realização de pesquisas de campo sobre as divergências entre a teoria e a prática da legislação brasileira em relação às leis de imigração, tanto por parte das entidades governamentais em todos os seus setores, quanto empiricamente na vivência desses migrantes.

Com base nessas investigações, o presente estudo propõe sugestões para outros pesquisadores que se dedicam a essa temática e que podem se valer deste estudo como referência, visando assegurar um ambiente variado e profícuo para a realização de estudos de campo acerca das discordâncias entre a teoria e a prática da legislação brasileira sobre imigração, tanto por parte dos órgãos governamentais em todas as suas esferas, como também na experiência vivencial desses migrantes.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, A. F. “Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar”. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 24, 2007.

BARROZO, B. S.; ALMEIDA, D. L. R. “Como a escola brasileira na faixa de fronteira está organizada para receber alunos de outras nacionalidades?” **Anais do XVII do Fórum Nacional NEPEG**. Goiânia: NEPEG, 2024.

BRANDÃO, M. “Pacaraima está à beira de colapso social com aumento de imigração: Prefeito da cidade esteve hoje no Senado

falando sobre venezuelanos". **Agência Brasil** [2019]. Disponível em: <www.agenciabrasil.ebc>. Acesso em: 20/02/2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/02/2024.

BRASIL. **Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017**. Brasília: Planalto, 2017. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03/07/2022.

BRASIL. **Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Brasília: Planalto, 1980. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/04/2024.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 7.876, de 13 de junho de 2017**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em: 12/04/2024.

CLARO, C. A. B. **Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração**: avanços e expectativas. Brasília: Ipea, 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. "**Migração Venezuelana - Roraima**: Evolução, Impactos e perspectivas". Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 01/05/2024.

RODRIGUES, F. "Migração transfronteiriça na Venezuela". **Estudos Avançados**, vol. 20, 2006.

SENHORAS, E. M. "Venezuela em rota de colisão: da estabilidade à crise". **Jornal Roraima em Foco** [2019]. Disponível em: <www.roraimaemfoco.com>. Acesso em: 12/02/2024.

SENHORAS, E. M. (org.). **Migração venezuelana no Brasil e em Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2021.

SILVA, A. B. **Geopolítica na fronteira norte do Brasil**: o papel das forças armadas nas transformações socioespaciais do estado de Roraima (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2007.

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. "Fluxo de migrantes venezuelanos no Brasil cresceu mais de 900% em dois anos". **UNODC** [2022]. Disponível em: <www.unodc.org>. Acesso em: 20/02/2024.

CAPÍTULO 13

Paradiplomacia e Cidades-Irmãs:
Delineando Possibilidades de Atuação
Para o Município de Campos dos Goytacazes (RJ)

PARADIPLOMACIA E CIDADES-IRMÃS: DELINEANDO POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

Ricardo Luigi

Rhuan da Silva Bernardo

A cooperação internacional descentralizada, mais conhecida pelo termo paradiplomacia, redimensiona o papel de atores não estatais nas relações internacionais. Apesar das diferentes definições, objetivos e propósitos para a paradiplomacia, ressaltam-se as possibilidades que ela gera, num sistema internacional cada vez mais complexo, com participação cada vez maior dos diversos atores internacionais. Um exemplo específico e muito funcional desse tipo de cooperação internacional está na iniciativa de cidades-irmãs, visando promover interesses comuns e favorecer negócios entre os países.

A pesquisa realizada se configura como de natureza qualitativa com abordagem exploratória, utilizando principalmente levantamentos bibliográficos e pesquisas documentais (FRIGOTTO, 2018; GIL, 2008; SPOSITO, 2004), com enfoque em dados da Agência Brasileira de Cooperação (Brasil, 2022), do índice das cidades empreendedoras (ENAP, 2023), do Censo Demográfico (IBGE, 2022), do Mapa da Riqueza da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2023) e do Boletim Rio Exporta (FIRJAN, 2022).

A abordagem se insere no contexto da Geografia das Relações Internacionais, um subcampo epistemológico que entende que a Geografia está criticamente envolvida com as questões internacionais contemporâneas. E a discussão sobre os conceitos

fundamentais deste trabalho, cooperação internacional descentralizada, paradiplomacia e cidades-irmãs, está fundamentada em Aprigio (2016), Brigagão (2005), Dias (2010), Ribeiro (2009), Sato (2010), Senhoras (2022), Smarts Cities International (2023) e Soldatos (1990).

O governo federal brasileiro reconhece a realização de iniciativas paradiplomáticas por parte dos estados e municípios e os incentiva a essas práticas por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que estimula a cooperação descentralizada, compartilhando as práticas de cada entidade subnacional e compartilhando suas experiências paradiplomáticas (BRASIL, 2022).

O município de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, embora atraia muitas empresas estrangeiras para atuarem no setor de petróleo e gás, não possui uma secretaria de relações internacionais ou qualquer outro tipo de estrutura institucional voltada para o assunto, nem tem acordos formalizados com cidades-irmãs. Parte-se da hipótese de que o investimento em paradiplomacia, com base na iniciativa das cidades-irmãs, pode trazer benefícios não apenas econômicos para Campos dos Goytacazes, mas também acordos visando a troca de conhecimentos tecnocientíficos, os intercâmbios culturais e possibilidades de cooperação visando melhorias para o meio ambiente, para a saúde e para a educação.

Assim, objetiva-se, de forma geral, compreender as possibilidades de atuação paradiplomática do município de Campos dos Goytacazes. Mais especificamente, analisou-se a paradiplomacia em alguns municípios brasileiros em que ela já está mais institucionalizada, discutindo-se os conceitos de paradiplomacia e cidades-irmãs e elaborando propostas para a institucionalização da paradiplomacia no município de Campos dos Goytacazes.

PARADIPLOMACIA E CIDADES-IRMÃS: DEFININDO CONCEITOS

A cooperação internacional e a ascensão de novos atores, além do Estado, nas Relações Internacionais, fenômeno reconhecido como "cooperação internacional descentralizada" (SATO, 2010), têm proporcionado um novo papel para os estados e municípios. A atuação destes atores subnacionais, denominada paradiplomacia, oferece novas oportunidades de acordos, negócios e de inserção internacional para os entes federados no Brasil, como, por exemplo, com base na criação de cidades-irmãs, que são cidades parceiras internacionais.

O Estado não possui mais uma exclusividade nos assuntos transnacionais e fica cada vez mais eminente a importância da participação dos subgovernos, logo também de suas unidades/municípios, num sistema internacional tão complexo, em assuntos de relevância global, assim buscando soluções mais coletivas e multilaterais. A paradiplomacia e os acordos com cidades-irmãs podem servir também para estimular o comércio bilateral entre os países e suas respectivas entidades subnacionais, com efeitos sobre a atração de empresas, sobre o empreendedorismo e sobre a inovação tecnológica.

O governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), estimula a cooperação descentralizada, reconhecendo a realização de iniciativas paradiplomáticas por parte dos estados e municípios e promovendo o compartilhamento das informações sobre a atuação paradiplomática de cada entidade subnacional (BRASIL, 2022):

> É cada vez mais frequente a realização de iniciativas de cooperação internacional com Estados e

> Municípios brasileiros – a "cooperação descentralizada". Por meio da ABC, o Governo federal mantém contatos regulares com as entidades federativas, com o objetivo de criar instrumentos que apoiem essa modalidade de cooperação, facilitando a interlocução e a troca de informações. Essa modalidade de cooperação técnica visa, igualmente, ao compartilhamento de conhecimentos e práticas exitosas entre instituições públicas de unidades federativas brasileiras e instituições públicas de unidades subnacionais de países parceiros (BRASIL, 2022).

Cooperação descentralizada é o nome oficial para aquilo que, de forma oficiosa, convencionou-se chamar de paradiplomacia. O termo paradiplomacia surgiu no início da década de 1980, É um conceito polissêmico, evidenciando outras vertentes no que diz respeito às relações entre atores nacionais e internacionais, assim como trazendo à tona conflitos federativos, entre o poder do governo central e a autonomia de atores subnacionais. Estudado e discutido inicialmente por Soldatos (1990) e Duchacek (1994), o termo paradiplomacia pode ter diferentes interpretações, mas, de maneira mais geral, diz respeito à atuação internacional de governos subnacionais, não centrais (SENHORAS, 2022).

Os diferentes nomes, propósitos e definições são objeto de análise para Aprigio (2016), que sintetiza esses pontos de vista diversos em duas concepções: como uma visão eminentemente comercial, em que a paradiplomacia seria uma maneira dos governos subnacionais criarem ligações com os mercados estrangeiros, ou uma visão mais cética, segundo a qual a paradiplomacia nem sequer existe de fato, existindo, em vez dela uma diplomacia mais contextualizada com os tempos atuais e com a participação abrangente de outros atores.

Com a globalização, em um cenário mundial complexo e multifragmentado, há um aumento da participação dos subgovernos na agenda internacional:

> Assistimos, de igual forma, à incapacidade do Estado (nomeadamente aqueles onde reside um sistema federado (como no caso do Brasil) de atender as demandas de todas as suas unidades subnacionais, fazendo com que os governos subnacionais (cidades e estados/ províncias), portanto, busquem assumir as rédeas no processo de internacionalização de seus interesses e de suas necessidades com o propósito de promover o desenvolvimento local (APRIGIO, 2016, p. 02).

Para Senhoras (2022), o conceito de paradiplomacia surge como um fenômeno que esboça diferentes graus de descentralidade e emerge com impacto nas relações internacionais em função da variabilidade de atores, instituições e organizações. Ocorre com base em ações que visam promover acordos e estabelecer um bom relacionamento com outras unidades federadas sem a intervenção do Estado-Nação.

A paradiplomacia, para Ribeiro (2009), emerge não somente como uma importante ferramenta de aquisição de acordos e cooperações internacionais, mas também como uma necessidade de se dispor dessa autonomia e lidar com as dinâmicas trazidas pela globalização, num contexto de mudanças nos territórios. Já, de acordo com Aprígio (2016), o conceito de paradiplomacia surge apoiado na cooperação internacional e no desenvolvimento das unidades subnacionais descentralizadas, no intuito de atrair investimentos e estreitar laços com países estrangeiros.

Portanto, o conceito de paradiplomacia tange principalmente a descentralização e a quebra de uma atuação soberana por parte do Estado, de maneira que esses níveis de Poder se estabelecem de maneira homogênea e equilibrada. Assim sendo, consequentemente facilitando a atração de investimentos e redes de cooperatividade por parte desses novos agentes internacionais, e ao mesmo tempo oferecendo vantagens às unidades territoriais dentro de uma nação.

A paradiplomacia, portanto, atua de diferentes formas e utiliza diferentes mecanismos e ferramentas que possibilitam a facilidade de criar as cooperações descentralizadoras. Neste contexto, a troca de boas práticas e experiências entre cidades vizinhas ou não, se define em uma das formas dessa atuação paradiplomática, e se define como conceito de cidades-irmãs, sendo ela uma, se não o principal aparato da atuação da paradiplomacia (RIBEIRO, 2009).

As cidades-irmãs são um tipo de parceria entre cidades de dois países, um relacionamento formal reconhecido por acordo, voltada para o desenvolvimento de atividades como intercâmbios e projetos municipais, empresariais, comerciais, educacionais e culturais (SISTER CITIES INTERNATIONAL, 2023).

Alguns municípios têm uma maior facilidade em aderir à paradiplomacia que outros, segundo Ribeiro (2009), seja por sua expansão territorial e, consequentemente, um PIB elevado e uma movimentação econômica mais expressiva naquela região, ou, simplesmente, pelos seus ganhos de localização, possibilitando acordos específicos com empresas multinacionais: “desse modo, cada cidade, cada localidade, deve se fazer presente no cenário internacional para defender seus interesses que estarão provavelmente relacionados com seus recursos endógenos locais” (DIAS, 2010, p. 274). Seguem, portanto, alguns exemplos brasileiros de paradiplomacia e irmanamento presentes na literatura.

EXEMPLOS BRASILEIROS DE PARADIPLOMACIA E DE IRMANAMENTO

As cidades sul-americanas ganham espaço no cenário internacional, via paradiplomacia, entendida como atuação externa e política pública dos entes subnacionais. “Mais do que discursos de intenções ou ações pontuais internacionais, a paradiplomacia, para existir, precisa de um planejamento sistemático ao longo de um ou mais governos - o que vem ocorrendo em diversas cidades da América do Sul’’ (SENHORAS, 2022, p. 69). Embora muitos subgovernos e Estados nacionais estejam começando a entender a importância da paradiplomacia em um contexto globalizado, no Brasil, além de haver poucos estudos, as iniciativas ainda são difundidas de forma aleatória, apesar do incentivo da Agência Brasileira de Cooperação.

É notável a quantidade de processos de cidades-irmãs que se instauram no Brasil, com tendência a aumentar nos próximos anos, uma vez que esse cenário se apresenta como favorável à facilitação de negócios internacionais. Na expectativa de cortar caminho para fechar acordos comerciais, muitas parcerias entre cidades-irmãs vêm sendo acordadas, como demonstra o Quadro 1, que faz uma listagem das cidades-irmãs das capitais brasileira e de Campinas, principal cidade do interior do Brasil e um importante ator na paradiplomacia.

O Quadro 1, disposto a partir da página seguinte deste capítulo, ao demonstrar a abrangência dos acordos de irmanamento nas capitais brasileiras (e em Campinas), acaba omitindo algo que se expõe na literatura, no esforço realizado, por exemplo, por Brigagão (2005), que mapeou as estruturas voltadas para as relações internacionais nos municípios brasileiros: a importância da existência de estrutura internacional voltada para uma atuação descentralizada.

Quadro 1 - Capitais brasileiras (e Campinas) e suas cidades-irmãs

Municípios Brasileiras	Irmanamentos
Belém (Pará)	Tifariti (República Arabe), Havana (Cuba) e Lisboa (Portugal)
Macapá (Amapá)	Kourou (Guiana Francesa)
Manaus (Amazonas)	San Salvador (El Salvador) e Braga (Portugal)
Porto Velho (Rondônia)	Jinan (China)
Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	Covilhã (Portugal), Sintra (Portugal), Faro (Portugal), Óbidos (Portugal), Vina del Mar (Chile), Fátima (Portugal), Anguillara Veneta (Itália), Oyo (Nigéria), Madrid (Espanha), Mbanza Congo (Angola), Nápoles (Itália), Verón (República Dominicana), Richardson-Texas (EUA), Bissau (Republica de Guine Bissau), Ife (Nigéria), Joanesburgo (África do Sul), Kobe-Hyogo (Japão), Iquique (Chile), Raanana (Israel), Angra do Heroísmo (Portugal), Cádiz (Espanha), Porto (Portugal), Santa Maria da Feira (Portugal), Medellín (Colômbia), Ponte de Lima (Portugal), Lahore (Paquistão), Hamilton (Canadá) e Assunção (Paraguai)
Góias (Goiânia)	Xingzhou (China) e Chittagong (Bangladesh)
São Paulo (São Paulo)	Luanda (Angola), Chicago (EUA), Toronto (Canadá), Buenos Aires (Argentina), Mendoza (Argentina), La Paz (Bolivia), Santiago (Chile), Assunção (Paraguai), Lima (Peru), Montevidéu (Uruguai), Havana (Cuba), Yerevan (Armenia), Huaibei (China), Ningbo (China), Pequin (China), Seul (Coreia do Sul), Naha (Japão), Osaka (Japão), Amã (Jordânia), Damasco (Síria), Macau (República Popular da China), Hamburgo (Alemanha), Córdoba (Espanha), Santiago de Compostela (Espanha), Milão (Itália), Belmonte (Portugal), Póvoa de Varzim (Portugal), Coimbra (Portugal), Funchal (Portugal), Leiria (Portugal), Lisboa (Portugal), Góis (Portugal), Cluj-Napoca (Romênia), Bucareste (Romenia), Esmirna (Turquia) e Tel Aviv (Israel)
Campinas (São Paulo)	Assunção (Paraguai), Auroville (Índia), Belém (Brasil), Blumenau (Brasil), Cabinda (Angola), Camanducaia (Brasil), Concepción (Chile), Córdoba (Argentina), Cotorro (cuba), Daloa (Costa do Marfim), Durban (África do Sul), Fuzhou (China), Gifu (China), Jericó (Palestina), Malito (Itália), Novi Sad (Sérvia), Peruíbe (Brasil), San Diego (EUA) e Ubatuba (Brasil)
Vitória (Espírito Santo)	Cascais (Portugal), Dade County-Florida (EUA), Mobile (EUA), Qingdao (China), Iquique (Chile), Dunkerque (França) e Zhuhai (China)
Porto Alegre (Rio Grande do Sul)	Newark (EUA), Tampa (EUA), Kanazawa (Japão), Viena (Áustria) e Madrid (Espanha)
Campo Grande (Mato Grosso do Sul)	San Salvador de Jujuy (Argentina) e Torino (Itália)
Belo Horizonte (Minas Gerais)	Austin (EUA), Belém (Cisjordânia), Cuenca (Equador), Fort Lauderdale (EUA), Granada (Espanha), Havana (Cuba), Homs (Síria), Lagos (Nigéria), Luanda (Angola), Masaya (Nicarágua), Minsk (Bielorrussia), Nanjing (China), Newark (EUA), Porto (Portugal), Tegucigalpa (Honduras), Tripoli (Líbia) e Zahle (Líbano)

Municípios Brasileiras	Irmanamentos
Florianópolis (Santa Catarina)	Ponta Delgada (Portugal), Constitución (Chile), Praia da Vitória (Portugal), São Miguel (Portugal), Presidente Franco (Paraguai), Havana (Cuba), Saint-Etienne (França), Roanoke-Virginia (EUA), Angra do Heroísmo (Portugal), Cordoba (Argentina), Luján (Argentina), Porto (Portugal) e Assunção (Paraguai)
Curitiba (Paraná)	Akureyri (Islândia), Assunção (Paraguai), Changzou (China), Coimbra (Portugal), Columbus-Ohio (EUA), Cracóvia (Polônia), Guadalajara (México), Hangzhou (China), Himeji (Japão), jacksonville (EUA), Montevideo (Uruguai), Orlando (EUA), Condado de Miami-Dade (EUA), Santa Cruz de La Sierra (Bolívia), Suwon (Coreia do Sul), Treviso (Itália),
Brasília (Distrito Federal)	Assunção (Paraguai), Buenos Aires (Argentina), Doha (Catar), Gaza (Palestina), Havana (Cuba), Kiev (Ucrânia), Montevideo (Uruguai), Pretória (África do Sul), Sejong (Coréia do Sul), Teerã (Irã) e Xi'an (China)
Cuiabá (Mato Grosso)	Comune di Oppido Mamertina (Itália) e Santarém-Pará (Brasil)
São Luís (Maranhão)	Wuhan (China), Nairobi (Quênia) e Tramonti (Itália)
Teresina (Piauí)	Nápoles (Itália)
Fortaleza (Ceará)	Xiamen (China) e Sines (Portugal)
Natal (Rio Grande do Norte)	Belem (Israel) e Eilat (Israel)
João Pessoa (Paraíba)	Bafoussam (Camarões) e Ushuaia (Argentina)
Recife (Pernambuco)	Lujan (Argentina) e Guangzhou (China)
Salvador (Bahia)	Abuja (Nigéria), Pemba (Moçambique), Marrakech (Marrocos), Libreville (Gabão), Luanda (Angola), Ilha de Goree (Senegal), Boke (Guiné), Ouidah (República de Benin), Kingston (Jamaica), Ife (Nigéria), Maputo (Moçambique), Los Angeles (EUA), Filadélfia (EUA), Havana (Cuba), San Salvador (El Salvador), Buenos Aires (Argentina), Assunção (Paraguai), San Miguel de Tucuman (Argentina), Quito (Equador), Montevideo (Uruguai), Valparaíso (Chile), Cayenne (Guiana Francesa), Ubá (Brasil), Guangzhou (China), Shenzhen (China), Izmir (Turquia), Dalian (China), Harbin (China), Kaohsiung-República da China (Taiwan), Jerusalém (Israel), Viena (Áustria), Cascais (Portugal), Grenoble (França), Pontevedra (Espanha), Florença (Italia), Lisboa (Potugal), Madrid (Espanha), Javier (Espaha), Barcelona (Espanha), Terme di Sciacca (Italia), Cagliari (Italia), Figueira de foz (Portugal), Ferrara (Italia), Cadiz (Espanha) e Charente-Maritime (França)
Aracaju (Sergipe)	Yantai (China)
Maceió (Alagoas), Rio Branco (Acre), Palmas (Tocantins) e Boa Vista (Roraima)	Não foram encontradas notícias ou atividades recentes de irmanamentos em vigor.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em informações de órgãos oficiais dos municípios (2024).

Conseguimos identificar o desnivelamento quando analisado as potencialidades que alguns municípios têm, em relação a outros no que tange a nível de cooperação e estruturas para tratarem de assuntos internacionais. É neste contexto que surge a análise do município de Campinas (SP), que mesmo não sendo uma capital, emerge no meio delas com uma quantidade significativa de acordos de irmanamentos, ficando atrás somente da própria capital São Paulo e Rio de Janeiro.

Este aumento significativo de acordos de cooperação da cidade se dá principalmente através de uma ação da prefeitura de Campinas, de criarem um processo de internacionalização de empresas. Permitindo portanto as atividades de cooperação e estabelecer uma exportação de produtos, utilizado por meio desta unidade de gestão voltada para o comércio, turismo e outras negociações internacionais.

No Estado de São Paulo, casos exitosos de paradiplomacia, como esse de Campinas e o da própria capital de São Paulo (APRIGIO, 2016) apontam a existência de uma secretaria de relações internacionais atuante e operante nos processos de cooperação. Mas isso não ocorre só nas capitais e principais cidades, mas vem se ampliando também em cidades médias, como Araraquara (São Paulo).

Araraquara tem, desde 2018, um exitoso acordo de cooperação cultural e econômica com o município português de Torres Vedras (RIBEIRO, 2018), estimulando que a Câmara Municipal araraquarense, em 2022, tenha protocolado a indicação nº. 4401/2022. O documento, proposto pelo vereador João Clemente (PSDB), cita possíveis cidades-irmãs para Araraquara buscar acordos (Condado de Miami-Dade-EUA, Shenzhen-China, Osaka-Japão, Mannheim-Alemanha e Lagos-Nigéria) e cria condições para:

> a realização de estudos e análises de viabilidade sobre a criação, implementação e anamnese de resultados da Política Municipal para as Cidades-Irmãs/Geminação de Cidades/Irmanamento de Cidades – "De Araraquara para o Mundo" (ARAQUARA, 2022).

Araraquara ainda não possui, de maneira legal, uma estrutura institucionalizada direcionada para as relações internacionais, uma secretaria ou um órgão específicos para tal, dificultando as tratativas de acordos internacionais, pois, a falta desse tipo de estrutura, segundo Ribeiro (2009) cria dificuldades devido à falta de um amparo jurídico e legal para a cooperação.

O caso de Araraquara foi trazido para tentar aproximar da realidade de Campos dos Goytacazes, para não parecer que a pradiplomacia se restrinja às capitais. No próximo tópico faz-se uma reflexão sobre o potencial do município de Campos dos Goytacazes, que não conta sequer com acordos de irmanamento, de agir de forma mais deliberada e institucionalizada em sua paradiplomacia.

AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Partindo da hipótese de que a paradiplomacia é um importante instrumento de que os governos subnacionais dispõem para gerar desenvolvimento para as entidades subnacionais, procurou-se entender como o município de Campos dos Goytacazes. localizado na região norte do estado do Rio de Janeiro, pode aumentar a sua atuação internacional, mirando-se nos exemplos dos outros municípios brasileiros em que esse processo já está mais institucionalizado. Acredita-se que o município de Campos dos

Goytacazes deva sistematizar sua atuação internacional já que, de acordo com Dias (2010), "cada cidade, cada localidade, deve se fazer presente no cenário internacional para defender seus interesses que estarão provavelmente relacionados com seus recursos endógenos locais" (DIAS, 2010, p. 274).

As potencialidades de Campos dos Goytacazes para a atuação paradiplomática são enfatizadas pelos dados coletados em diversos indicadores. Como uma cidade média, com cerca de 483.540 habitantes (IBGE, 2022). com uma economia diversificada em relação ao agronegócio, comércio e serviços e petróleo e gás. No índice de cidades empreendedoras, o município está na 90ª colocação no país, destacando-se entre as alíquotas mais baixas de impostos como o ISS e o ICMS (ENAP, 2023). E, de acordo com o Boletim Rio Exporta, o Norte Fluminense, em virtude do Porto de Açu, teve, em 2022, um crescimento de 19% em suas exportações, havendo uma concentração de seus negócios internacionais em dois parceiros, Estados Unidos e Índia, suscitando a possibilidade de atrair novos mercados (FIRJAN, 2022).

Campos dos Goytacazes estava presente, em 2014, de acordo com Aprigio (2016), entre os 15 municípios brasileiros com maior PIB, contando com um grande potencial para desenvolvimento de sua paradiplomacia. Apesar disso, não existe, no município, uma estrutura formal paradiplomática e nem sequer há acordos firmados com cidades-irmãs.

De acordo com Soldatos (1990), existe uma capacidade, por parte dos subgovernos, de aderir às funcionalidades de um sistema onde a intenção principal é a de criar mecanismos de resolução de conflitos em prol de uma articulação de interesses e processos progressivos nas relações externas, por parte de atores subnacionais. Os governos subnacionais, nesse contexto, mormente as cidades, passaram também a ganhar protagonismo na definição e implementação de alguns temas da agenda internacional, seja no

enfrentamento de problemas urbanos como mobilidade, segurança, saúde, ou na construção de alternativas para outros temas, como meio ambiente, por vezes assumindo compromisso mais significativo que o próprio Estado central.

O próximo passo da pesquisa que gerou esse trabalho é, portanto, tentar fomentar, junto ao poder público local de Campos dos Goytacazes, o desenvolvimento de iniciativas governamentais e do poder legislativo visando o estímulo a paradiplomacia, das as possibilidades de desenvolvimento para a cidade, não só na área comercial, mas também no âmbito cultural, de segurança, de saúde, de meio ambiente, entre inúmeros outras possibilidades de benefícios que a cooperação internacional pode proporcionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro reconhece a realização de iniciativas paradiplomáticas por parte dos estados e municípios e os incentiva a essas práticas por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que estimula a cooperação descentralizada compartilhando as práticas de cada entidade subnacional e compartilhando suas experiências paradiplomáticas (BRASIL, 2022).

As cidades-irmãs são um tipo de parceria entre cidades de dois países, um relacionamento formal reconhecido por acordo, voltada para o desenvolvimento de atividades como intercâmbios e projetos municipais, empresariais, comerciais, educacionais e culturais (SISTER CITIES INTERNATIONAL, 2023). O município de Campos dos Goytacazes não conta com cidade-irmã, algo que propicia melhores condições para ações paradiplomáticas.

A potencialidade de Campos dos Goytacazes para a atuação paradiplomática é enfatizada pelos dados coletados em diversos

indicadores. Defende-se, portanto, que o município de Campos dos Goytacazes sistematize sua atuação internacional, instalando secretarias ou pastas voltadas para os negócios internacionais e realizando acordos com cidades-irmãs.

REFERÊNCIAS

APRIGIO, A. **Paradiplomacia e interdependência**: as cidades como atores subnacionais. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2016.

ARARAQUARA. **Consulta Pública n. 4401/2022**. Araraquara: Câmara Municipal, 2022. Disponível em: <www.camara-arq.sp.gov.br>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

BRASIL. "Cooperação descentralizada". **Gov.br** [2022]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 30/04/2024.

BRIGAGÃO, C. **Relações internacionais federativas no Brasil**: Estados e municípios. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2005.

DIAS, R. "Paradiplomacia: ferramenta de inclusão internacional dos municípios". **Revista de Administração Municipal**, vol. 57, n. 274, 2010.

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. **Índice de Cidades Empreendedoras**. Brasília: Enap, 2023. Disponível em: <www.enap.gov.br>. Acesso em: 30/02/2024.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Mapa da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <www.fgv.br>. Acesso em: 30/02/2024.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Boletim Rio Exporta**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2022. Disponível em: <www.firjan.com.br>. Acesso em: 30/02/2024.

FRIGOTTO, G. "O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional". *In*: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "População de Campos dos Goytacazes". **IBGE** [2022]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/03/2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/03/2024.

RIBEIRO, J. "Torres Vedras faz acordo de cooperação com Araraquara". **Jornal Tornado** [2018]. Disponível em: <www.jornaltornado.pt>. Acesso em: 05/03/2024.

RIBEIRO, M. C. M. **Globalização e Novos Atores**: a paradiplomacia das cidades brasileiras. Salvador: Editora do Autor, 2009.

SATO, E. "Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais". **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, vol. 4, n. 1, 2010.

SENHORAS, E. M. "Mapeamento epistemológico sobre paradiplomacia subnacional em língua portuguesa". *In*: SENHORAS, E. M.; GABRIEL, E.; MARTINS, M. A. F. (orgs.).

Paradiplomacia Subnacional: da teoria à empiria. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

SOLDATOS, P. "An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors". *In*: MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. **Federalism and International Relations**: The role of subnational units. Oxford: Clarendon Press, 1990.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

CAPÍTULO 14

A Experiência da Autonomia
Guarani Charagua Iyambae na Bolívia

A EXPERIÊNCIA DA AUTONOMIA GUARANI CHARAGUA IYAMBAE NA BOLÍVIA

Luiz Fernando Ribeiro de Sales

Charagua, conhecida nacionalmente como o maior município do Estado Plurinacional da Bolívia, por sua enorme extensão territorial; assim como por "cidade benemérita da pátria", por sediar heroico episódio protagonizado na Guerra do Chaco (1932-1935), quando o exército boliviano retomou a praça principal e demais áreas ocupadas, na ocasião, pelos combatentes paraguaios; desde o dia 8 de janeiro de 2017 incorporou a sua história mais um- quiçá o principal – título honorífico: a primeira autonomia indígena originário campesina da Bolívia, denominada Autonomia Guarani Charagua Iyambae.

Nesse dia histórico, com a posse das autoridades autonômicas, Charagua escreveu o último capítulo de seu processo de conversão de entidade territorial municipal, vigente desde a sua criação legal, em 1894, ao regime autonômico indígena, dando contornos concretos ao modelo de organização territorial do Estado Plurinacional da Bolívia, inaugurado com a promulgação da Constituição de 2009 (doravante CPE - Constituição Política do Estado), calcado na plurinacionlidade e autonomias indígenas, rompendo com a histórica tradição unitária e essencialmente centralista.

A CPE, além de declamar amplo rol de direitos às nações e povos indígenas bolivianos (previsto, dentre tantos outros, nos art. 30-32), instituiu espaços de poder a partir dos quais se tornou possível a gestão indígena do território ancestral como meio de efetivação do direito à livre determinação e a própria noção de

plurinacionalidade, princípio transversal e orientador da nova ordem jurídica e social da Bolívia desde 2009, principalmente através da forma de governo local denominada de autonomia indígena originário campesina (art. 289).

O Estado Plurinacional da Bolívia, segundo o art. 1º da CPE, "[...] se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomias[...]", organizando-se territorialmente em departamentos, províncias, município e territórios indígena originário campesinos (art. 269, I, da CPE), admitindo-se, ainda, nesse modelo unitário, regimes governamentais autonômicos, ao teor do art. 272 da CPE, de natureza departamental (art. 277), regional (art. 280), municipal (art. 283) e indígena originário campesina (art.289, daqui em diante AIOC).

A AIOC, nesse regime político-territorial, se constitui, conforme art 289 da CPE, "[...] el autogobierno como ejercicio de la libre determinación de las naciones y los pueblos indígena originario campesinos, cuya población comparte territorio, cultura, historia, lenguas, y organización o instituciones jurídicas, políticas, sociales y económicas propias.", instituído com base nos territórios ancestrais atualmente habitados (art. 290, I, CPE), sob as formas territoriais de município; territórios indígena originário campesinos – TIOC, ou ainda regiões, desde que optem expressamente por tal condição (art. 291, I, CPE).

E para além da gramática jurídica, a autonomia indígena assume as facetas de prática social e discurso político (TORRA, 2013, p 11); e enquanto discurso político reivindicatório ante as instâncias do Estado, no sentido de luta por território e reconhecimento de cosmosvisões, trata-se de uma pauta antiga dos povos indígenas, originários e campesinos, basicamente desde a conquista e espoliação dos territórios ancestrais.

No caso específico da Nação Guarani, em particular os guarani da Bolívia[27], etnia de interesses deste trabalho, a luta por retomada de seus territórios em face do mundo karai, sem desconsiderar os impactos da conquista e colonização do Chaco boliviano, possui na Batalha de Kuruyuki (1892), que culminou no ocaso da resistência Guarani em defesa de seus territórios, o marco inicial, se encorpando no decorrer do século XX, principalmente a partir dos anos 1970, com a organização política e reivindicações por território e melhores condições de vida; e ápice na participação efetiva na assembleia constituinte da qual resultou a CPE de 2009, da qual resultou a incorporação da autonomia indígena quanto direito constitucional e espaço institucional de poder para a gestão do território.

Isso porque, ao contrário do que sucedeu com as demais nações e povos indígenas e originários da Bolívia, a Nação e/ou Povo Guarani manteve relativo domínio político de seus territórios durante quase todo o período colonial. Somente na égide da República foi que o processo de espoliação territorial se tornou um expediente inevitável e de efeitos estruturais.

E durante as últimas décadas do século XX, como veremos abaixo, a Nação Guarani organiza-se politicamente, funda a Assembleia do Povo Guarani – APG, e a partir de um amplo diagnóstico sócio-político-econômico-territorial, formula um projeto de reconstrução de seu território ancestral na Bolívia, que possui na AIOC um instrumento político e jurídico fundamental de efetivação, e na Autonomia Guarani Charagua Iyambae o primeiro passo nesse sentido.

[27] A distinção é relevante, na medida em que há presença Guarani em territórios do que hoje corresponde a Bolívia, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sendo o termo "guarani da Bolívia" ou "guarani boliviano" utilizado para demarcar as experiências próprias daqueles que habitam a Bolívia.

De tal modo, tem-se que a emergência de um projeto político indígena guarani na Bolívia, por meio da ressignificação do constitucionalismo, dando origem ao Novo Constitucionalismo Latino-Americano (PASTOR; DALMAU, 2012); e de uma forma política estatal que se quer plurinacional, o Estado Plurinacional, que reconhece a autonomia indígena e a gestão do território ancestral, tudo isso numa ambiência de globalização perversa e de neoliberalismo, nos levanta o questionamento a respeito da (im) possibilidade de construção de uma outra globalização, de um posicionamento alternativo, e desde baixo, dos lugares, à globalização hegemônica, que no caso em particular da Nação Guarani é, sobretudo, de descolonização do território, com suas múltiplas interfaces e interseccionalidades.

E partindo dessa premissa, da autonomia indígena como resposta popular aos efeitos deletérios da globalização perversa e em marcha a um outro tipo de sociabilidade, o presente artigo objetiva apresentar reflexões sobre a situação política e territorial da Autonomia Guarani Charagua Iyambae, como primeira experiência concreta de entidade territorial sob a forma de Autonomia Indígena Originária Campesina do Estado Plurinacional da Bolívia, pontuando-se os principais avanços e dificuldades deste processo de implementação de territorialidade guarani a partir espaços oficiais do Estado, iniciado em 2017, no departamento de Santa Cruz de la Sierra, bem como questionando os limites mesmos de uma transição de sociabilidades por meio do uso contra-hegemônico de instrumentos hegemônicos, no caso o direito e a forma estatal, como salienta Sousa Santos (2007), sendo o Estado a face política do capitalismo (MASCARO, 2019).

Trata-se de resultados parciais de pesquisa de nível doutoral levada a cabo no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas sobre a Autonomia Guarani Charagua Iyambee. Metodologicamente, é um trabalho qualitativo-

indutivo, sob a forma de estudo de caso, calcado na revisão bibliográfica, análise de documentos e realização trabalho de campo. No período de 4 de agosto a 26 de setembro de 2022 foi realizado um trabalho de campo em Charagua Iyambae. Durante o período mencionado, foram realizadas entrevistas com mulheres e homens de fundamental contribuição nesse processo autonômico, além de acompanhar as discussões públicas de elaboração do PGTC. O título do trabalho, inclusive, deriva das próprias entrevistas, quando, por diversas vezes, os interlocutores alertavam que a autonomia "não é uma mar de leite", mas um processo dialético.

Os resultados parciais apontam que muito embora o exercício efetivo da gestão territorial guarani em Charagua, no marco da AIOC prevista na CPE, seja uma experiência recente e em estágio de estabilização, há avanços em direção ao projeto inicialmente proposto, embora, também, contradições internas, externas (de âmbito nacional) e limitantes outros que põem a figura dessa nova forma de gestão territorial no centro de questionamentos sobre a possibilidade mesma de uma territorialidade guarani num contexto marcadamente colonial e extrativista.

GLOBALIZAÇÃO PERVERSA, AUTONOMIA ÍNDIGENA E A NAÇÃO GUARANI: A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO DESDE CHARAGUA IYAMBAE

A Autonomia Guarani Charagua Iyambae, muito embora seja, enquanto concretização político-jurídico e histórica da possibilidade de autogestão de parte do territorial ancestral Guarani da Bolívia, uma experiência muito recente, de pouco mais de 6 anos (se desconsiderado toda luta prévia de implementação), traz consigo, intrinsecamente, enorme conteúdo simbólico, porquanto, ademais de ser a sintetização de uma luta histórica por território, representa a

esperança construção de alternativas factíveis à globalização perversa e seus impactos no seio dos lugares – que no caso boliviano é atravessada pela herança da colonialidade (SOUSA SANTOS, 2019), e a ser sedimentada desde e para os lugares e por uso contra-hegemônicos de ferramentas hegemônicas (SOUSA SANTOS, 2007).

Segundo Milton Santos (2020), a globalização consiste um período bastante peculiar da história, o qual pode ser compreendido "[...] de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista" (SANTOS, 2020, p.23). Trata-se de um período calcado sob o atual estado da técnica, o meio técnico-científico-informacional a serviço da acumulação; e o estado da política, que juntos instituem uma sociabilidade centrada no dinheiro, competitividade e informação em estados puros, resultando no aprofundamento da miséria e da desigualdade socioeconômica em todo o Mundo, notadamente dos Países do Sul Global, muito embora se apresente como fábula (SANTOS, 2020, p. 18-19).

A globalização, assim, enquanto período histórico do capitalismo, fundada ideologicamente na substituição do ser humano pelo dinheiro puro como centralidade mesma de todo o sistema social, vem devastando as sociedades que a ela se acoplam, as quais passam suportar, diuturnamente, as malezas da superexploração dos territórios, tidos mais como recursos, ao invés de abrigo, pois "a globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada" (SANTOS, 2020, p. 65).

Por outro lado, a reversão da perversidade perpetrada pelo atual período, ou a construção de uma outra globalização, desde baixo, dos oprimidos, não é só desejável, quanto possível. E "uma outra globalização supõe uma mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no

homem" (SANTOS, 2020, p. 147). Seria, segundo este autor, um novo período, sedimentado desde a cultura popular, impregnada no cotidiano dos territórios, dos lugares, daí que um período popular da história.

E segundo o citado autor, seria uma construção advinda dos lugares, que, cada qual a seu tempo, e notando as contradições próprias desse tempo, tomaria os espaços da política e fundaria um pacto territorial centrado nos interesses locais, ancorado num modelo cívico de promoção da cidadania, conformando-se uma federação dos lugares.

A federação dos lugares consistiria, por sua vez, "[...] uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos e obrigações", de "[...] de construção de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes. A base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de existência plena" (SANTOS, 2020, p. 113-114).

E o Estado Plurinacional, com autonomias indígenas como qualidade governativa de entes territoriais da organização político-administrativa, surge como reação indígena-popular aos efeitos perversos da globalização. Durante o período que vai de 1985, quando implementado o Novo Plano Econômico, que oficializou-se o início da política econômica neoliberal, até a eleição de Evo Morales, em 2005, a Bolívia foi submetida intensamente no conhecido Consenso de Washinton, cujo resultado foi o agravamento das desigualdades sociais, que, ao lado de reformas de cariz multiculturais, tornaram possíveis a organização de movimentos sociais heterogêneos contra um inimigo: a política neoliberal. (KLEIN, 2016). As massas populares, movimentos indígenas, mineiros etc., exigiram uma assembleia constuinte.

A Nação Guarani, por meio da APG, teve participação ativa em toda a assembleia constituinte, inclusive com representação por meio de constituinte, Avílio Baca, proveniente da zona/capitania de Parapitiguassu, em Charagua. Uma das principais pautas levadas pela APG à assembleia constituinte foi a autonomia indígena, como instrumento de reivindicação de seus territórios ancestrais, um direito/garantia de livre determinação e gestão territorial. Ao final, a autonomia indígena originário campesina foi incorporada ao texto constitucional, não sem antes sofrer muitas adaptações.

Entendemos, assim, que a autonomia indígena, enquanto discurso político e direito ao território, muito embora seja uma reivindicação histórica praticamente desde a conquista/colonização, adquire proeminência e capilaridade capaz de proporcionar uma descontinuidade com o regime vigente até então em razão do recrudescimento nas condições de vida ocasionado pelo neoliberalismo, e por esta razão seja um esforço próprio, a partir das particularidades locais, de questionar a sua posição na ordem global, buscando alternativas políticas e econômicas na atual ordem hegemônica, daí que possivelmente um empenho de uma outra globalização, no caso, desde a cultura Guarani, e Charagua um importante capítulo nesse sentido.

A NAÇÃO GUARANI E A LUTA POR TERRITÓRIO NA BOLÍVIA

Uma análise sobre o deslinde da autonomia indígena originário campesina – AIOC em Charagua, agora Autonomia Guarani Charagua Iyambae, não pode ser entendida em profundidade sem prévia contextualização à história geral da Nação Guarani, porquanto seja um importante capítulo de um plano político

maior, conhecido como Reconstituição Territorial da Nação Guarani (ARAKUAARENDA, 2021).

Por seu turno, a tarefa de estruturar, laconicamente, a história da nação guarani na Bolívia, em sua cultura, produção e luta por território é demasiadamente desafiadora. A despeito da observação de Saignes (1990), citado por Caurey (2015, p. 11), para quem a nação guarani " [...] representan entonces un caso excepcional entre los pueblos americanos: [pues] podemos seguir de cabo a rabo su trayectoria desde su constitución en el siglo XVI como sociedad independiente hasta su extinción como tal a comienzo del siglo XX[...]", a profundidade de seu modo de ser (em guarani Ñande Reko) em seus múltiplos aspectos (culturais, políticos, territoriais, teológico etc.), assim como toda heterogeneidade interna de sua trajetória no decorrer dos séculos e as interações entre as perspectivas teóricas a esse respeito, desde fora, no casos pesquisadores estrangeiros; e desde dentro, contada pelos próprios, para utilizar uma diferenciação feita por Caurey (2015), desvela um enredo tão peculiar que torna impossível sistematizar sem deixar escapar elementos fundamentais.

A origem histórica, o modo de ser, o próprio nome "guarani", e a existência mesma de uma unidade interna, de origem e valores comuns, formadores da ideia de identidade, por exemplo, comportam detalhes e interpretações distintas que escapam aos limites impostos a esse tipo de reflexão, evidenciando a complexidade mesma de uma exposição geral.

A Nação e/ou Povo Guarani ocupou, na Bolívia, imenso território do oriente do país, habitando o bioma conhecido como Chaco. Atualmente concentram-se, sobretudo, nos departamentos de Santa Cruz, Tarija e Chuquisaca. Há, ao menos, duas perspectivas a respeito da origem história da Nação Guarani. Uma mais amplamente difundida, inclusive entre os estudiosos e estudiosos do

tema, desde o mundo karai; e outra, desde dentro, da APG (CAUREY, 2015).

A hipótese mais aceita, e documentada em inúmeros trabalhos, a etnia guarani resulta de um longo, complexo e dialético processo, envolvendo, migração, miscigenação, colonização, evangelização, resistência, espoliação, com inúmeros choques internos, iniciando-se a partir de um grupo originariamente de língua tupi-guarani proveniente do Paraguai, Uruguai, Argentina e do Brasil, nos séculos XV e XVI, que caminharam continente adentro até a Bolívia., e ali passaram a viver. Segundo, Caurey, importante intelectual guarani, o "[...] pueblo guaraní del Chaco boliviano tiene su origen étnico en el mestizaje entre grupos guaraníes que migraron desde Paraguay, Brasil y los chanés autócnonos" (2012, p. 22).

Essas primeiras comunidades *guarani-hablantes* teriam migrado em busca da "Terra Sem Mal" (em guarani Ivi Maraei), onde poderiam viver bem, um lugar místico, sem dor ou sofrimento, chegando ao atual território boliviano nos séculos XV e XVI, quando, em contato com a étnia chané, da família linguística arawak, muito mais numerosos nesta época, iniciaram uma mestiçagem, conhecido, de modo geral, de guaranização dos chanés, a qual, segundo Combès (2021, p. 85), se consolidaria já no século XVIII, passando, desde então, a habitar Chaco boliviano, conformando, atualmente, após muitos outros episódios históricos, a Nação Guarani. E todo esse processo daria origem a subgrupos da etnia guarani, Guarani-Ava, Guarani Isoseño e Guarani-Simba, os quais, muito embora guardem entre si valores comuns, possuem, também particularidades próprias, e ocupam pontos distintos no amplo território ancestral Guarani.

De outro lado, há o entendimento de que a Nação Guarani sempre habitou esses territórios. Segundo Caurey, essa hipótese "[...]viene desde la misma APG y que sostienen que el guaraní siempre estuvo en el territorio actual y que, la teoría de que vinieron

en “busca de la tierra sin mal” es un invento de los académicos karai” (2015, p. 10-11). A hipótese, por sinal, encontra eco no seio de algumas comunidades. Durante conversas informais no trabalho de campo, em Charagua, em algumas ocasiões me relataram a existência desde sempre da Nação Guarani nessa região, que construções antigas nas redondezas poderiam, com estudos no tema, confirmar a versão.

E se a origem histórica mesmo comporta abordagens, a nomenclatura “Guarani” igualmente possui a sua trajetória. A identidade “Nação Guarani” é uma construção política relativamente recente, adquirindo esta forma por ocasião dos anos da assembleia constituinte, no início do século XXI. Inicialmente, os *guarani-hablantes* eram conhecido como chiriguano, o qual, dentre outros significados que transcendem aos nossos objetivos,“[...] usado desde la época colonial, proviene del término chiriguaná, que ha sido interpretado como “el que tiene esposa chané”. (2012, p. 10). Segundo Combès (2021), nos documentos da época colonial, eram também conhecidos como chiriguanaes, ou ainda guaraníes ou carios, estes “[...]dos términos aplicados indiferentemente a cualquier grupo de habla guaraní” (COMBÈS, 2021, p. 61).

E do ponto de vista de cosmovisões, a Nação Guarani é conhecida, desde os tempos da conquista, por seu espírito guerreiro, livre, autônomo, daí mesmo que “Iyambae” (sem donos). Socialmente, organiza-se, dentre outros, em torno dos princípios da Yeyoea (liberdade), Yaiko Kavi (viver bem), Yombori (solidariedade). Mantém com o território, uma relação, de certa forma, transcendental, e não meramente como recurso, tal qual a sociedades ocidentais. O território é visto de maneira integral, fonte da vida, e da própria identidade, e por esse motivo protegido e zelado até as últimas consequências, se necessário.

E nesse ponto em particular, a luta guarani por seus territórios possui profundas distinções com relação aos demais povos indígenas

e originários da Bolívia. Por um plexo de fatores, não foi durante o período colonial que sofreram as principais perdas territoriais, mas na égide na República. Segundo Albó, "[...] guaraní-chiriguanaá resistieron a la penetración colonial mucho mejor que los andinos y otros del Oriente, y lo hicieron de manera militante, de modo que a todo el território guaraní en Chaco sólo se lo puede considerar plenamente consquistado recién 1892 [...]" (2012, p. 24).

O Estado republicano boliviano foi quem iniciou o processo de marcha ao oriente, com impactos territoriais profundos. Intensifica-se o avanço de fazendeiros e criações bovinas para abastecer o mercado interno. Entre avanços, retrocessos, resistências e sublevações, o ocaso guarani, nessa luta, sucede em 1892, conforme mencionado, com a batalha de Kuruyuki. Segundo Albó (2012, p. 35), a "consequencia más imediata de esta grave derrtoa fue que los nuevos patrones precipitaron más todavia la expropiación del território guarani y la extorsión a los sobrevivuentes, sumiéndolos en condiciones de semisclavitud y cautiverio forzoso." A derrocada no conflito marca o início de um hiato nessa resistência histórica, que somente renasceria no último quartel do século XX, notadamente a partir de 1987, com a fundação da APG, e 1992, quando se rememorou os cem anos da última resistência bélica.

Nesse interregno, os guarani passaram de principais atores sociais na produção do território, para a condição de vulnerabilidade, de papel marginal na gestão política oficial dos territórios. O avanço do modelo de grandes fazendas na região relegou aos guarani a condição de superexplorado, em trabalho análogo à escravidão. Nessa condição, passaram a ocupar espaços cada vez menores no interior das grandes propriedades rurais, que eram destinados pelos próprios fazendeiros para garantir precariamente a própria subsistência, enquanto eram usados como mão de obra nestes empreendimentos.

Ademais, no decorrer do século XX, também contribuíram significativamente para esse processo de espoliação de territórios ancestrais a Guerra do Chaco, a reforma agrária realizada no país a partir de 1953 (que no oriente da Bolívia favoreceu os grandes fazendeiros, em detrimento dos povos indígenas e originários), bem como início das atividades inerentes à extração de hidrocarbonetos, gás e petróleo.

De maneira que, em muitos estudos, relata-se que a Nação Guarani, antes conhecida por sua combatividade, ímpeto e espírito guerreiro, passou a apresentar um perfil, em grande parte, de submissão, muito embora a luta e a utopia política de retomada de seus territórios sempre quedaram latente na memória da Nação Guarani.

O alvorecer dessa pauta, adormecida, como antecipado, vai sendo forjado a partir dos anos de 1970, quando "[...] fueron entrando al Chaco varios nuevos actores, comprometidos en especial con el área rural guaraní, que a la larga incidieron muy significavamente en el despertar de este pueblo" (ALBÓ, 2012, p. 59), com o auge na incorporação da autonomia indígena na Constituição de 2009, que foi possível em grande medida pelo protagonismo da APG.

De início, cumpre papel de destaque a própria igreja católica presente na região. Em 1964, sacerdotes jesuítas assumem a paroquia de Charagua, até então o maior município da província Cordillera, que iniciaram trabalhos sociais de modo a atender as necessidades dos mais vulneráveis, em sua grande maioria, guarani. Nos anos subsequentes, esse engajamento social adquire maior profundidade, e os jesuítas passam a empunhar um projeto político mais amplo, de retomada, ou mesmo reconstrução, da identidade guarani através da luta por território. Nessa conjuntura, já nos anos 1970, o projeto eclesiástico-guarani caminhava no sentido de "[...]contribuir a la defensa y consolidación del território guarani

amenazado y cortar la migración temporal anual a la zafra de la caña en Santa Cruz, por deuda crónica que muchas famílias tenían con los patrones cruceños" (ALBÓ, 2012, p. 60).

Conforme relata Albó (2012), foram desenvolvidos grupos de trabalho de modo a atender as necessidades produtivas das comunidades locais. Em 1976, foi inaugurada, em Charagua, o Centro de Investigação e Promoção do Campesinato – CIPCA, que passou a ser um sujeito político relevante nessa luta, fornecendo, além de apoio, assessoramento, cursos de capacitação, projetos, oficinas etc. Dessa interação, funda-se, em 1986, a Fundação Arakuaarenda (lugar do conhecimento, da sabedoria), que passou a ser o local de reflexões da Nação Guarani, e seria a sede de momentos históricos.

A guinada organizativa se deu segundo lustro dos anos 1980. Entre os anos 1985 e 1986 foi realizado um profundo e inédito estudo no intuito de produzir um diagnóstico sobre as condições gerais de vida na Província Cordillera, conhecido como *Programa de Desarrollo Campesino Cordillera* – PDCC. E desse estudo de diagnóstico, o "[...]produto más formal de aquel análisis fueron siete volúmenes temáticos publicados y difundidos em 1986." (ALBÓ, 2012, p. 65). O diagnóstico apontou precariedade e demandas nas áreas de produção, infraestrutura, saúde, educação, terra e território, e passou a ser conhecido como PISET.

Os resultados foram difundidos em toda a província. Porém, [...] más significativo fue para las comunidades guaranís de toda la província, la apropriación de resultados y la amplia reflexión que éstos estimularon en una serie de reuniones y talleres intercomunales en todas las zonas cubiertas [...]" (ALBÓ, 2012, p. 65).

No ano seguinte, mais precisamente entre os dias 4 a 7 de fevereiro de 1987, nas instalações da Fundação Centro Arakuaarenda, em Charagua, nasce a Assembleia do Povo Guarani

– APG, entidade de máxima representação guarani em âmbito nacional. Tratou-se de um momento histórico e elevou a luta política por território a outro nível. Basta rememorar que "[...] nunca había habido uma instancia organizativa única para todo el Pueblo Guarani" (ALBÓ, 2012, p. 66). A unidade política Guarani, em torno de um projeto, se consolida objetivamente de forma inédita. Ao menos no plano discursivo, principalmente nas interações com o mundo karai, o então Povo Guarani assume uma identidade comum, reservando as diferenças para embates internos.

A APG passa, então, a ser a organização de representação máxima da Nação Guarani, conforme o art. 1º do Estatuto da Assembleia do Povo Guarani, aprovado em 1993, tendo objetivos gerais e específicos. Os objetivos específicos, conforme o art. 5º do Estatuto da APG constituem as pautas levantadas no PISET. E dentre os objetivos gerais, consta, justamente, a incorporação democrática e participativa no Estado; e seu desenvolvimento tradicional (CAUREY, 2015).

A importância do surgimento da APG enquanto entidade de representação política e unidade "[...]es que se constituye en portadora de un contenido programático que le ayuda a su acción política para revertir su situación socio económica muy afectada, pero ahora pensando em todos los guaraní de Bolívia." (ARAKUAARENDA, 2021, p. 01). E segundo Ledezma (2020), o protagonismo da APG como porta-voz desse projeto político guarani se torna mais proeminente em razão dos eventos em alusão aos 100 da Batalha de Kuruyuki, em 1992, quando se consolida enquanto ator político nacional e seu respectivo projeto e marca a transição da resistência não mais armada, mas com lápis e papel; e pela participação ativa na assembleia nacional constituinte da qual resultou a Constituição de 2009.

A APG, nessa ocasião, apresentou um projeto próprio de autonomias indígenas, reivindicando também a reterritorialização do

Estado, inclusive com o surgimento de um décimo departamento, para abarcar o território ancestral. Ao final, não houve nova configuração departamental, porém a reivindicação da autonomia indígena logrou parcial êxito.

Atualmente, a APG é internamente organizada a partir das comunidades e zonas/capitanias, que reúnem diversas comunidades; espargidas entre três departamentos: Santa Cruz, Tarija e Chuquisaca. Atualmente integram a APG: 3 conselhos departamentais, 29 zonas/capitanias, 5 AIOC e mais de 300 comunidades (ARAKUAARENDA, 2020, p. 31). Cada qual, ao seu modo e realidade local, atuando em prol da consolidação da autonomia indígena, da busca pela Terra Sem Mal, no marco do Estado Plurinacional. E é nesse universo maior de comunidades e AIOC Guarani que Charagua Iyambae se insere, como primeira experiência concreta de AIOC e em direção da reconstituição do território ancestral.

CHARAGUA IYAMBAE: A PRIMEIRA AUTONOMIA INDÍGENA DA BOLÍVIA

A Autonomia Guarani Charagua Iyambae se deriva de um dos municípios mais antigos da Bolívia . Se parcela significativa das entidades territoriais municipais bolivianas ganharam capilaridade a partir da Lei de Participação Popular – LPP, Charagua possui existência formal, pelo menos, desde o século XIX. "Por Ley del 6 de octubre de 1894 se creó la Segunda Sección Municipal de la Provincia Cordillera, con su capital Charagua, ubicada al sur del río Grande y con una extensión de 74.424 km², constituyéndose territorialmente en município más grande del país [...]" (PUERTA; ALQUÉZAR, 2013, p. 07), com área superior ao dos departamentos de Tarija, Cochabamba, Pando ou Chuquisaca. Ademais,

corresponde a 85% da pronvincia e quase metade do Chaco boliviano. Por outro lado, a despeito dessa imensidão, parcela significativa do território é de vegetação nativa, daí que apresenta baixo nível demográfico, ao teor de 0,3 habitantes por km² (PUERTA; ALQUÉZAR, 2013).

Segundo dados apresentados por Puerta e Alquézar (2013, p. 7), com base no PDM 2003-2007, a população era de "[...] 20.556 habitantes, de los cuales 13.731 eran guaraníes (67%), los restantes 6.825 habitantes (33%), se distribuyen em población urbana (14%), menonitas (10%), y quéchuas y aimaras (7%), datos que ya muestran su diversidade y riqueza cultural." A população guarani, embora majoritária com relação aos demais, conta parcialiadades internas, porquanto sejam tenham ascendência guarani-ava e guarani-chané, mais conhecidos como isoseños, dando um contorno ainda mais complexo ao contexto de Charagua.

A população está distribuída, do ponto de vista político administrativo, em 6 zonas, das quais 4 são guarani e 2 urbanas, sendo elas, respectivamente, Charagua Norte, Parapitiguasu, Alto Isoso e Baixo Isoso; e Charagua Pueblo e Charagua Estación. Além disso, há também dois parques nacionais e uma área de conservação, Parque Nacional Kaa Iya del Gran Chaco, Parque Nacional Otuquis e Área de Conservación e Importancia Ecológica de la Nación Guarani Ñembi Guasu. Essa é a atual organização político-administrativa interna da entidade territorial Autonomia Guarani Charagua Iyambae, referendada pelo Estatuto Autonômico.

As capitanias/zonas guarani de Charagua, quando foi promulgada a Constituição de 2009, juntamente com outros 10 municípios de população majoritariamente composta por povos indígenas e originários, iniciaram o processo de transição do regime municipal para AIOC. No caso dos guarani de Charagua, esse processo teve os primeiros episódios ainda em 2009, e consolidou-

se, do ponto de vista formal-jurídico, em 2017, com a posse das autoridades autonômicas, como dito anteriormente.

Foi um processo longo, conflituoso, tenso, com avanços e retrocessos, embates internos, entre as próprias comunidades; e externos, com os demais entes, nacional e departamental. No plano interno, o processo de transição enfrentou racismo e colonialidade estruturais. As elites karai empreenderam todos os esforços possíveis para descontinuar a transição ao regime autonômico, como, por exemplo, se ausentaram de todos os trabalhos da assembleia estatuinte, sob argumentos de supostas irregularidades. Divergências entre as autoridades guarani, principalmente nas zonas do Alto e Baixo Isoso, deram um tom mais complexo ao episódio. As imposições e exigências legais tornaram a transição extremamente burocrática e lenta. A necessidade de submissão do Estatuto para controle de constitucionalidade no Tribunal Constitucional Plurinacional, aprovação popular após emissão de constitucionalidade e tantos outros procedimentos atrasam em muitos meses os prognósticos iniciais.

As capitanias/zonas guarani de Charagua, quando decidiram pelo regime AIOC, objetivavam, em plano local, e guardadas as respectivas particularidades, objetivavam a retomada de protagonismo guarni na produção do território, numa perspectiva integral, isto é, tanto no plano político-simbólico, quanto de infraestrutura. Historicamente, o regime municipalista marginalizou as comunidades guarani, relegando-as a precárias condições de existência. Todo o poder concentrava-se nas zonas urbanas, principalmente Charagua Pueblo, e o orçamento era gerido quase que absolutamente em proveito da população karai, em detrimento das zonas/capitanias guarani. Era um modelo de democracia representativa, centrado na figura do alcaide e representação popular por meio do legislativo.

O Estatuto da Autonomia Guarani Charagua Iyambae, enquanto instrumento político-jurídico, emerge, assim, com a missão de se contrapor à gestão territorial municipalista e suas consequências práticas, e o faz por meio da descentralização do poder em direção às zonas, aproximando a gestão das comunidades; maior representatividade da maioria guarani; e um modelo democrático efetivo, valorizando decisões coletivas, por meio de assembleias. Tudo isso em maior consonância possível aos valores culturais guarani, muito embora acolha toda a diversidade interna da entidade territorial, propondo uma gestão intercultural.

O modelo de governo instituído é inédito, resultado de uma simbiose entre a tradição política guarani e as formas atuais ocidentais de desenho institucional, com as respectivas adaptações, construídas a partir de escuta das bases comunitárias e ampla discussão com os assembleistas que compuseram a assembleia estatuinte.

O governo autonômico indígena em Charagua manteve os tradicionais poderes executivo e legislativo, porém com adaptações e ancorado em princípios transversais de descentralização, democracia comunitária e o modo de ser guarani; e institui, de modo original, o Ñemboati Reta, ou órgão de decisão coletiva, o qual, segundo o art. 19, I, do Estatuto Autonômico "[...]es un Órgano de Decisón Colectiva y maxima instancia de decisón [...] y se conforma por três asambleas de acuedo al seguinte orden ascendente: 1. Ñemboatimi (Asambea Comunal); 2. Ñemboati (Asamblea Zonal); 3. Ñemboati Guasu (Asamblea Autonómica)".

O principal símbolo, em termos de inversão da estrutura municipalista, é o órgão de decisão coletiva, porquanto aproxime as comunidades da gestão territorial, ao permitir participar ativamente da tomada de decisões políticas gerais, as quais são de observância obrigatória pelos poderes legislativo e executivo.

Outra inovação é na estrutura do Órgão Executivo. Há a presença de órgão executivos em casa uma das zonas, que serão responsáveis por executar o orçamento que lhe cabe, de modo autônomo, mas em harmonia com as leis e resoluções do órgão legislativo e de decisão coletiva. E para fins de relações entre os demais níveis de governo existe um coordenador que representa todos os chefes dos executivos zonais, o Tëtarembiokuai Reta Imborika – TRI. O TRI, como é conhecido o cargo nos diálogos correntes, também tem a atribuição de coordenar os trabalhos do órgão executivo, embora não se confunda com a tradicional figura do alcaide. O número de legisladores do órgão legislativo é composto por representantes das zonas, em número fixo, e com paridade de gênero. O Estatuto Autonômico de Charagua Iyambae incorpora em todos os âmbitos do sistema social, o modo de ser guarani, que passa a ser a base de valores a partir da a qual a entidade territorial deve ser gerida.

O GOVERNO AUTÔNOMO GUARANI EM CHARAGUA: AVANÇOS E DESAFIOS

O início das atividades formais do Governo da Autonomia Guarani Charagua Iyambae, em 2017, representa um dos principais capítulos da luta da Nação Guarani por território e cidadania. Um passo rumo a concretização de objetivos previstos no estatuto da APG, para roa a coletividade, em particular a sua inclusão e participação no Estado de modo a garantir desenvolvimento em consonância ao ñande reko, em todos os aspectos. A existência de um espaço formal de poder, institucionalizado e na estrutura estatal, de um Estado Plurinacional, dá contornos materiais à estratégia guarani, anunciada nos anos 1990, segundo a qual a luta por território

não seria mais armada, mas com lápis e papel, isto é, ocupando os espaços de decisão e lhes conferindo características guarani.

E após quase quinze anos da promulgação da Constituição de 2009 e seis anos do governo autonômico guarani em Charagua, serenado os primeiros impulsos entusiastas, emergem questionamentos no sentido de indagar: "como está funcionado a Autonomia Guarani Charagua Iyambe?", "tem alcançado seus objetivos?", "houve mudanças na vida das comunidades guarani de Charagua?", dentre tantas outros.

As respostas para essas interpelações são complexas, porquanto envolva muitos fatores e comporte múltiplas análises. De início, trata-se de um processo contínuo, vivo, uma experiência que se renova no decurso do tempo, portanto, recente, inacabado, o que impede um distanciamento histórico dos episódios mesmos e proposições definitivas. Ademais, do ponto de vista acadêmico, muitas sãos as abordagens possíveis, tais como decoloniais, resistência anticapitalista ou oposição e alternativas à globalização, bem como concepções voltadas à preservação do meio ambiente, dos recursos naturais, no esteio do bem viver. E, principalmente, análises desde os interesses programáticos da própria Nação Guarani, isto é, o que se pretende com a autonomia indígena e quais os resultados estão sendo obtidos desde então.

O presente trabalho se delimita, temporalmente, entre os anos de janeiro de 2017 a janeiro de 2023, que corresponde a duas gestões do Tëtarembiokuai Reta Imborika – TRI, que é de três anos. A opção por esse recorte se fundamenta na relevância simbólica e política da função, que muita embora, como dito, não se confunda com a tradicional figura do alcaide, é a "cara" da entidade territorial nas relações intergovernamentais. Ainda que o desenho institucional seja descentralizado e especialmente sedimentado nas comunidades, invertendo a lógica ocidental de representação política predominante, o TRI, enquanto coordenador de todos os órgãos

executivos zonais, no plano interno; e principal autoridade no plano externo, responsável por mediar o diálogo entre o nacional e gestão guarani, confere ao seu ocupante uma projeção diferenciada com relação às demais autoridades autonômicas, um porta-voz da gestão e, também, personagem com maior influência discursiva no processo público de significação do que se quer com autonomia indígena.

No plano teórico-metodológico, propusemo-nos a uma análise sobre as possibilidades de um projeto político territorial guarani, no caso de Charagua, prosperar num contexto mundial de globalização perversa, por meio da ressignificação do direito e do Estado, levando em conta a opinião dos próprios protagonistas à luz das premissas teóricas mencionadas anteriormente.

Durante o trabalho de campo, realizado entre agosto e setembro de 2022, pude perceber, em entrevistas e conversas informais, que a autonomia indígena é encarada como possibilidade de institucionalizar, difundir e reafirmar um projeto político guarani que assegure a nação guarani protagonismo nas decisões que envolvam a continuidade enquanto nação no mundo contemporâneo, isto é, influir diretamente nos rumos históricos da coletividade, no uso do seu próprio território em consonância com a visão de mundo própria - sempre que possível – e diálogo com o outro, no caso o mundo karai.

No entanto, isso não significa um salto ao passado, numa busca de um modo genuinamente ancestral de uso e gestão do território. Em realidade, cuida-se buscar meios de existir enquanto nação guarani nas condições materiais atuais, de um mundo globalizado, capitalista e neocolonial. Pleiteando-se, nessa perspectiva, preservar uma essência guarani no modo de se relacionar com o mundo, consigo, o seu entorno, o seu território, tido como sagrado e condição mesma da vida, um grande abrigo; sem,

contudo, desconhecer a necessidade interagir com o mundo karai e de uma adaptação inerente às mudanças sociais.

A flexibilidade e a capacidade de adaptação ante mudanças estruturais, segundo Elias Caurey (2012, p. 54), é uma característica do guarani. E segundo o autor, o discurso feito Mateo Chumira, no centenário da batalha de Kuruyuki, quando fez menção a necessidade de luta por lápis e papel, indicou uma conjuntura na qual é relevante "[...] una mayor justicia social y el início de una lucha en terriorio del Outro y com unas de sus armas, el estudio" (2012, p. 51). Essa necessidade de adaptação para assegurar o viver bem da Nação Guarani exige a emergência do guarani moderno ou karai fictício, sendo este "[...] aquel indivíduo que vive en el limite de dos modelos de sociedades, la karai y la guarani. Es decir, es aquel que en apariencia es karai y ensencia es guarani" (2012, p. 54).

Para Caurey, trata-se de uma estratégia própria desse tempo, na qual a "[...] idea central de este cometido es conseguir máximo beneficio del Outro con el mínimo esfuerzo, en términos económicos" (2012, p. 57), que seria possível, segundo o autor, pela capacidade de se aproximar do Outro, de seu mundo, e se apropriar de seus instrumentos políticos, jurídicos e econômicos, sem, contudo, romper com o compromisso programático da Nação Guarani.

Assim, podemos dizer, para além das considerações acima, que a Autonomia Guarani Charagua Iyambae e seu respectivo governo autonômico representa um êxito dessa estratégia do guarani moderno ou karai fictício, pois representa justamente uma apropriação guarani de instrumentos e formas do Outro, o karai, no caso o direito, a estrutura estatal, em subordinação aos programa político guarani, com intuito de permitir uma interação entre os dois mundo, o guarani e o karai, de modo a garantir direitos historicamente negados às comunidades guaranis de Charagua.

A autonomia indígena, por essa ótica, amealha relativo consenso. De modo geral, há convergência entre as parcialidades guarani existente em Charagua no sentido desse papel da autonomia indígena, de uma transição entre uma negação de direitos ao protagonismo político. As divergências, embora presentes, são concernentes à expectativa ao exercício e caminhos que essa autonomia deveria percorrer desde a sua oficialização. Todos querem a autonomia indígena, o desafio consiste em construir os rumos que deve traçar nas condições materiais postas, e nisso reside os embates. Isso sucede, entre outros motivos, pelo fato da autonomia indígena ser um conceito indeterminado, vazio, a obter significado na prática social mesmo, conforme nos demonstrou Torra (2013). Imaginar a autonomia como um conceito em disputa, como menciona o autor, numa conjuntura social tão diversa como a de Charagua, mesmo entre os guarani, nos faz inferir as múltiplas projeções do que se queria com a autonomia indígena e os desencontros essas concepções.

Daí que durante as entrevistas que realizei era muito comum os dizeres de que a autonomia não é um mar de leite ou um copo de leite, mas um processo dialético, com idas e vindas. Logo em seguida eram feitas observações daquilo que não se realizou conforme o imaginado e os pontos fortes da AIOC. Porém, com exceções pontuais, havia uma crença na autonomia indígena. Mesmo nas situações nas quais os interlocutores indicavam retrocesso em cotejo ao modelo municipal, um regresso ao modelo municipal não era uma pauta credível.

As insatisfações apresentadas nesses diálogos, não raras vezes, gravitavam em derredor de questões de infraestrutura e orçamento, engajamento insuficiente do governo nacional em potencializar as autonomias indígenas sob aspectos de sustentabilidade macroeconômica; e entendimento mesmo das necessidades particulares da AIOC. Diversas autoridades também

relatam que essa pauta, das autonomias indígenas, deixou de ser uma prioridade do grupo político que governa o país desde a eleição de Evo Morales a partir do momento que passou a conflitar com seus interesses enquanto agente político hegemônico.

Em entrevista que me concedeu, um intelectual guarani, cuja identidade optamos por resguardar, entende que uma melhor compreensão do estágio das autonomias indígenas, em especial em Charagua, pode ser obtida se tomarmos em consideração dois fatores: o político-simbólico; e o econômico administrativo. Para ele, houve avanços significativos no primeiro ponto, com a instituição de governos pensados desde a cultura guarani, o fortalecimento dos símbolos perante no seio social etc. Por outro lado, as autonomias indígenas sofrem com amarras econômicas, decorrentes já na assembleia constituinte, visto as competências aumentaram, com relação ao modelo municipal, porém sem o necessário ajuste financeiro para bem cumpri-las.

E, de fato, essa é foi uma contradição presente em diversos momentos em Charagua. É certo que houve mudanças significativas na estrutura política. Tem-se em funcionamento um modelo institucional inédito, fruto dos debates e anseios locais, gestado desde a cosmovisão guarani. A descentralização e a democratização do poder em todo o território da entidade transformaram a realidade política de Charagua. Em várias ocasiões, em conversas informais, em mais de uma zona/capitania, pude escutar que a autonomia indígena trouxe como principal avanço a participação popular e a transparência no manejo dos recursos públicos. Frases como "pelo menos agora sei o que fazem com o dinheiro" expressavam a constatação de uma transformação na transparência. A destinação de recursos diretamente as zonas, para que os seus respectivos órgãos executivos zonais possam, localmente, suprir as demandas das comunidades, conferiu outra dinâmica ao manuseio da coisa pública, aproximando-a de seus destinatários.

Por outro lado, como ressaltado como pelo intelectual guarani entrevistado, o aspecto econômico não testemunhou mudanças na mesma proporção. A autonomia indígena trazia consigo a expectativa de melhorias materiais, de infraestrutura e de recursos públicos, porém, naquela oportunidade, em 2022, havia um reclamo por maior distribuição de receitas por parte do governo nacional. Apontava-se a imprescindibilidade de uma reforma da legislação infraconstitucional para adequar a estrutura estatal aos anseios das novas entidades, as quais, eram tratadas como se municípios fossem impondo maiores dificuldades aos governos autonômicos indígenas.

Essas primeiras impressões, nos faz inferir que a autonomia em Charagua se encontra entre três caminhos. Um potencial emancipador e democrático representado pelo desenho plural e participativo de suas instituições e ritos políticos; a necessidade de enfrentar obstáculos no âmbito nacional, tais como a falta de maior apoio técnico, normativo e econômico por parte do poder central, inclusive limitantes que são advindos desde mesmo a constituinte; e óbices internos, de natureza administrativa próprios da transição do municipalismo ao modelo autonômico.

CONCLUSÕES

As conclusões iniciais dão conta de que o processo autonômico em Charagua se encontra num momento de amadurecimento e aprofundamento de suas bases normativas no tecido social e político, em âmbito interno e externo, seguida de uma reflexão crítica em âmbito local, em que se debatem o resultado, até aqui, dessa experiencia descolonizadora de autogoverno e gestão territorial, uma etapa natural se levamos em consideração que o governo autonômico possui apenas pouco mais de 6anos de

atividade. Outro ponto relevante de se observar é que os processos autonômicos não são passíveis de homogeneização, isto é, ainda que os parâmetros normativos nacionais sejam aplicáveis a todo o território nacional, para o efetivo avanço faz-se necessário levar em conta as particularidades de cada caso, os objetivos de cada projeto autonômico e as (im)possibilidades de compatibilização com os marcos constitucionais e políticos.

Seja como for, nota-se o fortalecimento da luta por reconhecimento e garantias de direitos a Nação Guarani, os quais historicamente lhes foram sonegados. A implementação de um governo guarani, com autoridades reconhecidas pelo direito positivo, isto é, pelo mundo karai e com seus instrumentos, para utilizar as expressões de Caurey (2012), permite-lhes impor-se em maior paridade com as autoridades nacionais e departamentais na defesa de seus direitos e território. Os guaranis de Charagua, por meio de sua autonomia indígena, hoje, possuem condições formais de iniciar projetos que resgatem a cultura ancestral, em suas múltiplas faces, em diálogo constante com os tempos da globalização. O seu território, bem ou mal, pode ser gerido politicamente por eles próprios, por suas instituições e assembleias amplamente democráticas. Protagonistas de sua própria história, como até então nunca havia sido possível desde o fatídico encontro com os colonizadores. Os resultados mais efetivos dessa inovadora experiência territorial somente o decurso poderá exprimir indicativos consolidados.

REFERÊNCIAS

ALBÓ, X. **El chaco guaranó camino a la autonomía originaria**: charagua, gutiérrez y proyección regional. La Paz: Ministério de Autonomías, 2012.

BOLÍVIA. **Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia**. Sucre: Congresso Nacional, 2009. Disponível em: <www.senado.gob.bo>. Acesso em: 12/03/2024.

CAUREY, E. **Asamblea del Pueblo Guaraní**: un breve repaso a su historia territo. Sucre: Gráfica Impora, 2015.

CAUREY, E. **Nación Guarani**: ñamae ñade rekore:una mirada a nuestro modo de ser. Território Guarani: Edição Autônoma, 2012.

COMBÈS, I. **Una etnografia del chaco boliviano**. Santa Cruz de La Sierra: Heterodoxia, 2021.

DALMAU, R. M.; PASTOR, R. V. "Fundamento teórico del nuevo constitucionalismo latinoamericano". *In*: PASTOR, R. V. (ed.). **Estudios sobre el nuevo constitucionalismo latinoamericano**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2012.

FUNDACIÓN CENTRO ARAKUAARENDA. **Consultoria**: viabilidade de conformación de autonomías indígenas vía territorio y conversión en território guaraní de santa cruz. Charagua Iyambae: Fundación Centro Arakuaarenda, 2021.

KLEIN, H. S. **História da Bolívia**. Brasília: Editora da UnB, 2016.

MASCARO, A. L. **Crítica da Legalidade e do Direito Brasileiro**. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2019.

PUERTA, S.; ALQUÉZAR, A. **Autonomía Guarani Charagua Iyambae**: sistematización de la experiencia en la formuçación del estatatuto autonómico. Camiri: Regional Cordillera, 2013.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reincentar a emancipação social**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.

TORRA, P. M. **Autonomía Guarani Charagua Iyambae**: etnografía de una autonomía indígena en construción. Barcelona: Publicação Própria, 2013.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Ágatha Krystine Pinheiro de Matos é bacharel em Direito. Graduanda em Geografia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Áreas de interesse de pesquisa: Direito e Geografia. E-mail para contato: agathakrystine7@gmail.com

Ana Beatriz Castro de Jesus é graduada e mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Área de interesse de pesquisa: Geografia Humana, frentes pioneiras, rede urbana. E-mail para contato: castrob491@gmail.com

Aumeri Carlos Bampi é professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela (USC). E-mail para contato: aumeri@unemat.br

Carlos Alberto Franco da Silva é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail para contato: carlosfds1963@gmail.com

Carlos Eduardo Valle Rosa é professor da Universidade da Força Aérea (UNIFA). Mestre em Ciências. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail para contato: eduvalle80@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Carlos José Espíndola é professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: carlos.espindola@ufsc.br

Diogo Chaves Leiras dos Santos é graduado e mestrando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Áreas de interesse de pesquisa: Geopolítica e Militarização. E-mail para contato: diogochaves.geo@gmail.com

Edilson Adão Cândido da Silva é graduado em Geografia. Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: edilsonadao@gmail.com

Elói Martins Senhoras é docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *think tank* IOLEs. Graduado em Economia, Política e em Geografia. Doutor em Ciências. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Elvis Simões Pitoco da Silva é graduado, mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Área de interesse de pesquisa: Geografia Humana. E-mail para contato: elvis.silva@unesp.br

SOBRE OS AUTORES

Fredson Bernardino Araújo da Silva é graduado, mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Áreas de interesse de pesquisa: Amazônia e Planejamento Urbano. E-mail para contato: fbernardino1997@gmail.com

Gleydson Gonzaga de Lucena é professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: gleydson_lucena@hotmail.com

Glória Maria Vargas Lopez de Mesa é professora da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Área de interesse de pesquisa: Geopolítica. E-mail para contato: yoya@unb.br

Gustavo Focesi Pinheiro é pesquisador de pós doutorado da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: gfp11573@gmail.com

José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo é professor da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: cavalcanti.danilo@yahoo.com

SOBRE OS AUTORES

Lídia Pinheiro de Matos é professora da Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima (SEEDRR). Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: mlidiarr@gmail.com

Luiz Fernando Ribeiro de Sales é advogado. Mestre em Estudos Latino-Americanos. Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: advluiz.sales@gmail.com

Marcos Antônio Fávaro Martins é professor da Universidade Paulista (UNIP). Mestre e doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: marcosfavaro84@gmail.com

Rafael Bernardo Silveira é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail para contato: rafael.silveira@ifc.edu.br

Rhuan da Silva Bernardo é graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Área de interesse de pesquisa: Geografia das Relações Internacionais. E-mail: rhuanbernardo@id.uff.br

SOBRE OS AUTORES

Ricardo Luigi é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em Geografia e Relações Internacionais. Mestre em Geografia. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: ricardoluigi@id.uff.br

Simone Arruda do Carmo é Delegada da Polícia Civil do Estado de Roraima (PCRR). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: simonedelegada@hotmail.com

Thiago Oliveira Neto é professor voluntário da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Áreas de interesse de pesquisa: Amazônia e transporte. E-mail para contato: thiagoton91@live.com

Vinícius Modolo Teixeira é geógrafo e professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: vinicius.teixeira@unemat.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2024

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2024